

# ANAIS ANAIS

## XV

# Colóquio

internacional



Inovação,  
Conhecimento  
e Tecnologias



**URI** | SÃO LUIZ  
GONZAGA

23 a 26 de agosto de 2021

## UNIVERSIDADE REGIONAL INTEGRADA DO ALTO URUGUAI E DAS MISSÕES

### **Reitor**

Arnaldo Nogaro

### **Pró-Reitor de Ensino**

Edite Maria Sudbrack

### **Pró-Reitor de Pesquisa, Extensão e Pós-Graduação**

Neusa Maria John Scheid

### **Pró-Reitor de Administração**

Nestor Henrique de Cesaro

### **Comissão Organizadora**

Ana Luci Santos da Silva

Cinara Dal Santo Pes

Cristiane Menna Barreto Azambuja

Jerusa Dutra Schreiner

Juliana do Nascimento Antes

Kelvin Rodrigo Carvalho de Moraes

Leonardo Silveira Farias da Silva

### **Corpo de avaliadores**

I – **Administração e Ciências Contábeis:** Gestão administrativa e contábil, empreendedorismo e inovação.

Cirino Calistrato Rebelo; Luciane de Oliveira; e Renata Barth Machado.

II – **Direito:** O Direito e a Cidadania como Instrumentos de Construção e de Transformação da Sociedade.

Cristiane Menna Barreto Azambuja; Lizandra Andrade Nascimento; e Miriane Maria Willers.

III – **Saúde:** Saúde e Movimento Humano.

Ana Helena Braga Pires; Jean Lucas Poppe; e Manoela Maciel Oliz

IV – **Engenharia Elétrica:** Soluções Energéticas e Inovação Tecnológica

Alison Fernando Marchioro; Diego Roberto Moraes; Elsion Carlos Goulart de Brito.

V – **Meio Ambiente e Educação:** Ciências Ambientais e Estratégias de Inovação para a Educação.

Cinara Dal Santo Pes, Daniela Bortoli Tomasi; e Juliana do Nascimento Antes.

XV

Colóquio  
internacional  
Inovação, Conhecimento e Tecnologias

 URI | SÃO LUIZ  
GONZAGA

**ISSN: 978-85-63977-05-2**

Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – São  
Luiz Gonzaga José Bonifácio, 3149. CEP 97800-000.

São Luiz Gonzaga – RS

Tel: (55) 3352-8150. Site: <http://urisaoluiz.com.br/site/>

## **PALAVRAS DA COMISSÃO ORGANIZADORA**

No mês de outubro de 2021, foi realizado o XV Colóquio Internacional na Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – Campus São Luiz Gonzaga. Esta 15ª edição manteve a temática “Conhecimento, Inovação e Tecnologias” utilizada nos anos anteriores, tendo em vista a necessidade de fomentarmos constantemente esses três grandes objetivos no meio acadêmico.

O XV Colóquio contou com aproximadamente 600 inscritos, entre os quais alunos, docentes e funcionários da URI - SLG, professores das redes estadual e municipal de ensino, bem como de representantes da comunidade em geral. Foram realizadas 8 conferências e 23 palestras com renomados palestrantes. Nesta edição de 2021, foi oportunizado momento para o compartilhamento das pesquisas entre os pesquisadores da URI e de outras universidades.

Com resumos e artigos completos aprovados, o XV Colóquio cumpriu a sua missão ao incentivar a pesquisa entre os alunos, docentes e o público externo. Frente a esses números, a Comissão Organizadora agradece a todos que confiaram no trabalho e deseja que as pesquisas constantes nestes anais sirvam como subsídio aos pesquisadores e de estímulo para que as pesquisas continuem e novas surjam no decorrer do próximo ano. É com imensa satisfação que publicamos estes anais do XV Colóquio Internacional – Conhecimento, Inovação e Tecnologias da URI São Luiz Gonzaga, na expectativa de um novo encontro no XVI Colóquio Internacional em 2022.

### **Comissão Organizadora**

Ana Luci Santos da Silva  
Cinara Dal Santo Pes  
Cristiane Menna Barreto Azambuja  
Jerusa Dutra Schreiner  
Juliana do Nascimento Antes  
Kelvin Rodrigo Carvalho de Moraes  
Leonardo Silveira Farias da Silva

## SUMÁRIO

<b>1 ARTIGOS COMPLETOS.....</b>	<b>8</b>
<b>1.1 Administração e Ciências Contábeis.....</b>	<b>9</b>
<b>1.2 Gestão administrativa e contábil, empreendedorismo e inovação.....</b>	<b>9</b>
Acidentes de trabalho no Rio Grande do Sul: análise das taxas de incidência, mortalidade e letalidade.....	10
Análise dos cursos de produção de máscaras artesanais produzidas por ocasião de uma pandemia.....	22
Asignación universal por hijo (AUH) en Argentina: um benefício social para los niños y adolescentes.....	36
Mapeamento de competências: uma análise em um supermercado da região das Missões.....	49
Proposta de plano de negócio para a implantação de uma cafeteria e doceria em São Nicolau/RS.....	50
Proposta de um arranjo físico para um processo de manufatura de itens usinados....	51
Um olhar sobre o modelo de negócios Canvas e suas tendências de mercado.....	62
<b>1.3 Direito.....</b>	<b>71</b>
<b>1.4 O Direito e a Cidadania como Instrumentos de Construção e de Transformação da Sociedade.....</b>	<b>71</b>
A importância dos profissionais da saúde diante das consequências físicas e psicológicas do abuso sexual em crianças e adolescente.....	72
A normalidade da exceção.....	82
A obra “O Advogado Rebelde” e a sua vinculação com o direito brasileiro e a Teoria Geral do Processo.....	92
A perscrutação da interdisciplinaridade dos Cursos de Fisioterapia e Direito da URI – São Luiz Gonzaga: direitos e cuidados do paciente Covid-19 no Brasil.....	108
Acessibilidade: uma nova visão sobre a inclusão.....	117
Conflitos entre direitos humanos fundamentais: preservação ambiental <i>versus</i> exploração econômica da propriedade rural e (im)possibilidades de	



compatibilização.....	127
O (des)governo de Jair Bolsonaro no Brasil e as ondas de ataques nas eleições de 2018: um relato de (sobre)vivência.....	140
O direito humano fundamental à informação: <i>fake News</i> e o risco à cidadania.....	151
O ensino da História e cultura afro-brasileira: um análise da Lei nº 10.639/2003.....	164
Quatro troncos missioneiros – Conhecer para preservar.....	176
Vulnerabilidade social: a trajetória de vida dos catadores.....	177
<b>1.5 Saúde.....</b>	<b>189</b>
<b>1.6 Saúde e movimento humano.....</b>	<b>189</b>
Avaliação da flexibilidade da cadeia posterior da coxa em universitárias.....	190
Intervenções fisioterapêuticas em idosos atendido na Clínica Escola da URI – São Luiz Gonzaga – relato de experiência.....	201
Lesões em atletas profissionais de Futsal: relato de experiência – projeto de prática de desportiva .....	208
Orientação profissional: projetos de vida espaços de escuta da juventude.....	219
<b>1.7 Meio ambiente e educação.....</b>	<b>230</b>
<b>1.8 Ciências ambientais e estratégias de inovação para a educação.....</b>	<b>230</b>
Pandemia, Covid-19, ascensão do plástico e degradação ambiental.....	231
Redes sociais: meio de divulgação e integralização de temas ambientais no cenário acadêmico.....	243
O educar pela pesquisa como modo de potencializar o ensino de Ciências na Educação Infantil: uma análise de um contexto formativo.....	251
Narrativas de professoras dos anos iniciais e elementos da alfabetização científica.....	263
<b>2. RESUMOS.....</b>	<b>276</b>
<b>2.1 Administração e Ciências Contábeis.....</b>	<b>277</b>
<b>2.2 Gestão administrativa e contábil, empreendedorismo e inovação.....</b>	<b>277</b>
O crescimento econômico da agropecuária em tempos de pandemia.....	278
<b>2.3 Direito.....</b>	<b>280</b>
<b>2.4 O Direito e a Cidadania como Instrumentos de Construção e de Transformação da Sociedade.....</b>	<b>280</b>

A “síndrome da mulher de Potifar” e a palavra da vítima enquanto prova nos crimes contra a dignidade sexual.....	281
A criminologia numa perspectiva feminista: a busca pelo reconhecimento e garantia de direitos às mulheres.....	283
A inadmissibilidade da desaposentação: uma análise dos resultados jurídicos e sociais decorrentes da decisão no Recurso Extraordinário 661.256 do Supremo Tribunal Federal.....	285
A mulher como vítima dos crimes virtuais: reflexos que ultrapassam os limites das telas.....	287
A relevância do Rotary Club Interncional para a sociedade.....	289
A supremacia do princípio da proporcionalidade na aplicação do banco de dados genéticos dentro do sistema penal brasileiro.....	291
A teoria dos jogos penais no ordenamento jurídico penal pátrio.....	293
A União Europeia: o Mercado Comum Europeu (UE).....	295
A vida e história de Hannah Arendt.....	296
As possíveis consequências jurídicas da violação da privacidade para obtenção de dados a partir da aplicação a Lei Geral de Proteção de Dados – Lei nº 13.709/18.....	298
Criminologia e a importância do estudo da vitimologia.....	299
Gravidez na adolescência: quais normativas que amparam essa adolescente-gestante?.....	301
Justiça sob o viés de Platão, Tomás de Aquino e John Rawls.....	302
O <i>cyberbullying</i> e suas repercussões jurídicas no Brasil.....	303
O futebol feminino: preconceito que persiste no “país do futebol”.....	304
Os efeitos jurídicos do reconhecimento da multiparentalidade no direito sucessório brasileiro.....	306
Os efeitos jurídicos na execução da pena frente a pandemia de Covid-19 no Brasil.....	307
Princípio do duplo grau de jurisdição nos processos disciplinares do Exército.....	308
Reflexões jurídicas acerca de transtornos comportamentais e suas implicações na criminologia forense.....	309
Somos donos de nós mesmos?.....	310

<b>2.5 Saúde.....</b>	<b>311</b>
<b>2.6 Saúde e movimento humano.....</b>	<b>311</b>
Contribuições de profissionais fisioterapeutas na inclusão.....	312
O papel do fisioterapeuta diante das deficiências.....	314
Papel do fisioterapeuta na inclusão escolar da criança com deficiência.....	315
O impacto da tensão pré-menstrual na vida feminina.....	317
Os benefícios da drenagem linfática manual no edema causado pela síndrome pré-menstrual: uma revisão bibliográfica.....	318
Perfil dos egressos do Curso de Educação Física da URI – São Luiz Gonzaga.....	319
Uso do protetor solar nos moradores de São Luiz Gonzaga.....	321
Biotecnologia e saúde: aplicação de ferramenta didático-pedagógica para alunos da Educação Básica – relato de experiência.....	323
<b>2.7 Engenharia Elétrica.....</b>	<b>325</b>
<b>2.8 Soluções energéticas e inovação tecnológica.....</b>	<b>325</b>
Sistema automatizado com controle por PCD para vegetação com luz UV para o desenvolvimento de plantas em estufas.....	326
Sistema automatizado de irrigação por aspersão.....	328
Tecnologia de controle de vias de propriedade rural.....	329



XV

Colóquio  
internacional

Inovação, Conhecimento e Tecnologias



URI | SÃO LUIZ  
GONZAGA

# 1. ARTIGOS COMPLETOS

## **1.1 Administração e Ciências Contábeis**

### **1.2 Gestão administrativa e contábil, empreendedorismo e inovação**

**Avaliadores: Cirino Calistrato Rebelo; Luciane de Oliveira; e Renata Barth Machado**

## ACIDENTES DE TRABALHO NO RIO GRANDE DO SUL: ANÁLISE DAS TAXAS DE INCIDÊNCIA, MORTALIDADE E LETALIDADE

Luís Felipe Poppe<sup>1</sup>

Alexandro Baratto<sup>2</sup>

Jean Lucas Poppe<sup>3</sup>

**Resumo:** A industrialização trouxe inegáveis benefícios para a sociedade, em contrapartida ocasionou alguns efeitos adversos como, por exemplo, o aumento de acidentes de trabalho. Nesse contexto, este estudo busca debater sobre o comportamento das organizações, cuja atividade econômica pertence a fabricação de produtos alimentícios, a fim de identificar a postura adotada por estas. Para isso foi utilizado indicadores como as taxas de incidência, mortalidade e letalidade, os quais foram determinados a partir da obtenção de dados quantitativos sobre acidentes de trabalho no estado do Rio Grande do Sul, entre os anos de 2010 até 2018, através do site do Ministério da Economia e disponibilizados pela Secretaria Especial da Previdência e Trabalho. As reduções das taxas de incidência, mortalidade e letalidade não se mostraram estatisticamente significativas, revelando, além de uma postura tendenciosamente reativa por parte das organizações, a necessidade da adesão das políticas de segurança por todos os envolvidos, aprimoramentos e revisões das medidas adotadas para atingir uma postura proativa na segurança e saúde dos colaboradores.

**Palavras-chave:** CAT. Óbitos. Análise sistêmica. Gestão.

## OCCUPATIONAL ACCIDENTS IN RIO GRANDE DO SUL: ANALYSIS OF INCIDENCE, MORTALITY AND LETHALITY RATES

**Abstract:** The industrialization brought undeniable benefits to the society, on the order hand it has made some adverse effects, for example, increasing in the indices of occupational accidents. This study aims to discuss about organizations behavior whose economic activity belong manufacture of food products, in order to identify the used attitude by them. Some indicators such as incidence, mortality and lethality rates, which were calculated from attainment of occupational accidents data recorded to state of Rio Grande do Sul, in the period of 2010 up to 2018, by the Ministry of the Economy's site and available by Special Secretariat for Social Security and Labor. The reduction of the incidence, mortality and lethality rates did not present statistical significance, exposing, beyond a reactive behavior, the need of accession of the security policies by all organization members, as well as improvement and review in the processes

<sup>1</sup> Engenheiro Civil. Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI – Santo Ângelo. luisfpoppe@hotmail.com

<sup>2</sup> Engenheiro Especialista em Segurança do Trabalho. Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI – Santo Ângelo. alexandrobaratto@san.uri.br

<sup>3</sup> Doutor em Biologia Animal. Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI – São Luiz Gonzaga. jlucaspope@gmail.com

about the used attitudes for reaching a proactive behavior for the workers' safety and health.

**Keywords:** CAT. Deaths. Systemic analysis. Management.

## 1 Introdução

Numa perspectiva histórica, segundo Cavalcante et al. (2015), foram inegáveis os benefícios que a Revolução Industrial trouxe para a sociedade moderna, embora tenha acarretado em alguns efeitos adversos como a incidência de acidentes. De acordo com Silva (2019), a Organização Internacional do Trabalho (OIT) estima que 2,3 milhões de pessoas morrem anualmente, no mundo, decorrente de doenças e acidentes do trabalho. Esses acidentes representam um problema de saúde pública, principalmente por envolverem pessoas jovens e em idade produtiva, podendo gerar ocorrências incapacitantes e até mesmo fatais, com importantes repercussões sociais e econômicas (ALMEIDA et al. 2014).

Embora exista uma cultura em justificar os acidentes como provenientes do erro ou de fatores humanos isolados dos colaboradores, ignorando as especificidades, restrições impostas, dificuldades e condições laborais, as organizações ainda privilegiam esforços voltados para a produtividade, conseqüentemente, aumentando a rentabilidade e a lucratividade, deixando em segundo plano a melhoria desse fator humano, o qual parece ser um traço comum entre todos os acidentes (LLORY; MONTMAYEUL, 2014).

As estatísticas mundiais relativas a acidentes do trabalho apontam que a competitividade e lucro não garantem a sustentabilidade de uma organização (VIEIRA; PASSOS JR. 2020), sendo essencial demonstrar atitudes éticas e responsáveis, prevenindo lesões e doenças relativas ao trabalho e proporcionando ambientes seguros e saudáveis aos trabalhadores. No Brasil, as estatísticas de acidentes do trabalho são provenientes de uma base de dados constituída pela Comunicação de Acidente do Trabalho (CAT), a qual possui caráter informativo cujo objetivo é comunicar ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) sobre a ocorrência de algum acidente de trabalho conforme previsto no artigo 22 da Lei 8.213/91.

Segundo a Lei 8.213/91, a qual dispõe sobre os Planos e Benefícios da Previdência Social, acidente do trabalho é definido como aquele que ocorre pelo exercício do trabalho a serviço de empresa ou de empregador doméstico ou pelo

exercício do trabalho dos segurados, provocando lesão corporal ou perturbação funcional que cause a morte, a perda ou redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho (Artigo 19). Ainda, consideram-se, igualmente, os casos ocorridos no percurso da residência e do local de refeição para o trabalho ou deste para aquele (Artigo 21, IV).

Assim, o respectivo estudo busca apresentar informações relacionadas aos acidentes de trabalho na indústria de fabricação de produtos alimentício do estado do Rio Grande do Sul, no período de 2010 até 2018 e debater a postura adotada pelas organizações frente às taxas de incidência, mortalidade e letalidade.

## 2 Metodologia

### Coleta de dados

Dados quantitativos sobre acidentes de trabalho das atividades econômicas pertencentes à fabricação de produtos alimentícios, no estado do Rio Grande do Sul, foram obtidos das publicações dos Anuários Estatísticos de Acidentes do Trabalho (AEAT) e da plataforma InfoLogo AEAT para o período de 2010 até 2018, disponibilizados pela Secretaria Especial da Previdência e Trabalho e encontrados no *site* do Ministério da Economia (ME).

### Análise dos dados

Taxas de incidência, mortalidade e letalidade foram utilizados por serem dispositivos capazes de mensurar a exposição dos trabalhadores aos níveis de risco inerentes à atividade econômica na qual se encontra inserido.

A taxa de incidência expressa a intensidade com que acontecem os acidentes de trabalho, ou ainda, a exposição dos envolvidos ao acidente e determinou-se pela seguinte expressão:

$$\text{Taxa Incidência} = \frac{\text{total de acidentes} \times 1.000}{\text{n}^{\circ} \text{ médio anual de vínculos}}$$

A taxa de mortalidade expressa a intensidade com que ocorrem óbitos, ou ainda, a suscetibilidade dos envolvidos ao óbito. Para determiná-la utilizou-se a seguinte expressão:

$$\text{Taxa mortalidade} = \frac{\text{n}^{\circ} \text{ de óbitos decorrente de acidentes} \times 100.000}{\text{n}^{\circ} \text{ médio anual de vínculos}}$$

A taxa de letalidade é um indicador da gravidade dos acidentes e determinou-se pela seguinte expressão:

$$\text{Taxa letalidade} = \frac{\text{n}^\circ \text{ de óbitos decorrente de acidentes} \times 1.000}{\text{total de acidentes}}$$

Na determinação desses indicadores considerou-se, conforme previsto pelos AEAT, apenas trabalhadores com cobertura contra risco de acidentes do trabalho, excluindo-se contribuintes individuais, como trabalhadores autônomos, os militares e servidores públicos vinculados a regime próprio de previdência social. Além disso, considerou-se o número médio anual de vínculos pois um trabalhador pode possuir mais de um vínculo de trabalho, conseqüentemente, estar relacionado com mais de um tipo de atividade econômica.

As comparações estatísticas entre as taxas anuais iniciais e finais de Incidência, Mortalidade e Letalidade para o período analisado foram realizadas por meio de teste T Pareado, em conformidade com os testes de normalidade dos dados (teste de Shapiro-Wilk), no *software* PAST (HAMMER et al., 2001), v.4.05, considerando um índice de confiança de 95% ( $p < 0,05$ ).

### 3 Resultados e discussão

É observado que o número médio anual de vínculos de trabalho é crescente, atingindo um aumento de 18,77% entre o início e o fim do período analisado, o que pode ser considerado um aspecto positivo pois representa um desenvolvimento econômico, embora no ano de 2017 tenha sido observado um decréscimo (Tabela 1). Porém, nesse cenário otimista é necessário que sejam realizados processos constantes de análises de indicadores de qualidade de trabalho, tais como as taxas de incidência de acidentes, bem como, taxas de mortalidade e de letalidade associadas aos acidentes nos ambientes de trabalho.

Tabela 1: Dados referentes ao número médio anual de vínculos, total de acidentes e óbitos nas atividades econômicas relacionadas a fabricação de produtos alimentícios, no período de 2010 até 2018, disponibilizados pela Secretária de Previdência do Ministério da Economia. N<sup>o</sup>: número; Acid.: acidentes; CAT: Comunicação de Acidente de Trabalho.

Ano	Nº Médio Anual Vínculo	Total Acid. (com e sem CAT registrada)	Óbitos
2010	108.101,9167	4.293,0	10



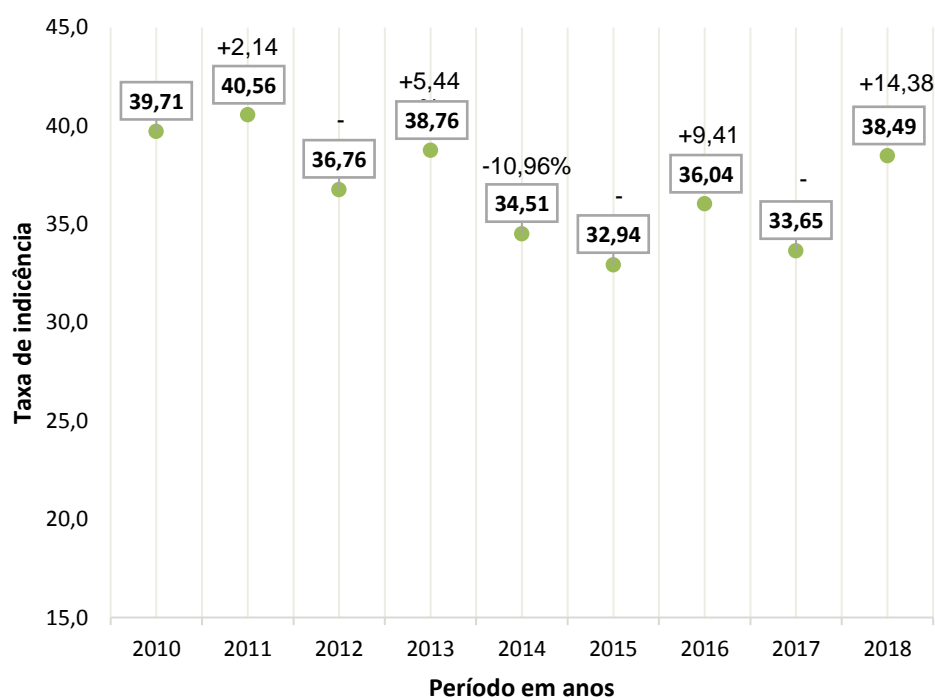
2011	114.022,4170	4.625,0	11
2012	115.032,5010	4.229,0	9
2013	117.077,9166	4.538,0	12
2014	121.343,5839	4.188,0	6
2015	128.213,7501	4.223,0	9
2016	128.312,6665	4.624,0	6
2017	126.673,3336	4.262,0	14
2018	128.394,2499	4.942,0	9

Fonte: InfoLogo AEAT, 2021.

### Taxa de incidência

Em 2011 foi verificado um aumento da exposição dos colaboradores aos acidentes, porém, é observado uma tendência gradual de redução dos valores de incidência de acidentes quando comparados ao início do período de análise em 2010 atingindo uma diminuição de 17,05% ao final de 2015. Por outro lado, a partir de 2016 os valores para essa taxa passam a crescer, atingindo um aumento de 16,85% no final de 2018 (Figura 1).

Figura 1: Número de acidentados para cada grupo de 1.000 vínculos expostos aos riscos, em cada ano do período analisado, com a respectiva variação percentual. Círculos cinzas: taxa de incidência; caixas: valor bruto da taxa de incidência; sinal positivo: percentual de aumento da taxa de incidência em relação ao ano imediatamente anterior; sinal negativo: percentual de redução da taxa de incidência em relação ao ano imediatamente anterior.



Fonte: Autor, 2021

A elevação percebida a partir de 2016 pode estar relacionada com as condições psicológicas dos colaboradores (SCHAEFER et al., 2012) resultando em ausência de foco no desenvolvimento de suas obrigações, dificuldade para reter informações, desinteresse, estresse, o que caracteriza uma abordagem centrada no indivíduo (GREENWOOD; WOODS, 1919; HEINRICH, 1930). Nesse tipo de abordagem é considerado que as ações dos colaboradores ou de seus colegas exercem papel de destaque como fatores imediatamente precedentes aos acidentes (GONÇALVES; RAMOS, 2015). Entretanto, isso não significa que esta é a abordagem mais adequada ou que melhor represente as causas reais dos acontecimentos sendo necessário considerar também aspectos sistêmicos e históricos das organizações (TURNER; PIDGEON, 1997; REASON, 1997; OLIVEIRA, 2003; LLORY; MONTMAYEUL, 2014). Afinal, para Reason (2006) o fator humano, imediatamente antes do acidente, possui pouca importância na prevenção contra acontecimentos futuros.

Segundo Turner e Pidgeon (1997) as crenças, normas e práticas organizacionais possuem grande relevância na sequência de acontecimentos que desencadeiam o acidente de trabalho. Desse modo, esse aumento da incidência de acidentes também pode estar relacionado com uma possível ausência de uma Política de Segurança bem definida, de integração dos programas voltados à saúde e segurança no trabalho aos processos produtivos, falta de investimentos em segurança e aumento das pressões de produção, subestimação da necessidade de revisão dos programas de segurança existentes, falta de diálogo, consulta e participação dos colaboradores, alta rotatividade destes, falta de treinamento e capacitação, condições inseguras, análises equivocadas de acidentes (TURNER; PIDGEON, 1997; OLIVEIRA, 2003; BRASIL, 2008). Além disso, Reason (1997) em sua proposta de abordagem sistêmica acrescenta o termo denominado de condições latentes, o qual associa toda tomada de decisão, seja esta direta ou indireta, por parte das organizações como uma provável causa do infortúnio. Dentro desse contexto falhas no planejamento, escolhas equivocadas dos processos para implementação desses planejamentos ou das medidas adotadas, a ineficiência dos processos adotados para identificação de perigos e controle dos riscos, falha na fiscalização interna e monitoramento dos processos de operação, também podem estar contribuindo para o

aumento da exposição dos envolvidos aos acidentes (REASON, 1997; OLIVEIRA, 2003; BRASIL, 2008).

Essa análise completa e diversificada das possíveis causas dos acidentes é essencial para adoção de medidas capazes de inibir o eco que essas ocorrências podem causar. Isso pode ser observado e reforçado pela declaração, constante no inquérito, dos responsáveis pela investigação do acidente da nave Columbia em missão pela NASA, *Columbia Accident Investigation Board (CAIB)*:

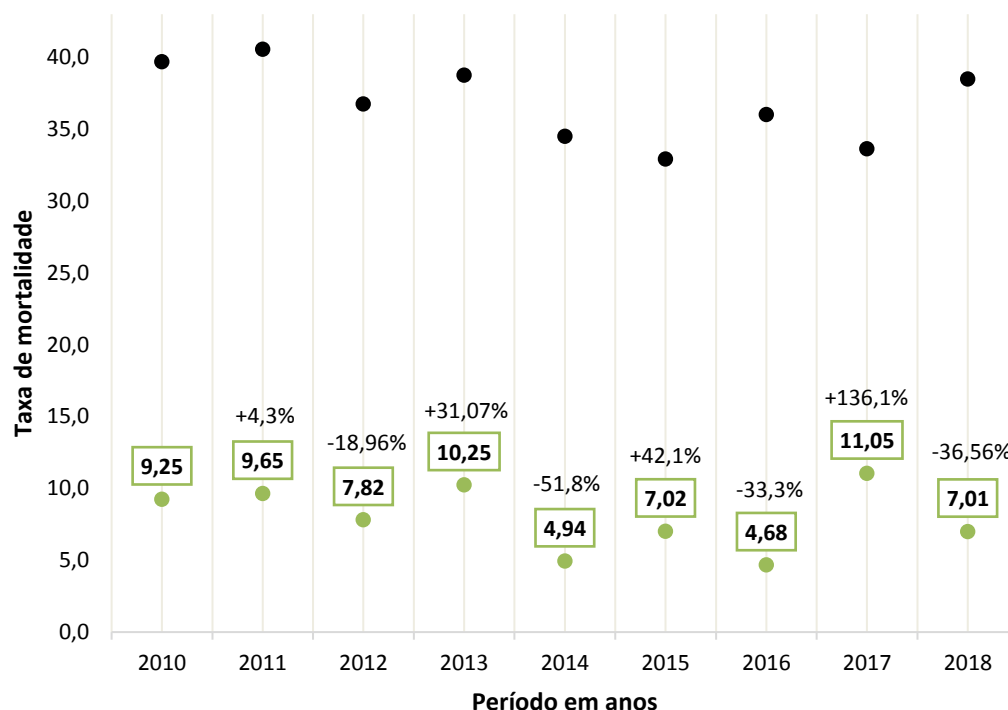
“Muitas investigações não vão suficientemente longe. Eles identificam a causa técnica do acidente, em seguida, associam a variante ‘erro do operador’ – o operador que esqueceu de inserir o parafuso, o engenheiro que avaliou mal as restrições ou o gerente que tomou as decisões erradas. Mas isso raramente representa a totalidade da questão. Quando as determinações da cadeia causal são limitadas pela falha técnica e humana, normalmente as ações de prevenção de um acontecimento similar futuro são igualmente limitadas.” (CAIB, 2003, v. 1, p. 97, tradução nossa)

A comparação estatística entre os valores anuais da taxa de incidência não caracteriza as reduções da taxa como estatisticamente significativas ( $p > 0,05$ ) ao final do período analisado.

### **Taxa de mortalidade**

A taxa de mortalidade não apresenta um padrão de comportamento sendo irregular dentro do período analisado (Figura 2).

Figura 2: Número de óbitos para cada grupo de 100.000 vínculos expostos aos riscos, em cada ano do período analisado, com a respectiva variação percentual assinalada. Círculos pretos: projeção da taxa de incidência; círculo cinza: taxa de mortalidade; caixa: valor bruto da taxa; sinal positivo: percentual de aumento da taxa de mortalidade em relação ao ano imediatamente anterior; sinal negativo: percentual de redução da taxa de mortalidade em relação ao ano imediatamente anterior.



Fonte: Autor, 2021

No ano de 2014 é observado o segundo menor valor registrado dessa taxa, atingindo uma redução da exposição dos colaboradores ao óbito em 45,83% quando comparado ao ano de 2013 e ao analisar de maneira conjunta com a taxa de incidência, esse decréscimo simultâneo pode estar possivelmente relacionado com a efetividade das medidas de prevenção adotadas pelas organizações.

No ano de 2016 é atingido o menor valor para taxa de mortalidade, em contrapartida a taxa de incidência apresentou um aumento quando comparado ao ano imediatamente anterior, o que pode estar relacionado, além das hipóteses já abordadas anteriormente, com uma priorização por parte das organizações em preencher lacunas deixadas pelos acontecimentos fatais dos anos anteriores.

Por outro lado, no ano de 2017 é observado o maior valor registrado para a taxa de mortalidade, com um aumento de 136,11% em relação ao ano anterior. Mais uma vez, ao analisar em conjunto é observado que, em paralelo a esse aumento, a taxa de incidência diminui quando comparada a 2016. Esse comportamento pode vir a ser justificado por uma falta de adesão da política de segurança por todos os envolvidos na organização, pressões de produção, por aumento da rentabilidade e diminuição de custos, reduções orçamentárias para aprimoramento e implementação

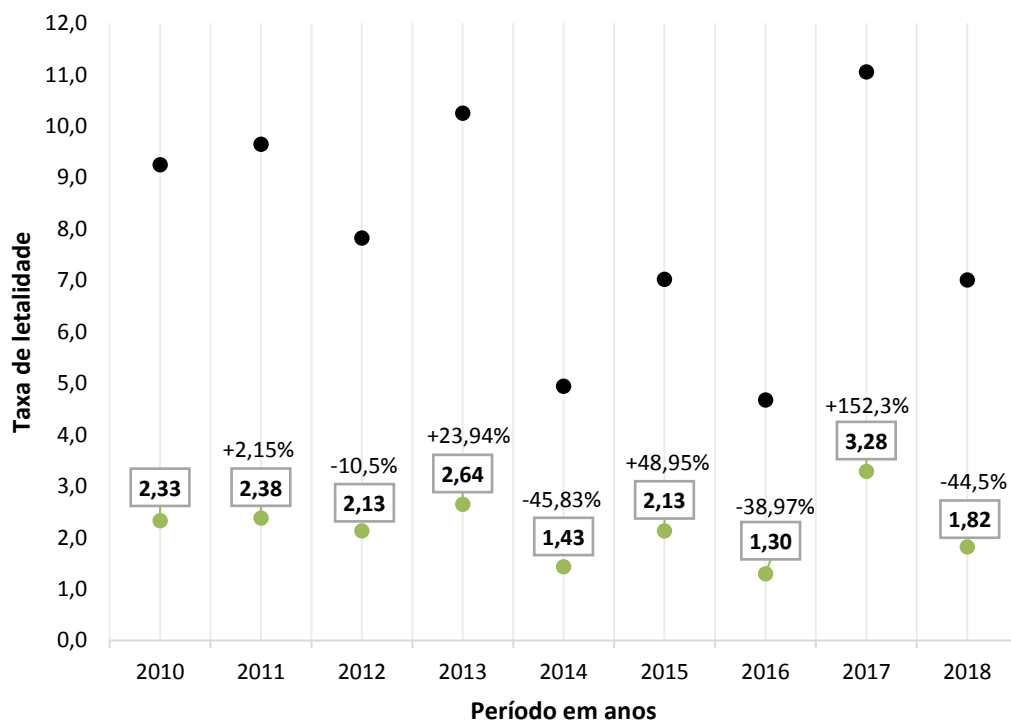
de novos sistemas de segurança ocupacional (TUNER; PIDGEON, 1997; REASON, 1997; OLIVEIRA, 2003; LLORY; MONTMAYEUL, 2014). Essas hipóteses levantadas podem ser ilustradas pela catástrofe premeditada da refinaria *British Petroleum* de *Texas City*, em 2005 nos Estados Unidos, em que embora a maior parte dos problemas de segurança que estavam na origem do acidente, conforme relatado no inquérito, já haviam sido identificados e eram tidos como recorrentes, o foco se manteve na lucratividade (LLORY; MONTMAYEUL, 2014).

Mesmo com nítidos decréscimos na taxa de mortalidade, a comparação estatística entre os valores anuais dessa taxa não mostra as reduções observadas como significativas ( $p > 0,05$ ) ao final do período analisado.

### Taxa de letalidade

A taxa de letalidade apresenta comportamento análogo a taxa de mortalidade possivelmente por possuírem a variável óbito em comum (Figura 3).

Figura 3: Número de acidentes fatais para cada 1.000 acidentes registrados, em cada ano do período analisado, com a respectiva variação percentual assinalada. Círculos pretos: projeção da taxa de mortalidade; círculo cinza: taxa de letalidade; caixa: valor bruto da taxa; sinal positivo: percentual de aumento da taxa de letalidade em relação ao ano imediatamente anterior; sinal negativo: percentual de redução da taxa de letalidade em relação ao ano imediatamente anterior.



Fonte: Autor, 2021.

A redução de 45,83% no ano de 2014, interpretado como um abrandamento da gravidade dos acidentes registrados, reforça as hipóteses já levantadas anteriormente ilustrando uma postura reativa.

Já em 2017, é observado um aumento de 152,30% o que representa um agravamento dos acidentes ocorridos. Esse agravamento pode ser, além das hipóteses já mencionadas, um reflexo da inobservância dos sinais apresentados no ano de 2016 quando é verificado um aumento na taxa de incidência, pois, segundo LLORY e MONTMAYEUL (2014) os aspectos históricos da organização possuem papel relevante na gênese e prevenção dos acidentes.

A instabilidade e o comportamento irregular dos indicadores analisados reforçam a afirmação de LLORY e MONTMAYEUL (2014) de que a segurança não é capaz de atingir um estágio definitivo e estável, ou seja, não se tem como atingir um estágio de segurança a ponto de não ser mais necessário revisar ou aprimorar as medidas adotadas.

Embora os valores observados tenham apresentado reduções na taxa de letalidade, estatisticamente essas variações não foram indicadas como significativas ( $p > 0,05$ ), assim como verificado para as demais taxas analisadas. Entretanto, no cenário de saúde e segurança no trabalho, é possível indicar que toda a redução de valores pode ser encarada como um progresso, mesmo que de maneira lenta e gradual.

## **5 Considerações Finais**

A partir da observação das oscilações nos valores das taxas analisadas, pode-se indicar uma postura tendenciosamente reativa por parte das organizações em matéria de saúde e segurança do trabalho. Porém, para uma possível mudança de cenário é imprescindível adotar abordagens organizacionais e sistêmicas, buscando melhorias, revisão e aprimoramentos dos processos e medidas adotadas, incluindo todos os envolvidos desde a alta-direção até os operadores do chão de fábrica, considerando fatores históricos e, principalmente, acontecimentos passados, sejam estes de maior gravidade ou não, pois somente assim é possível alcançar uma postura proativa no combate aos acidentes. Afinal, acidentes de menor gravidade ou quase acidentes podem anunciar a ocorrência de um evento futuro de alta magnitude. Além



disso é necessário desconstruir a ideia de que o fator humano constitui o elo frágil nos infortúnios.

Embora as subnotificações venham diminuindo, elas ainda ocorrem e tal fato pode representar uma realidade distorcida. Além disso, os registros no ano de 2018 de acordo com o AEAT são preliminares podendo sofrer alguma variação, conseqüentemente, impactando nos indicadores. Ainda, é necessário ressaltar que alguns desses indicadores podem ter sido mascarados devido ter-se considerado a divisão 10, fabricação de produtos alimentícios, como um todo e não separados por classes.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, F.S.S. et al. Tendência na incidência e mortalidade por acidentes de trabalho no Brasil, 1998 a 2008. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 30(9): 1957 – 1964, setembro, 2014.

BRASIL. **Lei nº 8.213, de julho de 1991**. Dispõe sobre os planos de benefícios da previdência social e outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/Ccivil\\_03/LEIS/L8213cons.htm](http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/LEIS/L8213cons.htm). Acesso em: 05 de janeiro 2020.

BRASIL. MINISTÉRIO DA FAZENDA, et al. **Anuário Estatístico de Acidentes do Trabalho**: AEAT 2018. Brasília, v. 1, 1288 p. 2018.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Análises de Acidentes do Trabalho Fatais no Rio Grande do Sul**: a experiência da seção de Segurança e Saúde do Trabalhador – SEGUR. Porto Alegre: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego do RS, 2008. 336 p.

CAVALCANTE, C. A. A. et al. Análise crítica dos Acidentes de Trabalho no Brasil. **Revista de Atenção à Saúde**, v.13, nº 44, abr./jun. 2015, p.100-109.

COLUMBIA ACCIDENT INVESTIGATION BOARD. **Report**. National Aeronautics and Space Administration (NASA) and the Government Printing Office, Washington DC, 2003. v 1.

GONÇALVES FILHO, A.P. et al. Acidente de trabalho em sistema de produção: abordagem e prevenção. **São Carlos: Gestão de Produção**, 2015. v.22, n. 2, p. 431-442.

HAMMER, Harper DAT, Ryan PD. PAST: Palaeontological Statistics software for education and data analysis. **Palaeontol Electronica**. 2001;4(1):1-9.

HEINRICH, H. W. **Industrial accident prevention: a scientific approach**. New York: McGraw-Hill, 1931.

LLORY, M.; MONTMAYEUL, R. **O acidente e a organização**. Tradução de Marlene Machado Zica Vianna. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2014. 192p. ISBN: 978-85-63299-16-1.

OLIVEIRA, J.C. **Segurança e Saúde no Trabalho: uma questão mal compreendida. São Paulo em perspectiva**, 2003. v. 17.

REASON J. **Managing the Risk of Organizational Accidents**. USA: Ashgate Publishing, 1997.

REASON, J. **Human error**. 17 ed. Nova York: Cambridge University Press, 2006. 302 p.

SCHAEFER, L.S.; LOBO, B.O.M.; KRISTENSEN, C.H. Transtorno de estresse pós-traumático decorrente de acidente de trabalho: implicações psicológicas, socioeconômicas e jurídicas. **Estudos de Psicologia**, 17(2), maio-agosto/2012, 329-336. ISSN: 1678-4669.

SILVA, M.A. Sistema de Gestão da Segurança e Saúde do Trabalho com base na ISO 45.001/2018. 11. ed. **Revista Gestão em Foco**, 2019.

VIEIRA, A.A. & PASSOS JR., C. Strategy for implementing an occupational safety and health management system based on ISO 45001. **Research, Society and Development**. v. 9. n. 7. 2020.

TURNER, B. A., & PIDGEON, N. F. **Man-made disasters**. 2 ed. Great Britain: Butterworth-Heinemann, 1997. 249 p.

## **ANÁLISE DOS CUSTOS DE PRODUÇÃO DE MÁSCARAS ARTESANAIS PRODUZIDAS POR OCASIÃO DE UMA PANDEMIA**

**Rosane Chaves Pereira<sup>4</sup>**  
**Rodolfo Porciuncula Matte<sup>5</sup>**  
**Roberto Carlos Dalongaro<sup>6</sup>**

**Resumo:** O presente trabalho trouxe uma grande reflexão ao ser humano, sobre algo que se mostrou global, o tão temido pela grande maioria, a Covid-19 ou Coronavírus. Desde seu surgimento, de acordo com órgãos oficiais, milhares de pessoas sofreram com essa nova doença que se manifestou primeiramente, na China e se espalhou por todos os países, algo que é possível, devido aos aspectos de uma sociedade moderna e interativa. Para controlar a chamada nova pandemia, protocolos foram lançados e, especificamente, a utilização de máscaras se tornou fundamental, a fim de controlar a propagação da enfermidade. A partir desse contexto desenvolveu-se a pesquisa, voltando-se para o tema: Análise da composição dos custos de produção de máscaras artesanais durante uma pandemia, demonstrando que o empreendedorismo pode ser uma saída em momentos de crise. Para tanto, foi necessário buscar os conteúdos presente na contabilidade, a fim de evidenciar os custos e os lucros obtidos em determinado período.

**Palavras-chave:** Pandemia. Máscaras. Empreendedorismo. Custos.

## **ANÁLISIS DE LOS COSTOS DE PRODUCCIÓN DE MÁSCARAS ARTESANAS PRODUCIDAS CON MOTIVO DE UNA PANDEMIA**

**Resumen:** El presente trabajo trajo una gran reflexión al ser humano, sobre algo que resultó ser global, el tan temido por la gran mayoría, el Covid-19 o Coronavirus. Desde su aparición, según organismos oficiales, miles de personas han padecido esta nueva enfermedad que se manifestó por primera vez en China y se extendió a todos los países, algo que es posible gracias a los aspectos de una sociedad moderna e interactiva. Para el control de la llamada nueva pandemia se pusieron en marcha protocolos y, en concreto, el uso de mascarillas se volvió fundamental para controlar la propagación de la enfermedad. A partir de este contexto, se desarrolló la investigación, volviendo al tema: Análisis de la composición de los costos de producción de máscaras artesanales durante una pandemia, demostrando que el emprendimiento puede ser una salida en tiempos de crisis. Por lo tanto, fue necesario buscar los contenidos presentes en la contabilidad, con el fin de resaltar los costos y ganancias obtenidos en un período determinado.

<sup>4</sup> Técnica em Contabilidade. Escola Estadual Técnica Olavo Bilac. Ciências Contábeis. E-mail. rosane.colpo@yahoo.com.br

<sup>5</sup> Doutorando em Administração. Mestre em Gestão Estratégica das Organizações. IFFAR - São Borja. Ciências Contábeis. E-mail. rodolfo.matte@iffarroupilha.edu.br

<sup>6</sup> Doutor em Administração. IFFAR – Frederico Westphalen. Ciências Contábeis. E-mail. robertocarlosad@hotmail.com

**Palabras-clave:** Pandemia. Máscaras. Empreendedorismo. Custos.

## 1 Introdução

A Pandemia de 2020 ficará marcado na história da humanidade como o ano das restrições, do distanciamento social, dos cuidados com a saúde e das milhares de pessoas infectadas, isso se deve ao surgimento da Covid-19, um vírus que pode ser letal para a população mundial.

Como forma de conter a propagação do vírus, dentre as medidas adotadas, como as de higiene das mãos ao fazer uso do álcool em gel, houve o incentivo à utilização de máscaras faciais. Logo que os órgãos ligados à saúde incentivaram a utilização das máscaras, estas sofreram uma demanda por parte da população pela necessidade de proteção e o resultado disso foi a falta do produto no mercado, até então vendida em diversos estabelecimentos comerciais.

A grande procura e a falta do produto no mercado, tornaram-se por meio da confecção artesanal uma opção viável, indicada pelos setores da saúde que indicam a proteção facial para evitar o contágio das pessoas ao tossir e espirrar.

Ao realizar o levantamento contábil da produção das máscaras que foram confeccionadas durante os primeiros meses da pandemia, algo que foi necessário, primeiramente, para os familiares e, a partir daí, expandiu-se a confecção para a complementação de renda surgiu a necessidade do conhecimento dos custos e de calcular qual o ponto de equilíbrio contábil do produto, para averiguar se a produção teve lucro e se o valor cobrado estava compatível com a crise econômica que surgiu com a pandemia.

Apurando-se os resultados é possível demonstrar que o empreendedorismo, mesmo no ramo artesanal pode contribuir para a geração de renda. Para que o lucro seja efetivado é preciso que ocorra a demanda em relação a um produto, o que gerou o objetivo geral da pesquisa, que foi analisar os custos de produção e a viabilidade econômica do empreendimento.

Os métodos utilizados para a pesquisa e levantamento de dados foram bibliográficos e exploratórios para averiguação dos fatos.

O trabalho está dividido na seguinte ordem: A introdução, o desenvolvimento expondo a metodologia e os resultados obtidos através dos cálculos da margem de contribuição e do ponto de equilíbrio, finalizando com a conclusão do trabalho.

## **2 Fundamentação teórica**

### **2.1 Pandemia e impactos nas sociedades**

O ano de 2020 o mundo foi afetado pelo novo Coronavírus SARS-CoV-2, que provoca a doença batizada como Covid-19, origem no interior da China, ela logo se alastrou, culminando em uma epidemia e, após alguns meses, em pandemia que afeta centenas de nações.

Uma pandemia é um a enfermidade epidêmica amplamente disseminada e, de acordo com Rodrigues (2020), “ O Coronavírus não é o primeiro a causar preocupação aos governos e sociedades”. Algumas doenças foram responsáveis por mudanças drásticas na sociedade e levaram milhares de pessoas à morte.

Segundo o Ministério da Saúde, Os Coronavírus são uma grande família de vírus comuns em muitas espécies diferentes de animais, incluindo camelos, gado, gatos e morcegos. Raramente, os Coronavírus que infectam animais podem infectar pessoas, como exemplo do MERS-CoV e SARS-CoV. Recentemente, em dezembro de 2019, houve a transmissão de um novo Coronavírus (SARS-CoV-2), o qual foi identificado em Wuhan na China e causou a COVID-19, sendo em seguida disseminada e transmitida pessoa a pessoa (BRASIL, 2020).

O Brasil o teve seu primeiro caso confirmado para a doença em fevereiro, no Estado de São Paulo, com um homem de 61 anos, vindo da Itália, que foi internado no Hospital Albert Einstein (SANAR, 2020).

No Rio Grande do Sul, a Secretaria da Saúde SES (2020), por meio do Centro Estadual de Vigilância em Saúde (Cevs), confirmou, no dia 10 de março de 2020, o primeiro caso de infecção pelo novo Coronavírus no Rio Grande do Sul. Trata-se de um homem, de 60 anos, residente em Campo Bom, que teve histórico de viagem para Milão, na Itália, entre os dias 16 e 23 de fevereiro.

### **2.2 Empreendedorismo: a pandemia como oportunidade**



O empreendedorismo tem se firmado como uma das tendências para a solução dos problemas da economia atual. A atividade empreendedora é de fundamental importância para o processo de desenvolvimento econômico.

Para Dornelas (2005), Pode-se entender por empreendedorismo o estudo voltado para o desenvolvimento de competências e habilidades relacionadas à criação de um projeto técnico, científico ou empresarial. Origina-se do termo empreendedor, aquele que cria, abre e gerir um negócio. “Empreender tem a ver com fazer diferente, antecipar-se aos fatos, implementar ideias, buscar oportunidades e assumir riscos calculados. Mais do que isso está relacionado à busca da auto realização” (BERNARDO; VIEIRA, ARAÚJO; 2013).

Assim sendo, com o surgimento da pandemia, a atividade empreendedora apresenta-se como uma alternativa para várias pessoas para a obtenção de uma renda.

Segundo Hisrich e Peters (2004), o papel do empreendedorismo no desenvolvimento da economia não envolve apenas o aumento da produção e renda per capita, envolve, também, iniciar e estabelecer mudanças na estrutura do negócio e da sociedade.

Conforme Menezes (2003), o empreendedorismo é a atividade realizada por pessoas que conseguem enxergar novas oportunidades e combinar recursos, ideias e habilidades de forma inovadora para a realização de um objetivo, o que sem criatividade não seria possível.

O empreendedor, de acordo com SEBRAE (2013), é o indivíduo que tem iniciativa, que inova, cria, enfrenta os desafios, corre riscos calculados, está preparado para os possíveis fracassos, busca informações e estuda o mercado em que pretende atuar. Enfim, é o indivíduo que identifica e cria oportunidade de negócios, monta e coordena novas combinações de recursos para extrair os maiores benefícios de suas inovações.

Apesar das tendências negativas e impactantes, o brasileiro tem muito a sério a ideia de que crise gera oportunidade. Segundo Andrade (2020), entre 7 de março e 4 de julho deste ano, o Portal do Empreendedor registrou 551.153 novos microempreendedores no país, 16.788 a mais do que no mesmo período de 2019.



Enquanto empresas de todos os segmentos fecham as portas em decorrência das complicações financeiras geradas pela pandemia, outras nascem da necessidade de ter uma nova fonte de renda. Para site contábil, o Brasil caminha, em 2020, para registrar o maior número de empreendedores de sua história devido à necessidade das pessoas de reinventarem diante da crise causada pela pandemia (ANDRADE, 2020).

Nos nove primeiros meses deste ano, para Vilela (2020), o número de Microempreendedores Individuais (MEIs) no país cresceu 14,8%, na comparação com o mesmo período do ano passado, chegando a 10,9 milhões de registros. Impulsionados pela crise gerada pela pandemia do novo Coronavírus, os brasileiros buscaram na atividade empreendedora uma alternativa de renda, exemplo disso pode ser observado naqueles que viram na confecção de máscaras, uma fonte extra de oportunidade de negócio.

### **2.3 Contabilidade de Custos**

A contabilidade de custos, nos seus primórdios, teve como principal função a avaliação de estoques em empresas industriais, que é um procedimento muito mais complexo do que nas comerciais, uma vez que envolve muito mais que a simples compra e revenda de mercadoria, são feitos pagamentos a fatores de produção tais como salários, aquisições e utilização de matérias-primas, etc. (VICECONTI, 2013, p. 8). Esta demonstrará por quanto um produto precisa ser vendido para poder gerar lucro para uma empresa. Isto é, todo custo de produção envolvido para produção de algo.

Segundo Ribeiro (2010, p.23): “A Contabilidade de Custos nasceu da Contabilidade Financeira, quando da necessidade de avaliar estoques na indústria, mais especificamente com o início da Revolução Industrial” (Martins, 2000, p.23). Ainda, para Martins, “a contabilidade de custos tem duas funções relevantes: no auxílio ao controle e na ajuda as tomadas de decisões”.

Para Martins (2008, p. 25), conceitua custo e despesa da seguinte forma: O custo é também um gasto só que reconhecido como tal, isto é, como custo, no momento da utilização dos fatores de produção (bens e serviços), para a fabricação

de um produto ou execução de um serviço. [...] Despesa – Bem ou serviço consumido direta ou indiretamente para a obtenção de receitas.

## **2.4 Margem de contribuição**

Para Martins (2010) a margem de contribuição é quantia em dinheiro que sobra da Receita obtida através da venda de um produto, serviço ou mercadoria após retirar o valor dos gastos variáveis. Quando nos referimos a uma unidade do produto, o termo correto a ser utilizado é Margem de Contribuição Unitária.

Logo, quando se calcula a diferença entre o preço de venda (da unidade) e o custo unitário, estando assim calculando a Margem de Contribuição Unitária e não a Margem de Contribuição. Ela representa uma margem dos produtos vendidos que contribuirá para a empresa cobrir todos os seus custos e despesas fixas, chamados de Custo de Estrutura/Suporte. (MARTINS, 2010).

A Margem de Contribuição por Unidade, que é a diferença entre o preço de venda e o Custo Variável e despesa variável de cada produto; é o valor que cada unidade efetivamente traz à empresa de sobra entre sua receita e o custo que de fato provocou e que lhe pode ser imputada sem erro (MARTINS, 2010, p. 128).

## **2.5 Preço de venda**

Presente em todas as organizações sejam elas comerciais ou industriais, o preço de venda sempre será influenciado por diversos fatores, tanto internos quanto externos. Na percepção de Santos (2013), há dois tipos de análises: a primeira refere-se ao mercado, o qual define o preço de venda e empresa terá que se adequar; a segunda propõe que a empresa, deva apropriar todos os custos da forma mais justa possível.

Com isso, conhecer os custos dos produtos, assim como saber analisar o ambiente externo, é necessário na administração do preço de venda.

## **2.6 Ponto de Equilíbrio**

O Ponto de Equilíbrio, na visão da Contabilidade, é aquele ponto do faturamento atingido pela empresa em que o lucro é zero, mas todas as despesas são cobertas. No mundo dos negócios, o ponto de equilíbrio é conhecido como Break-

even point (BEP), e conhecer o ponto de equilíbrio da empresa é fundamental para você entender o momento certo de tomar alguma ação (MARTINS, 2010).

Consoante com Sanvincente (1997, p.193) “Entende-se por ponto de equilíbrio das operações de uma empresa aquele nível ou volume de produção (ou atividade, em caso de empresa não-industrial) em que o resultado operacional é nulo, ou seja, as receitas operacionais são exatamente iguais ao valor.

De acordo com Megliorini (2012), (...)situação em que a empresa não apresenta nem lucro nem prejuízo. Essa situação é obtida quando se atinge um nível de vendas no qual as receitas geradas são suficientes apenas para cobrir os custos e as despesas. O lucro começa a ocorrer com as vendas adicionais, após ter sido atingido o ponto de equilíbrio (MEGLIORINI, 2012, p. 148).

Conhecer o ponto de equilíbrio da empresa é fundamental, pois as informações precisas iram auxiliar o gestor a tomar decisões corretas e buscar alternativas eficientes no planejamento da empresa.

Na concepção de Martins (2010), o tipo de análise que os administradores necessitam para a tomada de decisões, vai influenciar na forma de calcular o ponto de equilíbrio, que pode ser contábil, financeiro ou econômico.

a) Ponto de Equilíbrio Contábil é o ponto em que o lucro da empresa é zero, ou seja, é o ponto no qual a receita total é igual aos custos e despesas totais. Também chamado de Break-even Point ou Ponto de Ruptura ou Ponto.

b) Ponto de Equilíbrio Financeiro não leva em conta a Depreciação, Amortização e Exaustão (que diminuem o lucro, mas não representam saída de caixa).

c) Ponto de Equilíbrio Econômico considera o Custo de Oportunidade no cálculo do ponto de equilíbrio.

### **3 Metodologia**

A metodologia aplicada para a fundamentação desta pesquisa foi de natureza exploratória, do tipo pesquisa bibliográfica analisando autores que trataram sobre o assunto em livros e sites especializados.

Em relação a classificação da pesquisa caracteriza como exploratória, pois são planejadas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca

de determinado fato. Sendo que estas pesquisas são conduzidas durante o estágio inicial de um processo de pesquisa mais amplo.

No que tange a pesquisa bibliográfica, Severino (2000) grifa, que pesquisa bibliográfica é uma busca apurada em livros, revistas, sites, jornais, documentários a respeito de um assunto. Ainda, segundo ele, não se pode proceder ao estudo de algo, sem identificar o que foi produzido sobre determinado assunto, evitando tomar como inédito o conhecimento já existente, repetir estudos já desenvolvidos, bem como elaborar pesquisas desguarnecidas de fundamentação teórica.

### **3.1 Coleta de dados**

A coleta de dados informa como foram obtidos dos dados necessários para responder ao problema, correlacionando os objetivos e os meios para alcançá-los, bem como justificando a adequação de um e outro (VERGARA, 2011). Dada a importância da revisão de literatura para todas as áreas

Os dados coletados para o trabalho foram em fontes bibliográficas pesquisada foram em livros, revistas, jornais e redes eletrônicas.

Em relação aos valores dos insumos para a fabricação das máscaras artesanais, estes foram pesquisados em sites das empresas especializadas na área, na cidade de São Borja e também em municípios vizinhos.

Os dados da pesquisa possibilitaram a formação de subsídios para construção do relato para explicar o passo a passo da confecção das máscaras de tecido, bem como calcular todos os custos de fabricação, propondo um preço de venda justo, ou seja, que agregue renda para quem fabrica e um preço justo para quem compra.

## **4 Análise dos resultados**

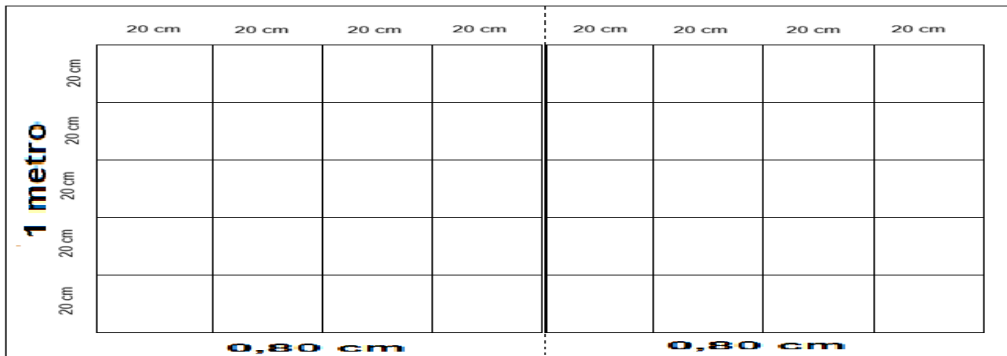
Neste capítulo, são apresentados os resultados obtidos, tanto na pesquisa bibliográfica, assim como as informações referentes aos custos (valores) dos insumos em lojas do ramo, para fabricação das máscaras.

### **4.1 Modelo para confecção das máscaras**

Foram usadas as medidas do molde abaixo para confecção de 20 máscaras de tecido duplo. Para começar, corte um metro de tecido de algodão com 1,80cm de

largura e dobre no meio para que as máscaras fiquem duplas. Meça 20 quadrados (20 x 20cm) e recorte. Na sequência corte 40 pedaços de elástico, cada pedaço com 20 cm, que resultará em 20 máscaras de tecido duplo. Conforme quadro abaixo:

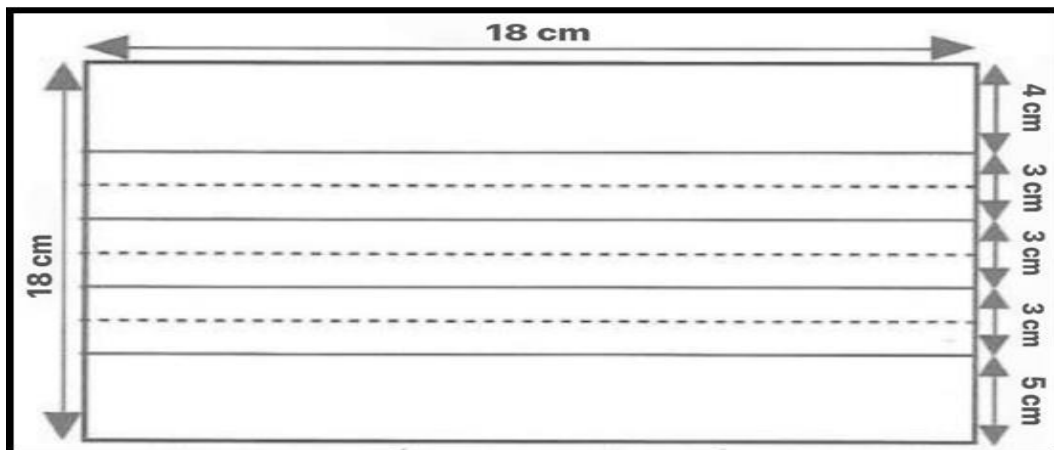
**Quadro 1: Molde de tecido (duplo) para fabricação de 20 máscaras**



Fonte: Adaptado pelo autor.

O modelo de máscara de tecido, com pregas, que é fabricado artesanalmente está apresentado no quadro abaixo:

**Quadro 2: Molde máscara verefazer.org**



Fonte: Adaptado pelo autor.

#### 4.2 Custos e preço de venda das máscaras artesanais

De acordo com Reis (2018), para obter lucro e cobrar um preço justo ao consumidor é preciso colocar na ponta do lápis o custo e as despesas da fabricação do produto. Assim sendo, para confeccionar a quantidade de vinte máscaras utilizou-se um metro de tecido de algodão, um metro de elástico, dois retrós de linha da cor



do tecido, vinte unidades de embalagem plásticas (25x11), uma máquina de costura reta, alfinetes, uma fita métrica, molde da máscara e uma tesoura.

Para calcularmos os custos unitário das máscaras de tecido, primeiramente, precisa-se partir de um parâmetro, e para melhor demonstrar os cálculos utilizar as seguintes medidas para confecção de 20 (vinte) unidades de máscaras.

Cálculo aproximado do custo de energia consumida para a fabricação das máscaras, primeiro dividir o valor da potência da máquina de costurar por 1000 e depois multiplicamos o resultado pelo tempo gasto na fabricação das máscaras, o valor encontrado multiplicaremos pelo valor do 1 kw/h, e assim descobriremos o valor da energia consumida.

Logo;

Potência – 100w

Horas trabalhadas – 3 horas

100 kw/h – R\$ 0,94

### Quadro 3: Cálculo do Kw/h

$$\frac{100}{1000} = 0,1 \times 3 = 0,3 \times 0,94 = 0,282$$

Fonte: Adaptado pelo autor.

Então na tabela 01 abaixo temos a relação dos custos e o custo total de produção das máscaras.

**Tabela 01: O custo das máscaras**

Produtos	Valores em R\$
01 metro de tecido de algodão	24,90
02 retrós de linha pequeno	5,00
04 metros de elástico	4,00
20 unidades de embalagens plásticas	1,00
Energia elétrica	0,29
Total dos custos	35,19

Fonte: Adaptado pelo autor.



Na tabela 01 ficou demonstrado os custos dos produtos e o custo total de produção para 20 máscaras.

**Quadro 4: Cálculo do custo unitário**

Então:		<b>C unit. = <math>\frac{35,19}{20}</math></b>
Total dos custos	<b>R\$ 35,19</b>	
20 Unidades		
		<b>C unit. = 1,75 95 ou 1,76</b>

Fonte: Adaptado pelo autor.

Como mostra o quadro 04, para saber o custo unitário da máscara artesanal, é preciso conhecer os valores da soma de todos dos custos, após dividir o total dos custos pela quantidade de máscara fabricadas, com isso chega-se no custo unitário por máscara de R\$ 1,76.

**Quadro 5: Cálculo dos Custos Fixos**

<b>TCF= Totais dos custos fixos</b>	<b>TCF = TPV x Cup</b>
<b>TPV = Total de produtos vendidos</b>	<b>TCF = 220 X 1,76</b>
<b>CUP = Custo unitário produto</b>	<b>TCF = R\$ 387,20</b>

Fonte: Adaptado pelo autor.

Referente ao cálculo do ponto de equilíbrio, primeiramente, é importante descobrir o total de máscara confeccionada no mês, que foram 220 unidades, o preço de venda unitário R\$ 5,00.

Os custos existentes na fabricação das máscaras de tecido são mistos, pois eles funcionam como fixos, quando o artesão produzir a mesma quantidade todos os meses, e os custos vão se comportar como variáveis, se o mesmo aumentar a demanda da confecção e conseqüentemente, os custos que antes eram fixos vão variar.

#### Quadro 6: Cálculo do Ponto Equilíbrio

$$\begin{aligned} \text{MC} &= \text{PV} - \text{CV} \\ \text{MC} &= 5 - 1,76 \\ \text{MC} &= 3,24 \\ \text{PEC} &= \frac{\text{CF}}{\text{MC}} = \frac{387,2}{3,24} = 119,50 \end{aligned}$$

Fonte: Adaptado pelo autor.

Com base nas informações obtidas pelos cálculos da Margem de contribuição e pelo Ponto de Equilíbrio Contábil Mensal nas confecções das máscaras, chegou-se ao resultado de que para o artesão pagar todos os custos de fabricação e não ter prejuízo, este tem que vender a quantidade de 120 unidades, e que a partir da centésima vigésima primeira máscara vendida o artesão começará a ter lucro.

Em relação ao Ponto de Equilíbrio Financeiro das confecções das máscaras, deve-se multiplicar a quantidade de máscara (120 unidades) conhecida no cálculo anterior pelo valor de preço de venda (R\$ 5,00), onde se obtém um resultado de R\$ 600,00.

$$\text{PEF} = (120 \text{ um.} \times \text{R\$ } 5,00) = \text{R\$ } 600,00$$

Considerando que a quantidade vendida foi de 220 unidades, então ao diminuir este total das unidades encontrada no ponto de equilíbrio para achar o lucro, que foi conseguido pelo empreendedor no mês com as vendas máscaras faciais:

$$220 \text{ um.} - 120 \text{ um.} = 100 \text{ unidades}$$

$$100 \text{ um.} \times \text{R\$ } 5,00 = \text{R\$ } 500,00$$

Logo o empreendedor obteve um lucro de R\$ 500,00 com confecção das máscaras faciais, o que é possível dizer, que neste tempo de crise é uma boa oportunidade de se conseguir um complemento de renda.

Sendo assim, encerra-se a apresentação dos resultados, a seguir a conclusão do trabalho.

## 5 Considerações Finais

Após apurados os resultados da pesquisa, concluiu-se que a produção de máscaras gerou um lucro considerável, para que a artesã possa pagar seus custos e ainda obter lucro com a venda de máscaras.

Comprovou-se que o trabalho alcançou seus objetivos, e evidenciou a importância de todos os levantamentos contábeis, mantendo-se o controle dos custos para se ter uma boa análise para a formação do preço de venda, podendo desta forma realizar levantamentos e projeções para futuras tomadas de decisões, e que também é possível através do empreendedorismo com o artesanato, obter uma alternativa ou complemento de renda. Além, de cobrar um valor justo pelo seu trabalho e ainda manter o senso de colaboração com a sociedade em um momento de isolamento social durante a pandemia da Covid-19.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Juliana. **Empreendedorismo na pandemia: 13 negócios que surgiram durante a crise de Covid-19**. 2020. Disponível em: <<https://forbes.com.br/escolhas-do-editor/2020/07/empreendedorismo-na-pandemia-13-negocios-que-surgiram-durante-a-crise-de-covid-19/>>. Acesso em Janeiro de 2021.

BERNARDO, N. R.; VIEIRA, E. T.; ARAUJO, E. A. Simões de. **A relevância da atividade empreendedora para o desenvolvimento econômico de um país**. Revista Científica On-line. Tecnologia, Gestão e Humanismo. Guaratinguetá: Fatec, 2013. Disponível em: <<http://www.fatecguaratingueta.edu.br/revista/index.php/RCO-TGH/article/view/22/31>>. Acesso em dezembro de 2020.

BRASIL. **O que é covid-19. Sobre a doença**. Ministério da Saúde. 2020. Disponível em: <<https://coronavirus.saude.gov.br/sobre-a-doenca>>. Acesso em 11/10/20.

DORNELAS, J. C. A. **Empreendedorismo na prática: mitos e verdades do empreendedor de sucesso**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2005.

RODRIGUES, Letícia. **Conheça as 5 maiores pandemias da história. O coronavírus não é o primeiro causador de uma pandemia. Relembre outras doenças que mudaram os rumos da história da humanidade**. Revista Galileu. 2020. Disponível em: <<https://revistagalileu.globo.com/Ciencia/Saude/noticia/2020/03/conheca-5-maiores-pandemias-da-historia.html>>. Acesso em dezembro de 2020.

HISRICH, R. D.; PETERS, M. P. **Empreendedorismo**. 5 ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de Custos**. 7ª Ed. São Paulo: Atlas, 2000.

\_\_\_\_\_, **Contabilidade de custos**. 9. ed. 7. reimpr. São Paulo: Atlas, 2008.

\_\_\_\_\_, **Contabilidade de Custos**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MEGLIORINI, Evandir. **Custos: análise e gestão**. 3 ed. São Paulo: Pearson, 2012.

MENEZES, L.C.M. **Gestão de Projetos**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade Básica Fácil**. 27º edição. São Paulo: Editora Saraiva, 2010.

SANAR SAÚDE. **Linha do tempo do coronavírus no Brasil**. SANAR, 2020.  
Disponível em: <<https://www.sanarmed.com/linha-do-tempo-do-coronavirus-no-brasil>>. Acesso em 21/11/20.

SANTOS, Luiz Fernando Barcellos dos. **Gestão de custos: ferramentas para a tomada de decisões**. 1 ed. Curitiba: Intersaberes, 2013.

SANVINCENTE, A. Z. **Administração financeira**. 3. ed. Sao Paulo: Atlas, 1997.

SEBRAE. **Negócios sociais. Diretrizes estratégicas para a atuação do sistema Sebrae no mercado de negócios sociais**. SEBRAE, 2013. Disponível em: [https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/SC/Anexos/NS%20SEbrae%20-%20Diretrizes\\_estrategicas.pdf](https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/SC/Anexos/NS%20SEbrae%20-%20Diretrizes_estrategicas.pdf)>. Acesso em dezembro de 2020.

SECRETARIA DA SAÚDE DO RIO GRANDE DO SUL. **O primeiro caso de infecção pelo novo Coronavírus no Rio Grande do Sul**. SES, 2020. Disponível em: < <https://saude.rs.gov.br/confirmado-o-primeiro-caso-de-novo-coronavirus-no-rio-grande-do-sul>>. Acesso em 01/12/20 de 2020.

SEVERINO A.J. **Metodologia do trabalho científico**. 21.ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2000.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 13ª ed. São Paulo: Atlas, 2011.

VICECONTI, Paulo Eduardo Vilchez. **Contabilidade de Custos**. 11. ed., ver e atual. – São Paulo: Saraiva, 2013.

VILELA, Pedro Rafael. **Pandemia faz Brasil ter recorde de novos empreendedores**. 2020. Disponível em: < [35](https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-10/pandemia-faz-brasil-ter-recorde-de-novos-Empreendedores#:~:text=Crise%20levou%20milh%C3%B5es%20a%20abrirem%20os%20pr%C3%B3prios%20neg%C3%B3cios&text=Nos%20nove%20primeiros%20meses%20deste,10%20milh%C3%B5es%20de%20registros.>. Acesso em dezembro de 2020.</p></div><div data-bbox=)

## **ASIGNACIÓN UNIVERSAL POR HIJO (AUH) EN ARGENTINA: UN BENEFICIO SOCIAL PARA LOS NIÑOS Y ADOLESCENTES**

**Claudia Itati González<sup>7</sup>**  
**Roberto Carlos Dalongaro<sup>8</sup>**  
**Luís Fernando Peixoto Wesz<sup>9</sup>**

**Resumen:** El estudio está relacionado a una política pública basada en un beneficio social a nivel nacional, dicho beneficio es la Asignación Universal por Hijo (AUH) en Argentina: un beneficio social para los niños y adolescentes menores de 18 años. El objetivo central del estudio es revisar conceptos, características e impactos de la AUH. Para llevar a cabo el referido estudio fue utilizado una metodología basada en un procedimiento bibliográfico, consultando la página WEB la ANSES y artículos científicos acerca del tema.

**Palabras-clave:** Gestión Pública; Asignación Universal; Hijos Menores

## **BOLSA UNIVERSAL POR CRIANÇA (AUH) NA ARGENTINA: UM BENEFÍCIO SOCIAL PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES**

**Resumo:** O estudo está relacionado a uma política pública baseada no benefício social em nível nacional, cujo benefício é o Bolsa-Família (AUH) na Argentina: um benefício social para crianças e adolescentes menores de 18 anos. O objetivo principal do estudo é revisar conceitos, características e impactos da AUH. Para a realização do referido estudo, foi utilizada uma metodologia baseada em procedimento bibliográfico, com consulta ao site da ANSES e a artigos científicos sobre o assunto.

**Palavras-chave:** Gestão Pública; Bolsa Universal; Filhos Menores

### **1 Introducción**

A mediados de los años noventa en países como Brasil y México se comenzaron a implementar los llamados programas de transferencia de ingresos, que en sus versiones actuales conocemos como Bolsa Familia y Oportunidades, respectivamente. Estas iniciativas, como tantas otras desarrolladas en los países de

<sup>7</sup> Mestranda em Gestão Pública. Universidad Nacional de Misiones - UNAM. Administração. E-mail. claudia\_gonzalez801@hotmail.com

<sup>8</sup> Doutor em Administração. IFFAR/FW. Ciências Contábeis. E-mail. robertocarlosad@hotmail.com

<sup>9</sup> Mestre em Agronegócios. URI São Luiz Gonzaga. Ciências Contábeis. E-mail. l-fernando-wesz@bol.com.br



la región, tuvieron como principal objetivo de corto plazo reducir la pobreza, y como objetivo de mediano y largo plazo el desarrollo de capital humano a través de la tríada alimentación, salud y educación.

En el caso de Argentina, el antecedente asimilable a las experiencias latinoamericanas mencionadas fue el programa Familias para la inclusión social de 2004, que surgió como un desprendimiento de lo que fue el primer programa de transferencia de ingresos masivo y que se conoció como Plan Jefes y jefas de Hogares Desocupados. El programa Familias para la inclusión social fue un programa focalizado, de alcance geográfico y cobertura limitados en comparación con las experiencias regionales mencionadas. (SALVIA; TUÑÓN; POY, 2015).

En el marco de la crisis internacional de 2009, y de un progresivo estancamiento de la creación de empleo pleno, el Estado argentino amplió el régimen de protección social dirigido a la población en situación de vulnerabilidad a través de la Asignación Universal por Hijo para Protección Social (AUH). Se trata de un programa de alcance nacional y cobertura universal para todos los niños y niñas menores de dieciocho años de edad cuyos padres se encuentran insertos en empleos no regulados. (SALVIA; TUÑÓN; POY, 2015).

A diferencia de otros regímenes de la región, la AUH constituye una parte integrada del sistema de seguridad social y se encuentra gestionado por la Administración Nacional de la Seguridad Social (ANSES), conformando lo que este organismo denomina el “piso de protección social argentino” (ANSES, 2012: 12), de igual modo que las prestaciones de carácter contributivo (jubilaciones y pensiones) y otras de carácter no contributivo. (SALVIA; TUÑÓN; POY, 2015).

Este programa fue promulgado por medio de un decreto de necesidad y urgencia (Decreto 1602/2009) y constituye un punto de inflexión en el sistema de protección social, complementando el régimen de asignaciones familiares existente - definido por la Ley N° 24.714- y dirigido a los trabajadores formales. En abril de 2013, 3,3 millones de niños, niñas y adolescentes recibían la Asignación Universal por Hijo, y el programa se estima que representaba 0,6% del Producto Interno Bruto (OBSERVATORIO DE LA SEGURIDAD SOCIAL, 2014; PERCZYK, 2014). (SALVIA; TUÑÓN; POY, 2015).



El presente trabajo tiene como objetivo central del estudio revisar conceptos, características e impactos de la AUH, de manera que se pueda observar el número de familias beneficiadas, el número de niños beneficiados desde el principio de programa social en la Argentina. (SALVIA; TUÑÓN; POY, 2015).

## **2 Marco teórico**

El presente marco teórico muestra los conceptos y características relacionadas a programas sociales, relacionando programas en algunos países de Latino América, con un enfoque de delimitación de estudio en el programa social titulado como asignación universal por hijo (AUH) en Argentina. Dicho programa fue implementado con objetivo de beneficiar familias necesitadas con niños pequeños.

### **2.1 Políticas de transferencia de renta en Brasil y Argentina**

Actualmente, varios países de América Latina se destacan por desarrollar políticas de transferencias monetarias condicionadas, lo que ha llamado la atención de científicos sociales de las más diversas áreas. Entre las diversas experiencias, se destacan los siguientes: el Programa Bolsa Familia, en Brasil; el Programa de Desarrollo Humano Oportunidades en México; el Sistema Chile Solidario, en Chile; el programa juntos en Perú, y más recientemente, la Asignación Universal por Hijo para Protección Social, en Argentina. (MARQUES, 2013).

Estos y otros programas integran una segunda generación de políticas asistenciales introducidas en la región (SOLANO, 2009), adoptadas luego de que se hizo evidente que las políticas macroeconómicas neoliberales emprendidas por los gobiernos latinoamericanos, los cuales han tenido como resultado la persistencia de la pobreza y un aumento significativo del número de personas en situación de "vulnerabilidad social", en la expresión utilizada por la Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL, 2000).

En ese momento, esta institución no solo señaló que 220 millones de personas vivían en estado de pobreza, lo que correspondía al 45% de la población total de la región, sino que también enfatizó que el número de hogares aumentó. Con condiciones de vida inestables, cuyos ingresos familiares cruzaban constantemente la línea de pobreza, lo que produjo un aumento de la denominada "rotación de pobreza".

En ese momento, la CEPAL (2000) denunció que la vulnerabilidad social constituía rasgo característico del patrón de desarrollo vigente en estos países durante la década de 1990.

A partir de esta caracterización, la CEPAL (2000) planteó la necesidad de rescatar políticas públicas universales, especialmente en el área de salud y educación, para elevar el nivel de pensiones y pensiones de valores más bajos y promover una mayor solidaridad. Esta solidaridad se traduciría inmediatamente en un aumento de la progresividad fiscal, requiriendo una mayor contribución de mayores rentas y activos, ya sean de particulares o empresas. A partir del alza de la tributación de los más ricos, por tanto, se promovería la universalización de las políticas públicas esenciales.

## **2.2 Efectos relativos a la Asignación Universal por Hijo – AUH**

En Argentina el programa AUH recibió la atención de varios estudios de evaluación de impacto por ser uno de los programas vigentes de transferencias de ingresos más importantes del país. La mayoría de estos estudios investiga los posibles efectos del programa en determinados indicadores distributivos y del mercado laboral. Pero prácticamente ninguno de ellos analiza su impacto en la deserción escolar ni en la tasa de ocupación adolescente, que es uno de sus principales determinantes.

En general, la evidencia para Argentina indica que la AUH disminuyó significativamente los niveles de pobreza y de desigualdad de ingresos (Agis, Cañete y Panigo, 2010 apud Jiménez y Jiménez, 2016).

Por su parte, Garganta y Gasparini (2015) apud (Jiménez y Jiménez, 2016), obtienen resultados que sugieren que este programa disminuyó, entre los beneficiarios, la tasa de entrada a un trabajo registrado en la seguridad social. No obstante, no encontraron evidencia que demuestre que la AUH haya incrementado las tasas de entrada a puestos informales por parte de los trabajadores registrados.

En un estudio reciente, Maurizio y Vázquez (2014) apud (Jiménez y Jiménez, 2016), evalúan los efectos a corto plazo del programa en la participación laboral de los adultos y en la generación de ingresos. Los resultados obtenidos por los autores indican que, en el primer año de operación, el programa no desalentó el trabajo de los adultos ni originó una reducción del número de horas trabajadas.

Respecto a los efectos de la AUH en los resultados educativos de los menores beneficiarios, la evidencia empírica disponible es escasa. Paz y Golovanevsky (2014) emplean los datos de la EPH entre 2009 y 2010 para examinar el impacto de la AUH sobre la escolaridad de niñas y adolescentes de 6 a 17 años. Los resultados obtenidos de la implementación del método difference-in-difference muestran que la tasa de asistencia escolar de niños entre 5 y 12 años se incrementó de 1 a 3 puntos porcentuales (p.p.) en los hogares elegibles del programa. En tanto que entre los adolescentes de 13 a 17 años esta tasa aumentó de 5 p.p. a 7 p.p. (JIMÉNEZ Y JIMÉNEZ, 2016).

### **2.3 Breve descripción del programa Asignación Universal por Hijo – AUH**

El programa AUH implementado en octubre del 2009, por medio del Decreto 1.602 de 2009, está orientado a los niños y adolescentes residentes en el país no cubiertos por el régimen contributivo de asignaciones familiares previsto en la “Ley de Asignaciones Familiares” 24.714. (JIMÉNEZ Y JIMÉNEZ, 2016).

El objetivo general de este programa es proteger a las familias en condiciones de vulnerabilidad social y aumentar la calidad de vida de los niños y adolescentes a través de su mayor escolarización y la mejora de sus condiciones de salud. (JIMÉNEZ Y JIMÉNEZ, 2016).

En la actualidad, el beneficio dado por el programa AUH consiste en una prestación monetaria mensual no retributiva que se abona a uno de los padres, tutores o parientes hasta el tercer grado de consanguinidad, por cada niño menor de 18 años o discapacitado —hasta un máximo de cinco hijos— que se encuentre a su cargo. (JIMÉNEZ Y JIMÉNEZ, 2016).

La AUH es financiada con fondos de la Administración Nacional de la Seguridad Social (ANSES), organismo responsable de la implementación operativa, supervisión y pago de las prestaciones. Cabe destacar la novedosa modalidad de pago fijada en este programa: el 80% del monto total por hijo se abona mensualmente a los titulares del beneficio y el 20% restante del beneficio mensual se reserva en una caja de ahorro a nombre del titular, cuyo saldo puede cobrarse anualmente previa certificación, por parte del titular, del cumplimiento de los requisitos de vacunación, controles sanitarios

y asistencia al ciclo escolar lectivo correspondiente a los niños y adolescentes en edad escolar. (ANSES, 2012). (JIMÉNEZ Y JIMÉNEZ, 2016).

Las asignaciones familiares no contributivas están destinadas a niños menores de 18 años o discapacitados que pertenezcan a grupos familiares, cuyos miembros se encuentren desocupados o se desempeñen en la economía informal percibiendo un ingreso laboral inferior al sueldo mínimo (SM). También conforman la población elegible del programa, los niños y adolescentes a cargo de una cuenta propia que se desempeñe como monotributista social o de un trabajador incorporado en el régimen especial de seguridad social para empleados del servicio doméstico que perciban un ingreso menor al SM. (JIMÉNEZ Y JIMÉNEZ, 2016).

Si los hijos tienen hasta 4 años de edad, los padres o tutores deben acreditar el cumplimiento de los controles de salud y del plan de vacunación obligatorio. A partir de los 5 años, se requiere que los hijos asistan al año lectivo escolar en establecimientos educativos públicos. No obstante, este criterio fue ampliado y actualmente la ANSES resolvió extender la AUH a los alumnos que concurren a colegios privados de baja cuota con subsidio estatal. (JIMÉNEZ Y JIMÉNEZ, 2016).

#### **2.4 Caracterización de los adolescentes elegibles y beneficiarios de la Asignación Universal por Hijo – AUH**

A partir de los requisitos de accesibilidad al programa AUH y de la información disponible en la ENGHo (2012/2013), se consideran como elegibles a todos los hijos menores de 18 años solteros o unidos<sup>15</sup> cuyos padres<sup>16</sup> se hallan en algunas de las siguientes situaciones:

- A. Son desempleados que no perciben jubilaciones o pensiones nacionales, provinciales o municipales, ni un plan social sin contraprestación laboral ni subsidios por desempleo.
- B. Son empleados domésticos con un ingreso laboral menor o igual al SM vigente.
- C. Son asalariados no registrados con un ingreso laboral menor o igual al SM vigente.

D. Son trabajadores independientes mayores de 18 años con ingreso laboral anual menor a \$ 31.260, que es el monto correspondiente a la categoría del monotributo social desde diciembre de 2011.

E. Son inactivos que no perciben jubilaciones o pensiones nacionales, provinciales o municipales, ni un plan social sin contraprestación laboral ni subsidios por desempleo. Se considera que las personas inactivas aunque no están formalmente incluidas en la población elegible del programa, de hecho pueden solicitar la prestación, dada la dificultad de la ANSES para corroborar su condición de desempleado o inactivo.

Conforme con lo establecido por la ANSES (2012), se necesita que el padre y madre de los hijos menores de 18 años que residan con estos cumplan con los requisitos de acceso. No obstante, en la implementación empírica se relajan algunos requisitos para el cónyuge del progenitor elegible como titular. Así, en el caso de que el cónyuge sea empleado doméstico o asalariado no registrado, no es necesario que tenga un ingreso laboral menor o igual al SM (se asume que la ANSES no puede corroborar esta condición).

Asimismo, en el caso de que el cónyuge sea un trabajador independiente, se requiere que cumpla con la condición utilizada para identificar a los monotributistas sociales (especificada en el inciso 4) o que sea una cuenta propia no profesional sin cobertura médica. Esta última condición se emplea para incluir como elegibles a los padres cuyo cónyuge sea un autónomo no registrado. La AUH se liquida a uno solo de los padres priorizando a la madre. Por tanto, siguiendo este criterio, se eliminaron del grupo de elegibles a los menores de 18 años con padres casados, si alguno no cumple con las condiciones de elegibilidad previamente detalladas. Se asume que, en el caso de los padres unidos, es más difícil corroborar en la práctica el cumplimiento de los requisitos de acceso por parte de la pareja de la madre o del padre elegible como titular quien, además en algunos casos, puede no ser uno de los progenitores del menor.

La tasa de cobertura del programa asciende al 48%. Este es el porcentaje de la población objetivo o elegible menor de 18 años, identificada con los criterios previamente mencionados, que declara ser beneficiaria de la AUH en la ENGHo (2012/2013). Por ende, el 52% restante de los menores elegibles no está cubierto por



la AUH y constituye el grupo de comparación del que serán seleccionados los controles más similares a los beneficiarios a partir del método PSM.

### **3 Metodología de estudio**

El presente trabajo demandó una investigación exploratoria y bibliográfica. Exploratorio, porque tiene como objetivo mejorar ideas o descubrir intuiciones; y su planificación considera varios aspectos relacionados con el hecho estudiado (GIL, 2008).

Bibliográfico, porque es un estudio sistemático desarrollado a partir de material publicado en libros, revistas, periódicos, redes electrónicas, es decir, material accesible al público en general (VERGARA, 2000).

La investigación exigió un enfoque cualitativo, se argumenta que la investigación cualitativa y sus métodos de recolección y análisis de datos son apropiados para una fase exploratoria de la investigación. La investigación cualitativa también es apropiada para la evaluación formativa, cuando se trata de mejorar la efectividad de un programa o plan, y también cuando se trata de informar sobre la evolución histórica de un tema dado y construir consideraciones críticas sobre su aspecto evolutivo (ROESCH, 2015).

La investigación también demandó el uso de una metodología cuantitativa, que según Roesch (2015), la investigación cuantitativa es apropiada para evaluar cambios en las organizaciones. Cuando se trata de programas integrales, con resultados de trabajo, sistemas participativos, programas de incentivos, es interesante introducir cambios de manera experimental. La idea es probar si vale la pena introducir un sistema o programa de este tipo, si es el momento adecuado, si la gente podrá operarlo y, por supuesto, si produce buenos resultados.

## **4 Análisis y discusión del tema AUH**

### **4.1 Discusión de los hechos relevantes**

La Asignación Universal por Hijo (AUH) constituye una de las políticas fundamentales orientadas a mejorar los ingresos de los hogares vulnerables con niños, niñas y adolescentes, asegurando un piso mínimo de protección social. Esta



política no solo es un instrumento de equiparación de derechos sino que es una respuesta articulada acerca de la necesidad de avanzar en la restitución de derechos que han sido vulnerados en la niñez. (ANSES; UNICEF, 2017).

Desde su implementación, la AUH se configuró como uno de los pilares centrales del sistema de protección integral, extendiendo la cobertura del sistema no contributivo de la seguridad social a todo el ciclo de vida de la población. (ANSES; UNICEF, 2017).

La AUH como política transversal complementa los ingresos de los hogares pobres y vulnerables e incentiva el acceso a servicios esenciales de salud y educación para niños, niñas y adolescentes. Al equiparar derechos entre las familias cuyos perceptores de ingresos están ocupados en trabajos registrados y aquellos cuyos progenitores se encuentran desocupados u ocupados en un trabajo no registrado, la AUH constituye un ejemplo exitoso de implementación de políticas de protección social que reducen las brechas de oportunidades. (ANSES; UNICEF, 2017).

Es de destacar el avance logrado en ampliar la cobertura al incorporar a hijos e hijas de los monotributistas excluyendo a las tres categorías de más altos ingresos. Esta iniciativa, sumada a los esfuerzos por incorporar a más niños con derechos, son prueba del compromiso permanente del Estado por fortalecer y mejorar la calidad de vida durante la niñez. (ANSES; UNICEF, 2017).

A partir de 2009, mediante el Decreto 1602/2009, se implementó el subsistema no contributivo de Asignación Universal por Hijo para Protección Social (AUH), destinado a aquellos niños, niñas y adolescentes menores de 18 años de edad (o sin límite cuando se trata de discapacitados) que no tengan otra asignación familiar y pertenezcan a grupos familiares que se encuentren desocupados, registrados como monotributistas sociales, personal de casas particulares o se desempeñen en la economía informal. El programa incorpora condicionalidades en salud y educación a los fines de extender los impactos a largo plazo y romper el ciclo intergeneracional de la pobreza. Asimismo, la AUH busca inducir el registro de los nacimientos. En 2011 el alcance de la AUH se amplió a las mujeres embarazadas, a partir de la Asignación por Embarazo para Protección Social (Decreto 446/2011). Mientras que en 2016 se amplió la cobertura a los monotributistas de ciertas categorías (DECRETO 593/2016). (ANSES; UNICEF, 2017).

A pesar de esos esfuerzos, distintas fuentes permiten estimar que, por diversos motivos, una porción significativa de la niñez no se encuentra alcanzada por ningún componente de la protección social de ingresos. Con el objetivo de alcanzar una cobertura universal de la protección social de ingresos para la niñez a través de distintas herramientas de política pública, siendo importante evaluar las características sociodemográficas de los niños que quedan fuera de esta cobertura, los motivos por los cuales no acceden a las prestaciones y el rol que desempeñan las condicionalidades. Y a partir de ahí diseñar propuestas de reformas del programa que permitan captar a los sectores actualmente excluidos. Siendo de fundamental importancia asegurar que la exclusión de estos niños se pueda rectificar de manera que los beneficios de este importante programa de transferencias financieras puedan traducirse en mejoras para los niños, niñas y adolescentes que más los necesitan. (ANSES; UNICEF, 2017).

De manera adicional, debe notarse que la creciente cobertura, si bien tiene un impacto en la indigencia, todavía no ha generado una reducción significativa de la pobreza medida por ingresos en la niñez. Además, según datos recientemente publicados por UNICEF (2015), entre el 25% y el 32% del total de niños son pobres según una mirada multidimensional y no solo monetaria. Esto implica un valor que oscila entre 3,3 millones y 4 millones de niñas y niños. Al respecto, las investigaciones ya realizadas muestran la suficiencia del nivel de los beneficios otorgados por la AUH, y su efectividad como herramienta para romper con la reproducción intergeneracional de la pobreza. (ANSES; UNICEF, 2017).

**Tabla 1: Efecto de la AUH sobre el salario horario y las horas trabajadas. Trabajadores primarios y secundarios**

	<i>Salario horario</i>		<i>Horas trabajadas</i>	
	Primarios	Secundarios	Primarios	Secundarios
<b>Tratado * post AUH</b>	<b>0,319</b> <b>(0,845)</b>	<b>2,974<sup>***</sup></b> <b>(0,440)</b>	<b>-2,269<sup>***</sup></b> <b>(0,517)</b>	<b>-3,332<sup>***</sup></b> <b>(0,584)</b>
<b>Observaciones</b>	29,875	37,911	30,304	38,589
<b>R2</b>	0,152	0,151	0,234	0,235

**Fuente:** (ANSES; UNICEF, 2017 con base en EPH-INDEC, 2017).

El aumento del salario de reserva de los beneficiarios puede traducirse en una mejora de bienestar sobre los mismos, por ejemplo, a través de una mayor propensión a rechazar empleos de baja calidad o mal remunerados. La transferencia podría estar financiando la búsqueda de un trabajo mejor remunerado al que se hubiese aceptado en ausencia del programa. Si bien el incremento en el salario de reserva se produce sobre todos los trabajadores beneficiarios, es más probable que se haga efectivo en aquellos con una menor incidencia sobre el ingreso laboral familiar o con una menor necesidad de participar en el mercado de trabajo. Los resultados de la Tabla 1 podrían estar reflejando algún efecto en este sentido. (ANSES; UNICEF, 2017).

## **5 Consideraciones Finales**

La Asignación Universal por Hijo (AUH), una de las principales políticas de protección social de Argentina, es una de las herramientas con las que cuenta el Estado para acompañar a familias en situación de vulnerabilidad social mediante una prestación económica con contraprestación: realización de controles de salud y educación. Así, además de asegurar un ingreso mínimo a las familias, tiene como una de sus metas garantizar el derecho de niños, niñas y adolescentes a la salud y a la educación.

En los últimos dos años el gobierno decidió incrementar la inversión social elevando ocho puntos el presupuesto con respecto al 2015. Además, se implementó una serie de medidas para acompañar a quienes más necesitan la protección por parte del Estado: se incluyó en la AUH a los hijos de monotributistas y trabajadores temporarios. También se eliminaron las barreras entre la AUH y otros programas locales, para que todos los chicos puedan estar cubiertos. Además, se amplió el tope de las escalas de ingresos para que más familias puedan recibir Asignaciones Familiares.

De esta manera, hoy más del 80% de los niños recibe alguna cobertura por parte del Estado. Este número incluye a niños que perciben algún tipo de asignación familiar, es decir, cuyos padres trabajan en relación de dependencia, y a niños que reciben la Asignación Universal por Hijo. Las medidas adoptadas tuvieron el objetivo de lograr un sistema unificado que rompiera con la lógica dual entre trabajadores

formales e informales, entendiendo que el acceso de los niños y niñas a estos beneficios debía estar garantizado.

Siempre con vistas a alcanzar la universalización de la protección, también se trabaja en conjunto con el Banco Mundial y en coejecución con ANSES, SIEMPRO, provincias y municipios, con el objetivo de buscar a miles de chicos que cumplen los requisitos necesarios para percibir la AUH pero que por distintos motivos no la cobran.

En este sentido, universalizar la protección social y contribuir al fortalecimiento de una Red Integral de Protección Social para mejorar las condiciones de vida de los niños y jóvenes del país y de sus familias es el imperativo que guía la acción de la AUH, la cual busca fomentar la movilidad social y generar las oportunidades y posibilidades para que todos los argentinos puedan desarrollarse plenamente.

## REFERÊNCIAS

ADMINISTRACIÓN NACIONAL DE LA SEGURIDAD SOCIAL. **La Asignación Universal por Hijo para Protección Social en perspectiva**. Buenos Aires: ANSES, 2012.

AGIS, E.; CAÑETE, C.; PANIGO, D. **El impacto de la asignación universal por hijo en argentina**. Empleo, Desempleo y Políticas de Empleo, 15(3), 1-77. 2010.

ANSES Y UNICEF. **Análisis y propuestas de mejoras para ampliar la asignación universal por hijo**. UBA. CEDLAS, 2017. Disponible en: <https://www.unicef.org/argentina/media/2696/file/AUH.pdf>. Pagina visitada el: 25/06/21.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE. **Panorama Social da América Latina — 1999-2000**. Santiago do Chile: CEPAL, 2000.

ENAPROSS. Encuesta Nacional de Gastos de los Hogares. **Impactos de la AUH en la pobreza y desigualdad**. ENGHo, 2013.

EPH-INDEC. **Efecto de la AUH sobre el salario horario y las horas trabajadas. Trabajadores primarios y secundarios**. INDEC, 2017.

FONDO DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA INFANCIA (UNICEF). **Los niños vulnerable**. UNICEF, 2015.

GARGANTA, S.; GASPARINI, L. **The impact of a social program on labor informality: The case of AUH in Argentina**. Journal of Development Economics, 115, 99-110. 2015.

GIL, Antoni Carlos. (2008). **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

JIMÉNEZ, M.; JIMÉNEZ, M. **Efectos del programa asignación universal por hijo en la deserción escolar adolescente**. Cuadernos de Economía, 35(69), julio-diciembre de 2016.

MARQUES, Rosa M. **Políticas de transferência de renda no Brasil e na Argentina**. Revista de Economia Política, vol. 33, nº 2 (131), pp. 298-314, abril-junho/2013. Brazilian Journal of Political Economy, 2013.

MAURIZIO, R.; VÁZQUEZ, G. **Argentina: efectos del programa Asignación Universal por Hijo en el comportamiento laboral de los adultos**. Revista Cepal, 113, 121-144. 2014.

PAZ, J.; GOLOVANEVSKY, L. **Programa Asignación Universal por Hijo para la protección social. Un ejercicio de evaluación de sus efectos sobre los hogares**. III Jornadas Nacionales de Estudios Regionales y Mercado de Trabajo, San Salvador de Jujuy, Argentina, 2014.

PERCZYK, J. **La Asignación Universal por Hijo en Argentina**. En M. del C. Feijó & M. Poggi (coords.), **Educación y políticas sociales. Sinergias para la inclusión**. Buenos Aires: UNESCO-IIPE, 2014.

ROESCH, Sylvia Maria Azevedo. **Projetos de estágio e de pesquisa em administração: estágios, tcc, dissertações e estudos de caso**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

SALVIA, A.; TUÑÓN, I.; POY, S. **Asignación Universal por Hijo para Protección Social: impacto sobre el bienestar económico y el desarrollo humano de la infancia**. Revista Población & Sociedad, ISSN-L 0328 3445, Vol. 22 (2), 2015, pp. 101-134. 2015.

SOLANO, Carlos B. **Proyecto: La reforma social en América Latina en la encrucijada. Transferencias condicionadas de ingresos o universalización de la protección social**. Fundación Carolina "Grupo de Trabajo Pobreza y Políticas Sociales. CLACSO, dezembro de 2009. Disponível en. <http://pt.scribd.com/doc/56286801/Comparacion-Programa-Jefes-y-Jefas-de-Hogar-Desocupados-Plan-Familia-por-la-Inclusion-Social-y-Asignacion-Universal-por-Hijo-Argentina-Salta-Alva>. Página visitada en 18/06/21.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2000.



## MAPEAMENTO DE COMPETÊNCIAS: UMA ANÁLISE EM UM SUPERMERCADO DA REGIÃO DAS MISSÕES ALIMENTÍCIOS

Rosiane Moraes Carlotto<sup>10</sup>  
Iara Souza da Rosa<sup>11</sup>  
Luciane Oliveira<sup>12</sup>  
Estela Steinke<sup>13</sup>



Este artigo foi premiado no grupo de trabalho, sendo publicado na Revista Interdisciplinar Contabilidade, Administração e Direito – RICADI – ISSN 2526-1851, publicada em dezembro de 2021.

---

<sup>10</sup> Bacharela em Administração pela Universidade Regional Integrada- URI – São Luiz Gonzaga. E-mail: rosi\_moaraes@live.com.

<sup>11</sup> Bacharela em Administração pela Universidade Regional Integrada- URI – São Luiz Gonzaga E-mail: iarinha.rosa@hotmail.com.

<sup>12</sup> Mestra em Gestão Estratégica. Docente na Universidade Regional Integrada- URI – São Luiz Gonzaga. E-mail: profluciane@saoluiz.uri.edu.br

<sup>13</sup> Mestra em Desenvolvimento- Gestão das Organizações. Docente na Universidade Regional Integrada- URI – São Luiz Gonzaga. E-mail: profestela@saoluiz.uri.edu.br



## PROPOSTA DE PLANO DE NEGÓCIO PARA A IMPLANTAÇÃO DE UMA CAFETERIA E DOCERIA EM SÃO NICOLAU/RS

**Karine da Silva Nunes<sup>14</sup>**  
**Karine Portela Barcelos<sup>15</sup>**  
**Luís Fernando Peixoto Wesz<sup>16</sup>**  
**Roberto Carlos Dalongaro<sup>17</sup>**



Este artigo foi premiado no grupo de trabalho, sendo publicado na Revista Interdisciplinar Contabilidade, Administração e Direito – RICADI – ISSN 2526-1851, publicada em dezembro de 2021.

---

<sup>14</sup> Graduanda do IX semestre do curso de Ciências Contábeis. URI São Luiz Gonzaga. Ciências Contábeis. E-mail. karine\_snunes@hotmail.com

<sup>15</sup> Graduanda do IX semestre do curso de Ciências Contábeis. URI São Luiz Gonzaga. Ciências Contábeis. E-mail. karinebarcelos1@hotmail.com

<sup>16</sup> Mestre em Agronegócios. URI São Luiz Gonzaga. Ciências Contábeis. E-mail. l-fernando-wesz@bol.com.br

<sup>17</sup> Doutor em Administração. IFFAR/FW. Ciências Contábeis. E-mail. robertocarlosad@hotmail.com

## PROPOSTA DE UM ARRANJO FÍSICO PARA UM PROCESSO DE MANUFATURA DE ITENS USINADOS

Alceu de Oliveira Lopes<sup>18</sup>  
Marco Antônio Peres<sup>19</sup>  
Estela Steinke<sup>20</sup>  
Roberto Carlos Dalongaro<sup>21</sup>

**Resumo:** Com a enorme competitividade existentes entre as empresas de todos os segmentos, cabe cada uma analisar e trabalhar internamente as oportunidades de melhorias existentes, na qual geraram um diferencial inovador e competitivo para o mercado. Neste sentido, o presente estudo tem como objetivo geral propor um arranjo físico para um processo de manufatura de itens usinados, que seja posteriormente implementado na futura estrutura industrial da empresa, localizada no município de Horizontina-RS. Desta forma, pretende-se melhorar o posicionamento e distribuição das máquinas dentro do fluxo produtivo da empresa, visto que, o problema atual é o excesso das movimentações dos itens a serem manufaturados dentro da organização, e com a construção da nova estrutura, surge a necessidade e oportunidade de ser trabalhado e minimizado este problema. Para que o estudo tenha um bom embasamento do tema, inicia-se com o uso da revisão bibliográfica, apresentando na sequência a metodologia utilizada, que se caracterizou como um estudo de caso, com abordagem qualitativa e caráter exploratório, descritivo e explicativo. Após conhecer a empresa, os processos e as dificuldades atuais encontradas, é apresentado o projeto da nova estrutura fabril composta de dois pavilhões, onde irá abordar suas limitações e vantagens.

**Palavras-chave:** Arranjo Físico. Fluxo de processo. Melhorias.

## PROPUESTA DE DISPOSICIÓN FÍSICA PARA UN PROCESO DE FABRICACIÓN DE ARTÍCULOS MECANIZADOS

**Resumen:** Con la enorme competitividad existente entre empresas de todos los segmentos, corresponde a cada una analizar y trabajar internamente las oportunidades de mejora existentes, que generaron un diferencial innovador y competitivo para el mercado. En este sentido, el presente estudio tiene como objetivo general proponer una disposición física para un proceso de fabricación de elementos mecanizados, que posteriormente se implementará en la futura estructura industrial de la empresa, ubicada en la ciudad de Horizontina-RS. De esta forma, se pretende mejorar el posicionamiento y distribución de las máquinas dentro del flujo productivo

<sup>18</sup> Mestre em Engenharia de Produção. UFSM. E-mail. alceulopes17@hotmail.com

<sup>19</sup> Engenheiro de Produção. FAHOR. E-mail. qualidade@srmaquinas.com.br

<sup>20</sup> Mestra em Desenvolvimento – UNIJUI. E-mail. estelasteinke@yahoo.com.br

<sup>21</sup> Doutor em Administração. UNAM - Posadas. E-mail. robertocarlosad@hotmail.com.

de la empresa, ya que el problema actual es el excesivo movimiento de artículos a fabricar dentro de la organización, y con la construcción de la nueva estructura, la necesidad y oportunidad de trabajar y minimizar este problema. Para que el estudio tenga una buena base para el tema, se inicia con el uso de una revisión de la literatura, luego se presenta la metodología utilizada, la cual se caracterizó como un estudio de caso, con un enfoque cualitativo y un carácter exploratorio, descriptivo y explicativo. . Tras conocer la empresa, los procesos y las dificultades actuales encontradas, se presenta el proyecto de la nueva estructura de fabricación que consta de dos pabellones, donde se abordarán sus limitaciones y ventajas.

**Palabras clave:** Arreglo físico. Flujo del proceso. Mejoras.

## 1 Introdução

A globalização influencia diretamente no rompimento das fronteiras que limitam o território de cada organização. Este rompimento facilita a negociação entre os mercados das mais diversas regiões, com o surgimento de tecnologias disponíveis para enviar informações e bens para outros locais. Os empresários encontram nestes fatores, alternativas para resistir aos períodos de instabilidade em determinadas épocas ou regiões. Criando mercados novos para introduzir seus produtos, de forma que não prejudique a saúde financeira da empresa ou para buscar crescimento de modo geral.

Desta forma, surge a necessidade de modernizar os processos, utilizando-se de novas tecnologias para automatizar as técnicas e aperfeiçoar os recursos de produção. Essa necessidade tem o objetivo de elevar os níveis de produtividade e reduzir os custos de fabricação, para oferecer produtos de qualidade que satisfaçam as necessidades dos clientes, com preços melhores que os da concorrência, e favorecendo assim, empresários, funcionários, e a comunidade de modo geral.

O arranjo físico (conhecido como *layout*, na literatura de língua estrangeira) de um processo, é o modo pelo qual os recursos, como máquinas e equipamentos estão realmente localizados no processo. Um bom *layout* pode eliminar atividades sem valor agregado ou enfatizar atividades que acrescentem valor no produto final (CORRÊA e CORRÊA, 2019).

Este trabalho buscou apresentar uma proposta de um arranjo físico de usinagem e um estudo de caso, que servirão como embasamento para realizar uma sugestão de arranjo físico, para os posicionamentos das máquinas na nova estrutura industrial que a empresa irá construir, levando em conta os métodos de produção e tipos de itens hoje manufaturado pela empresa.

Com o objetivo de identificar gargalos no fluxo produtivo atual, analisou-se todo o processo de fabricação da empresa. Nesta etapa, foi acompanhado por um determinado período de tempo, alguns itens que são manufaturados e o caminho que percorrem dentro do processo.

O estudo foi realizado em uma empresa situada na região noroeste do estado do Rio Grande do Sul, que fornece soluções em usinagem, mais especificamente em torneamento, fresamento e fabricação de dispositivos. Diante do exposto, o presente trabalho teve por objetivo propor um arranjo físico para um processo de manufatura de itens usinados, que seja adequado para a empresa em estudo, que posteriormente será implementado na futura estrutura industrial da empresa.

## **2 Referencial teórico**

Neste capítulo são apresentados os principais temas bibliográficos que serviram de embasamento teórico para a elaboração da proposta de arranjo físico para a nova planta fabril da empresa.

### **2.1 Usinagem industrial**

A usinagem além de ser importante para a indústria, representa uma grande parte do processo de fabricação de itens importantes, como por exemplo a fabricação de um Trator, quando detalhado todo o projeto, pode-se analisar que mais da metade dos componentes utilizados, passam pelo processo de usinagem (SANTOS e SALES 2007).

Os componentes que são submetidos a outros processos, como fundição, conformação e soldagem, são projetadas e fabricadas com tolerâncias grandes, não necessitando de um controle rígido em seus processos, pois as variações presentes irão ser absorvidas na montagem final do produto. Em contrapartida, outros componentes exigem uma complexibilidade maior em seus controles de fabricação, onde após saírem de um processo inicial, como o de fundição, os mesmos se encaminham para outros setores, entre eles, o de usinagem, que irá remover material e dar característica e precisão necessária para o componente (DINIZ; MARCONDES e COPPINI, 2003).

Conforme Slack; Brandon-Jones; Johnston (2018), com uma interligação dos processos eficientes, como, movimentações externas e internas, e um arranjo físico bem definido, se consegue diminuir custos de produção, resultado disso, o aumento da margem de lucro da empresa.

## **2.2 Arranjo físico ou *layout***

Para Chiavenato (2014), o arranjo físico refere-se ao estudo e análise do espaço físico a ser instalado determinada estrutura, e representa as posições dos recursos, como, pessoas, máquinas e equipamentos da empresa. Também, pode-se referir aos setores ligados à produção, facilitando a comunicação entre eles. Outro ponto, é que as todos os recursos, devem estar adequadamente instalados em suas posições para facilitar o fluxo de processo.

De acordo com Slack, Brandon-Jones e Johnston (2018), o arranjo físico de um processo preocupa-se com a localização física dos recursos de transformação. Colocado de forma simples, definir o arranjo físico é decidir o posicionamento das instalações, máquinas, equipamentos e pessoal na produção. Assim, o *layout* é uma das características mais evidente da operação produtiva, porque determina sua forma, aparência e a maneira como as informações, os materiais e os clientes fluem através da operação.

Segundo Matos (1998), os objetivos básicos do arranjo físico são:

- Integração total de todos os fatores que afetam o arranjo físico;
- Movimentação de materiais por distâncias mínimas;
- Trabalho fluído através da fábrica;
- Todo o espaço efetivamente utilizado;
- Satisfação e segurança para os empregados;
- Um arranjo flexível que possa facilmente ser reajustado.

Ainda segundo o autor mencionado anteriormente “o arranjo físico é uma integração de diversos fatores e há sempre alguma coisa imperfeita nele”.

Portanto, ao projetar o arranjo físico de uma operação produtiva, como em qualquer outra atividade de projeto, deve-se fazer uma análise de qual arranjo físico



é destinado à organização. Neste sentido, os objetivos estratégicos da produção devem ser compreendidos, sendo apenas o ponto de partida de um processo de várias etapas que leva ao arranjo físico final da produção (SLACK; BRANDON-JONES; JOHNSTON, 2018).

Ainda de acordo com os autores citado anteriormente, ao escolher o arranjo físico adequado, a empresa pode alcançar maior custo-benefício e produtividade devido à boa disposição das ferramentas de trabalho através do uso otimizado do equipamento de trabalho e do fator humano atribuído no sistema. O arranjo físico deve ter uma dinâmica relacionada ao desenvolvimento dos sistemas, bem como a melhoria técnico-profissional dos empregados designados no sistema em consideração.

### **2.3 Estudo e planejamento do arranjo físico**

O tempo necessário para planejar o arranjo físico antes de sua implementação evita perdas e permite que todas as mudanças interajam umas com as outras, criando uma sequência lógica para as modificações e simplificando-as (MUTHER e HALES, 1998).

Segundo Moreira (2012), o planejamento do *layout* de uma empresa, significa estabelecer a forma em que os equipamentos serão ordenados, e deverão permanecer, seja elas, uma sala, uma pessoa, máquinas, equipamentos, bancadas de trabalho etc. Uma preocupação básica a ser levada em conta, é deixar o movimento mais fácil e suave dentro do sistema, podendo ser fluxo de pessoas ou de materiais dentro dos processos. Pode-se destacar três motivos importantes, segundo mesmo autor, sobre as decisões de um arranjo, como:

a) Elas afetam a capacidade da instalação e a produtividade das operações: uma mudança adequada no arranjo físico pode muitas vezes aumentar a produção que se processa dentro da instalação, usando os mesmos recursos que antes, exatamente pela racionalização no fluxo de pessoas e/ou materiais;

b) Mudanças no arranjo físico podem implicar no dispêndio de consideráveis somas de dinheiro, dependendo da área afetada e das alterações físicas necessárias nas instalações, entre outros fatores;

c) As mudanças podem representar elevados custos e/ou dificuldades técnicas para futuras reversões; podem ainda causar interrupções indesejáveis no trabalho.



Para Mayer *apud* Costa (2004), o objetivo do estudo do arranjo físico é que forneça o fluxo de trabalho mais eficiente do ponto de vista dos custos de produção. O que melhora a qualidade, o atendimento ao cliente, a satisfação dos funcionários.

Conforme Muther e Hales (1998), o objetivo do estudo do arranjo físico não necessariamente tem que ser uma organização, já que não é prático reordenar a fábrica para alcançar o potencial ótimo de produtividade da planta se o custo de reestruturação superar os benefícios na medida em que os anos são necessários.

De acordo com Slack, Brandon-Jones e Johnston (2018), os itens que tornam um *layout* de excelência são:

Segurança contra riscos acidentais – Sinalizações, indicações, acessos restritos, devem estar claramente definidos;

Extensão do fluxo – O fluxo das informações, materiais ou clientes deve ser gerenciado de acordo com os objetivos do projeto;

Minimizar atrasos – Reduzir rotas demasiadamente longas pelo arranjo físico;

Reduzir o trabalho em andamento – O excesso de trabalho pode estar em andamento devido a gargalos, mas o arranjo físico do processo pode ser usado intencionalmente para reduzir a capacidade de acúmulo de produtos;

Clareza do fluxo – deverá ser bem sinalizado, claro e evidente, tanto para funcionários quanto para clientes;

Condições dos funcionários – deverá oferecer um ambiente de trabalho bem ventilado, bem iluminado e, quando possível, agradável;

Comunicação – a comunicação entre os funcionários pode ser particularmente importante para alguns tipos de operação, como aquelas dos setores criativos;

Coordenação da administração – Deverá ser acompanhada e assistida para garantir o bom funcionamento da planta;

Acessibilidade – todas as máquinas, ou equipamentos deverão ser acessíveis para a devida inspeção, limpeza e manutenção;

Uso do espaço – deverão proporcionar uso apropriado do espaço total disponível na operação;

Uso do capital – o investimento de capital deverá ser minimizado quando se finaliza o arranjo físico;

Flexibilidade a longo prazo – Um bom arranjo físico terá sido planejado visando as possíveis necessidades futuras da operação;

Imagem – A aparência de um arranjo físico pode ser usada como tentativa deliberada de estabelecer a marca de uma empresa.

Um bom arranjo físico deve acima de tudo apoiar a estratégia competitiva do projeto. Portanto, não há um arranjo físico que ofereça excelente desempenho ao mesmo tempo para todo o processo, mas pode afetar a eficiência e a eficácia dos processos (CORRÊA e CORRÊA, 2019).

## **2.4 Fatores no planejamento do Arranjo Físico**

Para Chiavenato (2014), uma mudança na configuração do arranjo, mesmo que pequena, pode ter um impacto significativo na produtividade, agilidade, segurança, conforto e satisfação dos colaboradores, bem como no custo e na eficiência geral do processo.

Conforme Matos (1998) os fatores que influenciam na construção de um arranjo físico eficiente, são:

- a) Fator Material: incluindo projeto, variedades, quantidades, as operações necessárias e sua sequência;
- b) Fator Maquinaria: incluindo todo o equipamento produtivo, ferramentas e sua utilização;
- c) Fator Homem: incluindo supervisão e apoio, além do trabalho direto;
- d) Fator Movimento: incluindo transporte inter e intradepartamental e o transporte às várias operações, armazenagens e inspeções;
- e) Fator Espera: incluindo estoques temporários ou permanentes e atrasos;
- f) Fator Serviço: incluindo manutenção, inspeção, programação e expedição;
- g) Fator Construção: incluindo as características externas e internas do edifício e a distribuição do equipamento;
- h) Fator Mudança: incluindo versatilidade, flexibilidade e expansibilidade.

Ainda para o autor mencionado anteriormente, os fatores a serem considerados para a implementação de um arranjo físico devem levar em conta dois aspectos: a melhoria das condições atuais, para que o arranjo seja obtido a partir das condições

melhoradas e da visão geral dos objetos de investigação presentes nas condições atuais e futuras.

### **3. Metodologia**

Este capítulo tem por objetivo descrever os procedimentos metodológicos utilizados para a realização do trabalho a partir da fundamentação teórica que serviram como base para a elaboração de uma proposta de um arranjo físico para um processo de manufatura de itens usinados, através da aplicação de um estudo de caso. O método de pesquisa adotado, é o estudo de caso, que conforme Yin (2010) é uma estratégia de pesquisa que busca examinar um fato atual dentro de seu contexto, trabalhando com evidências quantitativas ou qualitativas. Assim pode ser utilizado para explicar, descrever, avaliar e explorar situações.

### **4. Proposta do novo arranjo físico da empresa**

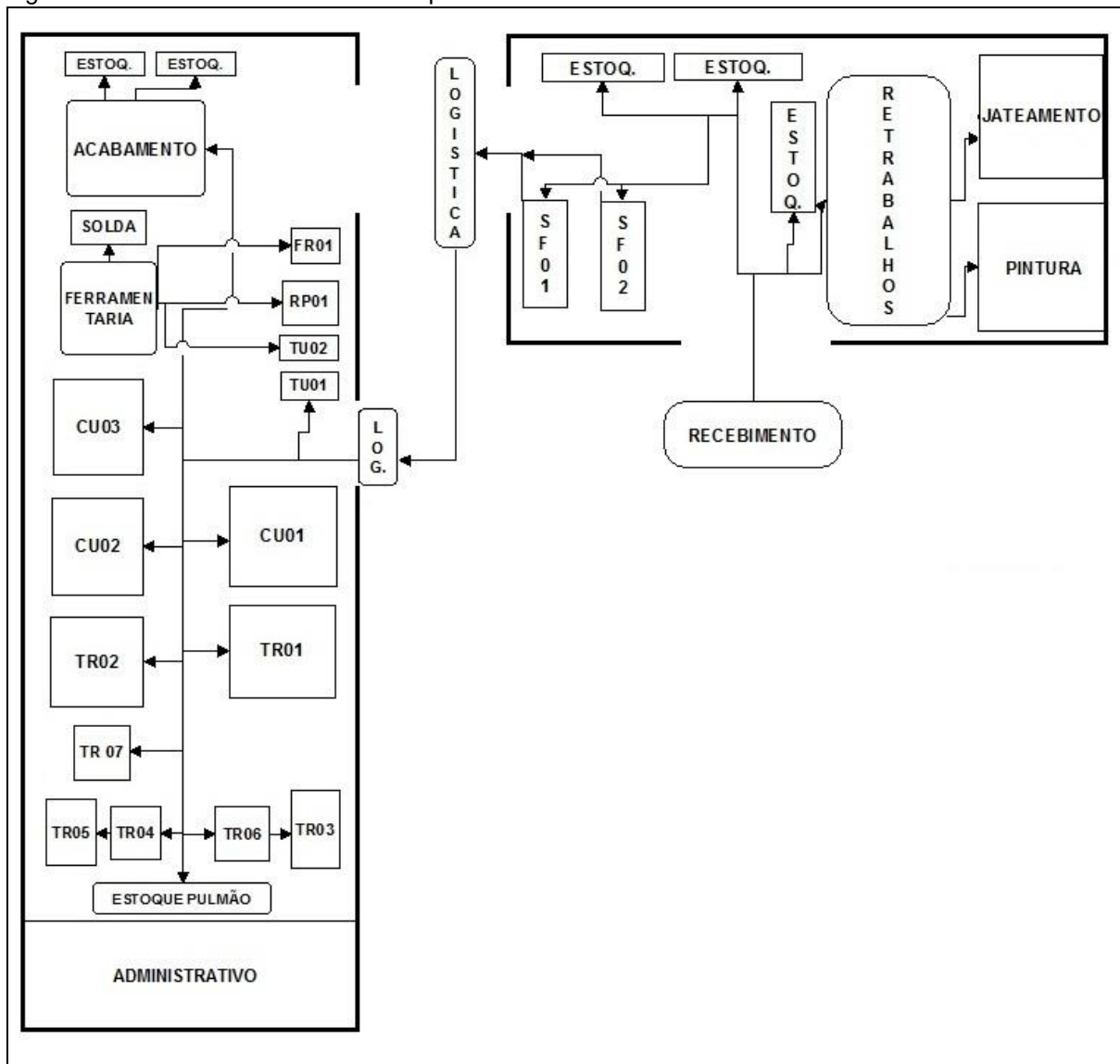
Na estruturação da proposta do arranjo físico foram levados em consideração alguns fatores como: limitações da nova estrutura fabril, quantidade e disposição das máquinas, e fluxo produtivo. Para isso, optou-se na escolha de um arranjo que facilite todos os processos, tornando mais eficazes e eficientes as operações. A proposta segue o mesmo tipo de *layout* utilizado atualmente da empresa, sendo um arranjo físico funcional na qual tem o objetivo de diminuir as movimentações e otimizar o fluxo produtivo, sendo o ideal para este tipo de empresa. A diferença se baseia no planejamento dos posicionamentos das máquinas e equipamentos de forma estratégica, para otimização do fluxo produtivo dos materiais e espaço fabril disponível.

A proposta foi construída através do *software Microsoft Office Visio*, na qual se utilizou os tamanhos reais dos pavilhões e das máquinas, para que assim fosse possível aplicar um dimensionamento do arranjo físico de forma eficaz. Para melhor entendimento da proposta, a mesma foi dividida em partes, para serem melhores detalhadas e compreendidas.

Na Figura 01 a seguir, é apresentada a proposta do novo Layout com a determinação do fluxo produtivo das Máquinas CNCs e Mecânicas, que através de

uma análise das características e itens nelas usinados chegou-se a este modelo de Layout.

Figura 01 – Modelo estruturado da Proposta



## 5. Considerações Finais

A empresa SR Máquinas, sempre busca o melhor atendimento para seus clientes, oferecendo soluções para as necessidades dos mesmos. Com isso, a busca constante na eficiência em seus processos, a empresa investe em novas tecnologias, adquirindo máquinas, ferramentas, e aprimorando os sistemas de gestão, para assim além de gerar satisfação dos clientes, tornar um negócio sustentável. Quanto ao problema de pesquisa, pode-se dizer que o mesmo foi respondido, na qual a mudança

do arranjo físico em relação aos posicionamentos das máquinas, irão diminuir consideravelmente as movimentações internas dentro do fluxo, assim eliminando movimentos desnecessários dos itens, agregando maior valor aos produtos.

O objetivo geral do estudo que foi propor um arranjo físico para um processo de manufatura de itens usinados, que seja posteriormente implementado na futura estrutura industrial da empresa, foi atingido.

Deve-se destacar, que esta proposta de arranjo físico, traz melhorias do processo por inteiro, na qual irá possibilitar ganhos de até 30% e redução do número de pessoas nas operações desenvolvidas pela empresa, como, agrupamento de duas ou mais máquinas, redução de espera do material, fluxo de produção de maneira mais eficiente, otimização e uso do espaço disponível.

Para empresa, na qual todas melhorias servem para agregar valor, essa possibilidade de ganhos, torna valores expressivos, para que consiga aumentar mais o lucro de cada produto, produzir mais com menos recursos, conseguindo assim atender mais rapidamente seus clientes.

## REFERÊNCIAS

CHIAVENATO, I. **Administração de materiais: uma abordagem introdutória**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

CORRÊA, H. L.; CORRÊA, C. A. **Administração de produção e operações: manufatura e serviços: uma abordagem estratégica**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

MATOS, A. C. de. **Layout – Passos**; 1998, São Paulo.

MAYER, R. **Administração da Produção**. São Paulo: Atlas, 2004.

MOREIRA, D. A. **Administração da Produção e Operações - 2ª ed.** São Paulo: Revista e Ampliada, 2012.

MUTHER, R.; HALES, L. **Systematic Layout Planning (SLP)**. 4ª ed. Management & Industrial Research Publications, Marietta Georgia, 1998.

SANTOS, S.C.; SALES, W. F. **Aspectos Tribológicos da Usinagem dos Materiais**. 1. ed. São Paulo: Editora Artliber, 2007.

SLACK, N.; BRANDON-JONES, A.; JOHNSTON, R. **Administração da Produção**; 4. ed. São Paulo: Atlas, 2018.



VERGARA, S. C. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. 16. ed.  
São Paulo: Atlas, 2016.

## UM OLHAR SOBRE O MODELO DE NEGÓCIO CANVAS E SUAS TENDÊNCIAS DE MERCADO

**Roberto Carlos Dalongaro<sup>22</sup>**  
**Alceu de Oliveira Lopes<sup>23</sup>**  
**Luciane de Oliveira<sup>24</sup>**  
**Rodolfo Porciuncula Matte<sup>25</sup>**

**Resumo:** O presente estudo contempla uma revisão bibliográfica relativa ao modelo de negócio CANVAS. Destaca as suas tendências mercadológicas, as suas etapas distribuídas na estratégia de negócio em 09 blocos. O trabalho ressalta a importância e a abrangência do modelo de negócio que vem sendo utilizados por várias empresas na atualidade. A metodologia de pesquisa tem uma abordagem qualitativa, com procedimentos técnico de natureza documental e bibliográfica. O objetivo da pesquisa é fomentar uma discussão acadêmica contemplando os aspectos relevantes relacionados ao modelo de negócio CANVAS.

**Palavras-chave:** CANVAS; Tendências; Plano de negócios

## UNA MIRADA AL MODELO DE NEGOCIO CANVAS Y SUS TENDENCIAS DE MERCADO

**Resumen:** Este estudio incluye una revisión de la literatura sobre el modelo de negocio CANVAS. Destaca sus tendencias de mercado, sus etapas distribuidas en la estrategia empresarial en 09 bloques. El trabajo destaca la importancia y alcance del modelo de negocio que están utilizando varias empresas en la actualidad. La metodología de investigación tiene un enfoque cualitativo, con procedimientos técnicos de carácter documental y bibliográfico. El objetivo de la investigación es fomentar una discusión académica que contemple los aspectos relevantes relacionados con el modelo de negocio CANVAS.

**Palabras-clave:** CANVAS; Tendencias; Plan de negocios

### 1 Introdução

---

<sup>22</sup> Doutor em Administração. IFFAR - Frederico Westphalen. Administração. E-mail. robertocarlosad@hotmail.com

<sup>23</sup> Mestre em Engenharia da Produção. URI São Luiz Gonzaga. Administração. E-mail. alceulopes17@hotmail.com

<sup>24</sup> Mestra em Gestão Estratégica das Organizações. URI São Luiz Gonzaga. Administração. E-mail. lucoliveira06@gmail.com

<sup>25</sup> Doutorando em Administração. Mestre em Gestão Estratégica das Organizações. IFFAR - São Borja. Administração. E-mail. rodolfo.matte@ifarroupilha.edu.br

Diante da crescente demanda por modelos e ferramentas de gestão apropriados ao contexto do mercado na atualidade, o modelo de negócios Business Model Canvas (BMC) surge como uma alternativa, pois trata-se de um modelo simples, de fácil execução e apto a constantes atualizações (SILVA FILHO et al., 2018).

O BMC foi concebido em 2010 por Osterwalder e Pigneur como um novo modelo de negócios fundamentado em uma linguagem inteligível e visual. Devido a sua fácil interpretação, o BMC pode ser aplicado de forma prévia para auxiliar aos gestores a estruturar e entender o modelo de negócio da empresa, bem como para avaliar as relações e impactos de tal modelo na criação de valor (JOYCE; PAQUIN, 2016).

O presente trabalho tem como objetivo fomentar uma discussão acadêmica contemplando os aspectos relevantes relacionados ao modelo de negócio CANVAS. Para isso, traz uma revisão de literatura com alguns conceitos e aplicações do referido modelo de negócio.

## **2 Revisão da literatura**

O presente estudo destaca uma fundamentação teórica pertinente a temática de negócios, na qual apresenta o modelo de negócio CANVAS como ferramenta de gestão a ser estudada e revisada nas suas conceituações.

### **2.1 Modelo de negócio Canvas**

Devido à constante mudança no mundo dos negócios e a tecnologia cada vez mais presente, faz-se necessário a adequação do modelo de negócios ao novo ambiente. Os modelos de negócios já existentes se mostravam extensos e trabalhosos, não sendo compatíveis com um mercado em constante inovação (NAGAMATSU; BARBOSA; REBECCHI, 2013).

Desse modo, no ano de 2010, Alexander Osterwalder em cocriação com 470 pessoas, de 45 países distintos lançava o Business Model Generation, um novo modelo mais simples e compreensível, de forma a se adequar melhor a nova geração, sem eliminar a complexidade que um modelo de negócios exige. (TEIXEIRA; LOPES, 2016). O modelo passou a ser amplamente conhecido como Business Model Canvas

(BMC) (SILVA FILHO et al., 2018; SCHNEIDERS, 2020).

Trata-se de um modelo de simples visualização e fácil aplicação, adaptável a diversos contextos organizacionais, que possibilita a realização de ajustes de versões distintas para um mesmo negócio até atingir a que mais se adéqua aos objetivos da organização (NAGAMATSU; BARBOSA; REBECCHI, 2013).

Segundo Osterwalder e Pigneur (2013), o modelo BMC (Business Model Canvas) é dividido em quatro áreas principais que abrangem o negócio, sendo elas: clientes; oferta; infraestrutura; e viabilidade financeira. Essa primeira divisão do modelo através das quatro áreas tem como finalidade tornar claro para a organização o que executar em termos de oferta, para quem será direcionada a oferta, de que forma deverá se desenvolver a execução e por fim os investimentos necessários para prover a oferta (OSTERWALDER; PIGNEUR, 2013; SILVA FILHO et al., 2018).

## **2.2 As fases do modelo de negócio CANVAS**

Um Modelo de negócio é usado para nortear as ações a serem tomadas, nele está especificado o passo a passo do que se deve fazer. Por isso, que para a criação de um modelo é necessário estudar o mercado e analisar qual a necessidade da área e então criar um modelo que venha corrigir as falhas existentes.

Para Ribeiro (2017), para ser considerado como algo inovador, o empreendedor deve basear-se de informações provenientes do público ou mercado que queiram atender, o cliente é considerado como uma das mais importantes fontes de informações para inovações.

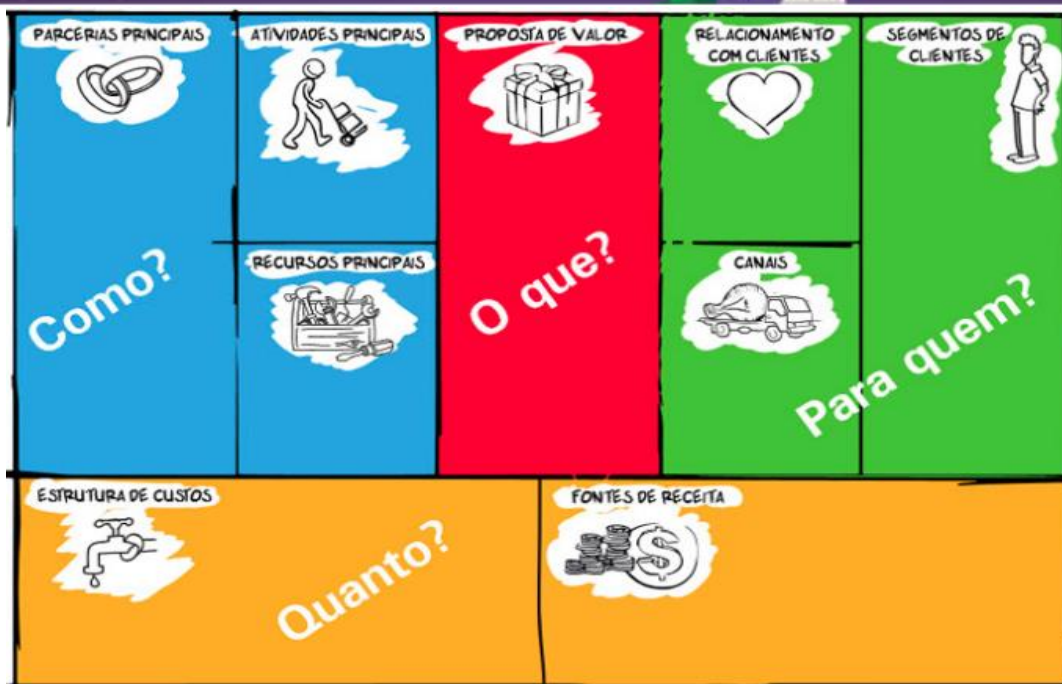
Este modelo virou referência para auxiliar a confecção de outros. Um Modelo de Negócios pode ser descrito através de nove componentes básicos, que mostram a lógica de como uma organização pretende gerar valor. Os nove componentes cobrem as quatro áreas principais de um negócio: clientes, oferta, infraestrutura e viabilidade financeira. O Modelo de Negócios é um esquema para a estratégia ser praticada através das estruturas organizacionais dos processos e sistemas (OSTERWALDER; PIGNEUR, 2013).

Conforme citado, existem nove componentes que são essenciais para a construção de um Modelo de Negócio. A Figura 1, mostra os nove blocos na concepção de (OSTERWALDER; PIGNEUR, 2013):

- 1) Proposta de Valor: busca resolver os problemas do cliente e satisfazer suas necessidades, com propostas de valor;
- 2) Segmentos de Clientes: uma organização serve a um ou diversos Segmentos de Clientes;
- 3) Canais: as propostas de valor são levadas aos clientes por Canais de comunicação, distribuição e vendas;
- 4) Relacionamento com Clientes: o Relacionamento com Clientes é estabelecido e mantido com cada Segmento de Clientes;
- 5) Fontes de receitas: as fontes de Receitas resultam de propostas de valor oferecidas com sucesso aos clientes;
- 6) Recursos Principais: os Recursos Principais são os elementos ativos para oferecer e entregar os elementos previamente descritos;
- 7) Atividades-Chave: incluem as ações imprescindíveis para que o negócio funcione, varia em cada Modelo;
- 8) Parcerias Principais: algumas atividades são terceirizadas e alguns recursos são adquiridos fora da empresa;
- 9) Estrutura de Custo: os elementos do Modelo de Negócios resultam na estrutura do custo.

**Figura 1: Modelo CANVAS de Negócio**





Fonte: (GONÇALVES, 2020).

As ideias representadas nos nove blocos formam a conceitualização do seu negócio, ou seja, a forma como você irá operar e gerar valor ao mercado, definindo seus principais fluxos e processos, permitindo uma análise e visualização do seu modelo de atuação no mercado. (GONÇALVES, 2020).

### 2.3 O que é um canvas (Business Model Canvas)?

Para o SEBRAE (2020), um CANVAS nada mais é do que um mapa. Ou seja, ele é uma forma de resumir e esboçar os pontos-chave de um determinado negócio. A teoria proposta inicialmente por Osterwalder permite elaborar um descritivo de forma objetiva para responder as seguintes perguntas:

Qual é o seu negócio?

Para quem?

Como você fará isso?

Quanto custa?

Quanto você receberá por isso?

É um modelo de negócios, da forma como uma organização cria, entrega e captura valor. Quando você se questiona como o Facebook ganha dinheiro, o que

you are doing in reality is the attempt to understand your business model. Who are your clients? What do you sell? Where does the revenue come from? (SEBRAE, 2020).

Both the models and the business plans aim to gather information about an enterprise, in order to verify if an idea is viable or not. According to Dornelas (2016), the business plan is a document that serves to describe the business and the context in which it is inserted.

According to the author, there is no Business Model that is capable of solving the problem of all segments, the model can be constructed from the need pointed out.

## 2.4 Como preencher o CANVAS

For SEBRAE (2020), the CANVAS can be filled in the following way:

You should use the post-its to insert information in the nine blocks of the CANVAS. Know what to write in each block:

**Parceiros-chave:** insert in this field which are the main partnerships for which your business model will be concretized.

**Atividades-chave:** are the essential activities for which it is possible to deliver your Value Proposition? Answer this question here in this block.

**Recursos-chave:** list the resources necessary to viabilize the key activities of your business.

**Proposta de valor:** what will your company offer to the market that will really have value for clients? Reflect and fill in this block.

**Relação com o cliente:** list how the relationship of your company with the client will be.

**Canais:** describe the sales channels of your products and services.

**Segmentos de mercado:** which segments are the focus of your company? Who is your target audience?

**Estrutura de custos:** are the costs necessary for the proposed structure to function.

**Fontes de receita:** are the ways to obtain revenue through value propositions.

### **3 Metodologia de estudo**

#### **3.1 Tipo de pesquisa**

O presente trabalho está relacionado ao modelo CANVAS de negócio, para o seu desenvolvimento foi necessário uma pesquisa exploratória e bibliográfica. Exploratório, porque visa aprimorar ideias ou descobrir intuições; e seu planejamento considera diversos aspectos relacionados ao evento estudado (GIL, 2008).

Bibliográfico, porque é um estudo sistemático desenvolvido a partir de material publicado em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas, ou seja, material acessível ao público em geral (VERGARA, 2011).

A pesquisa exigiu uma abordagem qualitativa, defende-se que a pesquisa qualitativa e seus métodos de coleta e análise de dados são adequados para uma fase exploratória da pesquisa. A pesquisa qualitativa também é apropriada para a avaliação formativa, quando se trata de melhorar a eficácia de um programa ou plano, e também quando se trata de relatar a evolução histórica de um determinado tema e construir considerações críticas sobre seu aspecto evolutivo (ROESCH, 2015).

#### **3.2 Coleta dos dados e informações**

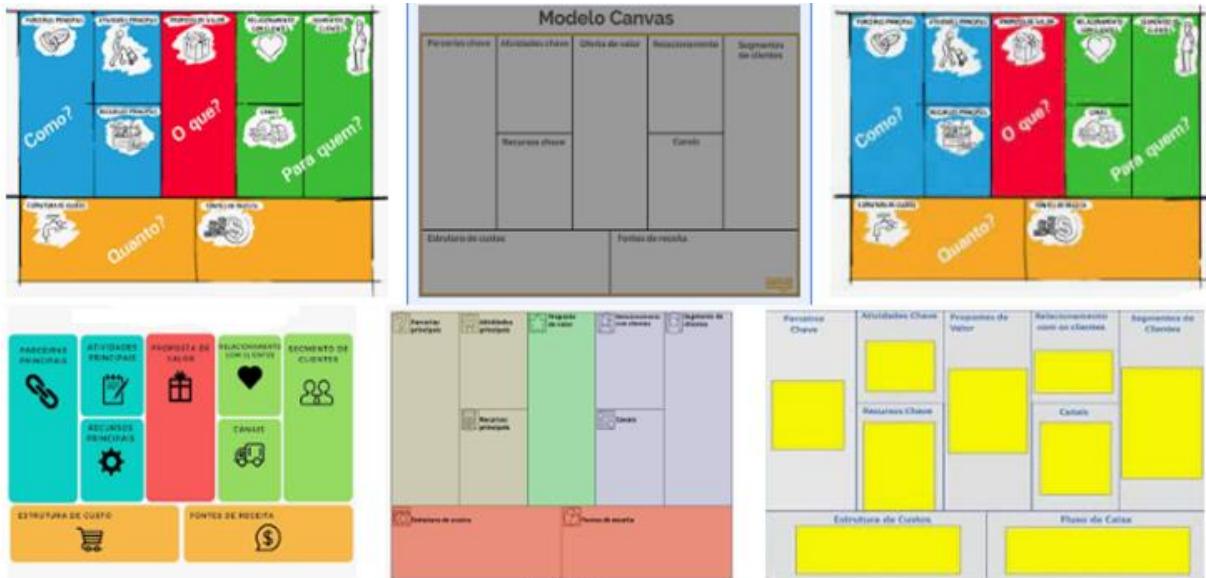
Foi realizado uma revisão bibliográfico sobre o tema modelo de negócio CANVAS, com uma pesquisa em livro, artigos e monografias que tratam da temática, com isso, se construiu um referencial teórico no qual foi possível gerar uma discussão sobre o respectivo modelo de negócio estudado.

### **4 Discussão dos aspectos relevantes em relação ao tema CANVAS**

Como base na literatura pesquisada é possível compreender que esse modelo é uma ferramenta de planejamento estratégico, que permite desenvolver e esboçar modelos de negócio novos ou existentes.

Apresenta uma forma de planejamento do negócio de maneira resumida, sendo possível compactar em palavras chaves os pilares centrais do negócio, que como demonstra o SEBRAE (2020): Parceiros-chave; Atividades-chave; Recursos-chave; Proposta de valor; Relação com o cliente; Canais; Segmentos de mercado; Estrutura de custos; Fontes de receita: possui uma forte relação entre eles, ou seja, cada bloco é fundamental para o sucesso dos demais.

**Figura 2: Exemplo de modelos CANVAS que podem ser elaborados**



**Fonte:** Elaborado pelo autores com base em SEBRAE (2020).

O modelo ideal vai depender das particularidades de cada negócio, que é possível ser desenvolvido também de maneira virtual em página web, ou até mesmo em aplicativo CANVAS.

### 5 Considerações finais

O presente trabalho destacou o modelo de negócios CANVAS, bastante utilizados nos dias atuais pelas empresas, como também é trabalhado em atividades acadêmicas, o respectivo modelo apresenta 09 etapas interligadas entre si, ou seja, cada uma delas pode influenciar no desempenho da outra, como por exemplo agregação de valor no produto ou serviço depende do bom andamento das demais etapas do processo dentro do modelo de negócio.

### REFERÊNCIAS

GONÇALVES, A. **Canvas: Como estruturar seu modelo de negócios**. SEBRAE/PR, 2020. Disponível em: <https://www.sebraepr.com.br/canvas-como-estruturar-seu-modelo-de-negocios/>. Página visitada em: 25/07/21.



GIL, Antoni Carlos. (2008). **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

JOYCE, A.; PAQUIN, Raymond L. **The triple layered business model canvas: A tool to design more sustainable business models**. Journal of Cleaner Production, v. 135, p. 1474-1486, 2016.

NAGAMATSU, F.; BARBOSA, J.; REBECCHI, Adriana. **Business model generation e as contribuições na abertura de startups**. Anais: II Simpósio Internacional de Gestão de Projetos (II SINGEP) e o I Simpósio Internacional de Inovação e Sustentabilidade (I S2IS) São Paulo, 2013.

OSTERWALDER, Alexander; PIGNEUR, Yves. **Business model generation: inovação em modelos de negócios**. Alta Books Editora, 2013.

RIBEIRO, Gersica Viana. **Modelo de negócio para implantação de um market truck**. Feira sobre rodas. 2017.

ROESCH, Sylvia Maria Azevedo. **Projetos de estágio e de pesquisa em administração: estágios, tcc, dissertações e estudos de caso**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

SEBRAE. **Produtos e serviços CANVAS**. SEBRAE CANVAS. 2020. Disponível em: <https://www.sebraepr.com.br/servicos/canvas/>. Pagina visitada em 21/07/21.

SCHNEIDERS, Cláudia Rafaela. **O incentivo ao empreendedorismo e inovação através do modelo de negócio Canvas**. Brazilian Applied Science Review, v. 4, n. 4, p. 2147-2164, 2020.

SILVA FILHO, A. M. Et Al. **O processo empreendedor: associando o Business ModelCanvas (BMC) ao Life CycleCanvas (LCC)**, 2018. Exacta, v. 16, n. 4, p. 35-44.

TEIXEIRA, L. C. M.; LOPES, Humberto Elias Garcia. **Aplicação do modelo Canvas para o modelo de negócios do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal**. Revista Gestão & Tecnologia, v. 16, n. 2, p. 73-99, 2016.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2011.



### **1.3 Direito**

#### **1.4 O Direito e a Cidadania como Instrumentos de Construção e de Transformação da Sociedade**

**Avaliadores:**

**Cristiane Menna Barreto Azambuja**

**Lizandra Andrade Nascimento**

**Miriane Maria Willers**

## A IMPORTÂNCIA DOS PROFISSIONAIS DA SAÚDE DIANTE DAS CONSEQUÊNCIAS FÍSICAS E PSICOLÓGICAS DO ABUSO SEXUAL EM CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Sarah Sides<sup>26</sup>

Tatiane Munareto<sup>27</sup>

Lizandra Andrade Nascimento<sup>28</sup>

**Resumo:** A violência sexual contra crianças e adolescentes é um problema sério em nossa sociedade. Portanto, abordar o problema é um passo importante para o seu enfrentamento. A ampliação das discussões sobre o tema contribui para fortalecer as redes de apoio, com estratégias de enfrentamento da situação, também para aumentar as denúncias e, conseqüentemente, responsabilizar os agressores.

**Objetivos:** Investigar impactos do abuso e demais formas de violência analisando as marcas e traumas que permeiam a constituição psíquica do indivíduo, assim como, estratégias usadas pelos profissionais da saúde para a erradicação da violência e a garantia da saúde. **Metodologia:** A metodologia usada é a revisão de literatura, buscando artigos que tratam da temática, empregando técnicas que envolvem leitura, fichamento e interpretação das referências. **Resultados:** Conforme as literaturas estudadas neste artigo, sabe-se que a violência sexual não apenas causa transtornos psicológicos como também sequelas de níveis cerebrais, alterando regiões como o hipocampo e sua funcionalidade. **Conclusões:** A sociedade e os familiares precisam ter um olhar mais cauteloso sobre esse assunto, assim como os profissionais da saúde devem trabalhar em equipe multidisciplinar, incluindo também profissionais da segurança e justiça, desenvolvendo campanhas contra a violência, para que seja constituída uma rede de apoio e tratamento.

**Palavras-chave:** Abuso sexual. Conseqüências psicológicas. Profissionais da saúde.

## THE IMPORTANCE OF HEALTH PROFESSIONALS FACING THE PHYSICAL AND PSYCHOLOGICAL CONSEQUENCES OF SEXUAL ABUSE IN CHILDREN AND ADOLESCENTS

**Abstract:** Sexual violence against children and adolescents is a serious problem in our society. Therefore, addressing the problem is an important step in addressing it. The expansion of discussions on the topic contributes to strengthening support networks, with strategies to face the situation, also to increase complaints and, consequently, hold aggressors responsible. **Objectives:** To investigate the impacts of abuse and other forms of violence by analyzing the marks and traumas that permeate the individual's psychic constitution, as well as strategies used by health professionals

<sup>26</sup> Acadêmica de Fisioterapia na URI- São Luiz Gonzaga. PIIC- URI. Email: [sarahsides2000@gmail.com](mailto:sarahsides2000@gmail.com)

<sup>27</sup> Acadêmica de Fisioterapia na URI- São Luiz Gonzaga. PIIC-URI. Email: [tati10munareto@gmail.com](mailto:tati10munareto@gmail.com)

<sup>28</sup> Professora orientadora. Doutora em Educação. Docente na URI- São Luiz Gonzaga. Email: [lizandra-a-nascimento@yahoo.com.br](mailto:lizandra-a-nascimento@yahoo.com.br)

to eradicate violence and guarantee health. **Methodology:** The methodology used is the literature review, looking for articles that deal with the theme, using techniques that involve reading, writing and interpretation of references. **Results:** According to the literature studied in this article, it is known that sexual violence not only causes psychological disorders but also sequelae of brain levels, altering regions such as the hippocampus and its functionality. **Conclusions:** Society and family members need to take a more cautious look at this issue, just as health professionals must work in a multidisciplinary team, including also security and justice professionals, developing campaigns against violence, so that a network of support and treatment.

**Keywords:** Sexual abuse. Psychological consequences. Health professionals.

## Introdução

A violência sexual contra crianças e adolescentes constitui-se como um problema sério em nossa sociedade. A discussão sobre o tema ainda é um tabu. Por isso, abordar o problema configura-se como um passo importante para o seu enfrentamento. O presente estudo resulta de inquietações surgidas a partir das aulas dos componentes curriculares de Desenvolvimento e Aprendizagem Motora e Neuroanatomia A, em que estudam-se os diversos aspectos do desenvolvimento humano, refletindo a respeito das principais teorias que embasam esta área. A metodologia utilizada é a revisão de literatura, buscando artigos que tratam da temática para embasar nossas reflexões. Para tanto, as técnicas empregadas envolvem leitura, fichamento e interpretação das referências. A partir da busca de dados, almeja-se compreender os impactos da violência nos indivíduos afetados e em seu contexto, posto que há uma tendência à reprodução e/ou à retroalimentação do ciclo da violência. Propõe-se a reflexão a respeito dos traumas e das repercussões na infância e na adolescência, a partir das situações violentas sofridas em diferentes contextos.

Sendo assim, é necessário garantir condições favoráveis para realizar a transição saudável da infância e da adolescência para a vida adulta, procurando a plena integração social. Também analisa-se o papel dos profissionais da saúde na busca de estratégias de combate aos maus-tratos, visando assegurar a saúde e o bem-estar das crianças e dos adolescentes. Portanto, o reconhecimento do problema é o passo inicial para que possamos proteger crianças e adolescentes. A ampliação das discussões sobre o tema contribui para fortalecer as redes de apoio, com

estratégias de enfrentamento da situação, bem como para aumentar as denúncias e, conseqüentemente, a responsabilização dos agressores.

### **Ponderações sobre as Consequências do Abuso Sexual de Crianças e Adolescentes**

Sabe-se que crianças e adolescentes, diante da violência, são mais vulneráveis às conseqüências deletérias para o seu desenvolvimento físico, neurológico, intelectual e emocional, causadas pela vitimização. A violência contra crianças e adolescentes são diversas, exercendo destaque a violência física, que repercute visivelmente em diversas áreas de suas vidas, como na educação, integração social, modificações na saúde física e mental, bem como a alta probabilidade de desenvolverem distúrbios comportamentais. Contudo, em conformidade com a Organização das Nações Unidas, a violência contra a criança e o adolescente é pouco divulgada, o silêncio dos pais potencializa-se quando a violência está relacionada ao âmbito familiar. As vítimas são encaminhadas ao sistema de saúde apenas quando há ferimentos ou riscos procedentes da violência. A ampliação do número de episódios de violência e de casos de abuso infantil, as equipes de saúde precisam capacitar-se cada vez mais para atender diversos casos decorridos da violência (SANTANA, 2012).

As múltiplas sequelas do abuso levam crianças e jovens à unidades de saúde por desnutrição, obesidade e problemas de escolaridade, exigindo da equipe de saúde um olhar mais delicado visando encontrar evidências menores de marcas da violência. Os profissionais que atendem crianças e adolescentes nos hospitais concordam que a violência sempre deixa marcas, sejam físicas, psicológicas, ou desordens comportamentais e sociais que afetam o indivíduo, mas que também vão além dele, repercutindo em toda sociedade, gerando reprodução da violência e retroalimentação do ciclo que ela constrói. Os efeitos da violência na saúde biopsicossocial da criança e do adolescente podem ser em curto e longo prazo (SILVA, 2003). Neste contexto, as experiências de violência ter sequelas mais graves, gerando culpa, vergonha, tristeza entre outros sintomas prejudiciais no percurso de vida dos indivíduos. As crianças estão organizando e consolidando as emoções e sentimentos, logo, sofrer violência nessa etapa implica em sérios danos

ao processo de estruturação emocional. A sobrecarga de ter de lidar com experiências marcadas por intensa carga emocional, ameaça a sua integridade física ou as de quem ela ama. Além da depressão, a violência pode incitar o desenvolvimento de outros problemas de comportamentos muito danosos, a exemplo da ansiedade e do comportamento destrutivo.

Lamentavelmente, mesmo cientes de que há consequências danosas, grande parte dos relacionamentos familiares são permeados pela agressão verbal, através de xingamentos, insultos, negação ao apoio familiar, levando a baixa autoestima das crianças e adolescente, a qual é muito prejudicial nesta fase da vida, pois faz com que as vítimas não acreditem em si e, muitas vezes, sintam-se merecedores da violência sofrida. As campanhas pelo fim da palmada e dos xingamentos, em geral, não atingem plenamente os objetivos de erradicação da violência cometidas no interior dos lares.

É evidente que crianças não encontram motivos no seu próprio ambiente familiar para crer que são importantes, pelo contrário, sentem-se ameaçadas, negligenciadas e abandonadas. As mesmas que vivem nesses ambientes violentos tendem a acreditar que essa é a única forma de socialização, contribuindo para a manutenção da multigeracionalidade da violência, pois reproduzem no seu comportamento social o aprendizado inadequado de que apenas com violência há resolução de conflitos (ALGERI, 2006).

O abuso sexual fornece à criança e ao adolescente informações errôneas sobre relacionamentos entre adultos e crianças, ao crescer e interpretar o ocorrido, percebem que seu amor e sua confiança foram traídos e as consequências podem ser difíceis, pois raramente conseguem voltar a confiar em alguém e isso pode gerar problemas graves em seus relacionamentos sociais e sexuais na vida adulta. O abuso sexual prejudica seriamente as vítimas, desencadeando sentimento de culpa e de vergonha; fazendo com que as crianças sintam-se más, sujas e com pouco valor. Além disso, sentem intenso medo de sofrer novo abuso.

É bastante comum à criança ou ao adolescente que sofre a violência, acreditar ser o responsável, ser o causador de seu próprio sofrimento por ter sido desobediente, mal ou sedutor. Essa crença da criança de que é a culpada, costuma ser reforçada pelo próprio agressor, que justifica o ato violento através da culpabilização da vítima.



Em crianças entre três e dez anos de idade, a dificuldade em fixar memórias relativas ao abuso pode estar presente (ADED NLO, 2006).

Como o abuso infantil ocorre durante o período formativo crítico em que o cérebro está sendo fisicamente esculpido pela experiência, o impacto do extremo estresse pode deixar uma marca indelével em sua estrutura e função. Tais abusos induzem a uma cascata de efeitos moleculares e neurobiológicos, que alteram de modo irreversível o desenvolvimento neuronal.

Estima-se que mais de 10% das crianças com retardo mental e paralisia cerebral são devidos a abuso, 30% possuem algum tipo de déficit cognitivo ou de linguagem, 22% portam distúrbios de aprendizagem, 50% dificuldade na escola, incluindo déficit de atenção e transtornos comportamentais, 50% das crianças abusadas possuem problemas emocionais e cerca de 14% apresentam comportamentos autodestrutivos. A cada ano, as agências de bem-estar do menor dos EUA recebem mais de três milhões de denúncias de abuso e negligência no trato de crianças (J. Giménez-Pando, 2007).

Doenças como depressão, ansiedade, pensamentos suicidas ou estresse pós-traumático são frequentes em crianças e adolescentes vítimas de abuso, resultando na maioria dos casos adultos impulsivos, delinquentes, hiperativos ou com vícios e abuso de substâncias (álcool, drogas ou comidas).

O cérebro humano foi evoluindo e sendo moldado conforme experiências e dificuldades sofridas precocemente, sendo diárias e frequente durante nosso desenvolvimento ancestral. A exposição precoce ao estresse gera efeitos moleculares e neurobiológicos que provocam modificações no desenvolvimento neuronal de uma forma adaptativa, preparando o cérebro adulto a sobreviver em um mundo perigoso. Sendo alguns desses efeitos a intensa reação de luta ou fuga.

As condições favoráveis tanto nutricionais, ambiental e contextuais são fundamentais para a realização dessa transição de forma saudável até a vida adulta, estimulando-a cada vez mais à integração social. O isolamento e a falta de apoio e incentivo ameaçam a integridade emocional e corporal, influenciando em etapas do desenvolvimento necessárias, como aprendizado e desempenho em papéis sociais.

Apesar disso, a desigualdade social, o desemprego, os ciclos de pobreza e violência, o tráfico de drogas e a falta de amparo social nas escolas são alguns dos

fatores que mais favorecem os episódios frequentes de maus tratos, abandono e de situações traumáticas no cenário onde se situa a miséria urbana (Einstein, 2006).

A Organização Mundial da Saúde (OMS) considera que o transtorno do estresse pós-traumático e o transtorno depressivo representam percentuais significativos entre os transtornos mentais da infância e da adolescência em nosso país.

Entretanto, a prevenção não se destaca apenas na interrupção dos maus tratos mas também com uma relação de confiança, saudável e que transmita proteção e segurança a vítima, tal como programas de prevenções com materiais educativos e informativos adequados, estimulando crianças e adolescentes a falarem caso sofrerem algum tipo de abuso.

É evidente que casos de abuso praticada contra crianças e adolescentes estão cada vez mais frequentes em nossa sociedade. Trata-se de uma situação lamentável e que precisa ser combatida, uma vez que provoca uma série de traumas e prejuízos ao desenvolvimento dos seres humanos.

Campanhas contra a violência e estimulação do diálogo com as vítimas são importantes e necessárias. Não obstante, a sociedade precisa lançar um olhar mais cauteloso sobre o assunto, enfatizando os compromissos dos diferentes segmentos sociais no cuidado e proteção das crianças e dos adolescentes.

Em especial, no que se refere aos profissionais da saúde, que deparam-se com múltiplos casos de violência durante seu cotidiano. Cabe a estes profissionais engajar-se na sensibilização da população, a fim de atuar na prevenção, buscando a erradicação da violência, principalmente contra os indivíduos que vivenciam as etapas iniciais de sua constituição biopsíquica e sociocultural.

Sobre os desafios ao prestar assistência às crianças e aos adolescentes, em virtude do silêncio envolvido nas situações de abuso. As autoras destacam que, na assistência à criança e adolescente vítimas de maus-tratos, há que se considerar que, em aproximadamente 20% de todos os casos, existe o abuso sexual, sempre acompanhado das agressões psicológicas, como em todas as formas de violência nessa faixa etária (Pfeiffer e Salvagni, 2015).

Os casos mais frequentes de violência sexual até a adolescência são decorrentes de incesto, ou seja, quando o agressor tem ou mantém algum grau de

parentesco com a vítima, determinando muito mais grave lesão psicológica do que na agressão sofrida por estranhos. Trata-se de uma forma de violência doméstica que usualmente acontece de forma repetitiva, insidiosa, em um ambiente relacional favorável, sem que a criança tome, inicialmente, consciência do ato abusivo do adulto, que a coloca como provocadora e participante, levando-a a crer que é culpada por seu procedimento (o abuso). O agressor usa da relação de confiança que tem com a criança ou adolescente e de poder como responsável para se aproximar cada vez mais, praticando atos que a vítima considera inicialmente como de demonstrações afetivas e de interesse. Essa aproximação é recebida, a princípio, com satisfação pela criança, que se sente privilegiada pela atenção do responsável. Este lhe passa a ideia de proteção e que seus atos seriam normais em um relacionamento de pais e filhas, ou filhos, ou mesmo entre a posição de parentesco ou de relacionamento que tem com a vítima (PFEIFFER e SALVAGNI, 2015).

Outro ponto abordado pelas autoras é a estratégia utilizada pelos agressores, quando a criança ou adolescente, começam a perceber a anormalidade da situação e busca inverter os papéis, impondo à vítima a culpa de ter aceitado seus carinhos. O agressor procura colocar em dúvida a importância que tem para sua família, diminuindo ainda mais seu amor próprio, ao demonstrar que qualquer queixa da parte dela não teria valor ou crédito (PFEIFFER e SALVAGNI, 2015).

Dessa maneira, em geral, o abusador consegue a garantia de silêncio. Ou seja, pelo menos e pela fragilização, impõe um círculo vicioso de silenciamento e de opressão, ampliando os prejuízos da situação abusiva sobre a estrutura psíquica do abusado. Isso porque, este indivíduo passa a sentir-se desprotegido e/ou negligenciado. Também sente-se envergonhado e inseguro, com medo de que ninguém lhe dê crédito ou ofereça apoio.

Forma-se um pacto familiar pelo silêncio. Em suas palavras: “como parte de uma doença familiar, para que haja a denúncia do abuso sexual, é preciso que haja uma ruptura do equilíbrio doméstico que as pessoas se impõem, em uma distorção relacional denominada família incestuosa” (PFEIFFER e SALVAGNI, 2015).

Sendo assim, as autoras afirmam que é possível perceber que o abuso sexual faz parte de um conjunto de rupturas de relacionamentos, em uma estrutura doente familiar, que vem do histórico de vida de cada membro dessa família, incluindo o

agressor. Tal histórico constitui-se como um fator ligado à permissividade ao ato, pela própria desvalorização da infância e adolescência, relaciona-se também do papel da mulher, posto que mantém-se, na maioria dos casos, um pacto de cegueira e surdez coletiva aos apelos, muitas vezes mudos, da vítima (PFEIFFER e SALVAGNI, 2015).

Diante dos casos de violência, torna-se necessário prestar um atendimento qualificado, oferecendo suporte para as vítimas, de modo a minimizar os sérios impactos que tais episódios apresentam para a saúde física e psíquica dos indivíduos. Médicos, psicólogos, psiquiatras, fisioterapeutas e assistentes sociais necessitam constituir uma rede de apoio e tratamento, para evitar que os maus-tratos se repitam e para garantir que as crianças e os jovens possam ressignificar suas histórias de vida. Nesse caso, também os profissionais da segurança e da justiça possuem responsabilidades importantes na proteção das vítimas e no oferecimento de suporte para as famílias. Dessa maneira, as famílias, os profissionais da educação, os cuidadores e os serviços de saúde precisam unir forças para promover relações de afeto e de cuidado com as novas gerações. Esta medida é fundamental para o desenvolvimento seguro e saudável.

### **Considerações finais**

É evidente que a prática de abuso contra crianças e adolescentes trata-se de uma situação lamentável e que precisa ser combatida, uma vez que provoca uma série de traumas e prejuízos no desenvolvimento humano, como procurou-se demonstrar neste artigo. Retomando-se os dados coletados por meio dos relatórios oficiais sobre a violência contra a criança e o adolescente, sabe-se que, entre 2011 e 2017, no Brasil, foram notificados 184.524 casos de violência sexual, sendo 58.037 (31,5%) contra crianças e 83.068 (45,0%) contra adolescentes. Dentre os casos registrados no Disque 100, no período de 2011 a 2017, 92% das crianças e adolescentes vítimas de violência eram do sexo feminino. Sabe-se que, 85% das denúncias referem-se à violência contra meninas. Crianças e adolescentes negros representam a maioria das vítimas de violência sexual, atingindo cerca de 51% dos casos. Assim como, 40% do total de notificações de violência sexual contra crianças e adolescentes de 10 a 14 anos, 21% dos casos vitimando crianças de 1 a 5 anos e

19% situações em que as vítimas são adolescentes de 15 a 19 anos (Organização Mundial da Saúde).

Diante desses números alarmantes, constata-se ser incontestável a importância desta temática nos âmbitos da sociedade, pois cada dia mais nos deparamos com casos de crianças e adolescentes sofrendo diversos tipos de abuso. A sociedade e os familiares precisam ter um olhar mais cauteloso sobre esse assunto, oferecendo suporte para as vítimas, de modo a minimizar os sérios impactos que tais episódios apresentam para a saúde física e psíquica dos indivíduos.

A normalização deste diálogo, assim como novas alternativas de abordagem do tema, são necessárias e de extrema urgência para que se possa cada vez mais erradicar as situações abordadas neste artigo. Profissionais da saúde devem desenvolver campanhas contra a violência e estimulação do diálogo com as vítimas, a fim de atuar na prevenção, buscando então erradicação da violência, pois eles deparam-se em seu cotidiano com múltiplos casos de agressões. E diante dos casos de violência, prestar um atendimento qualificado, oferecendo suporte para as vítimas.

Por fim, é de suma importância a atuação de uma equipe multidisciplinar, médicos, psicólogos, psiquiatras, fisioterapeutas, assistentes sociais, e também profissionais da segurança e da justiça, sendo de responsabilidade não somente dos profissionais da saúde, mas a sociedade como um todo, agindo tão quanto com ações profiláticas, para que assim seja constituída uma rede de apoio e tratamento, oferecendo suporte e segurança para os jovens e familiares, bem como na recuperação e na reintegração da saúde física, emocional e social desses indivíduos.

## REFERÊNCIAS

ADED, N.L.O *et al.* Abuso sexual em crianças e adolescentes: revisão de 100 anos de literatura. **Revista Psíquica Clínica**. 2006 [cited 2014 Feb 19];33(4):204-13.

ALGERI, S. A violência infantil na perspectiva do enfermeiro: uma questão de saúde e educação. **Revista Gaúcha Enfermagem**. 2005 [cited 2014 Feb 19];26(3):308- 15.

ALGERI, S., SOUZA, L.M. Violência contra crianças e adolescentes: um desafio no cotidiano da equipe de enfermagem. **Revista Latino-americana Enfermagem**. 2006 [cited 2014 Feb 19];14(4):625-31.



AVANCI, J *et al.* Quando a convivência com a violência aproxima a criança do comportamento depressivo. **Ciência Saúde Coletiva**. 2009 [cited 2014 Feb 19];14(2): 383-94.

BORGES, K.P. Políticas para o Ensino Superior e a Formação do Fisioterapeuta no Brasil/Higher Education Policies and the Formation of the Physical Therapist in Brazil. **Saúde e Pesquisa**, v. 7, n. 3, 2014.

BRASIL. *Ministério da Saúde (MS)*. Violência faz mal à saúde. Brasília: MS, 2006.

EISENSTIN, E. Traumas e suas repercussões na infância e na adolescência. **Adolescência e saúde**, [S.L.], v. 3, n. 2, p.26-28, abr./jun. 2006.

FLORENTINO, R.B. As possíveis consequências do abuso sexual praticado contra crianças e adolescentes. **FRAGMENTAL: Revista de Psicologia**. v. 27, n.2, p. 139-144, maio-agosto, 2015.

PFEIFFER, L. SALVAGNI, E.P. Visão atual do abuso sexual na infância e na adolescência. **Jornal da Pediatria**. Rio de Janeiro. vol.81 no.5 suppl.0 Porto Alegre Nov. 2005.

SANTANA, R.P., SANTANA, J.S.S. Marcas e prejuízos da violência contra crianças e adolescentes segundo profissionais de hospitais públicos. **Revista Enfermagem UFPE**, Recife, 9, p. 431-439, jan. 2012.

SILVA, M.C.M., SILVA, L.M.P. Guia de assistência Integral à Saúde da Criança e do Adolescente em situação de violência: abordagem multidisciplinar. Recife: **Edupe**; 2003.

TEICHER, M.H. Feridas que não cicatrizam: a neurobiologia do abuso infantil. **Scientific American Brasil**, [S.L.], v. 1, n. 1, jan. 2002.

## A NORMALIDADE DA EXCEÇÃO

Eliane Maria Antes<sup>29</sup>  
Kátharin Mendes Parcianelo<sup>30</sup>  
Juliana Bedin Grandó<sup>31</sup>

**Resumo:** A presente pesquisa de cunho qualitativo e bibliográfico buscou evidenciar a inter-relação, durante a pandemia, dos novos meios, surgidos com ela, de trabalho, ensino, mudanças na geração e na comunicação. A subjetividade, afetividade e empatia se fizeram presente em meio ao cenário atual que se abordou essa pesquisa, a pandemia. O objetivo de compreender o contexto em que todos se encontram, e onde ocorre o processo de transição de um milênio onde a tecnologia não era tão evidenciada, para com uma sociedade/tecnológica em que a informação se faz presente, foi também aspecto de essencial relevância. Nessa perspectiva, optou-se por uma análise mais detalhada de conceituação com o intuito de aprofundar estudos/concepções acerca de diferentes autores e pesquisadores, que mostraram como a evolução da educação, da tecnologia abarcando os diferentes aparatos de trabalho, moldando a geração e mostrando como a comunicação se evidencia, expressamente voltando ao atual cenário de pandemia, onde a afetividade e empatia, interação com os novos meios de evolução do ser humano. Assim, diante do exposto, mostra-se como as pessoas estão se devolvendo perante as novas solicitações de aperfeiçoamento pessoal, intelectual e relacional com outras pessoas, sobretudo, como essa transição se dá no atual cenário, que abruptamente se obteve transformações ligeiramente e que exigiram um controle extremo, além da tentativa de reflexão sobre transformações pessoais, essenciais e necessárias onde a inter-relação é evidenciada como uma normalidade excepcional que está transcendendo sobre as diversas gerações e levando o ser humana a outro patamar intelectual-relacional.

**Palavras-chave:** Inter-relação. Trabalho. Geração. Ensino. Comunicação.

## THE NORMALITY OF THE EXCEPTION

**Abstract:** This qualitative and bibliographical research sought to highlight the interrelationship, during the pandemic, of the new media, which emerged with it, of work, teaching, changes in generation and communication. Subjectivity, affectivity and empathy were present in the current scenario in which this research was addressed, the pandemic. The objective of understanding the context in which everyone finds themselves, and where the transition process of a millennium where technology was not so evident, to a society/technology in which information is present, was also an aspect of essential relevance. From this perspective, a more detailed conceptual

<sup>29</sup> Acadêmica do 3º Semestre no Curso de Direito da URI – Campus São Luiz Gonzaga. E-mail: elianeantes.slg@gmail.com

<sup>30</sup> Acadêmica do 3º Semestre no Curso de Direito da URI – Campus São Luiz Gonzaga. E-mail: katharinparcianelo@gmail.com

<sup>31</sup> Doutora em Ciências Sociais pela UNISINOS. Professora do Curso de Direito da URI São Luiz Gonzaga. E-mail: projuliana@saoluiz.uri.edu.br.

analysis was chosen in order to deepen studies/conceptions about different authors and researchers, who showed how the evolution of education, technology, encompassing the different work apparatuses, shaping the generation and showing how communication becomes evident, expressly returning to the current pandemic scenario, where affection and empathy interact with new means of human evolution. Thus, given the above, it is shown how people are responding to new requests for personal, intellectual and relational improvement with other people, above all, how this transition takes place in the current scenario, which abruptly underwent transformations slightly and that required an extreme control, in addition to an attempt to reflect on personal transformations, essential and necessary, where the interrelationship is evidenced as an exceptional normality that is transcending over the different generations and taking the human being to another intellectual-relational level.

**Keywords:** Interrelation. Work. Generation. Teaching. Communication.

## 1. Introdução

A sociedade vem buscando compreender as mudanças inter-relacionais, que muitas das vezes são encaradas como corriqueiras, como diárias, mas vem demonstrando permanência e rigidez. Diversas são as questões de estudos da humanidade, as situações vivenciadas pela população mundial, dessa forma, as atitudes humanas em prol da nova geração, o novo meio de trabalho, o novo meio de estudo/ensino, esses vários fenômenos acontecendo de forma aparente inexplicável – movimentando-se aos olhos, passando rapidamente, fazendo com que as pessoas se adaptem rápido e nada passe despercebido.

O novo normal, não é mais eminente e sim excepcional, ou seja, transcendeu ao comum, esse que aparentemente pretendia ter sido vivenciado em 15 dias, está se transformando no todo, na normalidade de exceção. A crise, ou seja, a pandemia, trouxe diversos fatores a serem analisados sobre a geração correspondente e, sobretudo, como ela está “idiotizada”, são esses fatores que dão vida a essa pesquisa e inspiração ao debate sobre esse tema e percepção diferente.

Cada fator, torna-se por esta pesquisa, uma prerrogativa das exceções que estão se desenvolvendo pelo mundo e trazendo a todos muitas reflexões. O amadurecimento, na verdade, a perceptível visão sobre esse momento de isolamento, transcendeu aos pensamentos e, será sob esse olhar que esse trabalho desenvolver-

se-á – analisando, como os já citados fenômenos de um novo normal, atingem e fazem a humanidade transcender no tempo e, até mesmo, amadurecer ou não.

## 2. Mudanças inter-relacionais

As inter-relações estão se desenvolvendo além do contato pessoal, estão se moldando intrinsecamente em muitas plataformas.

Boaventura nos mostra que, “quando se torna permanente, a crise transforma-se na causa que explica tudo o resto.” (BOAVENTURA, 2020, p. 5)

Essas plataformas, são exemplos de transformações, permanente até poderia se dizer, pois já são de conhecimento público e, mais que isso, são de uso de grande parte da população, e estão se tornando efetivamente parte da vida de todos. As mídias sociais, evoluindo como os principais meios de comunicação, são elas: Instagram, Twitter, WhatsApp, TikTok, Telegram, dentre outras que cada vez mais estão tirando o foco do que realmente é essencial para o desenvolvimento normal, relacional e humano, as fiéis comunicações humanas.

O estudo das inter-relações Comunicação-Educação se faz imperativo devido à crescente importância que a mídia e o desenvolvimento das tecnologias eletrônicas vêm adquirindo no processo de produção e da socialização da cultura com o conseqüente deslocamento da escola como fonte única de conhecimento e a indicação das novas tecnologias como “[...] medios privilegiados de interacción simbólica y socialización” (Sierra, 2000, p. 17), (SARTORI apud SIERRA, 2006, p. 1).

Porém, essas mídias sociais estão se tornando também mais que meros meios de comunicação e desenvolvimento inter-relacional, são canais onde as pessoas estão se desenvolvendo intelectual e racionalmente. Além disso, são elas que estão trazendo os novos olhares para os novos meios de gratificação monetária, ou seja, novas maneiras de trabalhar e ganhar dinheiro.

Com a situação de caos sanitária no mundo, as adaptações para a sobrevivência ao vírus, foram várias. Dentre uma dessas adaptações, o mundo veio com o teletrabalho, que é assim nomeado pela Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017. Por outro lado, o teletrabalho ficou mais conhecido como *home office*, que é um termo

estrangeiro que significa “escritório em casa”, que foi usualmente adaptado pela população, e seria o “trabalhar em casa”.

O novo meio de trabalhar, trouxe a muitos conforto e segurança, perante a exposição ao vírus e pela proteção de sua vida e da sua família, que seria melhor reservada. Entretanto, no Brasil, a classe trabalhadora que persevera até então e obteve grandes perdas devido ao isolamento e não possibilidade de tanta frequência de trabalho presencial, foram as profissões principalmente que exigiam atendimento presencial ou necessidade de presença no local de trabalho, que de acordo com um artigo publicado pela revista do Estado de Minas (DIAS,2021, s.p.), sob as 20 áreas que mais abriram vagas em 2020, nesse artigo a revista mostra profissões como: estoquistas ou embaladores de produtos, profissões que atuam principalmente em grandes empresas ou mercados, que são realidades ativas no Brasil. Sob essa análise, nota-se que profissões como essas, são de notória quantidade em muitas cidades brasileiras, e são variantes dessas profissões que foram as mais prejudicadas pelo vírus, são esses meios de trabalhos que não puderam se adequar ao *home office*. Sonia Gondim e Livia de Oliveira Borges (2020, p. 2) falam:

Embora a modalidade de trabalho remoto por comunicação mediada (teletrabalho) tenha surgido em meados do século XIX, quando há registros de que Edgard Thompson usava o telégrafo para fazer a gestão e controlar as suas linhas de trem, o que diferencia o teletrabalho outrora praticado da realidade atual é que naquela época foi uma estratégia para melhorar a gestão. Em tempos de pandemia e de afastamento social presencial, ao contrário, muitos trabalhadores se viram da noite para o dia em sistema de trabalho de home-office, sem que de fato estivessem preparados para isto. Tampouco as suas atividades e tarefas de trabalho haviam sido desenhadas para serem executadas à distância. Certamente que, nos setores em que o teletrabalho e o home-office já se encontravam avançados, o processo de adaptação foi mais fácil, com menos impactos negativos e visíveis nas demais esferas de vida dos trabalhadores (por exemplo, família e religião). Entretanto, aqueles trabalhadores que sequer haviam pensado nesta possibilidade em suas vidas vivem um turbilhão de sentimentos, incluindo a angústia e a ansiedade, em um contínuo esforço para se adaptarem à nova condição, ainda que provisória.

Certamente que, essa mudança repentina tem deixado marcas, seja angústia ou ansiedade, seja o desemprego de muitos que não conseguiram se adaptar e agora correm a procura do que fazer, seja para aqueles que não se adequaram se submeter ao que sobrar – o trabalho que ainda não é adaptado e ninguém mais quer fazer. Essas condições, ao longo da história deixará vestígios, mas enquanto não surgem



soluções claras e concretas, a humanidade escreve sob novas formas de adaptação e/ou entendimento de socialização sob essas novas plataformas.

Uma dessas novas tendências de adaptação, são as modificações e disposições na Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017, recentes na legislação vigente sobre o teletrabalho ou *home office*, que diz:

Art. 75-B. Considera-se teletrabalho a prestação de serviços preponderantemente fora das dependências do empregador, com a utilização de tecnologias de informação e de comunicação que, por sua natureza, não se constituam como trabalho externo. (BRASIL, 2017, CAPÍTULO II-A)

Da mesma maneira em que o trabalho avança, evolui e traz adaptações ligeiramente para os adultos, com a pandemia, as crianças, adolescentes e estudantes em geral, se viram muito presentes na Educação a Distância (EaD). Na internet, os famosos “memes”, foram os mais vistos e comentados pelos jovens no meio desse novo ensino. Risadas e dificuldades foram também sentimentos presentes que ainda estão em vigor pelos estudantes, durante essa trajetória que a todos traz comoções. Oreste Preti (2011) traz algumas concepções sobre educação e tecnologia com o desenvolvimento do ensino nesse novo momento de evolução, vejamos:

Pois educação, em sua etimologia de *educare* (ato de criar, de alimentar, fazer crescer) ou de *educere* (guiar, conduzir para fora), indica ação, implica relação. O que isso significa? Significa que a educação é uma prática social, determinada pelos fatos, por seu entorno, que, contudo, acaba também por afetá-los. Por isso, deve ser espaço de diálogo, aberto e comunicativo. Quando, pois, estamos falando de Educação, estamos nos referindo a todos os aspectos da vida que ela abarca nas relações pessoais, sociais, políticas, com a natureza, com o entorno. Ela está imiscuída, misturada e diluída em tudo. É parte do todo, é o todo. (PRETI, 2011, p. 18)

Por isso, com o novo surgimento do ensinar, de forma remota, de forma síncrona, trouxe desafios, pois as relações pessoais, sociais e políticas foram diminuídas, o convívio foi amenizado em prol da saúde humana. Apesar disso, tenta-se ainda, mesmo de forma remota, manter essas relações, para que os alunos sintam que mesmo longe eles terão alguém que os está conduzindo e mostrando o caminho. Assim, “As mudanças tecnológicas fazem com que grande parte das qualificações fique defasada, a um ritmo cada vez mais rápido, diante dos aparatos de informação que operam em tempo real”. (PRETI, 2011, p. 20)

Os diversos sites de notícia que circulam pelas redes, são exemplos de informações em tempo real, pois qualquer situação/fato que ocorra no mundo, será noticiado ou visto por alguém que repassará em um mesmo momento.

Conforme Boaventura (2020, p. 5-6), “O objetivo da crise permanente é não ser resolvida.” Será sob a égide dessas inter-relações de estudo, ensino e conhecimento, que ao mesmo tempo em que se disponibiliza e viabiliza o acesso à informação, aquisição e ampliação desta, transformando assim os estudos e o ensino cada vez mais simples e práticos de se exercer. Será também perceptível aos olhos, maleável sob qualquer toque, pois com qualquer aparelho tecnológico e acesso à internet, que hoje é de fácil acesso a muitas pessoas, se obterá o aprendizado, só que com essa facilidade e praticidade, vem também a distinção e o saber determinar o que é bom e o que é inútil como conhecimento e informação. Em contraponto, como dito é preciso sabedoria para administrar o que se recebe e o que se consome como conteúdo, pois é desta forma que a nova geração está se desenvolvendo em grandes meios “idiotizados”.

O uso compulsivo das redes sociais e de se manter sempre “conectado” a todo momento, a tudo que acontece no meio social-digital, tem afastado principalmente o jovem/adulto da vivência normal em sociedade. O uso angustiante de redes como Tik Tok e Instagram, cada vez mais alarmante, evidências diárias de todos nós cidadãos, a todo momento, de amigos ou parentes vidrados no celular – sempre observando “o que tal pessoa, ou tal artista postou recentemente”, isso traz certa reflexão a mente: será que estamos sabendo usar o celular? Será que estamos sabendo consumir o que há de melhor ou o que há de pior nas mídias sociais?

As redes sociais ocupam no Brasil o segundo lugar em termos de horas gastas por dia: 3horas e 34minutos. 81% dos brasileiros com 13 anos ou mais estão ativos nas redes sociais, contra 58% em média no resto do mundo. O alcance orgânico médio dos posts na página do Facebook no país é de 8,5%, enquanto globalmente chega a 8%. A taxa de engajamento no país é de 4,22%, enquanto a média no mundo é de 3,75%. O YouTube é a rede social mais utilizada no Brasil (95%), seguida do Facebook (90%), do WhatsApp (89%) e do Instagram (71%). (SOUSA, G. R. DE; BORGES, E. M., 2020, p. 159)

A partir dessa análise sob a educação e a geração que está se moldando atualmente, a comunicação se faz presente dentre essas inter-relações, e além delas, ultrapassa sob a atual conjuntura vivenciada no Brasil e no mundo.

Com base na mídia-educação, Miranda e Fantin (2018) nos ensinam que os usos das tecnologias de informação e comunicação (TIC) nas e pelas escolas devem ser entendidos como possibilidades de expressão, compreensão do mundo e, igualmente, oportunidade de interação. Para além da modernização do ensino ou atualização das aulas, essa relação necessariamente envolve outro tipo de atuação de professores e alunos, em síntese, um entendimento do processo ensino-aprendizagem para além da simples transmissão de conteúdo. Pensamos, nesse processo, a importância do diálogo prévio, apresentando a proposta e suas potencialidades, inclusive à família, bem como sua importância. Pensamos, também, a importância de valorização do presencial na educação básica, por mais que as TIC e as competências tecnológicas sejam importantes no atravessamento desse cenário. Não se trata das TIC superarem o professor ou o ensino presencial, mas delas potencializarem o papel do professor e o ensino presencial, bem como o inverso! (SOUSA, G. R. DE; BORGES, E. M., 2020, p. 149)

Se tornou cada vez mais fácil a comunicação com outras pessoas, as relações normais são sobretudo, meros meios de como se pode escolher falar, estudar, trabalhar ou conhecer outras pessoas. Dessa maneira, vivenciando a pandemia, onde a vida de todos esteve e ainda está sob risco eminente, percebeu-se as novas ligações que se pode construir com essas novas plataformas.

Tornou-se possível, fazer amigos, “abraçar a família” por uma vídeo chamada, continuar os estudos, realizar uma graduação ou terminar uma – para alguns perder o emprego, devido ao avanço rápido dos métodos de trabalho *home office*, para outros, foi um pilar de crescimento ou construção de um novo negócio.

Diante de tudo, a comunicação por essas novas plataformas, está se tornando o que parecia ser solitário e triste, amenizado e vivenciado de forma tênue para quando acabar a pandemia e o isolamento, o verdadeiro valor das comunicações pessoais, seja iminente vivenciado. O afeto, o carinho, os abraços, as relações presencialmente precisam ter um enorme valor, um valor que faz falta para muitas pessoas, uma falta – que sob um olhar leigo, só será superado quando “voltar tudo ao normal”, ou seja, poder andar, viver e se comunicar normalmente, sem precisar de proteção contra “algo invisível”, algo que pode/poderia levar a vida de muitos, o vírus.

Também é preciso ressaltar que as mídias são importantes e sofisticados dispositivos técnicos de comunicação que atuam em muitas esferas da vida social, não apenas com funções efetivas de controle social (político, ideológico...), mas também gerando novos modos de perceber a realidade, de aprender, de produzir e difundir conhecimentos e informações. São, portanto, extremamente importantes na vida das novas gerações,

funcionando como instituições de socialização, uma espécie de “escola paralela”, mais interessante e atrativa que a instituição escolar, na qual crianças e adolescentes não apenas aprendem coisas novas, mas também, e talvez principalmente, desenvolvem novas habilidades cognitivas, ou seja, “novos modos de aprender”, mais autônomos e colaborativos, ainda ignorados por professores e especialistas (Porcher, 1974; Perriault, 2002; Belloni & Gomes, 2008; Belloni et al., 2007; Belloni, s/d). (BELLONI, 2009, p. 3-4)

Como dito, funções efetivas de controle social, são essas funções eminentes que dão uma importância extrema para a nova geração, que está se construindo em volta dessa tecnologia, que é de notória importância, pois é ela quem evidencia um novo milênio – um milênio de novas sabedorias e construção novos aprendizados.

### **Considerações finais**

Embora nem toda expectativa de vida seja ideal, disse Patricia Tempski, em seu artigo: Diálogo Filosófico sobre Qualidade de Vida, “SÓCRATES (469-399 a.C.) – Eu acredito que a felicidade está em levar uma boa vida. Portanto, para falar de qualidade de vida, deveríamos delimitar bem o que é bom e ruim na vida.”

Contudo, como disse Sócrates nessa sua fala, é preciso delimitar bem o que é bom e ruim na vida, e ao longo dessa pesquisa foi isso que se tentou evidenciar, os aspectos das mudanças drásticas que estão ocorrendo e instigar a percepção de análise para as pessoas, para que por elas mesmas, venham descobrir o real sentindo das inter-relações e a importância do contado físico – dos sentimentos que ligam umas às outras.

Através das concepções e demonstrações refletivas, evidencia-se a normalidade de exceção como forma de novas construções e adaptações de vida. A pandemia trouxe muitas dificuldades, mas trouxe também uma chance de percepção sobre esse momento difícil que todos compartilham. Embora ninguém aprecie passar por dificuldades, uma coisa deve-se pensar, são com as dificuldades que se aprende, e mesmo tendo que passar por muitos aprendizados, esses vão servir pra mostrar a humanidade a como transcender melhor por esse milênio.

Dessa forma, a transição de uma nova geração está se tornando intrínseca nessa nova história da humanidade, são novos tempos, são novos métodos de viver,

de estudar, de trabalhar, de construir novos vínculos. Por isso, deve se ter em mente que, a vida será sempre uma construção de uma nova história, seja com novas tecnologias, seja com novos meios de comunicação, tudo está aí para trazer o aprendizado e nos ensinar a sermos melhores humanos, melhores cidadãos – e cidadãos compatíveis com o afeto pelos outros, com a compaixão e acolhimento pelo próximo, para que se possa sempre evidenciar uma história de evolução e crescimento. E quando o isolamento passar, olhar-se-á para o passado e todos verão que tudo foi superado, tudo foi reconstruindo com ajuda uns aos outros.

## REFERÊNCIAS

BÉVORT, Evelyne; BELLONI, Maria Luiza. Mídia-educação: conceitos, história e perspectivas. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 30, n. 109, p. 1081-1102, set./dez. 2009. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 18 maio 2021>.

BRASIL. **Lei Nº 13.467, de 13 de julho de 2017**. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Decreto-Lei/Del5452.htm#tituloiicapituloia](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del5452.htm#tituloiicapituloia). Acesso em: 18 maio 2021.

GONDIM, Sonia; BORGES, Livia de Oliveira. **Significados e sentidos do trabalho do home-office: desafios para a regulação emocional. 2020**. Disponível em: <[http://emotrab.ufba.br/wp-content/uploads/2020/05/SBPOT\\_TEMATICA\\_5\\_Gondim\\_Borges.pdf](http://emotrab.ufba.br/wp-content/uploads/2020/05/SBPOT_TEMATICA_5_Gondim_Borges.pdf)> Acesso em: 18 maio 2021.

PRETI, Oreste., **Educação a distância: fundamentos e políticas**. Cuiabá: EdUFMT, 2011.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A Cruel Pedagogia do Vírus**. Coimbra: Almedina, S.A, 2020.

SARTORI, Ademilde Silveira. **Inter-relações entre comunicação e educação: a educomunicação e a gestão dos fluxos comunicacionais na educação a distância**. UNIrevista, UDESC, SC, 2006, Vol. 1 n. 3.

SCLIAR, Moacyr, **“Zap”**, 1995. Disponível em: <<https://www.mundodek.com/2015/09/zap-um-conto-visionario-de-moacyr-scliar.html#:~:text=Um%20conto%20do%20mestre%20Moacyr,uso%20compulsivo%20do%20controle%20remoto.>> Acesso em: 15 maio 2021.

SOUSA, G. R. DE; BORGES, E. M.; COLPAS, R. D. Em defesa das tecnologias de informação e comunicação na educação básica: diálogos em tempos de pandemia. **Plurais Revista Multidisciplinar**, v. 5, n. 1, p. 146-169, 7 ago. 2020



TEMPSKI, Patricia. Diálogo Filosófico sobre Qualidade de Vida. Faculdade Evangélica do Paraná, Curitiba, PR, Brasil. **Cadernos ABEM**, Volume 6, outubro 2010. Disponível em: <[https://www.fm.usp.br/cedem/conteudo/artigos-cientificos/cedem\\_39\\_dialogo\\_filosofico.pdf](https://www.fm.usp.br/cedem/conteudo/artigos-cientificos/cedem_39_dialogo_filosofico.pdf)> Acesso em: 20 maio 2021.

DIAS, Roger. **Veja as 20 áreas que mais abriram vagas e as que mais demitiram em 2020**. Estado de Minas, Minas Gerais, 2021. Disponível em: <[https://www.em.com.br/app/noticia/economia/2021/02/08/internas\\_economia,1236074/veja-as-20-areas-que-mais-abriram-vagas-e-as-que-mais-demitiram-em-2020.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/economia/2021/02/08/internas_economia,1236074/veja-as-20-areas-que-mais-abriram-vagas-e-as-que-mais-demitiram-em-2020.shtml)> Acesso em: 18 de Maio de 2021.

## A OBRA “O ADVOGADO REBELDE” E A SUA VINCULAÇÃO COM O DIREITO BRASILEIRO E A TEORIA GERAL DO PROCESSO

Priscilla de Lima Coelho Trindade<sup>32</sup>

Márcia Regina Brandão Antunes<sup>33</sup>

Juliana Bedin Grandó<sup>34</sup>

**Resumo:** Tanto os diplomas jurídicos, quanto a literatura ficcional são leituras, além de necessárias, bastante enriquecedoras e instigantes. Nessa vereda, sob a ótica do primeiro capítulo do livro “Advogado Rebelde”, de John Grisham, buscou-se tecer relações entre seu enredo e o contexto contemporâneo do Direito brasileiro. Em que pese o conceito de justiça seja bastante abstrato, certas situações são flagrantes de desrespeito aos pilares da justiça. Nesse ínterim, realizaram-se análises concernentes à narrativa da obra cotejando com dispositivos legais brasileiros, e buscou-se esclarecer quais os institutos do direito podem ser observados na obra em tela. Almejando alcançar tais objetivos, o texto encontra-se dividido em duas seções, além da introdução e considerações finais: inicialmente, traça-se uma síntese do capítulo “Desacato” da obra em apreço, e em um segundo momento, sua análise a partir da conjuntura jurídica brasileira. Para tanto, utilizou-se da metodologia dedutiva, com escrita monográfica e pesquisas complementares. Como conclusão, pontua-se que há muitas relações entre o texto de Grisham e as normas positivadas no Direito brasileiro; ademais se reafirma que os operadores do Direito devem sempre agir com ilibada conduta, profissionalismo, ética e respeito às instituições democráticas e aos direitos fundamentais das pessoas.

**Palavras-Chave:** Direito. Advogado. Judiciário.

## THE WORK “THE REBEL LAWYER” AND ITS BINDING AS A RIGHT BRAZILIAN AND GENERAL THEORY OF THE PROCESS.

**Abstract:** Both legal diplomas and fictional literature are readings, in addition to necessary, very enriching and thought-provoking. On this list, from the perspective on the first chapter of the book “Rebel Lawyer” by John Grisham, sought to weave relations between its plot and the contemporary context of brazilian law. In wich the concept of justice is quite abstract, certain situations are egregious of disrespect to the pillars of justice. In the interim, analyses were carried out concerning the narrative of the work colluded with brazilian legal devices, and we sought to clarity wich institutes of law can be observed in the work on screen. Aiming to achieve these goals, text is divided into two sections, in addition to the introduction and final considerations: initially, a chapter “Comtempt” of the work in this regard, and in a second moment, its the brazilian legal conjuncture. For this purpose, the deductive methodology, with monographic writing and complementary researches. How conclusion, it is punctuated

<sup>32</sup> Acadêmica do Curso de Direito da URI São Luiz Gonzaga. E-mail: priscilla.br@gmail.com.

<sup>33</sup> Acadêmica do Curso de Direito da URI São Luiz Gonzaga. E-mail: marcia-dosul@hotmail.com.

<sup>34</sup> Doutora em Ciências Sociais pela UNISINOS. Professora do Curso de Direito da URI São Luiz Gonzaga. E-mail:juliana.bedin@yahoo.com.br.

that there are many relationships between Grisham's text and the Brazilian law, furthermore, the operations of the Law always act with unblemished conduct, professionalism, ethics and respect for democratic institutions and fundamental rights to people.

**Keywords:** Right. Lawyer. Judiciary.

## 1. Introdução

O Direito das civilizações mais remotas baseava-se, precipuamente, nos costumes e na religião. Com o passar do tempo, ao passo que a sociedade foi se desenvolvendo e que as situações a serem analisadas – julgadas – eram mais complexas, surgiu a necessidade de uma codificação das situações inerentes à vida em sociedade, quais sejam as relações civis, trabalhistas, de família, entre outras. Destarte, o direito passou a ser escrito e posto em vigor.

A existência de normas de condutas humanas serve para balizar o convívio em sociedade, sendo assim mais fácil de ponderar entre o legal e o ilegal, o que não se confunde com certo e errado ou bem e mal – que são acepções mais subjetivas. As normas são necessárias para que os indivíduos possam saber como conviver de forma harmônica.

Considerando a importância do Direito positivo e respeitando a licença poética trazida pela literatura ficcional, almeja-se, com este estudo, traçar um paralelo entre o primeiro capítulo da obra “O advogado rebelde”, de John Grisham, com o direito positivo brasileiro e a teoria geral do processo.

Ao longo desse estudo, buscar-se-á concatenar os aspectos mais pertinentes da obra com o ordenamento jurídico brasileiro e suas normas vigentes.

## 2. O Advogado Rebelde de John Grisham: desacato (parte um)

“Ele não deixará que a verdade atrapalhe a justiça”, a frase de efeito que estampa a capa do livro “O advogado rebelde”, de John Grisham (2016), pode ser interpretada com certo sarcasmo, uma vez que o que se espera da justiça é que ela seja pautada na verdade, e não seria esta um empecilho àquela.

O livro em análise é um *thriller* narrado em primeira pessoa, onde o famigerado advogado Sebastian Rudd conta suas experiências profissionais, ressaltando as dificuldades da advocacia criminal, as mazelas do judiciário americano e, em contrapartida, traz, ao leitor, vivências pessoais e conflitos familiares.

O enredo gira em torno de seis grandes casos onde Rudd atua e, ao contar cada um deles, o narrador enverga para outras pequenas histórias que compõem a trama como um todo.

Rudd faz questão de destacar que sua carreira é um tanto quanto turbulenta e se diferencia dos demais advogados por acreditar que todos merecem um julgamento justo, ainda que seja necessário trapacear – seria isso apenas uma estratégia para se fazer justiça. O afrontoso advogado descreve-se, nas linhas exórdiais da trama, da seguinte forma:

Meu nome não consta em nenhum catálogo telefônico. Eu não tenho um escritório convencional. Carrego uma arma, legalmente, porque meu nome e meu rosto tendem a chamar a atenção do tipo de gente que também carregam armas e não têm escrúpulos em usá-las [...] a lei é minha vida, sempre desgastante e às vezes gratificante (GRISHAM, 2016, p. 9).

Ao relatar as dificuldades enfrentadas pelos advogados criminalistas, em ter como ofício a tarefa de defender pessoas perversas, Sebastian menciona que a faculdade não prepara os futuros operadores do Direito para essa missão:

Eles não lhe dizem na faculdade de Direito que um dia você pode se ver defendendo uma pessoa acusada de um crime tão hediondo que cidadãos normalmente pacatos sentem-se impelidos a pegar em armas e ameaçar matar o acusado, seu advogado e até mesmo o juiz” (GRISHAM, 2016, p. 9).

De fato, Rudd era conhecido por atuar em casos que os demais advogados recusavam-se a trabalhar: assassinos perversos, crimes hediondos, culpados odiados por uma sociedade inteira. No primeiro capítulo do livro, ao qual se destina esta análise é encontrada a história de Gardy, um sujeito acusado de assassinar duas irmãs gêmeas, crianças, e por meio cruel.

Trata-se de um caso difícil, como define Rudd:

O duplo homicídio foi tão horripilante que nenhum advogado local quis tocar no caso. Então Gardy, foi preso, e basta um olhar para saber que ele é culpado. Cabelos compridos pintados de preto forte e lustroso, uma impressionante coleção de piercings acima do pescoço e de tatuagens abaixo, brinco metálicos combinando, olhos claros e frios, e um risinho afetado que diz: “O.k., fui eu mesmo, e daí?”. Em sua primeira reportagem, o jornal de Milo descreveu-o como “membro de um culto satânico, com registro de abuso sexual de crianças” (GRISHAM, 2016, p. 13).

A partir dessa problemática, o advogado busca a verdadeira justiça para o caso, e no desenrolar da trama é possível observar a utilização de bastantes institutos do Direito.

A partir deste enredo literário, passa-se, na sequência, a analisar sua vinculação com o Direito brasileiro e a Teoria Geral do Processo.

### **3. O Direito brasileiro: uma análise a partir do livro O Advogado Rebelde**

Ao longo da leitura da obra em tela, é possível identificar diversos institutos do Direito. Embora a trama não se passe no Brasil, é permissível observar inúmeros princípios legitimados pelo ordenamento jurídico brasileiro.

A presente análise dá-se no primeiro capítulo da obra, intitulado “Desacato”. Nesse contexto, o advogado Sebastian Rudd defende um réu acusado e processado por um duplo homicídio.

Cumprir mencionar, primeiramente, que segundo Carreira Alvim (2020, p. 12), “a denominação ‘processo’ é relativamente moderna e provém etimologicamente do latim *processus*, derivado de *procedere*, que significa avançar, caminhar para frente, dar um passo após o outro”.

Carnelutti (apud CARREIRA ALVIM, 2020, p. 12), define o processo como sendo o “conjunto de atos destinados à formação ou à atuação de comandos jurídicos cujo caráter consiste na colaboração, para tal fim, de pessoas interessadas (partes), com uma ou mais pessoas desinteressadas (juízes)”.

O processo analisado na história tramita na esfera penal, pois se trata de um crime doloso contra a vida. Sendo assim o julgamento dar-se-ia, em caso de julgamento da jurisdição brasileira, pelo Tribunal do Júri, competente para julgar esse tipo incriminador. Vale lembrar que o ato do júri popular é um procedimento público, respeitando a regra do princípio da publicidade o qual, segundo Antônio Carlos de Araújo Cintra et al (2015, p. 93)

[...] constitui uma preciosa garantia do indivíduo no tocante ao exercício da jurisdição. A presença do público nas audiências e a possibilidade do exame dos autos por qualquer pessoa representam o mais seguro instrumento de fiscalização popular sobre a obra dos magistrados, promotores públicos e advogados. Em última análise, o povo é o juiz dos juízes. E a responsabilidade das decisões judiciais assume outra dimensão quando tais decisões não de ser tomadas em audiência pública, na presença do povo.



No prisma do direito brasileiro, a previsão do Tribunal do Júri é postulada precipuamente pela Constituição Federal (BRASIL, 1988). Tratada como direito e dever individual e coletivo, a instituição do júri dar-se-á conforme a lei, e de acordo com a alínea “d” do inciso XXXVIII, do art. 5º assegura-se a esse instituto a competência para julgar os crimes dolosos contra a vida, excetuando-se, portanto, os crimes cometidos na modalidade culposa.

Em se considerando que o crime imputado a Gardy trata-se de um duplo homicídio, dolosamente praticado e ainda qualificado pelo meio cruel, o réu foi submetido ao juízo do júri popular. No Código de Processo Penal (BRASIL, 1941), encontram-se todos os procedimentos relativos ao julgamento pelo instituto mencionado.

Ainda nas ideias exordiais, trazidas pela narrativa, examinam-se percepções quanto à obrigatoriedade de qualquer cidadão ter o direito de passar pelo devido processo legal, bem como de ser defendido de maneira gratuita quando não puder arcar com as custas de um defensor.

O advogado, narrador da história, mostra-se angustiado, certa feita, por entender que a sociedade já havia condenado seu cliente antes mesmo do julgamento:

Meu trabalho é multifacetado e complicado, e, ao mesmo tempo, é bastante simples. Estou sendo pago pelo Estado para prover uma defesa de primeira classe a um réu acusado de homicídio doloso qualificado sujeito à pena de morte, e isso requer que eu lute, esbraveje e faça um escândalo em uma sala de tribunal onde ninguém está ouvindo. Gardy foi basicamente condenado no dia em que foi preso e seu julgamento não passa de uma formalidade (GRISHAM, 2016, p. 11).

Rudd lembra que muitas vezes é questionado em relação a conseguir defender pessoas consideradas escórias da sociedade. Porém, ele sempre teve a convicção de que todos merecem um julgamento justo – isso não representa, necessariamente, uma absolvição. Mas um tratamento equânime e legal.

No contexto jurídico brasileiro, ninguém pode ser julgado sem um advogado, conforme assegura a Constituição Federal brasileira, a qual garante que o Estado dará assistência jurídica gratuita às pessoas pobres, o que deve ocorrer por meio da Defensoria Pública, forte no art. 134, da Carta Magna (BRASIL, 1988):

Art. 134. A Defensoria Pública é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbendo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados, na forma do inciso LXXIV do art. 5º, desta Constituição Federal. (BRASIL, 1988).

Ademais, tal direito encontra-se previsto no Código de Processo Penal brasileiro, Lei nº 3.689/41, consoante art. 216: “Nenhum acusado, ainda que ausente ou foragido, será processado ou julgado sem defensor” (BRASIL, 1941).

Indubitavelmente, a previsão constante do Código de Processo Penal trata-se de corolário da norma constitucional que assegura a todos o contraditório e a ampla defesa. Para Rogério Sanches Cunha (2018, s.p),

Por *contraditório* se entende a possibilidade que se confere ao réu de conhecer, com exatidão, todo o processo e, em decorrência de tal ciência, contrariá-lo sem nenhuma espécie de limitação. Impõe-se ao juiz, em consequência, a obrigatoriedade de ouvir ambas as partes (*ciência bilateral das partes*) antes de decidir. A *ampla defesa*, de sua parte, representa verdadeira consequência do contraditório. Se através dele se reconhece a absoluta igualdade entre as partes, será por meio da ampla defesa que tal igualdade ganhará corpo, tornando-se efetiva e palpável. A ampla defesa consiste, portanto, na possibilidade de o réu contraditar a acusação.

No estudo da teoria geral do processo, o contraditório e a ampla defesa tratam-se de princípios que devem estar presentes no curso do processo. Segundo Carreira Alvim (2020), o respeito ao princípio do contraditório é o que garante que o juiz não poderá deliberar acerca de uma contenda sem que ouça todas as partes.

Não menos importante para o processo é a obediência ao princípio da igualdade, o qual em cotejo com o fundamento da paridade de tratamento se assemelham categoricamente. Corroborando o exposto, trazem-se as lições de Cintra et al (2015, p. 77): “as partes e procuradores devem receber tratamento igualitário, para que tenham as mesmas oportunidades de fazer valer em juízo as suas razões”.

É sabido, portanto, que a defesa é um direito de todos os acusados. No entanto, nem sempre a Defensoria Pública dispõe de quadros suficientes para atender a demanda por assistência jurídica gratuita, sendo necessária a nomeação do defensor dativo.

Em determinada passagem, faz-se alusão à ausência de Defensoria Pública na cidade de Milo, local do julgamento de Gardy. Por conta disso o Estado precisou nomear os defensores do acusado. Aparece, aqui, a figura do advogado dativo, que não se confunde, contudo, com o defensor público, pois aquele não pertence ao quadro de servidores da Defensoria Pública, mas exerce o papel de defensor público, ajudando, por indicação da Justiça, o cidadão comum. Rudd faz menção ao instituto alhures mencionado ao dizer que: “ Há uma regra tácita de que os advogados mais novos na cidade peguem esses casos de baixa remuneração porque 1) alguém tem que pegá-los e 2) os advogados mais velhos o fizeram quando eram mais novos” (GRISHAM, 2016, p. 13).

Outrossim, a figura do advogado dativo encontra respaldo no Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), fulcro no art. 22, da Lei nº 8.906/94 (BRASIL, 1994):

§1º O advogado, quando indicado para patrocinar causa de juridicamente necessitado, no caso de impossibilidade da Defensoria Pública no local da prestação de serviço, tem direito aos honorários fixados pelo juiz, segundo tabela organizada pelo Conselho Seccional da OAB, e pagos pelo Estado.

Outra instituição essencial à justiça é o Ministério Público. No ordenamento jurídico brasileiro, encontra-se previsão constitucional à função ministerial no art. 127 da Carta Magna (BRASIL, 1988), onde legitima o Ministério Público como instituição permanente e essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

Na obra em comento, o órgão ministerial é constantemente questionado e atacado pelo advogado Sebastian Rudd. Sob o olhar do narrador, o *parquet* responsável pela acusação, assim como todos os integrantes do Ministério Público, age arditosamente e de forma fraudulenta em todos os casos que atua.

A promotoria, a qual é constituída por eleição – talvez por isso a necessidade de agradar à comunidade com condenações exemplares – muitas vezes, segundo Rudd, usa de artifícios falaciosos e desleais em detrimento do réu. Rudd faz duras críticas à figura do Ministério Público:

A única alternativa honrosa para um advogado que luta para salvar um cliente inocente é trapacear na defesa. No entanto, se um advogado de defesa for pego trapaceando, ele sofre sanções do tribunal, é repreendido pela Ordem dos Advogados do Estado, talvez até mesmo processado. Se um promotor é flagrado trapaceando, ou ele é reeleito ou promovido. Nosso sistema nunca responsabiliza um mau promotor (GRISHAM, 2016, p. 24).

Em que pese Rudd ter a consciência de que seus clientes na maioria das vezes eram culpados, quanto a Gardy ele sabia da inocência. Como mais uma tentativa de assegurar ao acusado um plenário consentâneo e equânime, o causídico tentou por diversas vezes o desaforamento do júri.

Eu berrei por uma mudança de foro, pleiteei junto ao juiz que o julgamento fosse transferido para um local pelo menos uns cento e cinquenta quilômetros de distância, de modo que pudéssemos encontrar alguns jurados que não tivessem atirado coisas no garoto [...] mas o pedido foi negado. Todas as minhas petições anteriores ao julgamento foram indeferidas (GRISHAM, 2016, p. 14).

O instituto do Desaforamento está legitimado no Código de Processo Penal (BRASIL, 1941), tendo como supedâneo legal os arts. 427 e 428. Consoante àquele:

Art. 427 Se o interesse da ordem pública o reclamar ou *houver dúvida sobre a imparcialidade do júri* ou a segurança pessoal do acusado, o Tribunal, a requerimento do Ministério Público, do assistente, do querelante ou do acusado ou mediante representação do juiz competente, poderá determinar o desaforamento do julgamento para outra comarca da mesma região, onde não existam aqueles motivos, preferindo-se as mais próximas (grifo nosso).

De acordo com Walfredo Cunha Campos (2020, s.p.),

O desaforamento é a transferência do julgamento de um crime doloso contra a vida pelo Tribunal do Júri, da comarca, no caso da Justiça Estadual, ou seção ou subseção judiciária, em se tratando de Justiça Federal, onde se consumou, para outra, com jurados dessa última, derogando-se a regra geral de competência (art. 70 do CPP), em razão de interesse da ordem pública, por haver suspeita de parcialidade dos juízes leigos, por existir risco à segurança pessoal do acusado, ou, em razão do comprovado excesso de prazo, se o julgamento não puder ser realizado no prazo de seis meses do trânsito em julgado da decisão de pronúncia.

Posto isso, percebe-se que o desaforamento tem por escopo principal esvaziar qualquer possibilidade de fatos que possam prejudicar a imparcialidade dos jurados. Trata-se de uma decisão jurisdicional – e não administrativa - que consiste no deslocamento da competência do julgamento final em plenário do júri de uma

comarca para outra, alterando-se assim a competência inicialmente fixada pelos critérios constantes do artigo 69 do Código de Processo Penal. A excepcional medida pode ser postulada, perante o Tribunal de Justiça ou Tribunal Regional Federal, pelo Ministério Público, pelo assistente, pelo querelante ou pelo defensor do acusado; pode, ademais, o juiz representar pelo desaforamento.

Campos (2020, s.p.) defende, quanto à imparcialidade do corpo de jurados, que

[...] a postulação deve se basear em fatos concretos que desabonem a conduta deles, por flagrante parcialidade a favor ou contra o réu. Meras conjecturas em tal sentido, pelo puro e simples fato de ter havido repercussão pela imprensa, não justificam a medida, até porque todos os dias, literalmente, há pelo menos um escândalo policial na televisão, em programas policiais, não se podendo concluir que todo e qualquer cidadão que o assistiu tornou-se parcial.

Sem enveredar, todavia, no mérito do pedido, bem como na concessão do pleito, foi possível observar a faculdade do desaforamento em um caso de grande notoriedade no Brasil. Trata-se do caso “Boate Kiss”. Em 27 de janeiro de 2013, um incêndio em uma boate, em Santa Maria/RS, matou 242 pessoas e deixou mais de 600 feridos.

O caso de tamanha repercussão e mobilização na comunidade local, classificado como homicídio doloso, ensejou que os defensores dos réus pedissem o desaforamento do júri, vez que acreditavam que os jurados – cidadãos da localidade – não seriam capazes de julgar sem serem impelidos pelas emoções, lembranças e idiosincrasias decorrentes da tragédia que consternou a comunidade local, o que poderia comprometer a parcialidade no momento do veredicto final.

Datada de 10 de setembro de 2020, notícia informa sobre desaforamento do júri popular dos réus do caso Boate Kiss:

[...] tiveram deferidos pela Primeira Câmara Criminal os pedidos de desaforamento para Porto Alegre, alegando o risco de parcialidade dos jurados caso fossem submetidos a julgamento em Santa Maria. O MP se manifestou contrariamente. Porém, diante da decisão judicial que impossibilitou reunir todos os réus em um mesmo júri na cidade do fato, pediu ao TJRS que o último acusado também tivesse seu julgamento transferido para Porto Alegre, tendo o pedido acolhido nesta quinta-feira (MINISTÉRIO PÚBLICO, 2020, s.p).



Em se tratando de imparcialidade, é possível cotejar o princípio da imparcialidade do magistrado. Por este fundamento, o juiz não pode ser tendencioso e por impedimento ou suspeição deve abster-se de julgar determinado caso.

Por conseguinte, a análise do princípio dispositivo, examinado pela teoria geral do processo, permite compreender que o juiz poderá julgar segundo o alegado pelas partes, e não mais somente ao que foi provado por estas, pois este princípio sofreu, ao longo do tempo, uma mutação, que permitiu, consoante Carreira Alvim (2020), dilatar a atuação do juiz no campo probatório.

Outro princípio constitucional que vem para locupletar o direito penal é o instituto da presunção de inocência, previsto no art. 5º da CF/88, em seu inciso LVII. Por esta concepção, toda pessoa é considerada inocente até o trânsito em julgado de uma sentença penal condenatória.

Corroborando o exposto, Pedro Lenza (2014, p.1123) assevera que:

Ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória. Assim, nada mais natural que a inversão do ônus da prova, ou seja, a inocência é presumida, cabendo ao MP ou à parte acusadora (na hipótese de ação penal privada) provar a culpa. Caso não o faça, a ação penal deverá ser julgada improcedente.

No entanto, o respeito a esse instituto é questionado pelo narrador em diversas passagens, destacando-se, neste momento, a seguinte: “A presunção de inocência agora é presunção de culpa [...] a culpa para além de qualquer dúvida razoável significa que, se ele provavelmente cometeu o crime, então vamos tirá-los das ruas” (GHISHAM, 2016, p.14).

Em outros momentos, Rudd também questiona a insuficiência de provas incriminadoras contra Gardy. Ele aponta um ex-namorado da mãe das gêmeas como principal suspeito pela morte das meninas, entretanto este homem nunca foi sequer investigado.

Para que se possa condenar uma pessoa é preciso que se respeite uma série de procedimentos criminais, é a chamada persecução penal, composta de duas fases, quais sejam a investigação criminal e o processo penal.

Instrumentalizados pelo direito formal, a investigação criminal e o processo penal encontram-se disciplinados no Código de Processo Penal, e como regra básica para indiciar um indivíduo, tem-se a necessidade de comprovação de indícios

de autoria e materialidade do fato. Na problemática em tela, há a figura da materialidade, *in casu* os corpos das vítimas. Conquanto, consoante o causídico do processo, não foram colhidas provas suficientes para comprovar a autoria, por Gardy, do duplo homicídio.

Rudd objeta que

Durante a autópsia de Jenna, um único fio de cabelo longo e preto foi encontrado preso nos cadarços que amarravam os tornozelos. Tanto ela quanto Raley tinham cabelos louros. Na ocasião Gardy tinha cabelos longos e pretos – embora a cor mudasse mensalmente -, e como não era de surpreender, o especialista do Estado em análise de cabelo, declarou que “combinavam” (GRISHAM, 2016, p. 52).

O defensor ainda declara indignado que “por mais de um século, verdadeiros especialistas sabem que análise de cabelos é um exame extremamente impreciso”. Completa, Rudd: “Pedi ao juiz Kaufman que ordenasse que fosse feito um teste de DNA com uma amostra do cabelo atual de Gardy, mas ele negou. Disse que era caro demais” (GRISHAM, 2016, p. 53).

Importa rememorar que o advogado já questionava a ausência de elementos que ligassem Gardy à autoria dos crimes desde o início da trama, quando menciona “O Estado não tem nenhuma prova concreta ligando Gardy aos assassinatos. Zero” (GRISHAM, 2016, p. 16).

Considerando o princípio da verdade real – aquele onde se busca o que de fato aconteceu - diferentemente da verdade formal, que consiste nos elementos acostados ao processo e, diante de todos os elementos trazidos por Sebastian Rudd, é cabível o questionamento quanto à legitimidade das provas que levaram Gardy a julgamento.

Amparada pela previsão legal, no Código de Processo Penal, a cadeia de custódia das provas é um elemento fundamental na implementação da persecução penal. O art. 6º do CPP disciplina os procedimentos a serem tomados logo que a autoridade policial toma ciência de um fato delituoso.

Para Thiago Cabral (2019, s.p) o Estado tem obrigação quanto à produção e à proteção de provas. Segundo ele:

O Estado não tem apenas o dever de preservar a integridade e idoneidade da prova, mas, também de mostrar a história da prova, ou seja, a sua

origem, sua natureza, como foi coletada, hora e data de cada ato, como foi acondicionada, transportada, armazenada e analisada com registro de todos os atos integrante da cadeia de custódia. Desse modo, podemos dizer que a prova fora produzida de forma transparente e com qualidade, permitindo assegurar a memória de todas as fases. Claro está que a finalidade da cadeia de custódia é para assegurar a idoneidade dos objetos e bens escolhidos pela perícia ou apreendidos pela autoridade policial, a fim de evitar qualquer tipo de dúvida quanto à sua origem e caminho percorrido durante a investigação criminal e o respectivo processo judicial.

Na formação dos elementos probatórios a cadeia de custódia é de suma importância, uma vez que tem como escopo preservar a idoneidade das provas.

A acusação de Gardy pareceu, desde o princípio, um tanto quanto anárquica e desorganizada. E valendo-se da fragilidade da segurança das provas, Rudd, em determinada ocasião, conseguiu subtrair um fragmento do cabelo apreendido como prova e acostado aos autos do processo.

Com esse excerto, apesar de ter sido obtido de forma ilegal, pois maculou os autos processuais, Rudd buscou a absolvição de seu cliente. Para tanto, ele precisou utilizar de outro meio ilegítimo para obter o material genético de quem ele acreditava ser realmente o autor do homicídio – Jack Peeley, o padrasto das vítimas.

O advogado incumbiu um lutador de MMA, com quem mantinha estreita relação, de conseguir uma amostra de DNA do suposto culpado do duplo homicídio. Para isso, o lutador agrediu abruptamente Peeley, em um bar da cidade, a fim de conseguir uma quantidade suficiente de sangue do suspeito. Deveras, ele conseguiu. E a amostra foi enviada a um laboratório de análises clínicas.

Dias após o feito, o resultado saiu. Era Peeley o verdadeiro autor da atrocidade que vitimou duas crianças.

Em exame a essas circunstâncias, questiona-se a legitimidade da prova que inocentou o réu. Haja vista que Rudd adquiriu o elemento probatório por meios de duas condutas criminosas. No ordenamento jurídico brasileiro, poder-se-ia configurá-las como os tipos penais “Sonegação de papel ou objeto de valor probatório”, forte no art. 356, do Código Penal – em relação à conduta de subtrair um excerto da prova material - e lesão corporal, sob redação do art. 129 do mesmo código - com concurso de pessoas - circunstância em que ele ordena alguém a agredir o suposto culpado.

Neste diapasão, vale destacar algumas teorias que fundamentam o Direito Penal brasileiro no que tange a obtenção de provas. Dentre outras classificações, as mais abrangentes são as provas lícitas e as provas ilícitas. Esta última é a que se torna importante neste momento, pois

As provas ilícitas são aquelas, cuja maneira de obtenção da prova infringe as normas de direito material e constitucional, portanto elas não são aceitas no processo. Provas das quais são obtidas violando alguns princípios constitucionais ou direitos materiais, são essas consideradas provas ilícitas. Sendo elas, em regra, vedadas, ou seja, inadmissíveis dentro do processo (DI DOMENICO, 2016, s.p).

Tal constatação encontra respaldo constitucional, consoante art. 5º, LVI, (BRASIL, 1988), *in verbis*: “são inadmissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos”. Todavia, sem adentrar de maneira demasiada nesses conceitos, é pertinente salientar que, em situações excepcionais, são admitidas as provas ilícitas no curso do processo penal. Corroborando o exposto, Fernando Capez (2010, p. 349) aduz:

[...] sempre em caráter excepcional e em casos extremamente graves, tem sido admitida a prova ilícita, baseando-se no princípio do equilíbrio entre os valores contrastantes (admitir uma prova ilícita para um caso de extrema necessidade significa quebrar um princípio geral para entender a uma finalidade excepcional justificável). Para essa teoria a proibição das provas obtidas por meios ilícitos é um princípio relativo, que, excepcionalmente, pode ser violado sempre que estivesse em jogo um interesse de maior relevância ou outro direito fundamental com ele contrastante.

Essa possibilidade existe, vez que é defendida a importância de um equilíbrio entre princípios fundamentais da pessoa. O direito à dignidade humana, à liberdade, à vida são sempre princípios regentes, deles derivam os demais. Nessa perspectiva, não se poderia utilizar o princípio da inadmissibilidade de provas ilícitas em detrimento da liberdade de uma pessoa. Nesse sentido Capez (2010, p. 37) esclarece:

A aceitação do princípio da proporcionalidade *pro reo* não apresenta maiores dificuldades, pois o *princípio que veda as provas obtidas por meios ilícitos não pode ser usado como um escudo destinado a perpetuar condenações injustas*. Entre aceitar uma prova vedada, apresentada como único meio de comprovar a inocência de um acusado, e permitir que alguém, sem nenhuma responsabilidade pelo ato imputado, seja privado injustamente de sua liberdade, a primeira opção é, sem dúvida, a mais consentânea com o Estado Democrático de Direito e a proteção da dignidade humana (grifo nosso).

No caso em estudo, o juiz aceitou a prova como elemento para absolver o réu antes mesmo do término do julgamento, uma vez que não se legitimava mais a prisão do réu frente a uma prova cabal de sua inocência.

Por derradeiro, sabe-se que a literatura admite constatações, ponderações e afirmações mais amplas que o ordenamento jurídico, sendo assim as análises feitas neste trabalho consideraram a temática da trama, sem apegar-se, contudo, a discordar ou ratificar as opiniões do narrador.

### **Considerações finais**

O presente trabalho destinou esforços a verificar a existência – ou não – de vínculos entre o primeiro capítulo do livro “O advogado rebelde”, de John Grisham, com o contexto jurídico brasileiro e as normas vigentes.

Ao se examinar a trama trazida pelo narrador e concatenar com diversos diplomas legais brasileiros, bem como com doutrinas que se dedicam a esclarecer aspectos pertinentes aos direitos e deveres de todo e qualquer brasileiro, foi possível estabelecer diferentes relações entre as literaturas – ficcional e jurídica.

Ademais, a pesquisa possibilitou um estudo em relação aos princípios constitucionais, como também normas penais e processuais. Nesse ínterim, estudaram-se vários temas, tais como: a instituição do tribunal do júri, as funções essenciais à justiça, a constituição de advogados dativos, os princípios estudados pela teoria geral do processo, o instituto do desaforamento, a presunção de inocência, a cadeia de custódia de provas, a admissão de provas ilícitas no curso do processo penal, dentre outros princípios relevantes ao direito penal e processual.

Além da possibilidade de ampliação do conhecimento no campo da teoria geral do processo, do direito penal, do direito processual penal e do direito constitucional, esse estudo permitiu o desenvolvimento e o engrandecimento do exercício da racionalização acerca de questões tão relevantes à sociedade e ao desenvolvimento acadêmico e científico. Ainda, foi possível alargar o senso crítico e reflexivo ensejado pelo contexto da busca pela verdade e pela justiça, a qual o advogado lutou até o fim.



A atividade investigativa também foi exercitada, ao passo que para a compreensão de muitos conteúdos percebidos na leitura foram necessárias densas pesquisas.

Nesse cenário, é preciso refletir sobre o papel dos operadores do Direito, os quais devem primar sempre pelo devido processo legal e pela imparcialidade, de modo que concepções próprias, interesses pessoais e animosidades particulares não interfiram em nenhuma decisão judicial, tampouco influenciem no curso de processos. Qualquer decisão que seja tomada na esfera judicial deve respeitar os procedimentos legais, não permitindo que pessoas sejam condenadas através de sentenças apinhadas de ilegalidade ou por mero voluntarismo. O que se espera dos magistrados e procuradores é que trabalhem como paladinos da justiça, sempre em prol da verdade e da equidade.

Por fim, ressalta-se que os objetivos estabelecidos, quando do início deste estudo, foram alcançados, embora outras reflexões e ponderações sejam possíveis a partir da análise da obra, pois a temática possibilita interpretações bastante pessoais e, também, a percepção de diversos outros institutos jurídicos.

## Referências

ALVIM, J. E. Carreira. **Teoria Geral do Processo**. 23ª Ed., Rio de Janeiro: Editora Forense, 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)> Acesso em: 21 mar. 2021.

\_\_\_\_\_. **Decreto-Lei Nº 3.689, de 03 de outubro de 1941. Código de Processo Penal**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del3689Compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del3689Compilado.htm)> Acesso em: 21 mar. 2021.

\_\_\_\_\_. **Decreto-Lei Nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del2848compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm)>. Acesso: 20 ago. 2018.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 8.906, de 04 de julho de 1994. Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)**. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/busca?q=Art.+22%C2%A7+1+do+Estatuto+da+Advocacia+e+da+Oab>> Acesso em 21 mar. 2021.

CABRAL, Thiago. **Cadeia de custódia de prova no processo penal**. Disponível em: <<https://canalcienciascriminais.com.br/cadeia-de-custodia-de->

prova/#:~:text=O%20Estado%20tamb%C3%A9m%20n%C3%A3o%20tem,todos%20os%20atos%20integrante%20da> Acesso em 22 mar. 2021.

CAPEZ, Fernando. **Curso de Processo Penal**. 17 ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

**Caso Kiss: a pedido do MP, Tribunal de Justiça decide que Luciano Bonilha Leão será julgado em Porto Alegre**. Disponível em:

<<https://www.mprs.mp.br/noticias/51778/#:~:text=Marcelo%20de%20Jesus%2C%20Mauro%20Hoffmann,O%20MP%20se%20manifestou%20contrariamente>> Acesso em 21 mar. 2021.

CINTRA, Antônio Carlos de Araújo Cintra; GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Cândido Rangel. **Teoria Geral do Processo**. São Paulo: Editora Malheiros, 2015.

CUNHA, Rogério Sanches. **STJ: Não se nomeia advogado dativo se há Defensoria Pública estruturada para atuar**. Disponível em:

<<https://meusitejuridico.editorajuspodivm.com.br/2018/07/19/stj-nao-se-nomeia-advogado-dativo-se-ha-defensoria-publica-estruturada-para-atuar/>> Acesso em 21 mar. 2021.

DOMENICO, Marina Di. **Provas ilícitas e sua aplicação no processo penal**.

Disponível em: <<https://ambitojuridico.com.br/edicoes/revista-154/provas-ilicitas-e-sua-aplicacao-no-processo-penal/#:~:text=Provas%20il%C3%ADcitas%20s%C3%A3o%20aquelas%2C%20cuja,s%C3%A3o%20essas%20consideradas%20provas%20il%C3%ADcitas>> Acesso em 21 mar. 2021.

GRISHAM, John. **O Advogado Rebelde**. 1ª Ed., Rio de Janeiro: Rocco, 2016.

LENZA, Pedro. **Direito Constitucional Esquematizado**. 18ª Ed., São Paulo: Editora Saraiva, 2014.

**Você sabe o que são defensores dativo e defensor constituído?** Disponível em:

<<https://www.editoraforum.com.br/noticias/voce-sabe-o-que-e-defensor-dativo-e-defensor-constituído/#:~:text=O%20advogado%20dativo%2C%20portanto%2C%20n%C3%A3o,direitos%20atribu%C3%ADdos%20ao%20servidor%20p%C3%BAblico>> Acesso em 21 mar. 2021.

## **A PERSCRUTAÇÃO DA INTERDISCIPLINARIDADE DOS CURSOS DE FISIOTERAPIA E DIREITO DA URI-SÃO LUIZ GONZAGA: DIREITOS E CUIDADOS DO PACIENTE COVID-19 NO BRASIL**

**Caroline Silva Nunes<sup>35</sup>**  
**Hugo da Veiga Kletke<sup>36</sup>**  
**Luciano De Almeida Lima<sup>37</sup>**

**Resumo:** A pandemia de COVID-19 desencadeou um colapso sanitário no país, visto que, trouxe consequências para diversos setores como o da saúde, da economia e da política. A decadência desses setores, mostrou a dimensão das desigualdades presenciadas no Brasil. Com esse estudo busca-se refletir sobre informações relevantes à saúde e direitos do paciente pós-covid. Ao decorrer dos últimos meses, o número de casos confirmados pela COVID-19 vem aumentando, tornando cada vez mais caótica a situação, sendo necessário usar estratégias para impedir o avanço da pandemia, sem ferir os direitos e garantias fundamentais. Como metodologia do estudo se utilizou o método de abordagem dedutivo, sendo uma pesquisa exploratória qualitativa, e bibliográfica com subsídios legais e doutrinários. Como recursos para o seu desenvolvimento se utilizou de materiais já elaborados, como artigos científicos, doutrinas e legislação. Pôde-se observar as significativas mudanças que a pandemia ocasionou na vida dos indivíduos, perscrutando as leis que asseguram um tratamento interdisciplinar e humanizado que deve ser sempre buscado, tratamento este que inclui ativamente a participação do fisioterapeuta.

**Palavras-chave:** Pandemia. Sars-CoV2. Fisioterapêutico. Garantias Fundamentais.

### **THE PERSCRUTATION OF THE INTERDISCIPLINARITY OF PHYSIOTHERAPY AND LAW COURSES AT URI-SÃO LUIZ GONZAGA: PATIENT RIGHTS AND CARE OF COVID-19 IN BRAZIL**

**Abstract:** The COVID-19 pandemic triggered a sanitary collapse in the country, as it brought consequences for various sectors such as health, economics and politics. The decay of these sectors showed the dimension of inequalities witnessed in Brazil. This study seeks to reflect on information relevant to the health and rights of post-covid patients. Over the past few months, the number of cases confirmed by COVID-19 has been increasing, making the situation increasingly chaotic, making it necessary to use strategies to prevent the pandemic from going forward, without harming fundamental rights and guarantees. As a methodology of the study, the method of deductive approach was used, being an exploratory qualitative research, and bibliographical with legal and doctrinal subsidies. As resources for its development, materials already prepared were used, such as scientific articles, doctrines and legislation. It was

<sup>35</sup> Graduanda do 10º semestre do curso de Direito. Universidade do Alto Uruguai e das Missões – URI Campus São Luiz Gonzaga. E-mail: caroline14.sn@gmail.com.

<sup>36</sup> Graduando do 8º semestre do curso de fisioterapia. Universidade do Alto Uruguai e das Missões – URI Campus São Luiz Gonzaga. E-mail: Hgkletke2011@gmail.com

<sup>37</sup> Professor doutor. Universidade do Alto Uruguai e das Missões – URI Campus São Luiz Gonzaga. E-mail: profluciano@saoluiz.uri.edu.br

possible to observe the significant changes that the pandemic brought about in the lives of individuals, scrutinizing the laws that ensure an interdisciplinary and humanized treatment that must always be sought, a treatment that actively includes the participation of the physiotherapist.

**Keywords:** Pandemic. SARS-CoV-2. Physiotherapeutic. Fundamental Guarantees.

## 1 Introdução

A Organização Mundial da Saúde (OMS), em 31 de dezembro de 2019, foi acautelada sobre casos de pneumonia advindos de um novo vírus oriundo da família SARS-CoV, registrados na província de Wuhan, na China. Logo, dentro de pouco tempo, a OMS notificou que o surto do novo coronavírus compunha uma Emergência de Saúde Pública de Transcendência Internacional, sendo assim, em 11 de março de 2020 a COVID-19 foi reconhecida pela OMS como uma pandemia (OPAS, 2020).

Após o alerta da OMS, foram adotadas uma série de medidas pelo Ministério da Saúde no Brasil para o comedimento do novo coronavírus (AGÊNCIA BRASIL, 2020). Por meio do que prevê a Lei nº 13.979/20 (BRASIL, 2020) foram sendo adotadas diligências para o combate da COVID-19, entre elas, o isolamento social, a quarentena, a realização compulsória de exames médicos e testes laboratoriais.

A pandemia desencadeou um colapso sanitário, visto que, trouxe consequências para diversos setores como o da saúde, da economia e da política. A decadência desses setores, mostrou a dimensão das desigualdades presenciadas no Brasil. Com o aumento incontrolável de casos de COVID-19 no país, pôde-se observar a discrepância nos tratamentos oferecidos. Esse cenário, demonstra o desrespeito a direitos e garantias básicas de todo ser humano, como o direito a vida, a saúde e a própria dignidade da pessoa humana. Quando não respeitadas tais garantias, ferem diretamente os preceitos fundamentais instituídos pela Constituição Federal (CF) (BRASIL, 1988).

## 2. Uma reflexão sobre o início da pandemia COVID-19 e os profissionais da linha de frente

No início da pandemia, não existiam planos de contingência estratégica a serem aplicados, por essa razão foi sugerido pela OMS, pelo Ministério da Saúde do Brasil, pelo *Centers for Disease Control and Prevention* (CDC, Estados Unidos) e outras organizações nacionais e internacionais, considerando a similitude clínica e

epidemiológica entre os vírus respiratórios, a utilização do plano de contingência já existente da influenza, bem como, suas ferramentas. (FREITAS et al., 2020).

Objetivando o controle da disseminação da COVID-19, que ocasionou um colapso global, vários países adotaram uma série de mecanismos de contenção, considerando a ausência de vacina e tratamentos efetivos, a OMS recomendou sob tudo, o isolamento social, para elidir a ampliação potencial do número de casos confirmados e de mortes decorrentes do novo vírus (SOTERO e SOARES, 2020). Uma das medidas adotadas em dezenas de países foi a adesão da quarentena total, a partir de março de 2020 (ZAAK SARAIVA, 2020).

A partir de amostras de cotonetes da garganta, coletadas pelo Centro Chinês de Controle e Prevenção de Doenças (CCDC), foi possível identificar o agente etiológico em 7 de janeiro de 2020, o qual subsequentemente veio a ser denominado de Síndrome Respiratória Aguda Grave, Coronavírus 2 (SARS-Cov-2), sendo assim, a Organização Mundial da Saúde (OMS) intitulou a doença de COVID-19 (WHO, 2020) que vem representando um grande desafio para os profissionais da saúde que atuam no seu tratamento.

Com base em uma percepção espacial, o termo linha de frente demarca a escala de proximidade entre dois grupos: o “aliado” e o “inimigo”. A linha de frente é, então, o grau máximo dessa aproximação entre eles: aqueles que estão na linha de frente de uma disputa, de um combate, de um enfrentamento, são os que estabelecem o contato mais próximo com o inimigo. Desde março de 2020, quando foi declarada a pandemia no mundo pela Organização Mundial da Saúde (OMS) (isto é, o fato de que havia – e ainda há – um vírus sendo amplamente disseminado sobre o qual se tinha ainda pouco conhecimento científico e que até hoje não há vacina amplamente comprovada), a analogia do enfrentamento contra o coronavírus se estabeleceu de maneira imediata e o vírus passou a ser o inimigo a ser combatido e a linha de frente, os soldados desta guerra. (COSTA E CONTI (2020, s.p.)

Costa e Conti (2020, s.p) fazem referência a um termo já utilizado dentro da área da saúde a muitos anos, “a linha de frente”, essa terminologia foi átona na pandemia de COVID-19, sendo referência aos profissionais da área da saúde e funcionários de setores essenciais, sendo eles médicos, enfermeiros, psicólogos, fisioterapeutas, setores da limpeza, enfermeiros e técnicos em enfermagem. A equipe que está em contato mais próximo, mais constante e mais intenso com o vírus e assim, tem maior risco de ser contaminado, devido a sua função importantíssima na manutenção da vida em casos de infecção média/grave.



O profissional fisioterapeuta está na linha de frente, atuando desde de casos assintomáticos, de infecção leve, com sintomas como a perda de olfato, paladar, febril, diarreia, a casos que podem evoluir para uma infecção grave, no qual os pacientes necessitam de um maior cuidado da equipe de saúde, seja pelos Centros de Terapia Intensiva CTI e/ou pelos de Unidade de Terapia Intensiva UTI, onde é mais frequente os pacientes estarem com suporte de oxigênio.

Devido o vírus causar infecção principalmente no sistema respiratório, os pacientes graves apresentam um quadro de dispneia, com saturação abaixo do normal, mínimo de 90%SpO<sup>2</sup>. Pacientes que estão abaixo desse limite mínimo, normalmente necessitam de intubação, para que consigam a manutenção da vida (COSTA e CONTI, 2020).

### **3. A fisioterapia como meio de tratamento para pacientes COVID-19**

A fisioterapia é uma ciência tão antiga quanto o homem, sendo que nas primeiras tentativas, os nossos ancestrais realizavam fricções na região dolorida, em constante evolução ao decorrer das décadas, as manobras começaram a ser melhoradas, as tecnologias começaram a ser associadas e as técnicas criadas (CREFITO).

A fisioterapia como profissão, deu-se durante as duas maiores guerras mundiais, no qual acarretou em aumento no número de feridos graves e com lesões, os indivíduos necessitavam de uma abordagem de reabilitação para que continuassem uma vida ativa, aos poucos, desempenhando um papel importante a cada indivíduo e agregando técnicas e descobertas, assim desenvolvendo uma ciência e campo de atuação próprios (ESPÍNDOLA, 2011).

Nas últimas décadas, o conceito de fisioterapia vem passando por grandes transformações, além de uma ciência que só reabilita, ela estuda, diagnostica, previne e recupera seres humanos com diferentes tipos de alterações. Sendo cada vez mais estudada e gerando necessidade de ser desenvolvidas especialidades para a profissão (ESPÍNDOLA, 2011; MARQUES, SANCHES, 1994).

Entre as especialidades da profissão, a fisioterapia motora e a fisioterapia respiratória, são especialidades que se entrelaçam, as duas em união fornecem um conjunto de exercícios combinados de técnicas, manobras e cinesioterapia que

podem otimizar o tratamento, enquanto que uma tem o objetivo de otimizar as funções motoras, promovendo o estímulo que é necessário para o equilíbrio funcional do nosso organismo, a outra, visa a prevenção e o tratamento da maioria das doenças que o nosso sistema respiratório pode sofrer (HELENA, et al 2020).

#### **4. A perscrutação das leis e o paciente com COVID-19**

A pandemia ocasionou numerosos desafios para o sistema de saúde – ambiente adequado e isolado; cuidados compatíveis com a demanda de cada paciente; equipe de profissionais especializados – dentre estes profissionais, está o fisioterapeuta, cuja a importância, é auxiliar na recuperação global do indivíduo.

Constata-se que a desigualdade é perceptível, ao mesmo tempo que, alguns indivíduos possuem, facilmente acesso – à recursos terapêuticos mais eficientes – outros sofrem com o descaso do Estado e das instituições hospitalares, conseqüentemente, levando o paciente a óbito.

Ante o exposto, devemos salientar o dever do Estado em viabilizar condições apropriadas para um tratamento de qualidade e que visem a redução de riscos para a saúde do paciente. Tendo em vista que, o acesso a saúde é um direito regulamentado que todo cidadão brasileiro possui. Segundo Belluzzo e Carrenho (2021, p.95)

(...) compete ao Estado ações de promoção, proteção e recuperação da saúde e todos os direitos fundamentais afetados pelo contexto de calamidade, tais como acesso ao sistema de saúde, transporte, alimentação, renda, moradia, desenvolvimento, dentre outros (MAZZUOLI, 2020). Esse dever é ainda mais premente no Brasil, um país com grandes desigualdades sociais, no qual a ampla maioria da população depende da saúde pública – a qual, aliás, é de acesso gratuito e universal, sendo prescrição da Constituição Federal de 1988.

De acordo com Belluzzo e Carrenho (2021) o Estado é responsável por garantir o impulso, preservação e a restauração da saúde de todo indivíduo que possua cidadania brasileira. Importante ressaltar que o setor da saúde no Brasil, possui uma grande demanda populacional, e por vezes, o sistema não vence atender a todos.

No direito à saúde o Estado deve ofertar condições e qualidade de vida, por meio de políticas públicas que visem a redução das doenças. No atual cenário

pandêmico e o colapso da saúde pública, houve a degradação do sistema, resultando em inúmeras mortes. Na Constituição Federal de 1988 está elencado que:

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (BRASIL, 1988)

No mesmo sentido, há também – o direito a dignidade da pessoa humana – que se refere a fornecer o mínimo de condições materiais ao indivíduo, bem como, proteger de toda e qualquer discriminação ou ação que gere danos ao sujeito. A CF ainda especifica que:

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: III - a dignidade da pessoa humana. (BRASIL, 1988)

Assim como, o surgimento dos Direitos Humanos, e além desse fato, tratados destinados à dignidade humana, possibilitou-se a conquista de uma vida mais digna e autônoma. Corroborando o exposto, Adriana Zawada Melo (2019, p.53) pondera que:

Desde a Declaração dos Direitos Humanos da ONU, em 1948, os direitos sociais foram reconhecidos, junto com os direitos civis e políticos, no elenco dos direitos humanos: direito à educação, à saúde, ao trabalho, ao salário igual por trabalho igual, à previdência social, em caso de doença, ao lazer etc. Referidos direitos devem ser garantidos igualmente a todas as pessoas, sem distinção de raça, religião, credo político, idade ou sexo.

Nesse sentido, cabe trazer alguns artigos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, publicada em 1948, pela Organização das Nações Unidas. Em suas linhas exórdias, a Declaração confere a todos os seres humanos os mesmos direitos e garantias:

Art. I – Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade.

Art. II – Todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, idioma, religião, opinião política ou de outra

natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição[...]

Art. VII – Todos são iguais perante a lei e têm direito, sem qualquer distinção, a igual proteção da lei. Todos têm direito a igual proteção contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação. (ONU, 2014, p.s/n).

Por fim, destaca-se que na atual situação pandêmica e as inúmeras adversidades, tais direitos citados, devem ser respeitados. Acesso a saúde de forma gratuita e de qualidade, atendimentos fisioterápicos para que o paciente se recupere integralmente.

Portanto, embora, a pandemia tenha ocasionado a restrição de algumas normas, por exemplo – o direito de ir e vir – não delimita o acesso a saúde. Disto isso, todos possuem o direito de um tratamento digno, independentemente – da condição social, sexo, cor ou etnia – atendimento este, primordial para preservar e recuperar o paciente com COVID-19.

## **5 Considerações Finais**

Destarte, a pandemia acarretou incontáveis obstáculos para o cumprimento dos Direitos Fundamentais do indivíduo. O COVID-19 ocasionou a carência de suprimentos, leitos, profissionais qualificados, além disto, muitas mortes. Os profissionais da fisioterapia precisaram se reinventar, para que pudessem suprir as demandas.

Importante salientar que o Direito a Saúde é deveras importante, pois, envolve muitos outros fatores para assegurar ao indivíduo e a todos os membros da família qualidade de vida. Além disto, ao Estado constitui o dever de fornecer todos os meios necessários para que o acesso à saúde seja universal, gratuito e integral.

Ao passar das gerações, houve diversas mudanças nos contextos sociais, e isso inclui, a busca por leis que defendam e resguardem os direitos do ser humano. Por fim, destacamos que o debate é sobre acesso à saúde digna, e não, sobre os profissionais que estão em linha de frente. A estes, os técnicos de enfermagem, enfermeiros, médicos, fisioterapeutas e demais profissionais responsáveis, a sociedade brasileira deve os mais sinceros agradecimentos.

## REFERÊNCIAS

BELLUZZO, Moema Locatelli; CARRENHO, Ana Carolina Barros Pinheiro. **Atuação estatal e direitos fundamentais no contexto da pandemia do covid-19. idp law review**, v. 1, n. 1, p. 94-115, 2021. Disponível em: <file:///D:/Downloads/5384-17205-1-PB.pdf>. Acesso em: 15 de julho de 2021  
000

BRASIL. **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2020. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 18 de julho de 2021.

BRASIL. **Lei no 13.979, de 6 de fevereiro de 2020**. Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019. **Diário Oficial da União**, 2020. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-13.979-de-6-de-fevereiro-de-2020-242078735>>. Acesso em: 02 de julho de 2021.

COSTA, J. P.; CONTI, T. B. **Informasus: enciclopédia discursiva, público alvo: geral linha de frente**. Virtual. Disponível em: <<https://www.informasus.ufscar.br/linha-de-frente/>>. Acesso em: 15 de julho de 2021

CREFITO. **Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional. Definição de Fisioterapia e Áreas de Atuação**. Resolução nº. 316 de 19 de julho de 2006. Disponível em: <<https://crefito4.org.br/site/definicao/>>. Acesso em: 20 de julho de 2021.

ESPÍNDOLA, Daniela Simoni. Evolução histórica da fisioterapia: da massagem ao reconhecimento profissional (1894-2010). **Fisioterapia Brasil**, v. 12, n. 5, p. 389-394, 2011.

MARQUES, Amélia Pasqual; SANCHES, Eugênio Lopes. Origem e evolução da fisioterapia: aspectos históricos e legais. **Fisioterapia e Pesquisa**, v. 1, n. 1, p. 5-10, 1994.

MELO, Adriana Zawada. Constituição Federal interpretada: **artigo por artigo, parágrafo por parágrafo**. 10 ed. Editora Manole: Barueri – SP, 2019.

ONU BRASIL. **Declaração Universal dos Direitos Humanos. 1948**. Brasília: ONU/BRASIL, 2014. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf>>. Acesso em: 18 de julho de 2021.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE, OPAS, (2020). **Folha informativa – covid 19 (doença causada pelo novo coronavírus)**. Histórico da pandemia de covid-19. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>. Acesso em: 22 de junho de 2020.



SOTERO, A. P. S.; SOARES, R. M. F. **Constituição e restrição a direitos fundamentais em tempos de pandemia de covid-19: um breve estudo do lockdown no estado do maranhão.** In: Saulo José Casali Bahia e Carlos Eduardo Behrmann Rátis Martins. (Org.). DIREITOS E DEVERES FUNDAMENTAIS EM TEMPOS DE CORONAVÍRUS: SEGUNDO VOLUME. 2ed.São Paulo: Iasp, 2020, v. 2, p. 91-111

VALENTE, Jonas. Covid-19: **veja como cada estado determina o distanciamento social.** Agência Brasil, v. 1, p. 2020-04, 2020. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2020-04/covid-19-veja-como>>. Acesso em: 02 de julho de 2021

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **WHO Director-General's Remarks at the Media Briefing on 2019-nCoV on 11 February 2020.** Disponível em: <<https://www.who.int/dg/speeches/detail/who-director-general-s-remarks-at-the-media>>. Acesso em: 08 de julho de 2021

ZAAK SARAIVA, I.; OLIVEIRA, N. S. M. N.; MOREJON, C. F. M. . **Impactos das Políticas de Quarentena da Pandemia Covid-19, Sars-Cov-2, sobre a CT&I Brasileira: prospectando cenários pós-crise epidêmica.** CADERNOS DE PROSPECÇÃO, v. 13, p. 378-396, 2020.

## ACESSIBILIDADE: UMA NOVA VISÃO SOBRE A INCLUSÃO

Tatiane Munareto<sup>38</sup>

Sarah Sides<sup>39</sup>

Lizandra Andrade Nascimento<sup>40</sup>

**Resumo:** O texto trata das políticas de acessibilidade implantadas na educação brasileira, voltadas à inclusão das pessoas com deficiências no contexto educacional, com ênfase no Ensino Superior. O objetivo é elucidar sobre a importância de tais políticas para assegurar a igualdade nas condições de acesso e permanência na Universidade. A metodologia utilizada foi bibliográfica, com base nas legislações e nos escritos de autores ligados à educação inclusiva. Os resultados apontam para as conquistas obtidas e para os desafios a serem enfrentados, principalmente no cenário atual, em que percebemos o encurtamento dos investimentos na área. O estudo não aponta conclusões, mas pontos para reflexão e para o necessário aprofundamento das discussões a respeito das ações a serem empreendidas para a construção da efetiva inclusão, desde a Educação Infantil até o Ensino Superior.

**Palavras-chave:** Acessibilidade. Inclusão. Ensino Superior. Aprendizagem.

## ACCESSIBILITY: A NEW VIEW ON INCLUSION

**Abstract:** The text deals with accessibility policies implemented in Brazilian education, aimed at the inclusion of people with disabilities in the educational context, with emphasis on Higher Education. The objective is to clarify the importance of such policies to ensure equal access and permanence conditions at the University. The methodology used was bibliographical, based on legislation and the writings of authors linked to inclusive education. The results point to the school achievements and the challenges to be faced, especially in the current scenario, in which we see the reduction of investments in the area. The study is not by clicking, but points for reflection and for the necessary deepening of actions regarding the actions to be taken for the construction of inclusion, from Kindergarten to Higher Education.

**Keywords:** Accessibility. Inclusion. Higher Education. Learning.

## Introdução

---

<sup>38</sup> Acadêmica de Fisioterapia na URI- São Luiz Gonzaga. PIIC-URI. E-mail: tati10munareto@gmail.com

<sup>39</sup> Acadêmica de Fisioterapia na URI- São Luiz Gonzaga. PIIC-URI. E-mail: sarahsides2000@gmail.com

<sup>40</sup> Professora orientadora. Doutora em Educação. Docente na URI- São Luiz Gonzaga. E-mail: lizandra-a-nascimento@yahoo.com.br

O presente artigo tem como objetivo elucidar a educação inclusiva, com ênfase no Ensino Superior. Discutindo inicialmente o conceito de inclusão e de acessibilidade, focando na educação como um direito de todos. A seguir, são debatidas as estratégias implementadas para assegurar o acesso e a permanência das pessoas com deficiência na Universidade.

Além do embasamento legal, a partir da promulgação de Leis e Resoluções voltadas à garantia da acessibilidade e da educação inclusiva, faz-se um levantamento teórico a respeito da amplitude da inclusão, que envolve aspectos arquitetônicos, metodológicos, de tecnologia, comunicacionais e de mobilidade. Destacamos, ainda, a acessibilidade atitudinal, uma vez que esta representa um desafio considerável ao processo inclusivo, posto que, observamos ser menos complexo construir rampas de acesso e reservar vagas em estacionamento, do que erradicar preconceitos e posturas excludentes.

Por meio desta abordagem, almejamos propor uma análise ampla da questão, visando, em especial, contribuir para a superação de obstáculos para a inserção das pessoas no contexto educacional. Dessa maneira, procuramos reconhecer os inúmeros avanços obtidos nesse processo, e, salientar a necessidade de ampliarmos os investimentos em acessibilidade, a fim de que possamos construir, efetivamente, uma Universidade e uma sociedade, de modo geral, que sejam, de fato, inclusivas e acolhedoras.

### **Perspectiva histórica da acessibilidade**

Segundo a OMS (2012), um bilhão de pessoas ao redor do mundo possui algum tipo de deficiência. Já dados do IBGE (2010), contabiliza que cerca de 45 milhões de brasileiros, em porcentagem representando 23,9% da população é deficiente de natureza física, visual, auditiva ou intelectual.

Segundo o Decreto nº 6.949/2009 que pessoas com deficiência são conceituadas como “[...] aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem

*obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas” (BRASIL, 2009).*

A década de 1990 foi marcada por mudanças importantes nas políticas públicas educacionais no que se refere à escolarização de alunos com deficiência, causando avanços importantes que propiciaram a efetivação de uma Escola para todos, onde foi o princípio fundamental da inclusão. A partir disso, a escola passa a ter o compromisso de atender a diversidade humana, tendo que se adaptar às necessidades individuais de seus alunos e não mais excluir aqueles que não têm a facilidade de aprender, porque essa atitude acaba por negar seu papel enquanto instituição social (FONSECA, 1995).

No ano de 1994 a Conferencia Mundial de Educação Especial, ocorrida em Salamanca, na Espanha, salientou o direito de todos a uma educação de qualidade assim como o atendimento necessário a suas especificidades, cabendo aos sistemas educacionais elaborarem métodos e programas educacionais inclusivos, que favorecessem a aprendizagem e aprimorando a escola enquanto instituição que propicia uma sociedade inclusiva. (UNESCO, 1994). Essa proposta feita na conferência passa a valorizar a singularidade e não as dificuldades.

A lei propicia a oportunidade de acesso aos sistemas de ensino, contudo a permanência do acadêmico está relacionada com seu desempenho pessoal. Pois apesar dos avanços significativos, o sucesso e o fracasso ainda dependem do mesmo (MINTO, 2000).

Com a inclusão, a necessidade de acessibilidade passou a ser cada vez mais requerida nas IES. As primeiras modificações referentes à acessibilidade foram feitas no processo classificatório de ingresso no Ensino Superior, sendo sugeridas alterações no momento das provas, e na correção delas. Sendo assim, são exigidas da comissão de provas, mudanças, no que se refere aos critérios de avaliação, organização de salas e recursos adaptados necessários para que o candidato possa realizar a prova, como, também, considerar as especificidades inerentes a cada deficiência no momento da correção. (Brasil, 1996). Essa decisão mostra o quanto a inclusão promoveu mudanças na sociedade como um todo, pois essa comunidade passou a conquistar seu espaço como cidadão, e suas reivindicações apoiado no poder público.

A portaria nº 1.679/1999 (1999) “Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições”. Onde são estabelecidas as condições tanto em relação ao espaço físico (adaptações de edificações, mobiliários, equipamentos urbanos e espaços) e aos recursos materiais (adaptados a cada deficiência, por exemplo: máquina Braille, eliminação de barreiras arquitetônicas, entre outros) quanto aos recursos humanos (exemplo: intérprete de língua de sinais/língua portuguesa). Além da infraestrutura arquitetônica e recursos materiais acessíveis é indispensável que se invista na formação dos profissionais para que se ofereça um ensino de qualidade visando a completa aprendizagem do aluno.

As políticas públicas Brasileiras estão aperfeiçoando-se cada vez mais nas demandas solicitadas pelas pessoas com necessidades especiais. Além disso, vale destacar o Plano Nacional de Educação- PNE (Lei nº 10.172/2001, 2001), no qual apresenta a importância da preparação dos recursos humanos (técnicos, pessoal administrativo, auxiliares e professores) no atendimento ao indivíduo portador de necessidade especial.

## **Metodologia**

Para a elaboração do estudo, usamos como metodologia a pesquisa bibliográfica, buscando-se subsídios teóricos para a compreensão e análise do tema. Foram selecionados artigos publicados em plataformas de pesquisas como Lilacs, PubMed, Scielo e Google Acadêmico centrados na temática, Acessibilidade em Instituições de Ensino e seu contexto histórico.

A partir da leitura exploratória desses artigos, realizamos a organização dos tópicos do estudo, procurando contemplar aspectos como a conceituação e o histórico da inclusão no Ensino Superior, bem como o mapeamento dos avanços e dos desafios a serem enfrentados para a concretização do processo inclusivo.

## **Resultados e discussões**

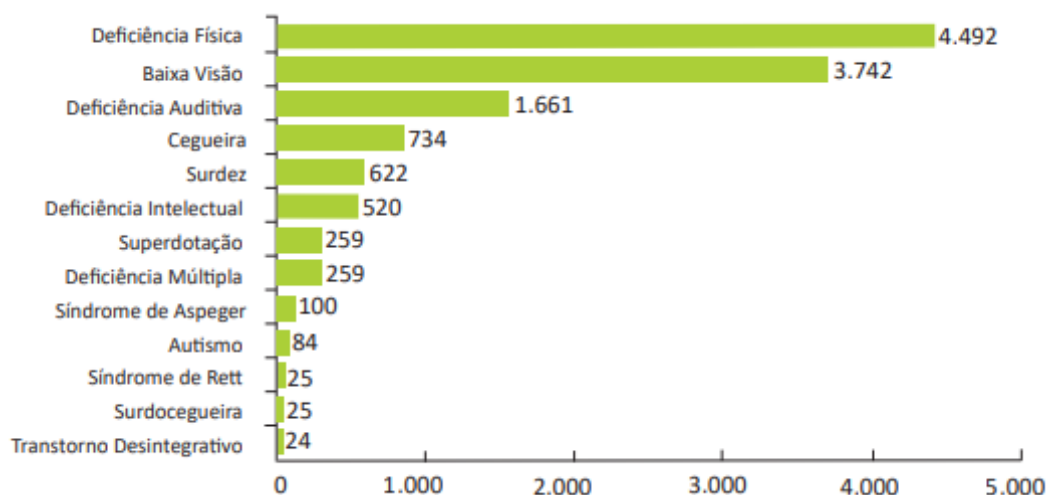
Buscando-se dados a respeito da realidade atual do Ensino Superior no Brasil, constatamos que, nos últimos anos houve um crescimento de 590,78% do número de



estudantes que ingressou na educação superior (INEP, 2017), nas universidades privadas com bolsas concedidas pelo Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) e Programa Universidade para todos (PROUNI). Já nas universidades públicas (estaduais e federais) esse número tende a crescer, tendo em vista as atuais políticas concedidas pelas universidades.

De acordo com o Relatório do Censo da Educação Superior (INEP, 2017), o Brasil tinha, em 2017, 296 Instituições de Educação Superior (IES) públicas e 2.152 privadas, o que representa 87,9% da rede. Dentre as públicas, 41,9% são estaduais; 36,8%, federais e 21,3%, municipais. Neste contexto, três quintos das IES federais são universidades e 36,7% são Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) e Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets).

No que concerne, especificamente à educação inclusiva, o Censo da Educação Superior, de 2017, apresenta a representatividade do tipo de deficiência, transtorno global do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação declarados em relação aos ingressantes de graduação. No gráfico a seguir, consta o número de matrículas em cada tipo de deficiência.



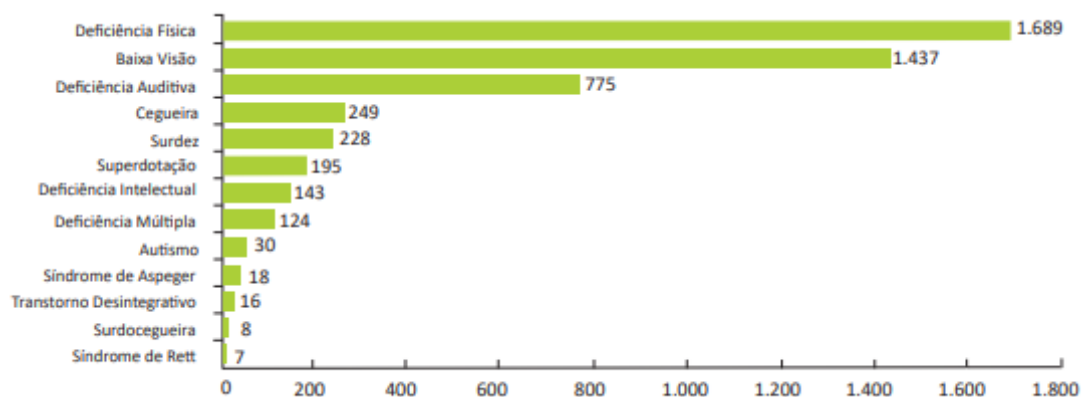
**Gráfico 1** - Representatividade do tipo de deficiência, transtorno global do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação.

**Fonte:** Censo da Educação Superior (INEP, 2017).

Conforme o documento, 12.290 ingressantes de graduação declararam-se como deficientes, com transtorno global do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação, o que corresponde a 0,4% do total de ingressantes. Um

mesmo vínculo discente, no caso, o de ingressante, pode apresentar mais de um tipo de declaração. Entre as especificações mais comuns, 35,8% aparecem como deficientes físicos, 29,8% registram baixa visão e 13,2%, deficiência auditiva.

Em se tratando da declaração de deficiência, transtorno global do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação, o Censo contabiliza o total de 4.799 concluintes de graduação. Esse total representa 0,4% dos concluintes em 2016.



**Gráfico 2** – Concluintes com deficiência, transtorno global do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação.

**Fonte:** Censo da Educação Superior (INEP, 2017).

Os dados do Censo (2017) indicam que se mantêm como mais frequentes as declarações de deficiência física (34,3%), baixa visão (29,2%) e deficiência auditiva (15,8%). Vale salientar que tais informações partem do processo de auto declaração, no ato da matrícula, sendo que há possibilidade de um mesmo acadêmico apresentar mais de um tipo de declaração.

Com base no exposto, observamos que as pessoas com deficiência estão sendo incluídas no Ensino Superior, embora esse processo esteja sendo lento. Em conformidade com a Revista do Ensino Superior (2018), apenas 0,45% do total de 8 milhões de matrículas no ensino superior são de alunos com deficiência. Na rede privada, o percentual é ainda menor, 0,35%, enquanto na rede pública ele chega a 0,73%. Na segmentação por curso, eles representam 0,44% das matrículas do presencial e 0,48% do EAD. Na primeira modalidade, os cursos com maior população de deficientes são: Direito, Administração, Psicologia, Engenharia civil e Pedagogia. Já no EAD, as cinco primeiras colocações são ocupadas pelos programas de

Pedagogia, Administração, Serviço social, Gestão de pessoal / RH e Ciências contábeis. Em termos de ingressantes, o universo soma pouco mais de 12 mil alunos e de concluintes, de apenas 4,8 mil. A evasão entre os estudantes com deficiência é de 27%, sendo maior na rede privada: 31,5%. A deficiência física é a mais comum entre os matriculados e atinge mais de 12,7 mil pessoas inscritas. Depois disso vem baixa visão (11 mil alunos), deficiência auditiva (5 mil) e cegueira (2 mil).

Desse modo, observamos que houve avanços no que tange ao acesso da pessoa com deficiência às Universidades. Contudo, é preciso buscar formas de ampliar o número de matrículas, e, principalmente, buscar estratégias para garantir a permanência desses indivíduos no Ensino Superior.

### **Considerações finais**

No contexto contemporâneo, vivenciamos a urgência pela humanização das relações interpessoais e pela superação de preconceitos e discriminações. A defesa da inclusão e da acessibilidade configura-se como passo decisivo para a erradicação da exclusão e para a aceitação das diferenças, percebendo-as não como empecilhos, mas como fator de enriquecimento da sociedade, por possibilitar a diversidade.

Observamos que é necessário assegurar que os dispositivos legais sejam efetivados na prática. Ou seja, temos um considerável respaldo das legislações relacionadas com a inclusão no Ensino Superior. Nesse sentido, destacam-se os Referenciais de Acessibilidade na Educação Superior e a Avaliação in Loco do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), de julho de 2013; o Programa Incluir: acessibilidade à Educação Superior (IFES - 2013); a Nota Técnica 385/2013; a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – Lei 13.146/2015, que institui o Estatuto da Pessoa com Deficiência; e o Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação 2015.

O desafio que se impõe a toda a sociedade, no momento atual, é a implementação destas legislações, na prática cotidiana, de modo que seja garantido o direito à inclusão e à plena participação das pessoas com deficiência em todos os segmentos sociais, em especial, no que trata da inserção e permanência no Ensino Superior, foco deste estudo. É preciso que todos se comprometam com a defesa dos direitos das pessoas com deficiência, uma vez que tal processo não é de

responsabilidade exclusiva dos próprios indivíduos e de seus familiares ou das instituições educacionais. Defender uma sociedade inclusiva deve ser prioridade unânime, demonstrando que a humanidade avança em termos de solidariedade e cidadania.

Especificamente no que concerne às Universidades, verificou-se um acréscimo, mesmo que discreto e além do esperado, no ingresso de acadêmicos que declaram possuir deficiências. Todavia, ainda é elevado o índice de evasão, indicando a necessidade de construção e implantação de estratégias voltadas à permanência destes indivíduos na academia. Sendo assim, o mapeamento do contexto atual deve propiciar a elaboração de estratégias para o enfrentamento da exclusão e a construção da cidadania das pessoas com deficiência. Uma das ações indispensáveis é procurar dar visibilidade ao tema, de modo que as pessoas apropriem-se dos mesmos e debatam criticamente sobre a inclusão no contexto universitário. Estes debates são imprescindíveis para aprimorar as políticas e as ações de inclusão da pessoa com deficiência no Ensino Superior.

Outro fator decisivo para a consolidação da educação inclusiva é a discussão sobre os aspectos atitudinais, físicos, arquitetônicos, digitais, pedagógicos e de mobilidade relacionados à inclusão. Isso porque, a acessibilidade é ampla e envolve, além da remoção de barreiras para a livre circulação nos espaços físicos e para o acesso a informações, a transformação das atitudes, constituindo padrões de relações interpessoais baseadas no respeito mútuo, na aceitação e na solidariedade. Portanto, torna-se significativo ampliar os espaços de reflexão sobre a temática, buscando a superação das barreiras que ainda entravam a mobilidade urbana e o acesso ao Ensino Superior.

Constatamos que a exemplo da Universidade, as demais instituições podem aprofundar e consolidar o processo de inclusão, a fim de que possamos, em breve, viver em uma sociedade humanizada, solidária e que respeita as diferenças. Cada instituição necessita assumir a sua parcela de responsabilidade, cooperando para a inclusão social de tais, assim como uma sociedade tolerante, justa e livre de preconceitos.

Vale ressaltar, ainda, que a acessibilidade precisa ser concebida como condição política de inclusão escolar por meio de ações que promovem o acesso, a

participação e a aprendizagem, viabilizando o desenvolvimento dos indivíduos, enquanto sujeitos capazes de aprender e de construir a autonomia, com flexibilidade e respeito à dignidade humana.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto nº 6.949/2009. Dispõe sobre o conceito de pessoas com deficiência. *Diário Oficial*. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/pessoa-com-deficiencia/app/sites/default/files/publicacoes/convencaopessoascomdeficiencia.pdf>

BRASIL. Ministério da Educação/GM. (1996). Aviso Circular nº 277, de 08 de maio de 1996. Brasília - DF. Recuperado: 12 mar. 2015. Disponível: [portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aviso277.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aviso277.pdf).

FONSECA, V. **Educação Especial**: programa de estimulação precoce, uma introdução as ideias de Feurstein. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1995.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). População Pessoas com Deficiência, 2010. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/20551-pessoas-com-deficiencia.html>. Acesso em 22 de julho de 2021.

\_\_\_\_\_. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira [Inep]. **Sinopses estatísticas da educação superior - graduação: censo da educação superior de 2017**. Disponível: <http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior-sinopse>.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 10.172**, de 9 de janeiro de 2001 (2001, 9 de janeiro). Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Brasil: Diário Oficial da União. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001)

\_\_\_\_\_. **Lei nº 13.146**, de 6 de julho de 2015. (2015, 6 de julho). Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Diário Oficial da União.

MINTO, C.A. **Educação Especial**: da LDB aos planos nacionais de educação - do MEC e proposta da sociedade brasileira. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 6 (1), 1-26, 2000.

Organização das Nações Unidas (ONU). Relatório mundial sobre a deficiência, 2012. Disponível em: [https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/44575/9788564047020\\_por.pdf?sequence=4&isAllowed=y](https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/44575/9788564047020_por.pdf?sequence=4&isAllowed=y). Acesso em 22 de julho de 2021.



\_\_\_\_\_. **Portaria nº 1.679**, de 2 de dezembro de 1999 (1999, 2 de dezembro). Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições. Recuperado: 2 mar. 2015. Disponível: [http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/c1\\_1679.pdf](http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/c1_1679.pdf)

UNESCO (1994). **Declaração de Salamanca sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**. In: Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas: Acesso e Qualidade. Salamanca: Unesco. Recuperado: 23 fev. 2015. Disponível: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>.

## **CONFLITOS ENTRE DIREITOS HUMANOS FUNDAMENTAIS: PRESERVAÇÃO AMBIENTAL VERSUS EXPLORAÇÃO ECONÔMICA DA PROPRIEDADE RURAL E (IM)POSSIBILIDADES DE COMPATIBILIZAÇÃO**

**Débora Morais Garay<sup>41</sup>  
Miriane Maria Willers<sup>42</sup>**

**Resumo:** O direito à propriedade e ao meio ambiente são previstos em diferentes declarações de direitos humanos, bem como são garantidos na Constituição Federal de 1988, a qual determina que o meio ambiente é um direito de todos e bem de uso comum do povo, devendo ser preservado. Ocorre que, em virtude da necessidade de exploração dos recursos naturais, se visualiza a ocorrência da degradação ambiental nas propriedades rurais, a qual deve ser responsabilizada, conforme a legislação brasileira. No entanto, frequentemente as questões ambientais tem sido judicializadas. O intuito dessa pesquisa é apresentar um breve histórico do direito à propriedade e do direito ao meio ambiente como direitos humanos na história, bem como apresentar a legislação protetora do meio ambiente no Brasil, apresentando-se uma pequena análise de decisões oriundas do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul e Supremo Tribunal Federal, a fim de verificar como os Tribunais resolvem os conflitos entre direitos fundamentais, sendo estes o direito à propriedade e o direito ao meio ambiente saudável. Para tanto, utilizou-se como metodologia, o método dedutivo e como procedimento, o monográfico.

**Palavras-chave:** Direitos humanos. Meio ambiente. Propriedade.

## **CONFLICTS BETWEEN FUNDAMENTAL HUMAN RIGHTS: ENVIRONMENTAL PRESERVATION VERSUS ECONOMIC EXPLOITATION OF RURAL PROPERTY AND (IM)POSSIBILITY OF COMPATIBILITY**

**Abstract:** The right to property and the environment are provided for in different declarations of human rights, as well as guaranteed in the Federal Constitution of 1988, which determines that the environment is everyone's right and a common use asset, and must be preserved. It so happens that, due to the need to explore natural resources, the occurrence of environmental degradation in rural properties is seen, which must be held responsible, according to Brazilian legislation. However, environmental issues have often been judicialized. The purpose of this research is to present a brief history of the right to property and the right to the environment as human rights in history, as well as to present legislation protecting the environment in Brazil, presenting a short analysis of decisions from the Court of Justice of Rio Grande do Sul and the Federal Supreme Court, in order to verify how the Courts resolve conflicts between fundamental rights, namely the right to property and the right to a healthy environment. For this purpose, the deductive method and the monographic procedure were used as a methodology.

---

<sup>41</sup> Acadêmica do 10º semestre do Curso de Direito da URI – Câmpus de São Luiz Gonzaga. E-mail: [deboramoraisgaray@gmail.com](mailto:deboramoraisgaray@gmail.com).

<sup>42</sup> Mestre em Direito pela URI – Campus de Santo Ângelo. Professora do Curso de Direito da URI São Luiz Gonzaga. Advogada Pública do Município de Santo Ângelo. E-mail: [profmiriane@sãoluiz.uri.edu.br](mailto:profmiriane@sãoluiz.uri.edu.br).

**Keywords:** Human rights. Environment. Property.

## 1 Introdução

O direito à propriedade é antigo, previsto em diferentes declarações de direitos humanos ao longo da história. De igual modo, o direito ao meio ambiente equilibrado também integra o rol de direitos humanos, sendo ambos previstos como direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988.

Nesse contexto, ressalta-se que o Rio Grande do Sul, especialmente a região das Missões, tem na produção primária uma das principais fontes de desenvolvimento econômico. Conforme dados do IBGE, do Censo Agropecuário de 2017, haviam 21,7 milhões de hectares sendo utilizados pelo serviço agropecuário, somando a área de 365 mil estabelecimentos agropecuários nesse estado.

Sabe-se que a exploração da propriedade rural, em muitas situações, pode implicar em danos ao meio ambiente. Deste modo, haverá o conflito entre dois direitos fundamentais. Assim, questiona-se: é possível conciliar o conflito entre o direito ao meio ambiente saudável e o direito à propriedade, especialmente a rural, que se utiliza da exploração de recursos naturais?

Dessa forma, busca-se neste artigo trazer ao debate a relevância do direito à propriedade e do direito ao meio ambiente, ambos integrando o rol de direitos humanos e fundamentais. Ainda, refletir sobre a existência de conflitos que permeiam a exploração da propriedade rural: de um lado preservação dos recursos naturais e, de outro, a exploração da atividade econômica, trabalho e renda. Em muitas situações, tem-se a judicialização deste conflito, quando determinadas práticas agrícolas violam o meio ambiente. Por fim, apresentar alguns instrumentos que podem ser utilizados para conciliar o litígio entre a preservação ambiental e o desenvolvimento econômico na propriedade.

Ressalta-se que a pesquisa utilizou como metodologia, o método dedutivo e como método de procedimento, o monográfico.

## 2 A propriedade e o meio ambiente como direitos humanos

O direito à propriedade privada é considerado um direito humano antigo, sendo integrante da 1ª geração de direitos. Previsto em diferentes declarações e épocas da história, pode ser encontrado nas declarações de direitos francesas de 1789 e 1793,

bem como na declaração de direitos humanos de 1948. Conforme Bedin (2002), o direito à propriedade privada é uma das estruturas do sistema capitalista e sofreu alterações nos últimos tempos, adquirindo um viés mais social.

Uma das declarações, a Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão, do ano de 1798, por exemplo, determina em seu artigo 17 que “a propriedade é um direito inviolável e sagrado, ninguém dela pode ser privado, a não ser quando a necessidade pública legalmente comprovada o exigir e sob condição de justa e prévia indenização” (1789, s.p.).

Em igual sentido, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, também previu em seu artigo 17 que “toda a pessoa, individual ou coletiva, tem direito à propriedade. Ninguém pode ser arbitrariamente privado da sua propriedade” (ONU, 1948), o que demonstra a preocupação dos direitos humanos com a propriedade privada.

O direito ao meio ambiente sadio, por sua vez, é considerado uma inclusão recente no rol dos direitos humanos. A Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 estabeleceu a proteção aos direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais. Nesse sentido, Mazzuoli e Teixeira afirmam que a

complexa rede criada para proteger os direitos humanos definidos pela Declaração Universal de 1948 teve, a partir de 1972, de se adaptar à nova concepção de que o acesso a um ambiente sadio é também um direito humano a ser garantido (2013, p.204).

Assim, o ano de 1972 foi um marco para o reconhecimento da preocupação com o meio ambiente, em virtude da Declaração de Estocolmo das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (ONU, 1972). Esse documento reconheceu a importância do meio ambiente e sua preservação, como direito de todos os povos e dever de todos os Estados.

Em 1992, no Rio de Janeiro, ocorreu outro evento, sendo a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, a Rio-92. Conforme Cenci (2014), essa conferência reafirmou os princípios consagrados na Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio ambiente Humano, ocorrida em 1972, sendo o ponto de partida para novos avanços. Outros documentos internacionais também podem ser considerados relevantes para a proteção do meio

ambiente: Convenção para Proteção dos Trabalhadores contra Problemas Ambientais (1977), o Protocolo sobre Áreas Protegidas e Fauna e Flora (1985), a Convenção da Biodiversidade (1992), o Protocolo de Quioto (1997), entre outros.

Nesse sentido, Franco (2014) afirma que o meio ambiente ecologicamente equilibrado, quando considerado como direito humano fundamental, se integra de maneira complementar aos outros direitos fundamentais da pessoa humana.

Assim, necessário citar que o direito ao meio ambiente sadio é previsto como direito fundamental na Constituição Federal de 1988, no art. 225, que dispõe que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, pois essencial à sadia qualidade de vida, sendo um bem de uso comum do povo (BRASIL, 1988).

O mesmo artigo prevê ainda um dever fundamental. A Magna Carta impõe ao Poder Público e à coletividade o dever de defender e preservar o meio ambiente, para as presentes e futuras gerações, determinando a responsabilização dos infratores, em diferentes esferas: administrativa, civil e criminal, responsabilização que encontra respaldo também na Declaração de Estocolmo e na Rio-92.

A proteção nacional ao meio ambiente também está disciplinada num conjunto de normas infraconstitucionais: Lei da Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938/1981); Lei nº 4.771/65 (antigo Código Florestal), a qual foi substituída pela Lei nº 12.651/2012. Ainda, a Lei nº 5.197/67 (Lei da Fauna) e a Lei nº 4.504/64 (Estatuto da Terra), a qual trata mais detalhadamente a respeito das propriedades rurais. Ocorre que apenas com a Constituição Federal de 1988 que o texto constitucional brasileiro passou a acompanhar a legislação infraconstitucional, trazendo mais segurança ao meio ambiente.

Além disso, no Texto Constitucional, nos incisos XXII e XXIII do art. 5º está assegurado o direito de propriedade, desde que atendida a sua função social. Conforme Nicoletto (2017), a Constituição Federal de 1988 fez a propriedade perder o seu caráter individualista, passando a harmonizar o exercício do direito de propriedade com o bem-estar da sociedade, limitando as atividades e poderes concedidos ao proprietário, a fim de garantir um ambiente natural mais salutar para todas as gerações. Necessário apontar que princípio da função social da propriedade interfere de formas diferentes nas propriedades urbanas e rurais e tem relação com a proteção da natureza. Nicoletto (2017, p.14) melhor esclarece que:



Em relação à propriedade urbana, o artigo 182, § 2º, da Constituição Federal, estabelece o cumprimento da função social quando a propriedade atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor. No tocante à propriedade rural, o proprietário deverá exercer seu direito respeitando, simultaneamente, os recursos naturais, produzindo de modo racional, o bem estar dos trabalhadores, e a legislação ambiental, conforme dispõe o art. 186, da Constituição Federal.

Assim, apesar da existência de propriedades privadas sobre áreas ambientais, esses locais são necessários para o bem-estar coletivo, devendo ser utilizados sem comprometer permanentemente os recursos (THENNEPOHL, 2019). Trata-se do princípio da função ambiental da posse e da propriedade, o qual determina que as propriedades devem ser utilizadas de forma equilibrada, a fim de combater a degradação ecológica bem como respeitar os interesses coletivos (SARLET; FENSTERSEIFER, 2017). O entendimento atual é que as propriedades não são um “direito individual”, mas sim um bem de interesse coletivo, devendo ser atribuída uma função social, considerando-se sua necessidade de manutenção para o desenvolvimento da comunidade (GRAMSTRUP; CONSTANTINOV, 2021).

Tudo isso se deve a preocupação com um bem maior, sendo ele a vida humana, a qual deve ser de qualidade, justificando a preservação ambiental estar acima de outros direitos, como desenvolvimento e propriedade (SILVA, 2017).

### **3 O conflito entre direitos fundamentais: meio ambiente e propriedade**

Percebe-se que as propriedades rurais têm como um dos requisitos da função social o desenvolvimento da atividade econômica, limitado ao respeito aos recursos naturais e a legislação ambiental. Hodiernamente, tem sido crescente a preocupação acerca dos desequilíbrios ambientais decorrentes da exploração desmedida dos recursos naturais, que muitas vezes acabam inclusive extintos.

O crescimento econômico sem preocupação com a preservação ambiental ameaça a própria sobrevivência do homem. Na propriedade rural, a exploração desordenada tem provocado danos, que muitas vezes levam à judicialização. Neste aspecto, a seguir serão apresentadas algumas decisões prolatadas nos anos de 2018/2020, onde ocorreu a responsabilização por danos provocados a partir de intervenção ilegal nas áreas de preservação ambiental, com a finalidade de incrementar a atividade econômica nas propriedades.

Serão observadas três decisões, sendo elas referentes a recurso de apelação de ações civis públicas ajuizadas pelo Ministério Público, em virtude da constatação da ocorrência de danos ambientais.

Inicialmente, a primeira decisão analisada trata de apelação interposta pelo agente em virtude de sentença procedente, em uma ação civil pública, a qual condenou o réu a obrigações de fazer e não fazer, em decorrência de supressão de vegetação nativa e drenagem de água de um banhado. Segue a decisão:

DIREITO PÚBLICO NÃO ESPECIFICADO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. DANO AMBIENTAL. SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO NATIVA E DRENAGEM DE ÁGUA DE BANHADO. AUSÊNCIA DE LICENÇA AMBIENTAL. DEGRADAÇÃO DO SOLO E DA BIODIVERSIDADE VEGETAL. ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE. DESRESPEITO À LEGISLAÇÃO AMBIENTAL. LIMITE PARA UTILIZAÇÃO DO SOLO. PRINCÍPIO DA PREVENÇÃO. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA MANTIDA. 1. A prova produzida nos autos, demonstrou a supressão de vegetação nativa e a drenagem de região de banhados para ampliação de lavouras, bem como a degradação ambiental. Perícia realizada que comprovou o dano ao meio ambiente em área de preservação permanente - APP, evidenciando a modificação do ambiente natural. 2. A proteção ao ambiente natural tem relevo nas Cartas Políticas e Sociais da República e do Estado, como se vê dos seus artigos 225 e 250 e 251, respectivamente. Responsabilidade que tem natureza objetiva. A Lei de Política Nacional do Meio Ambiente (Lei 6.938/81) adotou a sistemática da responsabilidade civil objetiva e foi integralmente recepcionada pela ordem jurídica atual (art. 225, § 3º, da CF-88). 3. Não restou comprovado o preenchimento dos requisitos para a concessão da pretensa anistia 4. Relação de causalidade entre o agir e os danos provocados verificada. Penalidades aplicadas em consonância com a legislação vigente. Princípio da prevenção aplicado ao caso. 5. Sentença de procedência mantida. APELAÇÃO IMPROVIDA. (Apelação Cível, Nº 70083503110, Terceira Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Nelson Antônio Monteiro Pacheco, Julgado em: 07-05-2020).

Conforme o inteiro teor da decisão, ocorreu supressão de vegetação nativa e drenagem de banhado, sem licença ambiental, para ampliação de lavouras. Neste aspecto, preponderou o direito ao meio ambiente. Pode-se dizer, nesse contexto, que foi analisado o caso concreto da situação, pois foram apresentadas decisões do Superior Tribunal de Justiça, o qual julgou casos no mesmo sentido.

Em sequência, tem-se outro recurso de apelação. No entanto, nesse caso, trata-se de recurso interposto pelo Ministério Público, em virtude de sentença parcialmente procedente, a qual condenou os réus à implementação de Projeto de Recuperação de Área Degradada (PRAD), em decorrência de danos ambientais causados pela intervenção em Área de Preservação Permanente. Eis a decisão:

APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PÚBLICO NÃO ESPECIFICADO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. DIREITO AMBIENTAL. INTERVENÇÃO EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE (APP). DEGRADAÇÃO AMBIENTAL CONSTATADA POR MEIO DE PERÍCIA. LAVRA COM TRATOR PARA PLANTIO AGRÍCOLA EM APP (BANHADO). RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA. RECUPERAÇÃO DO MEIO AMBIENTE E INDENIZAÇÃO PECUNIÁRIA. CUMULAÇÃO. POSSIBILIDADE. TODAVIA, CONSIDERADAS AS PECULIARIDADES DO CASO, DESCABIDA A CONDENAÇÃO EM PENA PECUNIÁRIA. PRECEDENTES DESTES TRIBUNAL DE JUSTIÇA. 1. In casu, restou devidamente demonstrada a intervenção da parte recorrida em APP por meio de lavra para plantio agrícola, gerando, assim, dano ao meio ambiente – Parque Estadual do Tainhas. 2. A jurisprudência do STJ tem admitido a possibilidade de cumulação das obrigações de fazer e de indenizar, a fim de buscar a reparação integral do dano causado. 3. Na hipótese sob análise, em que pese presente o dano ambiental, há de se ter presente que a área afetada é plenamente recuperável, conforme, inclusive, apontado no laudo pericial, tanto que a perita expressamente concluiu ser possível a restauração integral da área afetada. Além disso, devem ser observadas as peculiaridades do caso em concreto para a aferição do cabimento, ou não, da condenação ao pagamento de multa pecuniária, em especial o fato de a área já ser objeto de atividade rural de longa data. Nesse compasso, é caso de ser mantida a sentença que entendeu descabida a condenação dos demandados ao pagamento de indenização pecuniária na espécie. Precedentes deste Tribunal de Justiça. APELAÇÃO DESPROVIDA. UNÂNIME. (Apelação Cível, Nº 70081524712, Vigésima Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Luiz Felipe Silveira Difini, Julgado em: 26-06-2019).

Aqui, o Tribunal de Justiça entendeu que a área degradada tinha possibilidade de restauração integral e era objeto de atividade rural de longa data, afastando, assim, a condenação de pagamento de indenização em relação aos réus.

Por fim, a terceira decisão analisada trata-se de ação civil pública ajuizada em virtude danos ambientais causados pela construção de aterro em banhado, além da supressão de vegetação fora de Área de Preservação Permanente. A sentença, parcialmente procedente, condenou o réu a elaboração e execução de projeto de recuperação ambiental, seguindo o mesmo modelo das anteriores. Eis a decisão:

APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PÚBLICO NÃO ESPECIFICADO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA PARA A DEFESA DO MEIO AMBIENTE. INTERVENÇÃO AMBIENTAL PARA CONSTRUÇÃO DE ACESSO À RESIDÊNCIA. ATERRAMENTO DE BANHADO COM SUPRESSÃO DE ÁRVORES NATIVAS. DANO AMBIENTAL COMPROVADO. DETERMINAÇÃO DE ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DE PROJETO DE RECUPERAÇÃO AMBIENTAL E IMPLEMENTAÇÃO DE MEDIDAS DE COMPENSAÇÃO. CABIMENTO. SENTENÇA DE PARCIAL PROCEDÊNCIA MANTIDA. APELAÇÃO DESPROVIDA. (Apelação Cível, Nº 70080358039, Vigésima Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Francisco José Moesch, Julgado em: 21-03-2019).

A apelação foi desprovida, baseando os argumentos novamente no artigo 225, da Constituição Federal, além de artigos da Lei da Política Nacional do Meio Ambiente e trechos de relatórios técnicos juntados no decorrer do processo.

Cita-se também o Supremo Tribunal Federal, que, ao julgar o ADC 42/DF, em 2018, analisou a constitucionalidade de vários dispositivos da Lei 12.651, de 25 de maio de 2012, que estabelece normas gerais sobre a proteção da vegetação, áreas de Preservação Permanente e as áreas de Reserva Legal; a exploração florestal, o suprimento de matéria-prima florestal, o controle da origem dos produtos florestais e o controle e prevenção dos incêndios florestais, e prevê instrumentos econômicos e financeiros para o alcance de seus objetivos. Na referida decisão, apreciou de certa maneira a contenda existente entre a preservação ambiental e a atividade econômica na propriedade. Cita-se alguns trechos da ementa, que são bastante esclarecedores, pois apreciou o conflito entre a proteção ambiental e o desenvolvimento econômico:

[...]

14. A análise de compatibilidade entre natureza e obra humana é ínsita à ideia de “desenvolvimento sustentável”, expressão popularizada pelo relatório Brundtland, elaborado em 1987 pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. A mesma organização eficiente dos recursos disponíveis que conduz ao progresso econômico, por meio da aplicação do capital acumulado no modo mais produtivo possível, é também aquela capaz de garantir o racional manejo das riquezas ambientais em face do crescimento populacional. Por conseguinte, a proteção ao meio ambiente, no contexto de um desenvolvimento sustentável, não equivale a uma visão estática dos bens naturais, que pugna pela proibição de toda e qualquer mudança ou interferência em processos ecológicos ou correlatos. A história humana e natural é feita de mudanças e adaptações, não de condições estáticas ou de equilíbrio.

15. A preservação dos recursos naturais para as gerações futuras não pode significar a ausência completa de impacto do homem na natureza, consideradas as carências materiais da geração atual e também a necessidade de gerar desenvolvimento econômico suficiente para assegurar uma travessia confortável para os nossos descendentes.

[...]

Percebe-se que, de um lado está a necessidade econômica da propriedade rural, a exploração da atividade agrícola, o trabalho, a livre iniciativa. De outro, o direito-dever de preservar o meio ambiente. Considerando este conflito constante, é necessário refletir sobre incentivos aos agricultores/proprietários rurais a condutas benéficas – ou menos impactantes – ao meio ambiente.



#### **4 Instrumentos para compatibilizar o desenvolvimento econômico e a preservação ambiental nas propriedades rurais**

A partir das reflexões alhures, questiona-se se há a possibilidade de haver equilíbrio entre o direito à propriedade e o direito ao meio ambiente saudável. Conforme Santos (2000), sim. Os dois direitos estão relacionados, pois a proteção ao meio ambiente garante recursos para a manutenção da vida e a dignidade humana, enquanto o direito à propriedade só pode ser exercido com o atendimento à função social, sendo uma de suas condições a preservação dos recursos naturais.

A exploração econômica da propriedade rural em algumas situações pode implicar em violação ao meio ambiente. Nas situações de impasse entre estes direitos fundamentais é necessário lembrar que a Constituição protege recursos ambientais ao mesmo tempo que determina que seja garantida a livre iniciativa (artigos 1º, IV, e 170) e o desenvolvimento nacional (art. 3º, II), a erradicar a pobreza e a marginalização, a reduzir as desigualdades sociais e regionais (art. 3º, III; art. 170, VII), a proteger a propriedade (art. 5º, *caput* e XXII; art. 170, II), a buscar o pleno emprego (art. 170, VIII; art. 6º) e a defender o consumidor (art. 5º, XXXII; art. 170, V) *etc.*(STF, ADC 42/DF, 2018).

De um lado encontra-se a tutela do meio ambiente e de outro lado, a tutela do desenvolvimento econômico na propriedade rural. São situações que, embora pareçam antagônicas, devem ser conciliadas. Isso pode ocorrer através do desenvolvimento sustentável, que embora na Constituição Federal não tenha “referência explícita, o princípio pode ser deduzido do art. 170, VI, combinado com *caput* do art. 225, que faz referência ao elemento da intergeracionalidade, característico do conceito de desenvolvimento sustentável” (NUSDEO, 2018, p.83). De acordo com a autora, o desenvolvimento sustentável compreende o desenvolvimento econômico e o bem-estar social adequados às gerações futuras e ao objetivo de manutenção das condições ambientais futuras.

Assim, acerca da existência do conflito entre os direitos fundamentais aqui abordados é importante refletir sobre alguns instrumentos que possibilitam o desenvolvimento econômico e a preservação ambiental na propriedade, para que esta cumpra sua função social.



Um dos instrumentos apontados por Nusdeo (2018) é a tributação, onde os tributos teriam uma função extrafiscal, a fim de que os agentes econômicos adotem condutas menos impactantes ao meio ambiente. A autora, no que tange à propriedade rural cita que “o Imposto Territorial Rural (ITR) não incide sobre áreas de preservação permanente e reservas legais, áreas essas de conservação obrigatória nos imóveis rurais” (NUSDEO, 2018, p.114). O ITR é imposto de competência da União. Percebe-se, portanto, a necessidade de desenvolvimento de políticas ambientais que possam importar em uma contrapartida ou compensação à propriedade rural pela preservação dos recursos naturais.

Importante mencionar ainda que o art. 41 da Lei 12.651/2012 estabelece programa de apoio e incentivo à preservação e recuperação do meio ambiente, possibilitando o pagamento ou incentivos a serviços ambientais como retribuição. Como exemplos de incentivos a norma prevê isenção de impostos para os principais insumos e equipamentos, tais como: fios de arame, postes de madeira tratada, bombas d'água, trado de perfuração de solo, dentre outros utilizados para os processos de recuperação e manutenção das Áreas de Preservação Permanente, de Reserva Legal e de uso restrito. (BRASIL, 2012).

Outro instrumento relevante é a informação, que poderia reduzir os riscos de danos ambientais ao tornar a conduta dos indivíduos mais cautelosa frente a certos produtos, tecnologias ou intervenções que impliquem riscos (NUSDEO, 2018).

A Declaração Rio 92, no Princípio 10, acentua a relevância da informação:

O melhor modo de tratar as questões ambientais é com a participação de todos os cidadãos interessados, em vários níveis. No plano nacional, toda pessoa deverá ter acesso adequado à informação sobre o ambiente de que dispõem as autoridades públicas, incluída a informação sobre os materiais e as atividades que oferecem perigo a suas comunidades, assim como a oportunidade de participar dos processos de adoção de decisões. Os Estados deverão facilitar e fomentar a sensibilização e a participação do público, colocando a informação à disposição de todos. Deverá ser proporcionado acesso efetivo aos procedimentos judiciais e administrativos, entre os quais o ressarcimento de danos e recursos pertinentes.

Assim, os instrumentos de informação podem aumentar a efetividade das políticas ambientais e conscientizar os proprietários rurais a zelarem pela preservação ambiental e que implementem o desenvolvimento sustentável da propriedade.

## 5 Considerações Finais

O presente trabalho teve como intuito apresentar uma breve análise sobre os direitos humanos, em específico o direito à propriedade privada e ao meio ambiente sadio, além de verificar como os Tribunais brasileiros tem decidido em situações que tais direitos entram em conflito.

Verificou-se que é possível se encontrar o equilíbrio, através de uma reflexão sobre os casos concretos e uma ponderação sobre cada um dos direitos. Sabe-se que o direito ao meio ambiente protege a vida, sendo este o bem mais importante do ser humano. No entanto, nas propriedades rurais é que se produz a matéria primária para o desenvolvimento econômico. Trata-se, pois, de uma questão complexa.

No entanto, não se quer oferecer soluções a esse respeito no momento, mas sim apresentar informações a respeito das decisões atuais e levantar o questionamento sobre a temática entre a comunidade acadêmica.

## REFERÊNCIAS

ALVARENGA, Rúbia Zanotelli De; BORÇATO, Daniele Martins De Almeida. **A APLICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS AMBIENTAIS EM CONTRIBUIÇÃO AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**. Doutrina – Revista Magister de Direito Ambiental e Urbanístico Nº 94 – Fev-Mar/2021, P. 31-47.

ANTUNES, Paulo de Bessa. **Direito Ambiental**. 20 Edição. São Paulo: Atlas, 2019.

BEDIN, Gilmar Antonio. **Os direitos do homem e o neoliberalismo**. 3ª. ed. rev. e ampl. Ijuí: Editora Unijuí, 2002.

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)>. Acesso em julho de 2021.

BRASIL. Lei nº 6.938/1981. **Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente**. Brasília, Senado Federal, 1981. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L6938.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6938.htm)>. Acesso em maio de 2021.

BRASIL. Lei 12.651, de 25 de maio de 2012. **Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa**. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm)>. Acesso em 20 jul. 2021.

BRASIL. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Ação Declaratória de Constitucionalidade 42**. Distrito Federal. Requerente: Partido Progressista – PP.

Relator: Ministro Luiz Fux, 28 de fevereiro de 2018. Disponível em: <<https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search/sjur408490/false>>. Acesso em julho de 2021.

CENCI, Daniel Rubens. A Dimensão Ambiental no Estado Democrático de Direito: Limites e possibilidade para a efetivação do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. In: CENCI, Daniel Rubens; SCHONARDIE, Elenise Felzke (org). **Direitos Humanos, meio ambiente e novos direitos**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2014. – p. 21-47. – (Coleção direitos humanos e democracia).

CONSTANTINOV, Givanildo Nogueira; GRAMSTRUP, Erik Frederico. **A Contraposição do Direito de Propriedade ao Direito Fundamental ao Meio Ambiente Equilibrado Contido na Função Social da Propriedade: Mecanismos de Intervenção e Defesa para Correção do Mau Uso da Propriedade sob o Viés da sua Função Ambiental**. Revista Magister de Direito Civil e Processual Civil nº 87 - Nov/Dez de 2018.

DECLARAÇÃO DOS DIREITOS DO HOMEM E DO CIDADÃO, 1789. Universidade de São Paulo: **Biblioteca Virtual de Direitos Humanos**, 2015. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-antigos-%C3%A0-cria%C3%A7%C3%A3o-da-Sociedade-das-Na%C3%A7%C3%B5es-at%C3%A9-1919/declaracao-de-direitos-do-homem-e-do-cidadao-1789.html>>. Acesso em julho de 2021.

DECLARAÇÃO DO RIO DE JANEIRO 1992. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ea/a/szzGBPjxPqnTsHsnMSxFWPL/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em 20 jul. 2021.

FRANCO, José Gustavo de Oliveira. Direito socioambiental e desenvolvimento sustentável: Reflexões acerca do modelo de desenvolvimento constitucionalmente adotado ante os direitos humanos fundamentais. In: CENCI, Daniel Rubens; SCHONARDIE, Elenise Felzke (org). **Direitos Humanos, meio ambiente e novos direitos**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2014. – p. 21-47. – (Coleção direitos humanos e democracia).

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário de 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948. Disponível em: <[https://www.ohchr.org/en/udhr/documents/udhr\\_translations/por.pdf](https://www.ohchr.org/en/udhr/documents/udhr_translations/por.pdf)>. Acesso em julho de 2021.

ONU. **Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano – 1972**. Disponível em: <[https://www.apambiente.pt/\\_zdata/Políticas/DesenvolvimentoSustentavel/1972\\_Decimalacao\\_Estocolmo.pdf](https://www.apambiente.pt/_zdata/Políticas/DesenvolvimentoSustentavel/1972_Decimalacao_Estocolmo.pdf)> Acesso em julho de 2021.

MAZZUOLI, Valério de Oliveira; TEIXEIRA, Gustavo de Faria. O Direito Internacional do Meio Ambiente e o *Greening* da Convenção Americana sobre Direitos Humanos. In: **Revista Direito GV**. Jan-jun. São Paulo: 2013, p.199-242.

NICOLETTO, Rodrigo Lucietto. **A função ambiental da propriedade rural**: uma análise da Constituição Federal brasileira acerca do exercício do direito de propriedade. Diritto, 2017.

NUSDEO, Ana Maria de Oliveira. **Direito Ambiental & Economia**. Curitiba: Juruá, 2018.

RODRIGUES, Marcelo Abelha. **Direito Ambiental**. Coord. Pedro Lenza – 8. Ed. – São Paulo: Saraiva Educação, 2021. (Coleção Esquematizado).

SANTOS, Gustavo Ferreira. **Direito de propriedade e direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado: colisão de direitos fundamentais?** - Revista de Informação Legislativa. Brasília a 37, nº 147. Jul./Set. 2000.

SARLET, Ingo Wolfgang; FENSTERSEIFER, Tiago. **Princípios do direito ambiental**. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

TJRS. **Recurso de Apelação nº 70083503110**. Relator: Desembargador Nelson Antônio Monteiro Pacheco. Publicado em 08/09/2020. Disponível em: <<https://consulta.tjrs.jus.br/consulta-processual/processo/decisoes/acordaos?numeroProcesso=70083503110&codComarca=700&perfil=0>>. Acesso em julho de 2021.

TJRS. **Recurso de Apelação nº 70081524712**. Relator: Desembargador Luiz Felipe Silveira Difini. Publicado em 01/07/2019. Disponível em: <<https://consulta.tjrs.jus.br/consulta-processual/processo/decisoes/acordaos?numeroProcesso=70081524712&codComarca=700&perfil=0>>. Acesso em julho de 2021.

TJRS. **Recurso de Apelação nº 70080358039**. Relator: Desembargador Francisco José Moesch. Publicado em 28/03/2019. Disponível em: <<https://consulta.tjrs.jus.br/consulta-processual/processo/decisoes/acordaos?numeroProcesso=70080358039&codComarca=700&perfil=0>>. Acesso em julho de 2021.



## O (DES)GOVERNO DE JAIR BOLSONARO NO BRASIL E AS ONDAS DE ATAQUES NAS ELEIÇÕES DE 2018: UM RELATO DE (SOBRE)VIVÊNCIA

Fagner Fernandes Stasiaki<sup>43</sup>  
Orientadora: Gabrielle Scola Dutra<sup>44</sup>

**Resumo:** A temática da presente pesquisa é a instauração do (des)governo do Presidente Jair Messias Bolsonaro e as ondas de ataques de dimensões fascistas perpetradas durante as eleições de 2018 a partir de um relato de (sobre)vivência. A relevância social e jurídica está em promover discussões críticas que estejam atreladas com o mundo real e em consonância com a defesa da democracia e dos direitos humanos de todos os integrantes do tecido social pluralista. O presente trabalho tem como objetivo relatar uma experiência pessoal (sujeito da pesquisa: Fagner Fernandes Stasiaki) vivida em março de 2018, bem como fazer uma análise das atitudes, discursos de intolerância e da desinformação que tomaram conta do cenário político brasileiro e disseminaram-se por todos os âmbitos do país. A metodologia da pesquisa se dará pelo método indutivo e será instruída por uma análise qualitativa a partir do relato de experiência sensível do próprio sujeito da pesquisa. Por isso, toda a análise e discussão será escrita em primeira pessoa (Eu). Diante do cenário político das eleições de 2018, questiona-se: é possível analisar a instauração do (des)governo de Bolsonaro a partir de um relato de (sobre)vivência?

**Palavras-chave:** Democracia. Direitos Humanos. Fascismo. Jair Bolsonaro.

### JAIR BOLSONARO'S MISGOVERNMENT IN BRAZIL AND THE WAVES OF ATTACKS IN THE 2018 ELECTIONS: A REPORT OF SURVIVAL

**Abstract:** The theme of this research is the establishment of the misgovernment of President Jair Messias Bolsonaro and the waves of attacks of fascist dimensions perpetrated during the 2018 elections based on a survival report. The social and legal relevance is to promote critical discussions that are linked to the real world and in line with the defense of democracy and human rights of all members of the pluralist social fabric. This paper aims to report a personal experience (research subject: Fagner Fernandes Stasiaki) lived in March 2018, as well as to analyze the attitudes,

<sup>43</sup> Bacharel em Direito pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. Vinculado à Linha de pesquisa Direito e Multiculturalismo. Ao Projeto de Extensão “Multiculturalismo: Direitos Humanos e Cidadania”; ao Projeto de Extensão “Fridas Missionárias: Diversidade e Direitos Humanos na contemporaneidade por meio das Artes Cênicas; bem como ao Projeto de Extensão o Lugar dos corpos das Mulheres na Sociedade: uma abordagem do corpo e da defesa pessoal. E-mail: [fagnerfstasiaki@aluno.santoangelo.uri.br](mailto:fagnerfstasiaki@aluno.santoangelo.uri.br).

<sup>44</sup> Doutoranda em Direitos Humanos pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUÍ com Bolsa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Mestre em Direitos Especiais pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI, campus Santo Ângelo. Especialista em Filosofia na Contemporaneidade pela URI. Pós-graduanda em Direito Penal e Processual prático contemporâneo pela Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC. Membro do grupo de pesquisa: “Biopolítica e Direitos Humanos”, cadastrado no CNPQ e vinculado ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Direitos Humanos, Mestrado e Doutorado da UNIJUÍ. Membro do grupo de pesquisa: “Tutela dos Direitos e sua efetividade”, cadastrado no CNPQ e vinculado ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Direito, Mestrado e Doutorado da URI. Advogada. E-mail: [gabriellescoladutra@gmail.com](mailto:gabriellescoladutra@gmail.com).



intolerance and misinformation discourses that took over the Brazilian political scenario and spread all over the country. The research methodology will be based on the inductive method and will be guided by a qualitative analysis based on the report of the research subject's own sensitive experience. Therefore, all analysis and discussion will be written in the first person (Me). Given the political scenario of the 2018 elections, the question is: is it possible to analyze the establishment of Bolsonaro's misrule based on a survival report?

**Keywords:** Democracy. Human rights. Fascism. Jair Bolsonaro.

## 1 Introdução

De acordo com o contexto histórico, observa-se que nos últimos tempos, alguns países foram palco de um fenômeno orientado por um nacionalismo de extrema-direita que potencializou o (res)surgimento de políticas fascistas. Nesse sentido, o fascismo está atrelado a qualquer espécie de ultranacionalismo. É um cenário onde a nação é concebida a partir da figura de um líder autoritário que discursa representando-a. Dessa maneira, o fascismo apresenta multifacetadas características, entre elas: a produção de complexos adversários simplificados pelo binômio nós/eles. Tal dinâmica predatória orienta um horizonte de precariedade imbuído por divisões e classificações, na medida em que a existência humana torna-se submetida à política fascista.

Logo, o fascismo totaliza contextos e incute no tecido social lógicas que produzem uma estrutura hierárquica de poder sob a égide da família patriarcal. O líder fascista personifica-se no “pai” que detém autoridade sobre a nação, tal como ocorre no seio patriarcal da família tradicional. O patriarcado é uma instituição social que fortalece a ideia supremacista de que os direitos dos homens devem se impor em detrimento dos direitos das mulheres. Com isso, no que concerne ao cenário brasileiro, as eleições presidenciais de 2018 projetaram a ascensão de um cenário hostil que se generalizou por todo o país e fez com que muitas pessoas proferissem discursos autoritários, dinamizados por lógicas fascistas que produziram vítimas e fomentaram a ascensão do governo de Jair Messias Bolsonaro.

Em consonância com o aludido, a presente pesquisa tem por temática a instauração do (des)governo do Presidente Jair Messias Bolsonaro e as ondas de ataques perpetradas durante as eleições de 2018 a partir de um relato de (sobre)vivência. Ademais, a relevância social e jurídica do estudo está em promover discussões críticas que estejam atreladas com o mundo real e de acordo com a defesa

da democracia e dos direitos humanos de todos os integrantes do tecido social pluralista. Desse modo, a pesquisa em questão tem o intuito de relatar uma experiência pessoal (sujeito da pesquisa: Fagner Fernandes Stasiaki) vivida em março de 2018, bem como fazer uma análise das atitudes, discursos de intolerância e da desinformação que tomaram conta do cenário político brasileiro e disseminaram-se por todos os âmbitos do país.

A metodologia da pesquisa se dará pelo método indutivo e será instruída por uma análise qualitativa a partir do relato de experiência sensível do próprio sujeito da pesquisa. Por isso, em alguns momentos, a análise e discussão será escrita em primeira pessoa (Eu), justamente, com o cunho de conservar o relato de experiência. É cediço que os governos fascistas empreendem movimentos não democráticos, haja visto que pretendem fragmentar o Estado de direito. Diante do cenário político das eleições de 2018, questiona-se: é possível analisar a instauração do (des)governo de Bolsonaro a partir de um relato de (sobre)vivência?

## **2 Análise e discussão:**

Estávamos entre três e apenas eu fui algemado sem motivos, apenas eu sofri humilhações verbais, aos gritos quase conseguiram me fazer confessar algo que eu não havia feito. O poder transforma as pessoas, em sede militar, foi um espaço dominado pelo poder. Falaremos do poder enquanto uma doença, mas podemos usar a expressão “estar fora de si” porque era assim que eu percebia os policiais ao mesmo tempo que faziam uso do poder enquanto uma dominação e enquanto uma autoridade policial. A intenção é contar o que veio a acontecer perto e longe de mim às vésperas das eleições de 2018. Não quero falar mal da segurança pública, porque não se trata do fato de uma autoridade policial estar no cumprimento de suas obrigações, mas sim do abuso de poder.

Para isso, é necessário entender uma definição geral do que a filósofa Marcia Tiburi entende por “delírio” enquanto fundamentação do que tratarei aqui. Para ela, “a representação do que chamamos “delírio” surge das dores e dos desejos profundos, daquilo que, sendo insuportável, foi recalcado na vida inconsciente de cada um” (TIBURI, 2019, p. 27). O termo “recalcado”, embasado na teoria Freudiana, é aquilo

que está muito além do reprimido, é aquilo que tentamos esconder de nós mesmos. Tiburi nos ajuda a entender certas atitudes que considerei perturbadas, bem como a rivalidade política fora do controle e o ódio destilado por meio das redes sociais sobre a minha inocência de fazer política, sobre o modo de como faço política, aquela política dos idealistas.

Diante da sensação de delírio coletivo, o que importava naquele momento, era o outdoor do Bolsonaro exposto na entrada da cidade e refutado pela maioria da população, pois eram alguns poucos “gatos pingados” que apoiavam determinado candidato e não a cidade toda como foi sujeitado naquela placa. Era muito curioso aquele outdoor, a necessidade dele e o tamanho gigantesco. O candidato não apresentava ideias, não tinha plano de governo e também, não apresentava nada de seus feitos naqueles quase 30 anos de vida pública, ainda, durante o pleito eleitoral fugiu dos debates (e convenhamos... foge até hoje!).

Nesse sentido, Lucia Sentaella reflete que a linguagem permite a comunicação e a orientação através das imagens, gráficos, sinais, setas, números, seja ela positiva ou negativa. Aquele outdoor e a imagem do candidato dava a ilusão de que aquele seria a melhor opção para o Brasil, mas não somente isso, tal propaganda política tinha características particulares, pois, sua linguagem simples, imagética expressava uma agressividade para os “não delirantes”, visava provocar paixões para atingir diretamente as massas que, na falta de um projeto compensavam de alguma forma naquele outdoor (SENTAELLA, 1987, s.p.).

Outrossim, para exemplo do que estamos tratando, Tiburi, faz referência à vida nas redes sociais, as fotografias ali expostas, onde se criou um mundo em que todos são felizes, a chamada felicidade imagética baseada na expressão do sorriso falso. O sujeito delirante trata a fantasia como realidade e nega a realidade sendo essa uma forma de combater a realidade. Tal sujeito não acredita no que vê, no que ouve, no que se tornou evidente por meio de argumentos racionais, vivem dentro de uma bolha, sendo esse o delírio negativo, pois ele nega evidências, de viver em um mundo à parte com consequências diversas para o mundo ao redor, vive com base na falta de escuta, de alteridade e de empatia, o que passou a ser o novo lastro social. (TIBURI, 2019, p. 34-35).

Ademais, é importante dizer que, não somos donos dos meios de produção de linguagem e os delirantes usam a propaganda política no intuito de aquecer as sensibilidades e provocar paixões. Logo, as pessoas já não se importam mais de ser quem são e nessa desimportância se revestem de uma altíssima vontade de ser importante, o que aparece na prepotência e na concordância com qualquer “ideia” exposta nas redes sociais que garanta essa prepotência. Já não importava mais se a propaganda era do “bem” ou do “mal”, as pessoas caíram no delírio, sendo o outdoor mais uma manipulação da produção da linguagem que trouxe os resultados esperados nas últimas eleições através da mentira, do pensamento pronto, vazio e sem questionamentos.

O fato é que o outdoor havia sido deteriorado e ninguém sabia a identidade do verdadeiro responsável pelo delito. A única coisa que eu tinha certeza sobre o verdadeiro culpado era a posição política em comum, eu militante de um partido de esquerda (Partido dos Trabalhadores - PT), e ele mais um militante à esquerda, talvez, sem filiação em partido político. Por outro lado, eu não merecia estar onde eu estava sofrendo todos os tipos de violência e tentando garantir a minha integridade física. Minhas redes sociais foram invadidas com todos os tipos de ofensas, em grupos de Whatsapp, “terra sem lei”, alguns diziam sem medo que eu merecia ser “linchado”, ou que eu deveria ser “esfregado nas britas para virar homem”. Uns dos jargões usados no meio heteronormativo e que li bastante é que “todo puto é escandaloso”, essa pobreza da linguagem me faz pensar a importância do feminismo interseccional enquanto elucidação, crítica e luta.

Dessa forma, fazendo uma análise desses discursos autoritários e intolerantes podemos pensar no patriarcado enquanto um dos elementos que forma homens tóxicos dentro de nossa sociedade, esses sistema machista os fazem pensar (e o pior, acreditarem nisso), que a violência é a melhor forma de nos relacionarmos, é a necessidade de mostrar sua virilidade de macho por meio do domínio, domínio esse que se dá através da violência sobre os corpos das mulheres em todas as suas formas, bem como de homens gays ou qualquer que seja a orientação sexual. É correto afirmar que a violência e essa tentativa de domínio ocorre sobre aqueles que não se encaixam dentro dos padrões sociais. Para Barnsley, “Este camino de la no aceptación y la no integración nos coloca en posiciones de conflicto y reto con estos

elementos. Sembrando, de esta maneira, territórios de repressão, confrontação, agressão, imposição, subordinação y exclusión, aspectos característicos de nuestras sociedades.” (BARNSELY, 2008-2013, p. 36).

Rita Segato, antropóloga argentina reconhecida internacionalmente pelos seus estudos feministas sobre o machismo e a violência que acomete sobre todos aqueles corpos que estão na esfera do feminino, faz uma importante análise sobre masculinidades ao dizer que, o sujeito masculino, está com a humanidade comprometida por essa masculinidade que não se vê digna se não tem o atributo de algum tipo de poder. No início desse relato definimos o poder enquanto uma doença, aqui o poder que a autora menciona não é diferente, é o poder estabelecido pelo uso da força física, pela guerra, pela política e pela economia. Ou seja, o homem não pode se ver ou se sentir confrontado no seu papel de homem dentro do sistema patriarcal. Com isso, percebemos que o homem também é vítima desse sistema machista desde criança e dessa masculinidade imposta pela sociedade que insiste em dizer o que é e como deve ser “ser homem”. (SEGATO, 2017, s.p.).

A ideia de que, ser homem é sinônimo de votar no Bolsonaro se escondeu atrás discurso de ódio e da desinformação exposta pela linguagem que refletiu uma sociedade patriarcal e machista, aderindo a “ideia pronta” como meio de informação. Mas, nenhum desses discursos me machucaram, isso é mais difícil, até porque, quem estava em determinado grupo eram os apoiadores desse governo fascista, eram pessoas brancas, heterossexuais, classe média e classe média baixa – que não sabiam o seu lugar de fala -, mas com quem eu não tinha nenhuma relação (nem das piores), sequer sabiam algo da minha vida e por isso, usaram da minha sexualidade para me julgar, para me achincalhar nas redes sociais. Nesse sentido, a filósofa Judith Butler fala dessa ordem estabelecida culturalmente e dos atributos expressivos de “macho” e de “fêmia” ao feminino e ao masculino, sendo essa, uma matriz cultural que por intermédio da identidade de gênero exige que certos tipos de “identidades” não possam “existir”. A cultura machista refuta aqueles em que o gênero não decorre do sexo e aqueles em que a prática do desejo não decorrem do “sexo” e nem do “gênero”. (BUTLER, 2003, p. 39).

Todavia, é possível acreditar que a intolerância e a brutalidade ficaram ainda maior na sede da Brigada Militar por conta da minha sexualidade. Eu sabia que não



havia cometido aquele delito, também sabia que a forma como estavam me tratando não era condizente com o que eu poderia ter feito. O tratamento era desproporcional. Afinal, era somente um outdoor. A chegada de Bolsonaro como pré-candidato e candidato a presidência do Brasil não legitimou somente o discurso de ódio, mas o seu histórico de militar – militar que foi expulso do exército por falta de ética – e o discurso que daria abertura para policiais matar em serviço, legitimou o abuso de poder. A defesa da pátria no jargão de campanha, “Brasil acima de tudo”, que até então não entendíamos, era a Brasil da guerra civil, do genocídio sem nome, dos massacres sem documentos e tudo isso foi e é defendido, muitas vezes, pelas pessoas que amamos ou que temos algum tipo de afeto, sejam mães, avós, tios/tias, primos(as) e amigos(as), mas também tem aqueles que se frustraram ao perceberem, pois o discurso patriota na prática nos levou ao precipício e não saiu exatamente como esperavam (SAFATLE, 2020, s.p.).

Eram dois policiais que, aqui nesse contexto, chamarei de fascistas. Logo, é interessante compreendermos e definirmos o que se entende por fascismo. O nome “fascismo” teve sua origem na Itália, segundo Trótski, foi um movimento espontâneo das grandes massas, podemos dizer que essa coisa que chamamos aqui de fascismo, sua base foi a pequena burguesia. (TRÓTSKI, 2019, p. 55). O mesmo alega que, quando um estado se torna fascista, além do movimento de ódio estruturado ao redor dele e o preconceito declarado, significa a aniquilação dos direitos dos trabalhadores e a precariedade dos direitos de minorias, discursos autoritários que reduz os cidadãos a um estado precário. (TRÓTSKI, 2019, p. 57). Atualmente, no Brasil de Bolsonaro, em seu desgoverno e em plena pandemia devido a COVID 19<sup>45</sup>, o Brasil ultrapassou a marca de 500 mil mortes, e Bolsonaro, por sua vez, durante a pandemia, recusou 11 vezes a oferta para a compra de vacinas. (GUEDES, 2021, s.p.). Nesse contexto, também reside, uma essência do que podemos chamar de fascismo, pois esse é uma ideologia e uma tecnologia política, ao se movimentar atinge pessoas comuns, governos e Estados, como aconteceu na Alemanha no século XVIII e vem acontecendo no Brasil contemporâneo, acaba produzindo mortes e destruição em massa. (TIBURI, 2020, p.33).

---

<sup>45</sup> Uma doença infecciosa causada pelo novo corona vírus (SARS-CoV-2). O primeiro caso confirmado no Brasil foi em fevereiro de 2020.

Segundo Theodor Adorno - filósofo que se dedicou a estudar a personalidade autoritária - apud Bueno (ADORNO apud BUENO, 2017, p. 492-500), a personalidade fascista equivale ao “estranho” ou “estrangeiro”, pois esse se remete simultaneamente a uma estranheza quando se trata do diferente. Ao mesmo tempo em que o fascista assusta e horroriza, expressa desejos familiares, ainda que inconscientes, recalcados, mas desconhecidos por esse sujeito. Adorno refere-se ao fascismo como algo intolerante, a personalidade autoritária, o empobrecimento psicológico do sujeito como característica das mais relevantes e lamentáveis ocasionadas pelo fascismo na sociedade burguesa, mas isso não ocorre somente quando esse é induzido pela retórica de um líder fascista – nesse contexto induzidos pelo candidato a Presidente Bolsonaro -, mas também pelas tendências prévias da falta de autorreflexão e da ignorância, tudo o que as massas precisam ter.

Na sede da Brigada Militar, tinha o terceiro policial, o qual me agrediu verbalmente, psicologicamente e usou de deboches para tratar comigo. O autoritarismo, o fascismo do qual fui vítima acabou me tornando para muitos a própria personificação do demônio. A busca dentro do carro pelo que importava para eles os deixou cego. O vidro de álcool seco encontrado há aproximadamente cem metros de onde estávamos tornou-se uma espécie de “regra do jogo”. Aqui, a regra do jogo que me refiro é a manipulação dos fatos, porque quando não podem manipular você, eles tentam manipular o que as pessoas enxergam de você, seja com mentiras, difamações ou injúrias. No momento da abordagem se encontravam dentro do carro somente os objetos – isqueiro e o canivete - o vidro de álcool seco do outro lado de uma cerca que separava o terreno baldio do asfalto que dá acesso à cidade, onde estávamos. A abordagem intimidadora, truculenta e covarde, o abuso de poder não permitiu o diálogo e nem explicações. Fui acusado e me denominaram como dono de um objeto que eu sequer sabia da existência, mas que estava dentro daquele carro. O canivete. Refletindo a expressão “a faca e o queijo na mão”, a “faca” seria o isqueiro e o outdoor que, estava aproximadamente cem metros dali seria o queijo. A faca estava embaixo do banco do carro e o isqueiro na porta do veículo. Entre a faca e o queijo tinha tantas coisas, tais como: minha integridade física, minha família, meus amigos e minha vida.

Naquele momento, na minha inocência, eu não sabia, mas, o futuro do Brasil se desenhava aos poucos, há poucos dias Marielle Franco havia sido assassinada brutalmente em um bairro do Rio de Janeiro, um crime que foi um divisor de águas para o Estado do Rio, para a nova esquerda e para as lutas políticas como um todo. Naquele ano de eleições o obscurantismo tomava conta do País. O ódio estava nas ruas e nas redes sociais quando se comemorava a morte da ativista Marielle Franco pelo simples fato de ser feminista, negra, mulher, lésbica e da favela. É sabido que, em uma democracia, os fascistas busquem maneiras de nos silenciar, mas, para Adam Przeworski, a democracia é o único sistema capaz de lidar com conflitos sem terminar em mortes.

Entretanto, o diálogo e o debate no período eleitoral sobre política ocorriam de forma machista, racista e homofóbica imbuídos por fanatismo. Um dos fascistas, na época fez um trocadilho infeliz com relação a Jean Wyllys, referindo que as chances de as pesquisas pré-eleitorais serem verdadeiras – pois essas colocavam o ex-presidente Lula à frente na disputa -, tinha o mesmo nível de verdade daqueles que diziam que o ex-Deputado Jean Wyllys era homem. O perigo da política fascista é isso, ela deturpa a verdade, ela desumana segmentos, etnias, orientações sexuais, identidades de gênero e entre outros grupos minoritários, hoje, por meio de uma política fascista não explícita, a qual tem como vantagem se esconderem por traz das redes sociais, o fascismo e os fascistas cumprem o seu papel, o papel dos covardes. (STANLEY, 2019, p. 08).

Hoje, tive a dimensão de alguns absurdos, o que me leva a pensar que as pessoas foram robotizadas e entraram em estado delirante, pois aquela ideia de que eu havia cometido tal delito, não abria espaço para o contraditório, eu não pude naquele momento manifestar minha versão do fato, minha sentença estava decretada. O delírio havia tomado conta dos corações e das mentes, pois não havia espaço para o outro, não havia alteridade e nem respeito. Talvez, para eles, naquele delírio era sim, tinha que ser possível, se não fosse não tinha problema, o delírio já estava estabelecido e o fato já estava deturpado e não cabia mais a verdade.

### **3 Considerações Finais**

É perceptível, a exacerbação do posicionamento fascista por meio de uma análise teórica sobre a ascensão da extrema direita no país, o que evidencia um ataque à democracia. O obscurantismo se iniciou muito antes das eleições, em março de 2018, milícias do Rio de Janeiro mataram Marielle Franco, uma importante figura política brasileira. Uma eleição perigosa que não abriu espaço para o debate, porque os ataques e a intimidação com discursos de ódio e de intolerância se tornaram constantes. O delírio coletivo pré-eleições e pós-eleições de 2018 tomou conta do Brasil. A eleição de 2018, ficou conhecida como a eleição das fakenews. Os ataques sofridos após a repercussão do outdoor foram um divisor de águas na minha vida.

Em audiência, o Juiz arquivou o termo circunstanciado, quem tinha interesse não apresentou queixa-crime dentro do prazo, mesmo assim, ocorreu ali um pedido de ressarcimento pelo estrago no outdoor no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais), falei que não ia pagar, pois eu não me considerava culpado e eles não apresentaram nada que pudesse me incriminar. O que realmente importava era o linchamento nas redes sociais e isso, já havia sido feito e concluído com êxito. Nessa onda de ódio instaurada pela candidatura de Bolsonaro, percebe-se que os discursos hegemônicos sempre estiveram presentes. Importante dizer que com fascista não tem dialogo e o discurso de ódio e intolerância não prejudica somente aqueles que são atacados, mas também, aqueles que ainda não sabem do mal que não podemos nos aliar, mas que devemos combater.

## REFERÊNCIAS

BENITO, Mussolini; TROTSKI, Leon; tradução Regina Lyra. **Fascismo: a doutrina. O que é e como combatê-lo.** 1ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.

BUENO, Sinésio Ferraz. **A crítica dialética de Theodor Adorno ao fascismo: implicações no campo formativo.** Disponível em: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=84854915023>>. Acesso em 28 de Jan. 2021.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade.** Tradução: Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

GUEDES, Octavio. **CPI da COVID.** Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/blog/octavio-guedes/post/2021/04/27/cpi-da-covid-governo-bolsonaro-recusou-11-vezes-ofertas-para-compras-de-vacina.ghtml>>. Acesso em 27 de Abr. 2021.

SAFATLE, Vladimir. **Vladimir Satafle: Bem-vindo ao Estado suicidário.** Disponível em: <<http://agbcampinas.com.br/site/2020/vladimir-satafle-bem-vindo-ao-estado-suicidario/>>. Acesso em 22 de Jul. de 2021.

SANTAELLA, Lucia. **O que é semiótica.** Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=XmkvDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT2&dq=santaella+semiotica&ots=Q0toUcIUdn&sig=AzrFabQFhj8gruiqrcM8KyOlwDk#v=onepage&q=santaella%20semiotica&f=false>>. Acesso em: 25 de Abr. 2020.

SEGATO, Rita. La reconocida antropóloga es referente internacional en el estudio del machismo y de los violadores. Habla de los mandatos sociales que se vuelven un búmeran contra las mujeres. **La Voz.** Disponível em: <<https://www.lavoz.com.ar/ciudadanos/por-que-la-masculinidad-se-transforma-en-violencia/?fbclid=IwAR1UdnPeXJIOcdLeq6qdR5jrVCM8CPYLzvB4oQocVR1U4Q9zTn1Db5QXCFw>>. Acesso em 18 de Jul. 2021.

STANLEY, Jason. **Como funciona o fascismo: a política do “nós” e “eles”.** Tradução de Bruno Alexander. 2ª ed. Porto Alegre: L&PM, 2019.

TIBURI, Marcia. **Como derrotar o turbotecnomachonazifascismo: ou seja lá o nome que se queira dar ao mal que devemos superar.** Rio de Janeiro: Record. 1ª Edição. 2020.

TIBURI, Marcia. **Delírio do Poder: Psicopoder e loucura coletiva na era da desinformação.** Rio de Janeiro – São Paulo: Editora Record. 1ª Edição. 2019.



## O DIREITO HUMANO FUNDAMENTAL À INFORMAÇÃO: FAKE NEWS E O RISCO À CIDADANIA

Miriã de Moura Carvalho Marques<sup>46</sup>  
Miriane Maria Willers<sup>47</sup>

**Resumo:** Não é de hoje que o termo *fake news* tem despertado interesse nas comunidades acadêmica e social. Com esse artigo, pretende-se abordar as implicações das chamadas notícias falsas e também conceituá-las, apresentando-se como problema de pesquisa o seguinte questionamento: as *fake news* são capazes de colocar em risco a cidadania no Brasil e podem representar violação ao direito humano à informação? A partir de exemplos contemporâneos, objetiva-se confirmar esta hipótese. Ademais, o presente trabalho destaca as medidas tomadas pelos poderes do Estado com o fito de combater as *fake news*. A pesquisa é bibliográfica e utiliza-se de busca em livros, artigos, notícias e materiais audiovisuais. Além disso, o método usufruído é o dedutivo. Objetiva-se averiguar o risco das *fake news* à cidadania no Brasil e que representam também violação do direito humano à informação. Para tanto, será realizada uma abordagem da disseminação das *fake news* no Brasil. Na sequência, será analisado o impacto das notícias falsas no direito humano e fundamental à informação e, por consequência, na cidadania. Por fim, serão apresentadas algumas medidas que o Estado tem adotado para combater as *fake news*. É possível inferir, assim, a nocividade das *fake news* em diversos âmbitos que permeiam a sociedade.

**Palavras-chave:** Cidadania. *Fake news*. Direito à informação. Medidas estatais.

### THE FUNDAMENTAL HUMAN RIGHT TO INFORMATION: FAKE NEWS AND THE RISK TO CITIZENSHIP

**Abstract:** It is not new that the term *fake news* has aroused interest in the academic and social communities. With this article, we intend to address the implications of the so-called false news and also conceptualize them, presenting the following question as a research problem: *fake news* is capable of putting citizenship in Brazil at risk and may represent a violation of the law human to information? Based on contemporary examples, the aim is to confirm this hypothesis. Furthermore, this work highlights the measures taken by the powers of the State with the aim of combating *fake news*. The research is bibliographical and uses a search in books, articles, news and audiovisual materials. Furthermore, the method used is the deductive one. As a general objective, it seeks to investigate how *fake news* represents a risk to citizenship in Brazil and violates the human right to information. Regarding the specific objectives, the aim is to analyze the occurrence of *fake news* in Brazil and investigate the impact of *fake news*

<sup>46</sup> Acadêmica do curso de Direito da Universidade Regional Integrada – São Luiz Gonzaga. E-mail: miriamouramarques@gmail.com

<sup>47</sup> Mestre em Direito pela Universidade Regional Integrada (URI) – Campus de Santo Ângelo. Professora na Graduação na URI – Campus de São Luiz Gonzaga, Curso de Direito. Advogada Pública do Município de Santo Ângelo. E-mail: profmiriane@saoluiz.uri.edu.br.

on citizenship; discuss the extent to which fake news violates the human right to information and present measures that the State has taken to combat fake news. Thus, it is possible to infer the harmfulness of fake news in various areas that permeate society.

**Keywords:** Citizenship. Fake news. Right to information. State measures.

## 1 Introdução

A cidadania, além de compreender a participação na vida do Estado, abarca também uma concepção de liberdade, de autonomia, estando interrelacionada com os direitos humanos e fundamentais, como o direito à informação. Na sociedade digital contemporânea, pode-se dizer que a cidadania é bastante influenciada pelas tecnologias e, por isso, demanda informação correta e confiável.

Entretanto, um dos grandes problemas da contemporaneidade é a desinformação, que se apresenta através das *fake news*. A propagação de notícias falsas é um fenômeno que existe há séculos. Entretanto, os tempos hodiernos são permeados por esta divulgação de forma mais rápida, eficiente, simultânea e perigosa. Isso porque os recursos tecnológicos e as redes sociais, como Instagram, Telegram, Twitter, YouTube, Facebook e WhatsApp, facilitaram a comunicação e o envio de dados entre os indivíduos. Nesse contexto, o termo *fake news* ganhou destaque.

Diante deste cenário, questiona-se: quais seriam, então, os efeitos de notícias falsas na hodiernidade brasileira e em que medida a cidadania pode ser influenciada e correr riscos, considerando esta proliferação viabilizada pelas redes? O presente artigo procura responder a estas perguntas. Igualmente, discorre-se sobre a violação do direito humano fundamental à informação em decorrência das implicações das notícias falsas. Para esclarecer os efeitos destas últimas, exemplos contemporâneos no âmbito da saúde, da integridade pessoal, da política e da democracia foram apresentados, para ratificar a hipótese de pesquisa.

Assim, inicialmente será apresentada a problemática das *fake news* no Brasil e na sequência, abordar como as notícias falsas implicam em violação ao direito humano e fundamental à informação e impactam na cidadania. Para finalizar, serão apresentadas algumas medidas estatais para combater as *fake news*.

O método de pesquisa adotado foi o dedutivo. A pesquisa, por sua vez, é bibliográfica, com uso de artigos, livros e notícias virtuais. Também foram utilizados materiais audiovisuais, como vídeos. Pode-se classificar o presente artigo como uma pesquisa básica. Outrossim, justifica-se sua elaboração pela demanda social em compreender sobre as recentes aplicações e efeitos das chamadas *fake news* em diversos campos da vida social e democrática, especialmente, porque ressurgiu com mais intensidade a preocupação, visto que no próximo ano acontecerão eleições gerais no país.

Por fim, é mister que haja atenção às novas formas de manifestação de boatos, relatos, mentiras quaisquer formas de inverdade que são deliberadamente criadas para dissuadir os indivíduos. Espera-se que com a presente pesquisa, conhecimentos possam ser acrescentados a todo entusiasta do Direito e do jornalismo, além dos interessados, é claro, nos assuntos que dizem respeito a todo cidadão.

## **2 A problemática das *Fake News* no Brasil**

Com o fito de discorrer sobre a problemática das *Fake News* no Brasil, é importante, em primeira análise, conhecer sua definição. A expressão é de origem inglesa e sua tradução livre pode ser assim considerada: notícias falsas. Cabe frisar que Burshtein (2017, p.397) a define como “um relato fictício relativo aos eventos atuais que são fabricados e muitas vezes intitulados de forma enganosa, com o propósito deliberado de enganar os usuários e motivá-los a divulgar”. Para Guimarães e Silva (2020, p.185), as *Fake News* são

notícias falsas, criadas com o intuito de moldar a opinião pública sobre determinado assunto ou causar danos a determinados sujeitos, sendo perceptível sua utilização quase que irrestrita nas redes sociais, espaços de ampla divulgação e comunicação.

Em 2017, conforme o dicionário da editora britânica Collins e divulgação de BBC Brasil, “*Fake News*” foi eleita a palavra do ano. Este uso foi impulsionado pelo ex-presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, durante as campanhas eleitorais de 2016. Desde então, é notável a presença de tal expressão em canais de comunicação e mídias sociais, como revistas, televisão, Facebook, Twitter e

WhatsApp. Assim como nos Estados Unidos, o Brasil experienciou uma ascensão das notícias falsas no último período eleitoral, em 2018.

Neste mesmo ano, o Instituto Mundial de Pesquisa (IPSO) divulgou um estudo chamado: “Fake News, filter bubbles, post-truth and trust” (Notícias falsas, filtro de bolhas, pós-verdade e verdade). Segundo o levantamento, 62% dos entrevistados do Brasil admitiram ter acreditado em notícias falsas, valor acima da média mundial que é de 48%, dado este preocupante. Para analisar sua ocorrência prática, é mister demonstrar exemplos de aplicação das *Fake News*.

Pode-se citar como *fake news* a elaboração e disseminação de mentiras sobre candidatos rivais (imputação de crimes ou fatos que ofendam a honra), a criação de teorias sem comprovação sobre vacinas e a fabricação de relatos que venham a estragar a reputação de uma empresa, pessoa ou grupo, dentre outros. Ou seja: na maior parte das ocorrências das *fake news*, senão em todas, quem as cria deliberadamente engana pessoas não interessadas em investigar a verdade e empenhadas em acreditar em suposições. A partir desta situação, aparentemente inofensiva, vários aspectos da sociedade são afetados.

O século XXI revelou ao mundo a facilidade de transmissão de mensagens, fotos, textos, dados e vídeos em tempo real, inclusive de forma coletiva. Isto intensificou, de forma expansiva, um fenômeno que já existia (propagação de histórias, relatos e testemunhos falsos). Apenas um clique de “encaminhar” transmite a um grupo de duzentas pessoas diversos conteúdos, como relatos que difamem a vida de uma pessoa concorrente a determinado cargo. Ou seja, este é o cenário da sociedade digital contemporânea.

Dessa maneira, os rumos políticos de um país podem ser influenciados pelas notícias espalhadas sobre os candidatos. O engano acaba sendo inculcado em indivíduos que não investigam a fonte do que foi recebido. Quando o momento de exercer os direitos políticos chega (o voto, por exemplo), os fundamentos de escolha podem ter sido edificados a partir de notícias falsas. Como exemplo, destaca-se que o levantamento realizado pelo Congresso em Foco (MACEDO, 2018, s.p.) indicou que “das 123 *fake news* encontradas por agências de checagem, 104 beneficiaram Bolsonaro” durante o período pré-eleitoral.

As eleições são influenciadas pelo marketing eleitoral e pelas estratégias de comunicação, com o sistema funcionando autonomamente em relação aos cidadãos. Esta realidade é descrita por Castells ( 2018, p.26):

A luta pelo poder nas sociedades democráticas atuais passa pela política mediática, pela política do escândalo e pela autonomia comunicativa dos cidadãos. Por outro lado, a digitalização de toda a informação e a interconexão modal das mensagens criaram um universo midiático no qual estamos permanentemente imersos. Nossa construção da realidade e, por conseguinte, nosso comportamento e nossas decisões dependem dos sinais que recebemos e trocamos nesse universo.

Por isso, as fake news passam a ser utilizadas também no campo político. Mas, não é somente nesta seara. Conforme dados do Ministério da Saúde: em 2017, a aplicação de vacinas do calendário adulto ficou abaixo da meta no Brasil, ocasionando o risco de doenças já erradicadas retornarem, como o sarampo. Uma das causas, para a ex-coordenadora do Programa Nacional de Imunizações, Carla Domingues, relaciona-se à disseminação das *fake news* nas redes sociais, que causam alarde e, por vezes, assustam a população. Além disso, mentiras relacionadas ao autismo e ao tratamento de câncer são frequentemente propagadas. Este desserviço à sociedade significa danos à saúde pública.

De maneira geral, a existência de inverdades circulando pelos meios de comunicação é preocupante, uma vez que a formação de pensamento, crença, consciência e de decisões recebe interferência de informações recebidas e aceitas como verídicas. É como se um ciclo fosse estruturado: alguém é contemplado com uma notícia alarmante, de difícil comprovação, e a repassa. Novamente, quem a recebeu, encaminha-a. Assim, esta “informação” passa a ser de conhecimento de muitos, coletivamente afetados (opinião pública). Guimarães e Silva ( 2020, p.190) alertam:

As Fake News, como fenômeno de profundas repercussões sociais e potencial produção de danos diversos, se apresentam, portanto, como uma conduta ludibriosa, realizada com o intento de produção de danos por meio da dissimulação da verdade dos fatos. Nesse sentido, merece atenção dos operadores do direito e dos legisladores em vista da proteção dos direitos da personalidade e da dignidade da pessoa humana.

Dessa maneira, o exercício da cidadania também é diretamente alvo de influência nefasta. É importante, nesse sentido, analisar o direito humano e



fundamental à informação e os impactos provocados pelas notícias falsas na cidadania.

### **3 Violação ao direito humano e fundamental à Informação e impactos na cidadania.**

O direito à informação, que inclui o direito de acesso à informação, não se confunde com a liberdade de informação. Estes três institutos estão presentes nas constituições democráticas, como direitos fundamentais, e também no sistema internacional de proteção dos direitos humanos (SARLET, 2018). Segundo o autor, o direito à informação, embora não previsto expressamente no Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos (1966), foi implicitamente abrangido pela liberdade de expressão. O direito à informação também foi consagrado na Convenção Interamericana de Direitos Humanos.

Na Constituição Federal de 1988, pode-se destacar como direitos fundamentais a livre manifestação do pensamento (inciso IV); a liberdade de expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença (inciso IX); e é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional (inciso XIV). Para a corrente majoritária, o direito à informação é de quarta dimensão. Bonavides aponta que esses direitos são decorrentes da globalização, logo “deles depende a sociedade aberta para o futuro”. Cabe pontuar que, apesar da não especificação da Carta Magna, infere-se que a “informação” prevista seja verdadeira, sem máculas.

O direito à informação tem relação intrínseca com a cidadania, afinal a realização plena desta envolve o exercício efetivo e amplo dos direitos humanos (PIOVESAN, 2010). O direito à informação confiável, correta e verdadeira vai ao encontro da cidadania, que acaba sendo impactada com a desinformação. Neste aspecto:

O direito à informação, aqui na perspectiva do direito de ser informado e do acesso à informação, passou, outrossim, a operar como elemento central de um Estado Democrático de Direito, seja pelo fato de permitir o exercício consciente e responsável da cidadania e dos direitos políticos, seja como meio de assegurar o controle social e a transparência e publicidade por parte do poder público e dos seus atos (SARLET, 2018, p.538).

Nessa perspectiva, a ocorrência da circulação de notícias falsas significa que erros são repassados e as informações verdadeiras, direito de todos, são colocadas à margem. A liberdade plena de escolha do cidadão acaba sendo obstaculizada. E “estando a liberdade no coração da concepção de cidadania, esta é realizada, principalmente, por meio da ação política, no espaço público. Impedir a integração na vida pública significa negar a cidadania” (MASCARO; BANDINI, 2017, p.205). Se não há severa responsabilização dos que propagam mentiras e se a população cada vez mais acredita na veracidade de boatos, não tendo em mente a informação confiável, permeada de estudos, análises e checagem, então uma norma constitucional é permanentemente violada.

Ademais, destaca-se que o conhecimento acerca da política, dos rumos do país, das folhas de pagamentos e auxílios, dos planos orçamentários e tributários, bem como a aplicação de programas e impostos, faz parte desta informação. É uma das bases do sistema democrático, no qual o cidadão sabe em quem vota, compreende por que vota e entende seu papel emancipatório além da mera escolha representativa, agindo como fiscalizador e exercendo a democracia por outros meios também previstos na Constituição. Somente com o acesso às informações atuais, verídicas e completas é possibilitado ao cidadão o exercício da fiscalização, que integra a cidadania. Considerando a ampla utilização das tecnologias de informação, pode-se falar, inclusive, na existência de uma espécie de cibercidadania (SARLET, 2018).

Outrossim, cabe novamente frisar que para se ter um Estado democrático, é essencial que os indivíduos recebam informações de qualidade e verdadeiras com o fito de que o receptor da notícia construa sua opinião. Nesse sentido, a liberdade de informação revela-se na busca, no acesso, no recebimento e na promoção de informações ou opiniões (ASSIS, 2020). É importante que estas não sejam prejudiciais à sociedade nem deliberadamente a ludibriem.

Claramente, o combate às *fake news* não pode ser considerado um ataque à esta liberdade (ou às liberdades de expressão e de crença), mas sim uma medida que protege tanto a verdade como a população. Difundir pânico baseado em mentiras, causar danos à imagem de alguém por mero divertimento e motivos torpes ou

beneficiar pessoas a partir de falsos relatos de maneira alguma ratificam o direito humano fundamental à informação, apenas o lesionam.

Assim, enfatiza-se que as *fake news*, ao macularem o direito à informação e mascarar-la de verdade, influenciando o pensamento dos indivíduos ainda não preparados para checar o que é recebido, violam o preceito declarado no inciso XIV do artigo 5º da Constituição Federal/88. Fica então evidente a necessidade de modificação da conjuntura, a partir de ações combinadas entre Estado e sociedade, para assim ser efetivado o direito fundamental à informação e também garantida a proteção à própria democracia.

O impacto das *fake news* na cidadania, assim, é representado pelos exemplos já demonstrados: em relação aos direitos políticos, a escolha de representantes recebe influência de notícias falsas, quando não há por parte do cidadão interesse ou meios de se verificar informações; em relação à saúde pública, direito social, coletivo e individual, cita-se boatos divulgados sobre vacinação, que suscitaram medo à população e ocasionaram o não cumprimento de metas do calendário, prejudicando toda a sociedade; é possível, igualmente, citar que o exercício da liberdade, da segurança, da integridade física e principalmente do direito à vida é afrontado quando notícias falsas propagadas ofendem a reputação de um indivíduo ou até mesmo imputam a ele crimes.

Diante de tantas implicações, é importante discutir as políticas estatais para combater as notícias falsas.

#### **4 Políticas estatais e o combate às Fake News**

No hodierno mundo globalizado, digitalizado, tecnológico é relevante que os legisladores estejam atentos e adéquem a norma aos fatos sociais, como revela a situação de propagação de *fake news* nos últimos tempos.

Em primeira análise, destaca-se que órgãos dos poderes legislativo e judiciário têm atuado em prol desse combate. Como exemplo, destaca-se a ação do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, que dedicou uma publicação em seu site para explicação do que compõem as *fake news*, seus impactos na sociedade e formas de impedi-las. Na seção “Como escapar de notícias falsas?”, dicas são expostas, como

duvidar de títulos sensacionalistas, conferir a data da divulgação e verificar a credibilidade da fonte.

O Conselho Nacional de Justiça também se empenhou em impugnar as notícias falsas. Junto a associações da magistratura (como STJ, STF, AGU e STM) e dos tribunais superiores e da imprensa, lançou o Painel de Checagem de Fake News, em 1º de abril de 2019. A finalidade foi “alertar e conscientizar a população dos perigos do compartilhamento de informações falsas”. Conforme declarado no site do CNJ, “uma das iniciativas do Painel foi a campanha #FakeNewsNão, que divulgou posts, vídeos (inclusive com depoimentos dos ministros do Supremo Tribunal Federal), textos e artes que esclarecem sobre os danos provocados por informações falsos e ajudam a população a identificar publicações suspeitas, impedindo a circulação de notícias falsas.” (CNJ, 2019).

O trabalho não foi finalizado em 2019. Essa “associação” contou com auxílio de as agências/portais, a exemplo de Aos Fatos, Boatos.Org, Conjur, Jota, Migalhas e UOL-Confere. Atualmente, elas verificam os conteúdos de posts suspeitos sobre decisões e atos do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do Supremo Tribunal Federal (STF). Com esse objetivo, STF, STJ, CNJ e Conselho da Justiça Federal (CJF) ajudam na identificação e envio de material suspeito para checagem. O próprio cidadão também pode enviar dados duvidosos para o Painel, a fim de serem checados.

Ademais, cabe salientar o plano de mídia do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), denominado “Minuto da Checagem”, veiculado uma vez por mês de 15 de maio a 30 de dezembro de 2020 e composto por 8 vídeos de curta duração. Ele foi produzido pela Assessoria de Comunicação do Tribunal Superior Eleitoral (Ascom/TSE) e pode ser contemplado pelo canal oficial da Justiça Eleitoral no YouTube. Em 2020, era possível assisti-lo no intervalo da programação da TV Justiça e das outras 500 emissoras parceiras que retransmitiram o conteúdo audiovisual da Ascom, conforme divulgado pelo Portal de Notícias do TSE (TSE, 2020).

O conteúdo dos vídeos voltou-se ao combate à desinformação, principalmente no que tange às notícias fraudulentas envolvendo o processo eleitoral e os candidatos. O primeiro vídeo revela que mentiras podem chegar por todos os meios, até mesmo pelos familiares. O segundo alerta que é preciso ter cuidado ao receber manchetes

alarmantes e em repassar o que foi recebido, sendo de máxima importância ler todo o conteúdo e analisar sua pertinência e veracidade. O terceiro orienta a checagem das datas das notícias. Já o quinto apresenta um recurso de tecnologia artificial que pode gerar confusões e mentiras se não for bem utilizado: o *deepfake*. O rosto e fala de alguém podem ser simulados, ocasionando vídeos tão semelhantes à realidade, passíveis de serem recebidos como um fato. Por fim, o último vídeo declara que divulgar *fake news* com finalidade eleitoral pode configurar crime. Neste sentido, a lei 13.834, de 2019, incluiu o art. 326-A, no Código Eleitoral.

No âmbito legislativo, enfatiza-se o Projeto de Lei nº 2630/ 2020, intitulado Lei das Fake News, de iniciativa do Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE) e também de a “Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet” (Agência Senado). Segue explicação da ementa:

Estabelece normas relativas à transparência de redes sociais e de serviços de mensagens privadas, sobretudo no tocante à responsabilidade dos provedores pelo combate à desinformação e pelo aumento da transparência na internet, à transparência em relação a conteúdos patrocinados e à atuação do poder público, bem como estabelece sanções para o descumprimento da lei (SENADO FEDERAL, 2020).

O projeto foi aprovado pelo Plenário e esteve, em 01/07/2021, na Assessoria Técnica. As últimas etapas são esperadas para que, quando sancionada pelo Presidente, possa ser efetiva no combate às *fake news*. Como explicitado, o alcance da lei abrange as redes sociais e de serviços de mensagens. Uma de suas previsões é a proibição de contas falsas e as denominadas contas robô (automatizadas). O projeto também determina que o Congresso Nacional institua, em até 60 dias após a publicação da lei, se aprovada, o Conselho de Transparência e Responsabilidade na Internet, tendo como atribuição a realização de estudos, pareceres e recomendações sobre liberdade, responsabilidade e transparência na internet (AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS, 2021).

Há ainda muitas ações tomadas pelos órgãos do Estado, porém, para fins deste estudo considera-se suficiente a explanação do Minuto da Checagem (TSE), Painel de Checagem (CNJ) e o PL 2630/2020. Afinal, a pretensão não é esgotar a temática, mas provocar a reflexão, visto que no próximo ano teremos eleições gerais no país, que poderão ser influenciadas negativamente pelas notícias falsas.



## 5 Considerações finais

Mediante os argumentos mencionados, declara-se novamente que as *fake news* podem afetar a cidadania e prejudicá-la, influenciando na formação de pensamento e de escolha dos indivíduos. Assim, âmbitos como saúde, política, integridade pessoal e democracia percebem seus nocivos efeitos, que chegam a ser fatais. Podem provocar diversos danos sociais.

Além disso, o direito fundamental à informação, previsto no artigo 5º da Carta Magna de 1988, é violado em decorrência da desinformação e das mentiras que são propagadas pelas *fake news*. Torna-se claro que as implicações das chamadas fake News no Brasil são extensas e afetam diversos âmbitos da vida social e individual dos seres humanos, sendo importante que a checagem de fontes seja um hábito, aliada à consciência coletiva de combater notícias falsas, como alertar a outras pessoas os equívocos evidentes que podem estar sendo repassados. Para isso, preconiza-se uma mudança de atitude e também a responsabilização daqueles que deliberadamente criam boatos com o fito de ludibriar pessoas, beneficiar indivíduos ou ainda prejudicá-los.

Por fim, frisa-se o trabalho contínuo e harmônico dos poderes do Estado em implantar medidas mais severas de confronto às *fake news*. Os exemplos supracitados acima, “Minuto da Checagem”, “Painel de Checagem das Fake News” e PL 2630/2020, demonstram a preocupação dos órgãos jurisdicionais e legislativos em adequar-se à realidade social, que cada vez mais é impactada pelas tecnologias e mídias sociais, sendo estas meios rápidos e frequentes de divulgação de *fake news*. Importante sublinhar que essas políticas estatais precisam ser constantemente ampliadas.

## REFERÊNCIAS

AFFAIRS, Ipsos Public. **Fake news, filter bubbles, post-truth and trust**. 2018. 36 slides. Disponível em:  
[https://www.ipsos.com/sites/default/files/ct/news/documents/2018-08/fake\\_news\\_report.pdf](https://www.ipsos.com/sites/default/files/ct/news/documents/2018-08/fake_news_report.pdf).

ASSIS, Luana Bispo de. Direito à informação verídica em tempos de Fake News. **Conteúdo Jurídico**, Brasília-DF: 21 abr. 2020. Disponível em:

<https://conteudojuridico.com.br/consulta/artigos/54433/direito-informao-verdica-em-tempos-de-fake-news>. Acesso em: 22 jul. 2021.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de direito constitucional**. São Paulo: Malheiros, 2019.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BURSHTEIN Sheldon. The True Story on Fake News. *Intellectual Property Journal*, v. 19, p. 397-447, mai. 2017.

CASTELLS, Manuel. **Ruptura: a crise da democracia liberal**. Tradução Joana Angélica d'Ávila Mello. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

FAKE News é eleita palavra do ano e ganhará menção em dicionário britânico. **BBC Brasil**, 2 nov. 2017. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-41843695>. Acesso em: 19 jul. 2021.

GUIMARÃES, Glayder Daywerth Pereira; SILVA, Michael César. Implicações das Fake News na responsabilidade civil digital: a eclosão de um novo dano social. In: **Direito, ética e cidadania: estudos em homenagem ao professor Jorge Luiz de Almeida –volume 1 / Carlos Alberto Ferri, José Luiz Gavião de Almeida, Lélío Maximo Lellis (organizadores)**. Curitiba : Editora CRV, 2020, p.185-204).

JUSTIÇA ELEITORAL. **Minuto da Checagem nº8 (Divulgar Fake News é crime)**. **YouTube**, 4 maio 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1PInZEt797o>. Acesso em: 20 jul 2021.

MACEDO, Isabella. Das 123 fake news encontradas por agências de checagem, 104 beneficiaram Bolsonaro. **Congresso em foco**, 26 out. 2018. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/eleicoes/das-123-fake-news-encontradas-por-agencias-de-checagem-104-beneficiaram-bolsonaro/>. Acesso em: 20 jul. 2021.

MASCARO, Laura Degaspere Monte; BANDINI, Luiz Fernando Conde. **Direitos Humanos e Cidadania**. Londrina : Editora e Distribuidora Educacional S.A., 2017.

MINUTO da Checagem mostra ao internauta a importância de verificar informações antes de compartilhá-las. **Tribunal Superior Eleitoral**, 27 mar. 2020. Comunicação. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/imprensa/campanhas-publicitarias/minuto-da-checagem>. Acesso em 24 jul. 2021.

O PERIGO das fake news. **Tribunal de Justiça do Estado do Paraná**, 22 jun. 2020. Institucional, Notícias. Disponível em: [https://www.tjpr.jus.br/noticias-2-vice/-/asset\\_publisher/sTrhoYRKnlQe/content/o-perigo-das-fake-news/14797?inheritRedirect=false](https://www.tjpr.jus.br/noticias-2-vice/-/asset_publisher/sTrhoYRKnlQe/content/o-perigo-das-fake-news/14797?inheritRedirect=false). Acesso em: 23 jul. 2021.

PAINEL de Checagem de Fake News. **Conselho Nacional de Justiça**, 2019. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/programas-e-acoes/painel-de-checagem-de-fake-news/>. Acesso em: 24 jul 2021.

PIOVESAN, Flávia. **Temas de direitos humanos**. 11ª edição. São Paulo: Saraiva, 2018.

PL 2530/2020. **Senado Federal**. Disponível: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/141944>. Acesso em: 24 jul. 2021.

Projeto do Senado de combate a notícias falsas chega à Câmara. **Agência Câmara de Notícias**, 03 jul. 2020. Comunicação. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/673694-projeto-do-senado-de-combate-a-noticias-falsas-chega-a-camara/>. Acesso em: 24 jul. 2021.

RIBEIRO, Anna Gabriela. Mulher morta após boato em rede social é enterrada em Guarujá, SP. **G1**, 6 maio 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/sp/santos-regiao/noticia/2014/05/mulher-morta-apos-boato-em-rede-social-e-enterrada-nao-vou-aguentar.html>. Acesso em: 19 jul. 2021.

SARLET, Ingo Wolfgang; MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. **Curso de Direito Constitucional**. 7ª ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

Senado aprova projeto de combate a notícias falsas; texto vai à Câmara. **Agência Senado**, 30 jun. 2020. Plenário. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/06/30/aprovado-projeto-de-combate-a-noticias-falsas>. Acesso em: 24 jul. 2021.

## O ENSINO DA HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA: UMA ANÁLISE DO DA LEI Nº 10.639/2003

Erik Luís Sott de Santis<sup>48</sup>  
Fagner Fernandes Stasiaki<sup>49</sup>  
Amanda Oliveira Menezes<sup>50</sup>  
Neusa Schnorrenberger<sup>51</sup>

**Resumo:** Em um país em que o racismo é estrutural e institucional, a presente pesquisa tem como objetivo fazer uma análise do ensino público a partir da Lei Federal 10.639/2003. Lei que torna obrigatório o ensino sobre história e cultura afro-brasileira nas escolas, e sobre o desenvolvimento dessas práticas pedagógicas da qual há um déficit arraigado advindo do colonialismo, alimentando o preconceito e impactando fortemente no processo de aprendizagem. Nesse sentido, entender a importância e o papel social de determinada Lei para as crianças que além de conhecerem diferentes referências, o significado da representatividade e que as produções negras são importantes, uma vez que a história desses por muito tempo foi relatada pela perspectiva do branco. A realização dessa pesquisa se dará pelo método dedutivo e será instruída por uma análise qualitativa a partir de referências bibliográficas na área educacional e jurídica, bem como o uso de reportagens. Com isso, se questiona, a lei infraconstitucional vem cumprindo seu papel e de que forma o Estado pode contribuir para que tal Lei se materialize, facilitando uma prática-política-pedagógica antirracista?

**Palavras-chave:** Afro-Brasileira. História. Lei Federal nº 10639/2003. Ensino. Representatividade.

## ENSEÑANZA DE HISTORIA Y CULTURA AFRO-BRAZILEIRA: ANÁLISIS DE LA LEY N ° 10.639 / 2003

<sup>48</sup> Acadêmico do curso de Letras Português e Espanhol na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)- campus Cerro Largo, RS. Bolsista no Programa do Governo Federal Residência Pedagógica (PRP). Vinculado pela Universidade Regional do Alto Uruguai e das Missões (URI) ao Projeto de Extensão Fridas Missionieras: Diversidade e Direitos Humanos na contemporaneidade por meio das Artes Cênicas. E-mail: [eriksottdesantis@gmail.com](mailto:eriksottdesantis@gmail.com).

<sup>49</sup> Bacharel em Direito pela Universidade Regional do Alto Uruguai e das Missões (URI), campus de Santo Angelo. Vinculado ao Projeto de Extensão Fridas Missionieras: Diversidade e Direitos Humanos na contemporaneidade por meio das Artes Cênicas. E-mail: [fagnerfstasiaki@aluno.santoangelo.uri.br](mailto:fagnerfstasiaki@aluno.santoangelo.uri.br).

<sup>50</sup> Acadêmica do curso de Letras Português e Espanhol na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)- campus Cerro Largo, RS. Bolsista no Programa do Governo Federal Residência Pedagógica (PRP). E-mail: [amandaprestes11@hotmail.com](mailto:amandaprestes11@hotmail.com).

<sup>51</sup> Professora orientadora. Doutoranda bolsista Taxa e Mestra em Direito pelo Programa de Pós-Graduação stricto sensu - Mestrado e Doutorado em Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), Campus Santo Ângelo/RS. Integrante do Grupo de Pesquisa "Direito de Minorias, Movimentos Sociais e Políticas Públicas", vinculado ao Programa de Pós-Graduação stricto sensu - Mestrado e Doutorado em Direito da URI, Campus Santo Ângelo/RS. Pesquisadora no Núcleo de Estudos em Comum (NEC) vinculado a Universidade Federal de Santa Maria/RS. Docente no Curso de Graduação em Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), Campus São Luiz Gonzaga/RS. Advogada. E-mail: [profneusa@saoluiz.uri.edu.br](mailto:profneusa@saoluiz.uri.edu.br)

**Resumem:** En un país en que el racismo es estructural y institucional, la presente investigación tiene como objetivo hacer una análisis de la educación pública a partir da Ley Federal 10.639/2003. Ley que hace obrigatorio la enseñanza de historia y cultura afro-brasileira en las escuelas, y también no desenvolvimiento prácticas pedagógicas da cual a un déficit viniendo del colonialismo, alimentando el prejuicio y impactando fuertemente en el proceso de aprendizaje. Con eso, entender la importancia y lo papel social de determinada ley para los niños que además de conocer diferentes referencias, lo significado de la representatividad y que las producciones negras son importantes, una vez que la historia por mucho tiempo fue contada por la perspectiva del blanco. La realización de la pesquisa se hace pelo método deductivo y también será instruida por un analice cuantitativo por medio de referencias bibliográficas en la área educacional y jurídica, bien como el uso de reportajes. Con eso, se cuestiona, ¿La Ley infraconstitucional viene cumpliendo su papel? y, ¿De que forma el Estado puede contribuir para que la Ley se materialicé, facilitando una práctica-política-pedagógica antirracista?

**Palabras-clave:** Afro-Brasileira. Historia. Ley Federal nº 10639/2003. Enseñanza. Representatividad.

## 1 Introdução

O racismo no Brasil é estrutural e derruba os negros dos bancos escolares. Após 18 anos da Lei 10.639/2003 ainda não se vê um avanço significativo na questão. Ocorre que a cultura negra no Brasil ainda é demonizada e por isso, há uma resistência no ensino dessa, pois existem professores que se recusam a trazer epistemologias negras e o ensino de determinada cultura para as salas de aula. Alguns evangelizam, pregam em sala de aula e se recusam a aplicar determinada Lei. Já na mídia, há cantores se recusam a cantar trechos que se remetem aos orixás. No Brasil a intolerância religiosa e o racismo andam juntos. Após 133 anos da abolição da escravatura os negros ainda não ascenderam socialmente, às margens da sociedade e vítimas da necropolítica permaneceram marginalizados e sem nenhuma ajuda governamental, pois, não receberam terra e educação que eram as duas formas de ascensão social da época.

Nesse sentido, é importante que o ensino da cultura afro-brasileira em salas de aula, para que desde que crianças, os jovens conheçam outras referências como Carla Akotirene, Djamila Ribeiro, Zumbi dos Palmares, Dandara, Conceição Evaristo, Carolina Maria de Jesus e entre outros diversos nomes e produções afro-brasileiras e se sintam representados, bem como tenham sua história contada não somente pelo branco, eurocêntrico e colonial. A temática da presente pesquisa possui como



objetivo, fazer uma análise do ensino público a partir da Lei Federal nº 10.639/2003, que tornou obrigatório o ensino sobre história e cultura afro-brasileira nas escolas, e sobre o desenvolvimento dessas práticas pedagógicas da qual há um déficit arraigado no colonialismo, alimentando o preconceito e impactando fortemente no processo de aprendizagem. A realização dessa pesquisa se dará pelo método dedutivo e será instruída por uma análise qualitativa a partir de referências bibliográficas. Com isso, se questiona: a Lei infraconstitucional vem cumprindo seu papel e de que forma o Estado pode contribuir para que tal Lei se materialize, facilitando uma prática-política-pedagógica antirracista? Essa inquietação é o que move a presente pesquisa para a constituição de uma possível resposta.

## **2 O racismo derruba os negros dos bancos escolares: onde eles estão?**

Em uma sociedade totalmente dominada pela população branca, as grandes vítimas dessas relações só poderiam ser os negros e os índios. A falsa ideia de “democracia racial”, por muitos anos se projetou um Brasil, aos olhos do mundo, um país harmonioso, antirracista e multirracial, com a falsa ideia de que esse era um país sem preconceito racial. Ocorre que, a partir de 1950, por meio de um projeto, patrocinado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), inicia-se um estudo sobre as relações raciais no Brasil e descobriu-se que a mobilidade social ascendente dos negros era bloqueada por conta de preconceitos raciais e pela discriminação (MUNANGA, 2001).

Essa cultura hegemônica que predomina tanto nas instituições públicas quanto privadas fortalece a falta de representatividade e consolida o racismo, o que para a filósofa Djamila Ribeiro, é o apagamento das epistemologias negras que, assim, acabam empobrecendo o debate em diversos espaços da sociedade. Os negros são, hoje, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 54% da população brasileira, maioria populacional e minorias em direitos. Ribeiro refere que ao serem a maioria da população, suas elaborações devem ser lidas, debatidas e citadas. Aduz ainda, sobre a importância de estudar autores negros, mas não somente na crença de que esses devem ser lidos apenas por serem negros, mas porque

numa sociedade como a nossa, de maioria negra, é irrealista que somente um grupo domine a formulação do saber (RIBEIRO, 2019).

Dessa maneira, na teoria, o ensino é um espaço que caminha para um processo de aprendizagem plural, mas, na prática, ainda existem muitas falhas, pois a literatura afro-brasileira não é contemplada nos planos de aula. Com isso, deve-se pensar e refletir as práticas docentes e a importância de abranger vozes negras as quais foram silenciadas por muitas décadas e que atualmente ainda lutam por seus espaços na sociedade. Percebe-se que o racismo institucional e estrutural está muito presente nas questões de ensino quando a história ainda é apresentada pela perspectiva do branco.

No Brasil, ainda há uma resistência no que se refere as práticas pedagógicas quando se trata de legados e valores da cultura afro. Um ensino decolonial é urgente, mas ainda não se fomenta, não valorizam ações que contribuem para os saberes africanos para a construção de um conteúdo em sala de aula que visa a representação das epistemologias negras. Essa persistência que tenciona a cultura eurocêntrica, elucida e mostra para a sociedade um movimento de resistência abrindo espaços, também, para reflexões sobre as questões raciais e a importância da representatividade dentro das escolas (SOUZA; ROQUE, 2020).

A educação é um direito fundamental previsto na Constituição Federal de 1988, logo, os negros por muitos anos foram privados de acesso a educação, a falta de oportunidades pós-abolição os levou para às margens da sociedade. A estruturação do ensino foi estabelecida pela voz do branco, da qual se apresentou como universal, com isso, o racismo sempre derrubou as crianças dos bancos escolares, e a desvantagem é significativa deixando evidente que o racismo coopera para uma trajetória mais curta e desigual, a maioria acaba se evadindo e se excluindo do sistema de ensino (MOREIRA-PRIMO; FRANÇA; 2020).

Nesse sentido, observa-se a partir de dados coletados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada em 2013, que “as taxas de analfabetismo da população branca com a população negra, por exemplo, torna-se evidente que a taxa de analfabetismo entre negros (11,5%) permanece maior que o dobro da taxa entre brancos (5,2%) (BRASIL, 2015). Diante dessas estatísticas pode-se constatar que os negros não se reconhecem diante das práticas realizadas em sala

de aula, não enxergam suas identidades ou seus semelhantes nesses espaços, bem como nos materiais didáticos. Segundo (CANDAU apud CHAVES, 2019), as relações de discriminação social se estabelecem tanto entre professor – aluno, como entre aluno – aluno. Desse modo, percebe-se que o racismo interfere no relacionamento do aluno no espaço escolar. Repensar a abordagem das aulas é fundamental para incluir a diversidade de saberes e a ruptura de paradigmas e preconceitos.

No decorrer da história a dominação europeia (branca) acabou silenciando o povo negro, indígenas, etc., povos que aqui habitavam se submeteram a cultura europeia da qual se tornava a predominante em toda a sociedade. A cultura desses povos passou a ser marginalizada pela cultura branca. Dessa forma, esse afronte entre culturas altera a dinâmica comunicativa dos que de fato faziam parte desse lugar, com isso a língua e a linguagem se modificam, uma vez que ela é primordial para se relacionar e se comunicar.

A figura do negro também esteve vinculada como uma representação negativa e subalterna, atualmente se carrega traços muito fortes dessa herança histórica que se estrutura nos diversos espaços da sociedade brasileira. Hoje, ainda se perpetua essas violências sobre os corpos negros e uma pesquisa realizada recentemente indica que em 2020, no Brasil, 78% dos mortos pela polícia são negros, isso significa que 4 a cada 5 pessoas mortas pela polícia são negras (PEREIRA, 2021). Diante disso, a violência tem cor, pois sem oportunidades os negros são a maioria dos presos em flagrante por tráfico de drogas, o que a cada 10 pessoas no Rio de Janeiro 8 são negras.<sup>52</sup> Esses são em maior número condenados, mas são os que portam menor quantidade de drogas (CONSULTOR JURÍDICO, 2020).

Na pandemia da COVID 19<sup>53</sup> os negros estão mais vulneráveis ao vírus, os dados que serão apresentados aqui são uma análise de uma reportagem da Rede de Notícias a Cabo (CNN) com base nos boletins epidemiológicos do Ministério da Saúde. O Brasil ultrapassou atualmente a marca de quatrocentos mil mortos, sendo 57% desse número são negros e pardos, isso é, a cada 10 brancos que morrem vítima

---

<sup>52</sup> A reportagem completa se encontra no site “Consultor Jurídico”. Conjur é um site independente que traz informações sobre Direito e Justiça.

<sup>53</sup> A COVID 19 é uma doença infecciosa causada pelo novo corona vírus (SARS-CoV-2). O primeiro caso confirmado no Brasil foi em fevereiro de 2020. A reportagem completa no site “CNN Brasil”, no maior canal de notícias do *Brasil* e do mundo.

do vírus, 14 são negros, ou seja, a chance de um negro morrer vítima desse vírus no Brasil é de 38 % a mais que os brancos. Ainda, segundo a reportagem, morrem 40% mais negros do que brancos no Brasil vítimas da COVID 19 (VINÃS; DURAN; CARVALHO, 2020).

Em uma reportagem do jornal Folha de São Paulo<sup>54</sup> nos mostra que “Dos 10 milhões de jovens brasileiros entre 14 e 29 anos de idade que deixaram de frequentar a escola sem ter completado a educação básica, 71,7% são pretos ou pardos. A maioria afirma ter parado de estudar porque precisava trabalhar” (PALHARES, 2020). É interessante analisar que essa afirmativa de que “precisava trabalhar” não coincide com os dados divulgados pelo site Econômico Valor, no qual refere que o desemprego entre negros atinge a marca de 71% maior do que entre brancos, conforme a pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Com todos esses dados é importante refletir em que tipo de sociedade os negros vivem e que tipo de trabalho eles exercem, uma vez que esses não se encontram empregados tanto em instituições públicas ou privadas.

Observou-se até o presente momento do estudo, que a desigualdade social está estruturada na sociedade, a falta de distribuição de renda e a falta de oportunidades não permitiu a ascensão social dos negros dentro da atual conjuntura, uma vez que os negros só se encontram no topo da pirâmide quando se fala de encarceramento, mortes em massa, desigualdades, racismo, ou seja, este segue sendo alvo da sociedade.

### **3 A educação e o perigo de uma história única<sup>55</sup>**

Conforme a autora nigeriana Chimamanda Adichie (2019, p. 26), “A história única cria estereótipos, e o problema com estereótipos não é que sejam mentira, mas que são incompletos. Eles fazem com uma história se torne a única história.” Isso pode vir a ocorrer por exemplo, com a falta de representatividade na literatura. As crianças negras acreditaram que seus ancestrais não merecem estar nesses espaços de poder, as mesmas acabam desacreditando de si, pois sempre existiu/existe uma

---

<sup>54</sup> Reportagem completa no site Folha de São Paulo. Jornal editado na cidade de São Paulo e de maior circulação no Brasil.

<sup>55</sup> Título inspirado no livro “O perigo de uma história única” da feminista Chimamanda Ngozi Adichie, 2019.

ausência de figuras que pudessem se tornar referências, e isso vem sendo um obstáculo na permanência dos negros no ensino. A história incompleta e contada somente por quem sempre deteve o poder torna-se perigosa e nos induz a acreditar ser a única e absoluta verdade.

É evidente a urgência dos pensamentos e ensinamentos da cultura afro-brasileira na sociedade, a luta pela superação do racismo, a discriminação cotidiana, os assassinatos, o apagamento das representatividades e o silenciamento dessas vozes, o preconceito étnico-racial, religioso e político ainda é um problema da atual sociedade brasileira. Dessa forma, o Estado é responsável por promover políticas de reparação das quais devem criar condições igualitárias na educação e no desenvolvimento dos indivíduos, seja no âmbito pessoal ou profissional (CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2004).

Observa-se mais uma vez que as questões raciais não se limitam aos povos negros, pois os brancos privilegiados precisam entender esse espaço de poder que ocupam. As questões não só raciais, mas todas aquelas que reforçam os estereótipos e evidentemente os preconceitos precisam ser discutidas em todo e em qualquer lugar, principalmente em escolas. Através dessas instituições sociais que se possibilita a pluralidade dos povos e das ideias e assim adaptam-se as relações humanas, ensinando que a diversidade não é um problema e que o respeito deve estar mais próximo de todos dentro de uma sociedade. O professor tem como dever desenvolver o senso político e crítico em relação as desigualdades sociais e raciais, uma vez que a educação tem como objetivo ensinar que todos devem ser respeitados em suas diferentes formas independente de raça, cor, sexo ou religião.

Nesse mesmo sentido, pode-se dizer que, um marco muito importante para o movimento negro e também para que não se perpetue a verdade de uma história única, é a aprovação da Lei 10.639/03.

A Lei sofreu vetos, dentre os quais, o veto ao parágrafo terceiro do artigo 26 que tinha como objetivo trabalhar o conteúdo nas disciplinas de História e Educação Artística, no ensino médio, contabilizando 10% anual ou semestral sobre a temática afro-brasileira. O veto recebeu a justificativa de que tal artigo segrega os valores culturais de determinadas regiões, uma vez que o Brasil é um país diverso e plural. Logo, o artigo 79 A, o qual prevê a participação de pessoas do movimento negro ou



peessoas que estudam a matéria para auxiliar na formação e capacitação dos professores, sendo vetado romper a unidade da Lei que fala sobre o ensino e não sobre a capacitação dos professores para determinada temática (BRASIL, 2003). Devido a estes vetos, observa-se que por mais que a Lei tenha sido aprovada, o legislador não conseguiu alcançar o seu objetivo, pois para essa se materializar é preciso proporcionar condições para que se concretize, uma vez que o Estado veta essas duas questões que são fundamentais e acaba isentando de suas responsabilidades na formação política e pedagógica dos professores. (DA ROCHA, 2006).

A Lei garante o ensino de África na sala de aula, ou seja, todo o aluno tem o direito de conhecer a cultura afro-brasileira. A ideia é que essa Lei sirva de instrumento de combate ao racismo, mas infelizmente não é isso que vem acontecendo na grande maioria das escolas, conforme se viu até o presente momento da pesquisa. Os descendentes de povos que foram escravizados, quando se trata do estudo da história, aduzem não terem estudado a própria história e cultura dentro das escolas, e o pouco que estudaram foi uma visão europeia do negro. Quando se trata de direitos para a população negra no Brasil, e após 18 anos da Lei 10.639, percebe-se que as instituições ainda são muito racistas, alegam, em outras palavras, que os negros merecem estar onde estão, pois não passaram em um concurso público para ocupar determinada posição (meritocracia) ou que para o ensino da cultura deles é necessário ter um material contando o outro lado da história. Identifica-se que tudo vira um obstáculo quando se trata de direitos para um povo que tem uma história de segregação.

O legislador ao vetar os dispositivos acima expostos não teve dimensão da importância de tais itens para dar consistência à Lei, foram vetados por diversas razões que aqui nesse momento não cabe dizer, mas isso comprova a falta de conhecimento histórico, inclusive do legislador, bem como daqueles que foram responsáveis pelos vetos, pois, esqueceram a importância dos jovens desde cedo terem outras referências e saberem quem foi Zumbi dos Palmares, Dandara, Akotirene, Djamila, Carolina Maria de Jesus e entre outros importantes nomes da história e cultura afro, inclusive brasileira. Ter um olhar dessa história que não seja a partir da perspectiva do branco, eurocêntrico, colocando os negro em uma posição

desumana. É importante que as crianças desde pequenos saibam que os negros tem história, cultura, produções e que o racismo mata, assim como outros tipos de preconceito e intolerância.

Marcia Tiburi (2018, p.101), no campo do poder do conhecimento, faz uma analogia a ventriloquacidade,<sup>56</sup> pois “é exercida pelos intelectuais eurocêntricos, repetitivos e que evitam a todos custo a afirmação de um pensamento próprio, seja seu, seja de outrem. Afirma a obediência a uma voz estrangeira ou nacional a ser sempre repetida.” A partir da perspectiva da filósofa Tiburi, pode-se pensar que tanto a academia quanto o ensino, geralmente acabam se contradizendo e tornam-se comparável ao ventríloquo senso comum que visam criticar. Diante disso, quando se perpetua um pensamento, o automatismo do intelectual, aquele automatismo que repete o texto, a teoria e o jargão faz com que pareça um ator que esqueceu que atuar. A autora afirma ainda que, “o controle da expressão leva à morte da expressão”, e a morte de um povo, que desamparados pelo Estado e pela sociedade, perpassando a ideia de que as universidades e escolas também acabam se tornando por vezes campos destinados a formar zumbis.

No Brasil de acordo com as narrativas de quem ainda carrega a falsa ideia da democracia racial, o Brasil, sempre foi um paraíso racial até a chegada do debate sobre ações afirmativas e da Lei 10.639, é melhor dizer que, o paraíso racial acaba quando se fala em direitos para esses povos, pois, enquanto os negros ocupavam posições dentro das universidades para serem vigilantes, cozinheiros, serviçais e entre outras profissões dignas e honrosas, o Brasil era feliz. Não está se questionando as profissões aqui mencionadas, o que se questiona é o porquê somente os negros não podem ascenderem socialmente e ocupar os espaços de poder sem serem taxados de “vitimista”, não contribuindo assim, para uma identidade positiva para meninos e meninas negras, as produções negras precisam serem apresentadas como uma alternativa de uma outra versão da história que, historicamente foi contada e distorcida pelos ditos “vencedores”, os brancos e europeus. Nesse sentido o autor Rodney William (2019, p. 90) nos traz a seguinte reflexão:

---

<sup>56</sup> É o artista cuja performance consiste em não mexer os lábios dando a impressão de que sua voz sai de um títere, ventriloquacidade é a capacidade de falar por meio de outrem. (TIBURI, 2018, p. 101) do livro “Ridículo Político: uma investigação sobre o risível, a manipulação da imagem e o esteticamente correto”.

[...] não contribuem, por exemplo, para a construção de uma identidade positiva para meninos e meninas negras, que já sofreram com toda sorte de discriminação nas escolas, que nunca se veem representados e que assistem uma verdadeira distorção dos elementos culturais de seu povo e uma completa desvalorização de suas tradições.

A intolerância religiosa e o racismo andam lado-a-lado. E, nota-se que, a cor da pele não incomoda enquanto os negros estiverem nos lugares que sempre foram reservados para eles, enquanto eles não reivindicam direitos e seus espaços que são seus por direitos, ou seja, enquanto a mulher preta permanece na faxina dentro de algumas instituições. Com isso se retrata uma falsa ideia de que o Brasil permanece sendo um país feliz, um paraíso racial, pois o racismo nos dá a entender que é esse o Direito.

#### **4 Considerações Finais**

Visto que a história e cultura Afro-brasileira sempre foi marginalizada pela população branca, os dominantes europeus, não é de se espantar que ainda hoje exista a falsa ideia de um Brasil sem preconceitos. Diante dos estudos da Unesco, citados nesta pesquisa, comprovou-se que a discriminação e os preconceitos raciais são os grandes bloqueadores da ascendência social negra. Diante disso, a relevância desta pesquisa é fundamental para o meio social, uma vez que contempla a importância do ensino da história e cultura afro-brasileira nas escolas, como também investiga o (não) cumprimento da Lei nº 10.639/2003.

Em virtude dos fatos mencionados durante o estudo, conclui-se que passados 18 anos de Lei nº 10.639/2003, não houve avanços significativos em relação as desigualdades e preconceitos raciais. Constata-se que mesmo com a existência de uma Lei que obrigue o ensino sobre história e cultura afro-brasileira nas escolas, as instituições de ensino bloqueiam e criam obstáculos para sua efetivação. Logo, contribuem com uma sociedade racista e desigual, estabelecida pela voz do branco.

Dessa forma, entende-se que cumprimento da Lei nº 10.639/2003 deve ser fiscalizada pelas organizações educacionais, pois acredita-se que a educação e as políticas públicas são os principais meio de combater de modo significativo o racismo e as desigualdades raciais. É por meio das literaturas afro-brasileiras inseridas nas

instituições de ensino, que as crianças negras serão representadas e incluídas, incluindo diversidades de saberes e a ruptura de paradigmas e preconceitos.

## REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. O perigo de uma história única. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras. 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 01 jul. 2021.

BRASIL. “Censo Escolar – Educacenso. O item cor/raça no censo escolar da educação básica”. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), 2015. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/educacao\\_basica/educacenso/documentos/2015/cor\\_ra ca.pdf](https://download.inep.gov.br/educacao_basica/educacenso/documentos/2015/cor_ra ca.pdf). Acesso em: 20 de mai. 2021.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 01 jul. 2021.

BRASIL. **Lei nº 10.639 de 09 de Janeiro de 2003**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/l10.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm). Acesso em 19 de mai. 2021.

CHAVES, Lyjane Queiroz Lucena. **Literatura negra como prática de ensino no combate à discriminação racial**. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/19/30/literatura-negra-como-pratica-de-ensino-no-combate-a-discriminacao-racial>. Acesso em 19 de mai. 2021.

CONSELHO Nacional de Educação. Resolução nº.01 de 17 de junho de 2004. Dispõe sobre as diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. Relatora: Petronilha Beatriz Gonçalves. Ministério da Educação. Brasília, julho de 2004. Disponível em: [http://www.escoladeformacao.sp.gov.br/portais/Portais/84/docs/cursos-concursos/promocao/Anexo%20F5\\_RESOLU%C3%87%C3%83O%20CNECP%201,%20DE%2017%20DE%20JUNHO%20DE%202004.pdf](http://www.escoladeformacao.sp.gov.br/portais/Portais/84/docs/cursos-concursos/promocao/Anexo%20F5_RESOLU%C3%87%C3%83O%20CNECP%201,%20DE%2017%20DE%20JUNHO%20DE%202004.pdf) >. Acesso em 05 de jun. 2021.

DA ROCHA, Luiz Carlos Paixão. **Políticas Afirmativas e Educação: A lei 10.639/03 no contextos das políticas educacionais no Brasil contemporâneo. Anais**. Disponível em: <

[http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/marco2012/historia\\_artigos/3rocha\\_dissertacao.pdf](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/marco2012/historia_artigos/3rocha_dissertacao.pdf) . Acesso em 30 de mai. 2021.

MOREIRA-PRIMO, Ueliton Santos; FRANÇA, Dalila Xavier de. Efeitos do racismo da trajetória escolar de crianças: uma revisão sistemática. Debates em educação. Universidade Federal de Alagoas. 2020. **Anais**. Disponível em: <<https://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/view/8403>>. Acesso em 19 de mai. 2021.

MUNANGA, Kabengele, Prefácio. *In: D'ADESKY, Jacques. Pluralismos Étnicos e Multiculturalismo: Racismo em anti-racismos no Brasil*. Rio de Janeiro: Pallas 2001.

PALHARES, Isabela. Negros são 71,7% dos jovens que abandonam a escola no Brasil. **Folha de São Paulo**. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2020/06/negros-sao-717-dos-jovens-que-abandonam-a-escola-no-brasil.shtml>>. Acesso em 22 de mai. 2021.

PEREIRA, Júlia. Segundo pesquisa, 78% dos mortos pela polícia são negros. **Rede Brasil Atual**. Disponível em: < <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2020/10/18/oito-a-cada-10-mortos-pela-policia-no-brasil-sao-negros-aponta-relatorio.htm> >. Acesso em 15 de mai. 2021.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno Manual Antirracista**. 1ª Edição. São Paulo: Companhia das letras, 2019.

SOUZA, Gasperim Ramalho de; ROQUE, Arnaldo César. **Identidades e Epistemologias: A Lei 10639/03 na Descolonização da Escola**. Disponível em: < <https://periodicos.ufpe.br/revistas/interritorios/article/download/248993/37143> > . Acesso em 21 de mai. 2021.

STEGAGNO-PICCHIO, Luciana. **História da Literatura Brasileira**. 2ª ed. rev. e ampliada. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2004.

TIBURI, Marcia. **Ridículo Político: uma investigação sobre o risível, a manipulação da imagem e o esteticamente correto**. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 2018.

VINÃS, Diego; DURAN, Pedro; CARVALHO, Júlia. Morrem mais negros que brancos por coronavírus no Brasil. **CNN Brasil**. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/saude/2020/06/05/negros-morrem-40-mais-que-brancos-por-coronavirus-no-brasil>>. Acesso em 22 de mai. 2021.

WILLIAM, Rodney. "Apropriação cultural". *In: Feminismos Plurais*. RIBEIRO, Djamila [Coord.]. São Paulo: Pólen, 2019.

8 em cada 10 presos em flagrante no Rio são negros, diz estudo da Defensoria. **Consultor Jurídico**. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2020-ago-05/cada-10-presos-flagrante-rio-sao-negros-estudo>>. 15 de mai. Jun. 2021.



## QUATRO TRONCOS MISSIONEIROS – CONHECER PARA PRESERVAR

Regina Bassani<sup>57</sup>  
Lizandra Andrade Nascimento<sup>58</sup>



Este artigo foi premiado no grupo de trabalho, sendo publicado na Revista Interdisciplinar Contabilidade, Administração e Direito – RICADI – ISSN 2526-1851, publicada em dezembro de 2019.

---

<sup>57</sup> Acadêmica do Curso de Direito na URI-SLG. Bolsista de extensão de 2019 a 2021. E-mail: regina\_bassani@hotmail.com.

<sup>58</sup> Professora orientadora. Doutora em Educação pela UFPel. E-mail: lizandra\_a\_nascimento@yahoo.com.

## VULNERABILIDADE SOCIAL: A TRAJETÓRIA DE VIDA DOS CATADORES

Bibiana da Cruz Santos<sup>59</sup>  
Cisnara Pires Amaral<sup>60</sup>

**Resumo:** A vulnerabilidade, sustentabilidade e exclusão transpassam as discussões sobre a questão relacionada aos Resíduos Sólidos, destacando o protagonismo dos catadores nas últimas décadas, como preocupação política, econômica e social. Desse modo, o objetivo deste trabalho consiste em realizar a avaliação da trajetória de vida de catadores formais e informais do município de Santiago/RS, comparando suas vulnerabilidades em relação a sua rotina: horas trabalhadas, tipo de material coletado, associação em cooperativa, utilização de EPIs, saúde, venda e armazenamento de materiais. A pesquisa quali-quantitativa foi realizada através de um formulário com o acompanhamento da rotina de seis catadores, três cooperativados e três autônomos, utilizando para análise o Discurso do Sujeito Coletivo (DSC). Para avançar, e iniciar um novo ciclo de mudança, é fundamental compreender que esses trabalhadores são extremamente importantes para a redução dos RSU coletados no município, ou seja, este trabalho extremamente pesado e perigoso ajuda substancialmente a redução dos recursos municipais em relação a coleta, transporte e disposição final do lixo gerado pela sua população.

**Palavras-chave:** Catadores. Sustentabilidade. Resíduos Sólidos.

### SOCIAL VULNERABILITY: THE LIFE TRAJECTORY OF COLLECTORS

**Abstract:** Vulnerability, sustainability and exclusion pass through the discussions on the issue related to Solid Waste, highlighting the role of waste pickers in recent decades, as a political, economic and social concern. Thus, the objective of this work is to perform the evaluation of the life trajectory of formal and formal waste pickers in the city of Santiago/RS, comparing their vulnerabilities in relation to their routine: hours worked, type of material collected, association in cooperative, use of IPEs (Individual Protector Equipaments), health, sale and storage of materials. The quali-quantitative research was carried out through a form with the monitoring of the routine of six waste pickers, three cooperative and three autonomous, using Collective Subject Discourse (CSD) for analysis. To advance, and start a new cycle of change, it is essential to understand that these workers are extremely important for the reduction of the Solid Waste (SW) collected in the municipality, that is an extremely heavy and dangerous work that substantially helps at the reduction of garbage generated by its population. **Keywords:** Waste Pickers, Sustainability, Solid Waste.

**Keywords:** Collectors. Sustainability. Solid Waste.

---

<sup>59</sup> Bióloga. Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, URI – Santiago. E-mail.

<sup>60</sup> Docente do Departamento de Ciências Biológicas. Mestre em Tecnologia Ambiente. Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, URI – Santiago. E-mail: [cisnara.amaral@urisantiago.br](mailto:cisnara.amaral@urisantiago.br)

## 1 Introdução

Invisíveis aos olhos da sociedade e diretamente envolvidos com o processo de reciclagem, pensamos que os catadores almejam o reconhecimento; nesse sentido, os trabalhadores que se auto reconhecem como catadores realizam um serviço de utilidade pública com extrema importância que consiste em catar, separar, transportar, acondicionar e, assim, dar valor ao lixo. Por meio de seu trabalho, esperam a ressignificação dessa atividade.

Porém, esses trabalhadores enfrentam situações difíceis, como o preconceito e a discriminação, agressão psicológica e física, falta de respeito e reconhecimento. Realizam a coleta de objetos descartados em dias de chuva e sol, frio ou calor e, assim, transformam o lixo em mercadorias de interesse para indústrias, estando à frente de todo o trabalho essencial para o controle da limpeza urbana; por outro lado, ocupam posições marginais na sociedade.

Dessa forma, realizou-se a avaliação da trajetória de vida de 6 catadores, sendo 3 formais e 3 informais, comparando suas vulnerabilidades, acompanhando suas rotinas, o quanto coletam, os problemas enfrentados, sua saúde, onde armazenam seus produtos e sua importância na gestão dos Resíduos Sólidos Urbanos (RSU).

## 2 O problema dos Resíduos Sólidos Urbanos (RSU)

Os Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) constituem um desafio de extrema importância para a gestão das cidades. Os impactos relacionados à coleta, separação, disposição e reaproveitamento ainda têm sido tratados de maneira desarticulada, impedindo uma visão ampla do problema.

Segundo Panorama da Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (ABRELPE), entre os anos de 2018/2019, foram geradas no Brasil 79 milhões de toneladas de RSU. Desse montante, 92% (72,7 milhões) foi coletado, evidenciando que 6,3 milhões de toneladas de resíduos não foram recolhidas junto aos locais de geração. A destinação adequada em aterros sanitários recebeu 59,5% dos RSU coletados. O restante (40,5%) foi despejado em locais inadequados por 3.001 municípios. Ou seja, 29,5 milhões de toneladas de RSU acabaram indo para lixões ou aterros controlados, que não contam com um conjunto

de sistemas e medidas necessários para proteger a saúde das pessoas e o meio ambiente contra danos e degradações.

Um dos maiores problemas que o meio ambiente enfrenta é o aumento urbano, pois os recursos naturais são os mesmos, mas os seres humanos produzem cada vez mais e, assim, geram grandes quantidades de resíduos (FARO, 2017).

A incompetência e a falta de fiscalização em relação as gestões de RSU levam ao acúmulo de imensas lixões a céu aberto. Além do mau cheiro, esses lixões são responsáveis por intensa proliferação de insetos, como moscas e baratas, e de outros animais, como ratos, o que causa grande problema de saúde pública. Fora isso, pessoas passaram a explorar esses lixões, recolhendo restos de comida, objetos e outros itens, colocando em risco a própria saúde (LOPES; ROSSO, 2018).

Diante desse panorama, de aumento de resíduos, lixões ainda existentes, falta de fiscalização, surgem os protagonistas desse cenário, os “catadores”, que se encontram nas ruas em busca de materiais que restam de qualquer atividade humana, sendo, normalmente, na forma sólida, podendo ser reciclados ou reaproveitados, expostos a inúmeros problemas. Trabalhando em sua maioria de maneira informal, sujeitos a vetores de doenças, excluídos e marginalizados (MIURA, 2004).

Esse trabalho, conhecido como “catação” torna-se uma profissão, pois muitos municípios retiram seu sustento e de sua família dessa prática, que se torna familiar, pois muitos levam consigo seus filhos e, ainda, encontramos pessoas com idade avançada que também realizam essa atividade. Porém, como toda a profissão, essa possui grandes mazelas. Augusto (2017, p.16-17) observa a relação do trabalho ou profissão e suas mazelas, alegando em suas afirmações: “Catar e coletar os materiais recicláveis pode expor o trabalhador a riscos relacionados a características próprias da atividade e do contexto social em que estão inseridos”.

Percebe-se a pouca importância que os gestores municipais atribuem a esses municípios, desse modo torna-se imprescindível as discussões, que auxiliem a percepção de sua colaboração na manutenção da limpeza das cidades e na redução dos RSU.

### **3 Metodologia**

A pesquisa foi realizada através do acompanhamento da rotina de seis catadores, três cooperativados e três autônomos, situados na cidade de Santiago/RS, com população de 50.622 segundo IBGE (2015). Para a realização da pesquisa, entramos em contato com a Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMMA) para ciência da pesquisa e autorização para entrevista com os catadores que atuam na Usina de Triagem, Compostagem e Aterro de Rejeitos (UTCAR).

Entrou-se em contato com os catadores autônomos, que reciclam lixo no bairro Lulu Genro, pois reaproveitam materiais fornecidos por uma farmácia do município (caixas de papelão). Quanto aos catadores cooperativados, foram selecionados pelo responsável pela Usina de Triagem, compostagem e aterros de Rejeitos, também com o mesmo intuito de não prejudicar o trabalho de catação nas esteiras da Usina.

A pesquisa quali-quantitativa foi realizada através de um formulário, acompanhado pelos pesquisadores, contendo perguntas relacionadas ao sexo, escolaridade, horas diárias de serviço, horário de início e término da atividade, local de armazenamento dos produtos reciclados, tipo de material específico coletado, atendimento médico quando estão doentes, realização das vendas e atravessadores, lucro mensal, coleta de material incomum, descaso em relação a sua pessoa, e a utilização de equipamento de proteção individual (EPIs).

Para análise dos questionários, utilizar-se à proposta do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), método de pesquisa organizado por Lefevre; Lefevre e Teixeira (2000), que é uma técnica de tabulação e organização de dados qualitativos, desenvolvida no fim da década de 90.

A pesquisa foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) da Universidade, obtendo o CAAE: 36201320.4.0000.5353. Após a obtenção dos dados, foram analisados os resultados para discussão, e produzidos folders em PDF para serem distribuídos nas escolas do município com o objetivo de promover a conscientização em relação a produção do lixo, bem como a conscientização sobre a importância dos catadores na gestão dos Resíduos Sólidos Urbanos.

#### **4 Resultados e discussão**



Para a adequação da pesquisa e anonimato das entrevistas, consideramos as expressões “sujeitos 1, 2, 3, 4, 5 e 6 para identificação dos mesmos, sendo os sujeitos 1, 2 e 3 cooperativados e os sujeitos 4, 5 e 6 autônomos”.

Devemos elencar a baixa escolaridade em relação aos sujeitos da pesquisa, o que evidencia a falta de estudos, falta de oportunidade ou ainda a relação com a questão econômica, trabalhar na adolescência ou durante a infância, para auxiliar financeiramente a família.

Observamos uma trajetória de trabalho exaustivo em relação à temperatura do ambiente para catadores autônomos, com a falta de EPIs necessários à sua proteção, e exposição a diferentes intempéries. Segue depoimento dos sujeitos 4, 5 e 6, respectivamente:

*“O meu dia começa logo de manhã, eu saio de casa às oito da manhã, abaixo de chuva ou sol, e vou até o centro da cidade, onde começo a coletar os materiais. Eu não uso equipamentos, porque fica difícil de rasgar as sacolas na rua, e empurrar o carrinho”.*

*“O meu dia é tranquilo, saio de casa logo pela manhã porque o sol não está muito forte, mas quando retorno para casa o sol já está ardendo. Às vezes, me molho bastante com a chuva. As luvas eu não consigo usar porque, com elas, fica difícil de abrir as sacolas que ‘tão’ no lixo; e acho uma baita besteira”.*

*“Sempre quando estou na rua, tento fazer o meu trabalho o mais rápido para conseguir voltar para casa enquanto é dia, e os equipamentos não ajudam muito no nosso trabalho, porque, quando queremos abrir uma sacola, tem que ser com a mão, mesmo, e, agora, com a pandemia eu também não consigo usar a máscara por tanto tempo, porque cansa mais”.*

Observa-se que catadores autônomos não possuem uma rotina de trabalho de 8h, pois realizam sua catação até que seu carrinho esteja compactado. A catação não tem lucro viável para a compra de EPIs, além de muitos trabalhadores não compreenderem a importância desse equipamento. Os relatos deixam claro que os catadores autônomos não estão preocupados em estar atrelados a uma cooperativa, não possuem discernimento suficiente para compreender os benefícios relacionados a essa atividade, não querem dividir seus lucros e também não querem ter horário de trabalho estipulado.

Em relação a essa situação percebe-se outro tipo de relato em relação aos cooperativados:

*“Saio de casa às 8 horas, vou de ônibus até a usina e tomo café na cooperativa, início as atividades às 9 horas até às 12 horas. Faço pausa para almoçar a marmitta que trago de casa” (Sujeito 1, sexo masculino, cooperativado).*

*“Eu sempre utilizei os equipamentos, porque é muito importante para quem trabalha com esse tipo de coisa; além de ser obrigatório aqui. O mais importante pra mim são as luvas, porque precisamos rasgar as sacolas, e, às vezes, tem vidro quebrado” (Sujeito 1, sexo masculino, cooperativado).*

Vasconcelos e colaboradores (2020, p.99) afirmam a importância da organização em cooperativa, salientando as melhoras nas condições de vida:

O contexto dos catadores nos lixões e nas ruas difere da realidade socioambiental e da situação de saúde dos catadores inseridos em associações e cooperativas. Essa transformação do trabalho de catação para a organização em associações e cooperativas melhora as condições de trabalho dos catadores, mas apresenta, também, um cenário que precisa de atenção dos gestores públicos para compreensão das necessidades relacionadas ao trabalho, à saúde e à vida desses sujeitos.

Ainda salientam Porto e colaboradores (2004); Cavalcante e Franco (2007); Alencar, Cardoso e Antunes (2009); que os catadores estão expostos a riscos físicos, químicos e biológicos associados ao manejo dos resíduos, à especialidade das atividades que realizam e os seus espaços de trabalho. Estudos identificaram a exibição desses trabalhadores no sol intenso e chuva, grandes temperaturas, poeira, ruídos de caminhões e odor desagradável.

Em relação ao lucro mensal, horas trabalhadas e atravessadores observa-se que catadores informais optam por ter seu próprio horário de início e término das atividades, afirmam que levam seus filhos junto na atividade de catação. Sendo assim, o lucro mensal torna-se diferenciado. Ainda devemos discutir que o município oferece creches e escolas para todas as crianças, e que as mesmas além de estarem expostas a microrganismos, podem estar se ausentando das escolas.

Com relação a vendas, os cooperativados vendem seus produtos no Centro de Triagem para empresas contratadas pela cooperativa, assim, seu lucro torna-se maior; além de possuírem equipamentos que facilitam a prensagem; armazenando maior quantidade do mesmo material, como observa-se no depoimento abaixo:

*“Na cooperativa é bom, porque temos um salário fixo, e isso ajuda muito para conseguir nos manter durante todo o mês; além de conseguirmos vender os*

*materiais a preços de mercado e em grande quantidade” (Sujeito 2, sexo feminino, cooperativado).*

Já os catadores autônomos, devem dar preferência a um tipo único de material, geralmente plástico ou latas, para que seu lucro seja maior, vendem para atravessadores e estão sujeitos a menor preço de mercado em relação ao material coletado. Lembremos que os resíduos catados que não se assemelham aos materiais desejados ficam acumulados em suas casas.

*“Durante o mês recebo 600,00, começo a trabalhar às 8:30 às 13:30 (até completar a carga), geralmente plástico ou lata. Como o material está separado em begs, é só o atravessador levar”.*

*“O meu lucro mensal é a cada 15 dias 200,00, trabalho das 9:00 às 13:00 (até completar a carga). Eu vendo para o líder, e ele vem até a minha casa buscar, tento coletar somente lata e plástico”.*

*“Meu lucro mensal, geralmente, é de 700,00 ao mês, Das 9:00 às 14:00 (até completar a carga). Minha mulher me ajuda a separar os materiais, e, de 15 em 15 dias, eu vendo para os atravessadores que passam na minha casa”.*

Silva e Lima (2007) enfatizam que a venda dos materiais também é feita aos atravessadores ou empresas intermediárias. Os catadores chegam a selecionar mais de um local para a comercialização dos materiais, a depender de seus preços de compra ou de sua localização próxima aos locais de trabalho.

Observa-se que são muitas as dificuldades enfrentadas pelos catadores autônomos, e uma delas é a falta de compreensão quanto à organização de seu trabalho, pois não possuem rotina, horário adequado, equipamentos de proteção individual, sendo expostos a vetores de doenças (AMARAL,2020).

No que diz respeito ao armazenamento dos produtos e materiais coletados pelos catadores autônomos, é explícito que os mesmos não possuem local adequado para acondicionar os materiais. Dentro desse quesito, nos reportamos a um problema de saúde pública, pois ficam expostos a vetores de doenças, como: baratas, moscas, mosquitos.

Levando em consideração os materiais coletados, é notório que há uma semelhança entre os mesmos, sendo os mais comuns: plástico, papelão, papel, plástico bolha, garrafas, dentre outros. Segundo depoimento dos sujeitos 4,5 e 6:

*“Na minha casa eu tenho begs no fundo do meu pátio, que é aonde eu armazeno esses materiais; muitas vezes armazeno soltos no pátio, por que os begs já estão cheios. Eu coleteo plástico, plástico bolha e garrafas”.*

*“No momento que o meu carrinho está cheio, eu vou para casa, onde deixo o carrinho no pátio, no dia seguinte, eu pego outro carrinho vazio, porque eu tenho dois, eu guardo esses materiais no pátio da minha casa, porque é bem grande. Eu pego tudo que acho na rua, incluindo o ferro”.*

*“Depois que eu consigo encher o carrinho, quando ele está transbordando e pesado, daí sim eu volto para casa, eu e minha filha pequena, que quase sempre está em cima do meu carrinho me acompanhando pela cidade. Logo que chego, eu estaciono ele na frente e já começo a descarregar tudo que coletei durante esse dia, geralmente acumula algumas cargas mas, depois, minha mulher me ajuda a separar para fazer a venda”.*

Paixão e colaboradores (2018, p. 117) ainda citam a importância de dispor de um local para armazenamento correto dos produtos coletados:

O “lixo é o principal criadouro do mosquito da dengue” em quase todas as regiões geográficas do Brasil. E aponta para a imperativa necessidade em determinar os focos de proliferação dos vetores, pois estão sempre relacionados ao acondicionamento dos resíduos e aos depósitos domiciliares e aos acondicionamentos.

O descarte inadequado dos resíduos produzidos, resultam em sérios danos à saúde e ao meio ambiente. Importante considerar que a natureza, apesar da sua capacidade de resiliência, não conseguirá o necessário equilíbrio dos desarranjos pelo comportamento inadequado do homem.

São necessárias discussões acerca da contaminação em relação ao meio ambiente, da contaminação que os catadores estão expostos e ao risco que colocam suas famílias quando adentram um *container* ou retiram do lixo materiais para seu sustento (AMARAL, 2020).

Em relação à importância do trabalho realizado, salienta-se que os entrevistados reconhecem seu papel na sociedade, conforme depoimento dos sujeitos 1, 5 e 6, respectivamente:

*“Eu acho que é muito importante, porque é com o nosso trabalho que a cidade fica organizada e limpa” (Sujeito 1, sexo masculino, cooperativado).*

*“O que me surpreende, aqui, é que as pessoas não sabem reciclar o lixo. A importância do meu trabalho é que, com ele, vamos limpando a natureza, se*

*as pessoas juntassem tudo que era reciclado seria muito melhor” (Sujeito 5, sexo feminino, autônomo)*

*“O meu trabalho é bem importante porque, sempre que ‘tô’ juntando materiais na rua, consigo deixar a cidade um pouco mais limpa, mas, mesmo assim, as pessoas jogam muitas coisas na rua, e nunca vamos conseguir juntar tudo, mas a minha parte eu consigo fazer” ( sujeito 6, sexo masculino, autônomo).*

Santos e Silva (2011, p. 5) enfatizam a importância dos materiais recicláveis para catadores:

Esses relatos são importantes para mostrar o quanto o lixo (material tomado como imprestável para determinadas camadas sociais) representa para segmentos sociais menos favorecidos. Portanto, o que esses trabalhadores estão fazendo diariamente (mesmo que de forma involuntária), ao segregar resíduos recicláveis, é dando um exemplo de cidadania e de responsabilidade ambiental. Além disso, o trabalho realizado pelos integrantes da usina de triagem assume grande importância ambiental por evitar que os resíduos recicláveis tenham como fim o aterro sanitário.

Desse modo, entendemos que a organização em cooperativas facilitará o reconhecimento dessa profissão, oportunizando melhoras nas condições de vida. Consequentemente, é inquestionável a importância adquirida pelas cooperativas no Brasil, sobretudo nos últimos anos. Nesse contexto, as cooperativas de catadores passam a desempenhar um papel cada vez mais importante, tanto do ponto de vista econômico como social, principalmente pelo fato de representarem, em muitas regiões, alternativas para a questão dos resíduos sólidos, bem como ser fonte de recursos para as pessoas envolvidas nesse negócio (DEMAJOROVIC et al., 2014).

Devemos discutir a importância da gestão municipal em relação aos catadores autônomos. Em nossa pesquisa, constatamos que existem no município mais de 100 catadores autônomos, registrados pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente em relação a somente 35 cooperativados; assim sendo, torna-se necessário realizar um trabalho incansável munindo esses profissionais com informações referentes a lucros em relação a cooperativas, aos ganhos em relação a saúde, aos perigos em relação ao armazenamento de produtos em suas residências, aos perigos de contaminação, ao preço de mercado em relação ao produto vendido.



Outra proposta poderia ser a realização de parcerias com bairros ou instituições com catadores autônomos, o que poderia contribuir para que conseguissem acumular os mesmos materiais do mesmo tipo ou a produção de um galpão mantido pelo Prefeitura Municipal para armazenamento dos produtos coletados pelos catadores autônomos.

Esse trabalho seria fundamental para mitigar uma das mazelas relacionadas a gestão dos Resíduos Sólidos: o descaso em relação aos catadores autônomos.

## **5 Considerações Finais**

Através dessa pesquisa, concluímos que os catadores trabalham em prol da comunidade, reciclando diversos materiais que passam despercebidos, em sua maioria estão o papelão, latinhas, garrafas e plásticos e que é fundamental a conscientização da população em relação aos benefícios que essa profissão traz à nossa cidade.

No decorrer da pesquisa, observou-se que os catadores informais estão expostos a dias chuvosos e ensolarados, saem de suas casas a partir das 8 horas da manhã, juntamente com seus familiares, e só retornam depois de suas cargas estarem completas, pois não possuem um horário específico de trabalho, não possuem EPIs para a coleta; os materiais coletados em seu dia a dia são o papel, garrafa pet e papelão e são armazenados juntos de suas residências, o que aumenta a vulnerabilidade dessas pessoas em relação à contaminação ou contato com vetores transmissores de doenças, como ratos, baratas, moscas e mosquitos. Para a venda de materiais, contam com o auxílio de atravessadores, que compram seus materiais por preço abaixo do mercado.

Já os catadores formais, possuem horário de início e término de suas atividades, têm um horário para almoço e lanche. Reciclam todo e qualquer material que chega ao Centro de Triagem, desde embalagens até papelão. Após separação, os materiais são armazenados de forma correta, longe de suas residências, com o auxílio de prensas que compactam os materiais em grandes fardos. Acreditam, que a utilização de EPIs são de extrema importância para que não ocorra acidentes de

trabalho, possuem salário igualitário, e vendem seus produtos a grandes empresas pelo preço de mercado.

Fica evidente que há inúmeros benefícios em relação a coleta de materiais recicláveis, uma vez que melhora a renda dos trabalhadores envolvidos, proporciona forma de trabalho digna, reduz a marginalidade e contribui para diminuir os gastos em relação as verbas municipais. Porém, ainda se faz necessário um trabalho com os catadores informais para que compreendam os avanços econômicos e sociais em estar trabalhando junto a uma cooperativa, trabalhando de forma igualitária para garantir o sustento de sua família.

## REFERÊNCIAS

ABRELPE – **Associação Brasileira de Empresas de limpeza Urbana e Resíduos Especiais**. Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil 2018/2019. Disponível em: <<http://abrelpe.org.br/download-panorama-2018-2019/>> acesso em: abril de 2020.

ALENCAR, M. C. B.; CARDOSO, C. C. O.; ANTUNES, M. C. Work conditions and health symptoms of ragickers in Curitiba. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, v. 20, n. 1, p. 36-42, 2009.

AMARAL, C. P. **Análise Social da Situação dos Catadores no Plano de Gestão dos RSU**. Casa do Poeta: Santiago, 2020.

AUGUSTO, R. A. **Segurança e saúde no trabalho de catadores de materiais recicláveis: formação continuada em educação ambiental**. 2017. 75f. Dissertação de Mestrado Profissional em Ensino em Ciências da Saúde e do Meio Ambiente, Centro Universitário de Volta, Volta Redonda, 2017.

CAVALCANTE, S.; FRANCO, M. F. A. Profissão perigo: percepção de risco à saúde entre os catadores do Lixão do Jangurussu. **Revista Mal-Estar e Subjetividade**, v. 7, n. 1, p. 211-231, 2007.

DEMAJOROVIC, J.; CAIRES, E. F.; GONÇALVES, L. N. S.; SILVA, M. J. C. Integrando empresas e cooperativas de catadores em fluxos reversos de resíduos sólidos pós-consumo: o caso vira-lata. **Caderno EBAPE.BR**, v. 12, Edição Especial, artigo 7, Rio de Janeiro, 2014.

FARO, I. F. **Educação para o meio ambiente**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2017.

LEFÈVRE, F.; LEFÈVRE, A. M. C; TEIXEIRA, J. J. V. **O discurso do sujeito coletivo: uma nova abordagem metodológica em pesquisa qualitativa**. Caxias do Sul: EDUCS, 2000.

LOPES, S.; ROSSO, S. **Bio3**. São Paulo: Saraiva, 2018.

- MIURA, P. C. O. **Tornar-se catador: uma análise psicossocial**. 2004. 165f. Dissertação de Mestrado em Psicologia Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, SP, 2004.
- SANTOS, G. O.; SILVA, L. F. F. **Os significados do lixo para garis e catadores de Fortaleza**. Ceará, v.16, n.8, p.5. 2011.
- PAIXÃO, S. A. et al. **Resíduos sólidos e saúde: uma relação nada saudável**, Curitiba: APPRIS LTDA, 2018.
- PORTO, M. F. S. et al. Lixo, trabalho e saúde: um estudo de caso com catadores em um aterro metropolitano no Rio de Janeiro, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 20, n. 6, 2004.
- VASCONCELOS, J. P. R.; NOBRE, B. C. B. R.; ZANETI, I. C. B. B.; GUIMARÃES, S. M. F. Agência, redes de cuidado e o cotidiano no trabalho de catadores de materiais recicláveis no Distrito Federal. **Revista Saúde & Transformação Social**, Florianópolis, v.11, n.2, pp. 098-109, 2020.

## **1.5 Saúde**

### **1.6 Saúde e movimento humano**

#### **Avaliadores:**

**Ana Helena Braga Pires, Jean Lucas Poppe e Manoela Maciel Oliz**

## AVALIAÇÃO DA FLEXIBILIDADE DA CADEIA POSTERIOR DA COXA EM UNIVERSITÁRIAS

Hugo da Veiga Kletke<sup>61</sup>  
Stefani Santos<sup>62</sup>  
Ana Helena Braga<sup>63</sup>  
Rodrigo Casales<sup>64</sup>



**Resumo:** Esta pesquisa é caracterizada por ser um estudo transversal que teve como população alvo os estudantes do gênero feminino que estudavam na Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - campus São Luiz Gonzaga, com faixa etária entre 18 e 30 anos que apresentaram encurtamento na musculatura posterior da coxa confirmado pelo teste dedos no chão e pela medição da flexão de quadril com o joelho estendido menor ou igual a 80. **Objetivo:** Perscrutar sobre a flexibilidade linear da musculatura posterior da coxa e associar os métodos de avaliação da flexibilidade da articulação coxofemoral para detecção de encurtamento muscular estudada. **Metodologia:** O estudo contou com aproximadamente 110 universitárias, sendo que 90 (81,8%) acadêmicas com faixa etária definida; sendo que 38 (42,2%) acadêmicas aceitaram participar da pesquisa, das quais 25 (27,7%) adequaram-se aos critérios de inclusão e não houveram perdas amostrais. **Resultados e Conclusão:** Foi demonstrado que a amostra avaliada apresentou uma elevada incidência de encurtamento dos músculos isquiotibiais, além de uma grande diferença encontrada entre os testes indicando que a medida da flexibilidade com base nos parâmetros da distância dos dedos ao chão pode ser influenciada por características antropométricas e a amplitude de movimento da coluna vertebral. **Palavras-chaves:** Encurtamento Muscular. Flexibilidade. Isquiotibiais. Saúde.

## EVALUATION OF THE FLEXIBILITY OF THE THIGH BACK CHAIN IN UNIVERSITY STUDENTS

<sup>61</sup> Acadêmico do Curso de Fisioterapia da URI-São Luiz Gonzaga. hgkletke2011@gmail.com

<sup>62</sup> Egressa da Fisioterapia, formada na URI-SLG.

<sup>63</sup> Mestra em Reabilitação e Inclusão. anahelenafisioterapia@hotmail.com

<sup>64</sup> Mestre em Ciências do Movimento Humano- UFRGS. GEPEFIS.rodrigocasales@hotmail.com



**Abstract:** This research is characterized by being cross-sectional study whose target population was female students who studied at the Integrated Regional University of Alto Uruguai e das Missões - São Luiz Gonzaga campus, aged between 18 and 30 years who presented shortening in the posterior thigh musculature confirmed by the test fingers on the floor and by measuring the hip flexion with the knee extended less than or equal to 80. **Objective:** To examine the linear flexibility of the posterior thigh musculature and associate the methods for evaluating the flexibility of the joint hip for detection of muscle shortening studied. **Methodology:** The study included approximately 110 university students, with 90 (81.8%) academics with defined age groups; 38 (42.2%) academics accepted to participate in the research, of which 25 (27.7%) met the inclusion criteria and there were no sample losses. **Results and Conclusion:** It was demonstrated that the evaluated sample presented high incidence of shortening of the hamstring muscles, in addition to large difference found between the tests indicating that the flexibility measure based on the parameters of the distance from the fingers to the floor can be influenced by characteristics anthropometric measurements and the range of motion of the spine.

**Keywords:** Muscle Shortening. Flexibility. Hamstrings. Health.

### Introdução

A palavra flexibilidade é derivada do latim “*flectere*” ou “*flexibilis*” e significa curvar-se. Essa habilidade refere-se à extensibilidade dos tecidos periarticulares permitindo o movimento normal fisiológico. Mas, o conceito de flexibilidade muitas vezes é confundido com o de elasticidade que é definida como a qualidade física responsável pela execução voluntária de um movimento de amplitude máxima, por uma ou mais articulações dentro dos limites morfológicos e sem risco de provocar lesões (ALTER, 1996; AQUINO, 2006; FERREIRA, 2013).

A flexibilidade tem importância qualitativa no desempenho desportivo e lúdico do ser humano, pois é uma qualidade física frequente no cotidiano de diversas atividades ocupacionais e recreativas, e, para que haja uma boa amplitude de movimento (ADM), é preciso haver mobilidade e elasticidade adequada dos tecidos moles que circundam a articulação (músculos, tecido conectivo e pele) (CAMPOS, 2004; BADARO, 2007).

Desta forma, a diminuição da flexibilidade muscular leva ao encurtamento muscular que consiste na diminuição do comprimento das fibras musculares devido à falta de atividade física e/ou permanecer em uma mesma postura por tempo bastante prolongado, aumentando o risco de lesões e dificultando a realização das atividades de vida diária (KISNER, 2005).

Devido à falta de atividade física, a musculatura posterior da coxa que é conhecida como isquiotibiais tende a encurtar, esse grupo muscular é composto pelos músculos bíceps femoral, semimembranoso e semitendinoso. Na posição sentada os tendões dos isquiotibiais estão frouxos e se encurtam para corrigir essa frouxidão aumentando a tensão nos isquiotibiais e diminuindo a flexibilidade. A diminuição da flexibilidade desse grupo muscular pode acarretar desvios posturais como a inclinação posterior da pelve, por atuar na extensão do quadril e na flexão do joelho, afetando assim a marcha e provocando dores nos membros inferiores (CARREGARO, 2007; ALTER, 1996; POLANCHINI, 2005).

Assim, esse trabalho visa verificara flexibilidade da musculatura posterior da coxa através de testes clínicos (lineares e angulares) que tem como referencia os movimentos do quadril e avaliam a normalidade ou o encurtamento muscular. Esses testes são caracterizados por movimentos que aumentam a distância entre origem e inserção muscular e possuem resultados expressos em ângulos eem uma escala de distância (CHAGAS, 2004; BADARO, 2007; CARREGARO, 2007).

### **Materiais e métodos**

A pesquisa é caracterizada por ser um estudo de caráter transversal e foi aprovada pelo comitê de ética e da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI) sob o protocolo 43157315.1.0000.5353 e seguiu as normas da resolução 466/12. A população alvo foi os estudantes do gênero feminino que estudavam na Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI) - extensão São Luiz Gonzaga, com faixa etária entre 18 e 30 anos que apresentaram encurtamento na musculatura posterior da coxa confirmado pelo teste dedos no chão e pela medição da flexão de quadril com o joelho estendido menor ou igual a 80°.

No procedimento de coleta de dados foi realizado um convite de forma oral no período da noite para as acadêmicas presentes em sala de aula participarem da pesquisa, onde, explanamos sobre os objetivos e métodos de inclusão para a realização do trabalho. A partir disto, as interessadas foram encaminhadas ate a clinica escola de fisioterapia da universidade para serem submetidas a uma avaliação fisioterapêutica para averiguar o encurtamento muscular da cadeia posterior da coxa e para assinarem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

A avaliação fisioterapêutica deu-se por meio de uma ficha para caracterização da amostra e através dos testes de flexibilidade angular e linear.

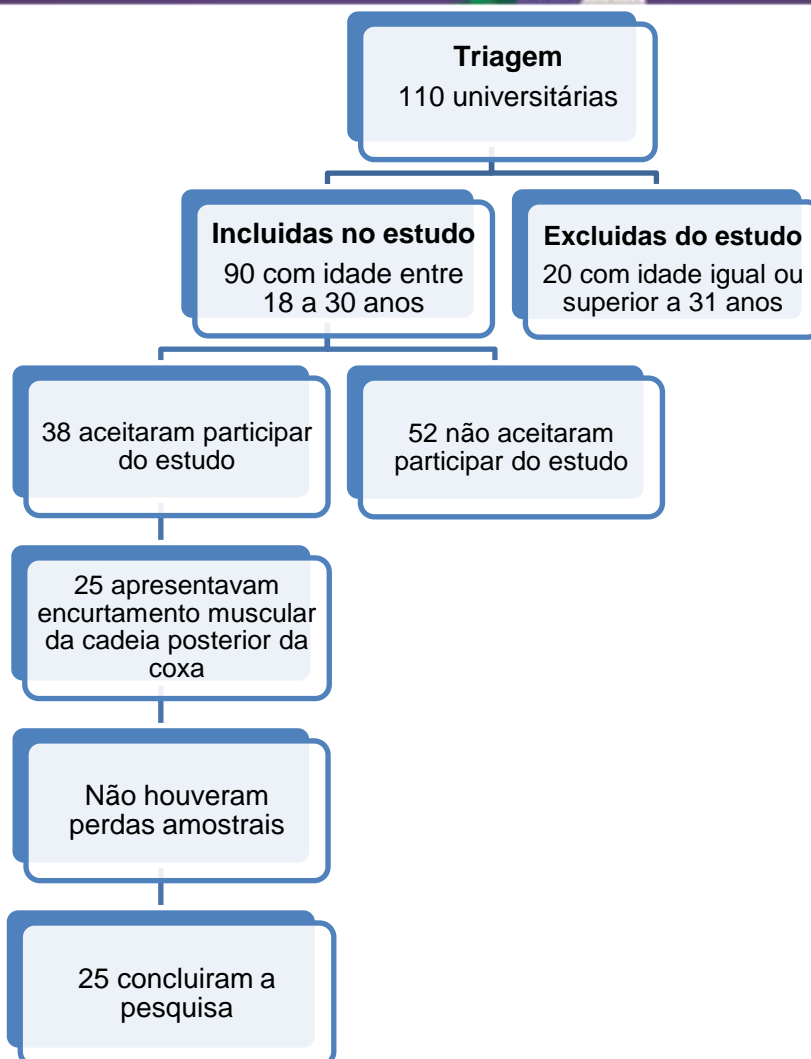
Para a avaliação da flexibilidade angular dos membros inferiores (MMII), utilizou-se o flexímetro da marca Sanny®, onde as avaliadas foram posicionadas em decúbito dorsal sobre um colchonete e o flexímetro posicionado na face lateral da coxa direita, após o posicionamento a avaliada realizou a flexão ativa da articulação do quadril até a sua amplitude máxima com o joelho plenamente estendido e o tornozelo em posição neutra; o valor do ângulo (em graus) apontado pelo flexímetro era registrado sempre pelo mesmo avaliador. Usamos como valor de referência para encurtamento muscular de isquiotibiais uma flexão de quadril menor ou igual a 80 graus.

Já para a avaliação da flexibilidade linear utilizamos o Teste dedos ao chão, onde foi solicitado para as acadêmicas manterem os joelhos completamente estendidos e, a partir daí, flexionarem o tronco em direção ao solo, com os braços e a cabeça relaxados. O momento final da flexão era indicado por uma sensação de tensão muscular que causasse grande desconforto nos isquiotibiais e, neste momento, media-se a distância com uma fita métrica do terceiro dedo da mão direita ao solo. As participantes que conseguiam tocar o solo com a ponta do terceiro dedo eram classificadas como flexibilidade normal e excluídas do estudo, já as que atingiam uma distância igual ou acima de 1 cm com relação ao chão e o toque no chão eram classificadas como flexibilidade reduzida.

Foi utilizada a estatística descritiva sob proporção e porcentagem (variáveis qualitativas) e média e desvio padrão (variáveis quantitativas).

## **Resultados**

A URI SLG consta com 110 universitárias, sendo que 90 foram incluídas na amostra e 25 concluíram o estudo, conforme a figura 8.



**Figura 4.** Seleção da Amostra

As características antropométricas das participantes estão descritos na tabela 1.

**Tabela 2.** Características antropométricas e demográficas da amostra

Características	n=25
Idade (anos)	21 ± 2,82
Gênero M/F - %	0/100
Estado Civil: %	

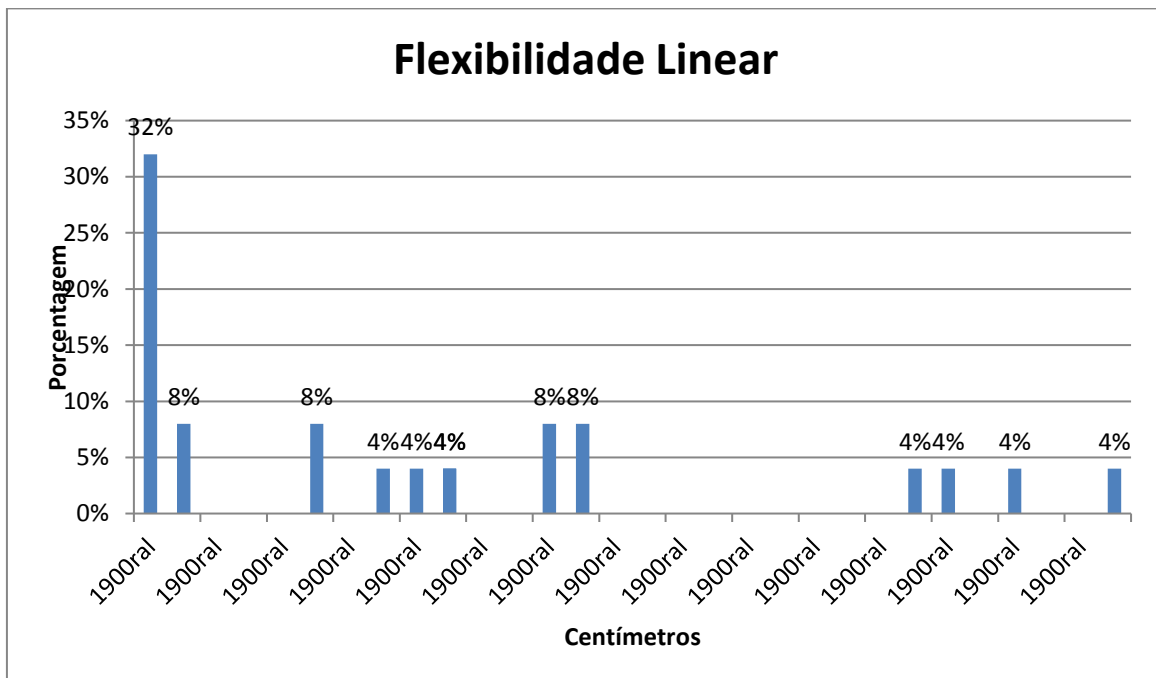
Solteira	84
Casada	16
Peso (Kg)	68 ± 16,66
Altura (cm)	1,64 ± 0,06
IMC (Kg/cm <sup>2</sup> )	25,85 ± 6,43
Profissão: %	
Estudante	84
Outras	16
Curso:%	
Administração	20
Ciências Contábeis	8
Direito	4
Educação Física	20
Fisioterapia	44
Serviço Social	4
Semestre: %	
1 semestre	36
2 semestre	12
3 semestre	8
4 semestre	8
6 semestre	4



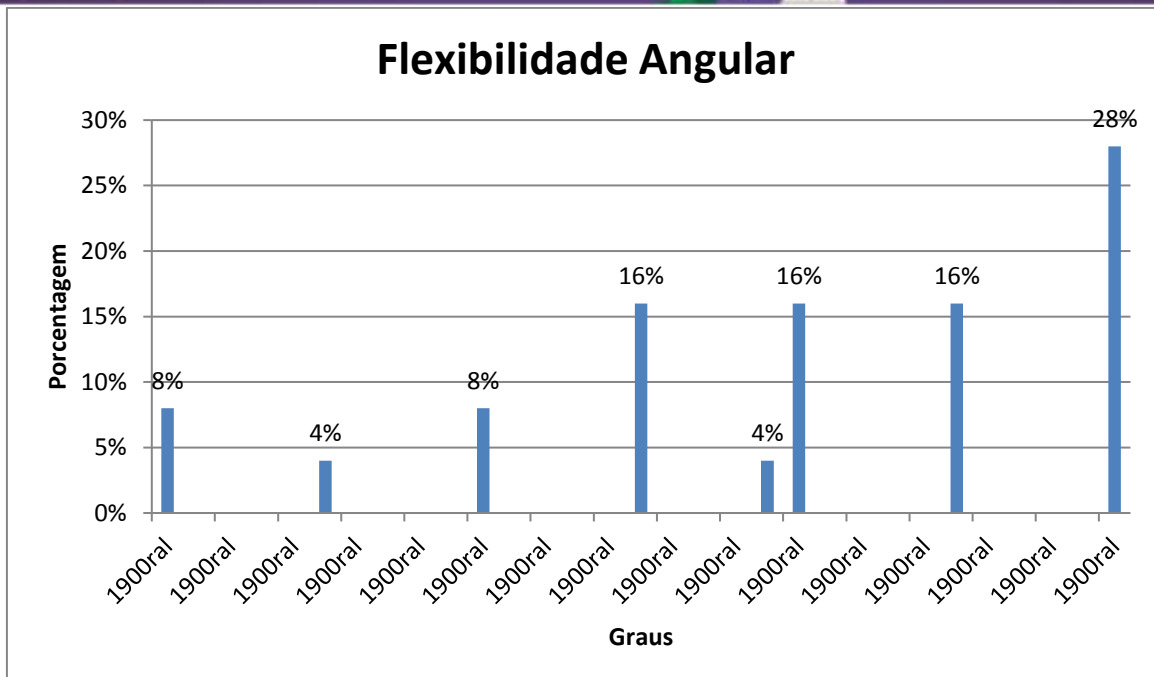
7 semestre	12
8 semestre	8
9 semestre	12

n - número da amostra. M/F – masculino/feminino; Kg – quilograma; cm – centímetro; Kg/cm<sup>2</sup> - quilograma por centímetros quadrado; Dados descritos em % - porcentagem, média e desvio padrão.

Conforme está descrito nas figuras 9 e 10, respectivamente, a maioria das participantes não apresentou encurtamento da cadeia posterior da coxa verificada tanto no teste de flexibilidade linear quanto no teste de flexibilidade angular.



**Figura 5.** Resultados obtidos no teste de flexibilidade linear



**Figura 6.** Resultados obtidos no teste de flexibilidade angular

Verificamos, portanto, que apenas 40% das voluntarias obtiveram flexibilidade reduzida em ambos os testes e 60% apresentaram encurtamento muscular em apenas um dos testes, destes, apenas 28% apresentaram encurtamento muscular no teste de flexibilidade linear e 32% apresentaram encurtamento muscular no teste de flexibilidade angular.

## Discussões

Os principais achados do presente estudo foram que maior parte das participantes apresentaram encurtamento da cadeia posterior da coxa, mas houve diferença entre os testes indicando que a medida da flexibilidade com base nos parâmetros da distancia dos dedos ao chão apresentou-se normal em 32% das voluntarias corroborando com o estudo de Cornbleet (1996) que descreveu que a distancia dos dedos ao chão pode ser influenciada por características antropométricas, como tamanho dos braços e amplitude de movimento da coluna vertebral. Já com relação ao teste do flexímetro, 28% das voluntarias apresentaram-se normais conforme descrito por Marques (2003).

Por outro lado, Palastanga (2000) e Kapandji (2000) descrevem que as diferenças nos dois testes de flexibilidade tem relação com o comprimento-tensão que

dita à eficiência do músculo e referem-se às posições das articulações envolvidas, pois a flexibilidade alterada dos isquiotibiais pode ocasionar desvios posturais significativos e afetar a funcionalidade da articulação do quadril e da coluna lombar.

Já com relação à idade, Mikkelson (2006) e Achour Jr (2004) descreveram que a flexibilidade é uma capacidade individual e diminui à medida que a pessoa envelhece. Todavia, os resultados obtidos nesta pesquisa não confirmaram isso, pois, 80% das voluntárias possuíam idade entre 18 a 23 anos e só 20% com idade entre 24 a 29 anos. Conforme o estudo de Cortes (2002), a provável justificativa estaria no fato de que as participantes apresentavam em comum o sedentarismo.

Segundo Azevedo e Silva (2010), com o ingresso na universidade muitos acadêmicos interrompem a prática esportiva e passam a adotar por tempo prolongado a postura sentada aumentando o risco de ocorrência de encurtamentos de isquiotibiais e de desenvolvimento de posturas viciosas, o que explica o fato de que a maioria das participantes apresentaram encurtamento da cadeia posterior da coxa.

ALTER (1996) e HAMILL (1999) descrevem que os isquiotibiais são mais eficientes como extensores do quadril com a manutenção dos joelhos estendidos. Os dois testes utilizados no estudo são aplicados de modo a reproduzir a amplitude de movimento no sentido contrário aos movimentos dos isquiotibiais como extensores do quadril, contemplando o posicionamento eficiente desse grupo muscular. Ambos são amplamente recomendados tanto como exercício de alongamento quanto na avaliação da flexibilidade dos músculos posteriores da coxa.

## **Conclusão**

Conclui-se que a maioria das participantes apresentou encurtamento da cadeia posterior da coxa, porém um considerável número de participantes não possuía encurtamento muscular em ambos os testes para mensuração de flexibilidade.

Contudo, é importante a realização de mais estudos intervencionistas com técnicas de alongamentos ativos, passivos e balísticos, controlados e randomizados relacionados ao encurtamento dos músculos isquiotibiais para que se possa reduzir esses encurtamentos e melhorar a qualidade de vida de mulheres jovens sedentárias.

## REFERÊNCIAS

ALTER, MJ. **Science of flexibility**. 2ª ed. Champaign: Human Kinetics; 1996.

AQUINO, CF. et al. Análise da relação entre flexibilidade e rigidez passiva dos isquiotibiais. **Revista Brasileira de Medicina do Esporte**, 2006.

BADARO, AFV; DA SILVA, AH; BECHE, D. **Flexibilidade versus alongamento: esclarecendo as diferenças**. Santa Maria, 2007.

ACHOUR, A. **Flexibilidade e alongamento: saúde e bem-estar**. São Paulo: Manole, 2004.

BOHANNON, R; GAJDOSIK, R; LEVEAU, BF. Contribution of pelvic and lower limb motion to increases in the angle of passive straight leg raising. **Physical Therapy**. 1985;65(4):474-6.

BOHANNON, RW. Cinematographic analysis of the passive straightleg-raising test for hamstring muscle length. **Physical Therapy**. 1982; 62(9):1269-74.

BROOKS, DS. **Treinamento Personalizado: elaboração e montagem de programas**. São Paulo: Phorte, 2000, p. 155-296.

CAMPOS, MA; CORAUCCI NETO, B. Treinamento funcional resistido. Rio de Janeiro: **Revista Inter**, 2004.

CARREGARO, RL; SILVA, LCCB; COURY, GHJC. Comparação entre dois testes clínicos para avaliar a flexibilidade dos músculos posteriores da coxa. **Revista Brasileira de Fisioterapia**., São Carlos, 2007.

CHAGAS, MH; BHERING, EL. Nova proposta para avaliação da flexibilidade. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, 2004.

CORNBLEET, SL; WOOLSEY, NB. Assessment of hamstring muscle length in school-aged children using the sit-and-reach test and the inclinometer measure of hip joint angle. **Physical Therapy**. 1996;76(8):850-5.

DANTAS, EHM. **Flexibilidade: alongamento e flexionamento**. 4ª ed, Rio de Janeiro: Shape, 1999.

FERREIRA, AR. et al. Avaliação da flexibilidade através do flexímetro em resposta a três diferentes tempos de permanência de alongamento estático. **Revista Amazônia**, 2013.

GAJDOSIK, RL; ALBERT, CR; MITMAN, JJ. Influence of hamstring length on the standing position and flexion range of motion of the pelvic angle, lumbar angle and thoracic angle. **Journal Orthoped Sports Physical Therapy**. 1994;20(4):213-9. 16.

GAJDOSIK, RL; RIECK, MA; SULLIVAN, DK; WIGHTMAN, SE. Comparison of four clinical tests for assessing hamstring muscle length. **Journal Orthop Sports Physical Therapy**. 1993;18(5):614-8.

HALL, SJ. **Biomecânica básica**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2000.  
HAMILL, J; KNUTZEN, KM. **Bases biomecânicas do movimento humano**. São Paulo: Manole, 1999.

PALASTANGA, N; FIELD, D; SOAMES, R. **Anatomia e movimento humano - Estrutura e função**. 3ª ed. São Paulo: Manole; 2000.

PERRET, C; POIRAUDEAU, S; FERMANIAN, J; COLAU, MML; BENHAMOU, MAM; REVEL, M. Validity, reliability, and responsiveness of the fingertip-to-floor test. **Archives of Physical Medicine and Rehabilitation**. 2001;82:1566-70.

POLACHINI, LO. et al. Estudo comparativo entre três métodos de avaliação do encurtamento de musculatura posterior da coxa. **Revista Brasileira Fisioterapia**. 2005; 9 (2):187-93.

ROBERGS, RA; ROBERTS, SO. Princípios Fundamentais de Fisiologia do Exercício para Aptidão, **Desempenho e Saúde**. São Paulo: Phorte, 2002.

SILVA, DJL; SANTOS, JAR; OLIVEIRA, BMPM. A flexibilidade em adolescentes – um contributo para a avaliação global. **Revista Brasileira de Cineantropometria & Desempenho Humano**. 2006;8(1):72-79.

TULLY, EA; STILLMAN, BC. Computer-aided video analysis of vertebrofemoral motion during toe touching in healthy subjects. **Archives of Physical Medicine and Rehabilitation**. 1997;78:759-66.

MONTEIRO, W. Personal training: **manual para avaliação e prescrição de condicionamento físico**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Sprint, 1999, p. 187-205.

LI, Y; MCCLURE, PW; PRATT, N. The effect of hamstring muscle stretching on standing posture and on lumbar and hip motion during forward bending. **Physical Therapy**. 1996;76(8):836-49.

KIPPERS, V; PARKER, AW. Toe-touch test. A measure of its validity. **Physical Therapy**. 1987;67(11):1680-4.

KISNER, C; COLBY, LA. **Exercícios terapêuticos: fundamentos e técnicas**. 4ª ed. São Paulo: Manole, 2005.

KAPANDJI, AI. **Fisiologia articular**. 5ª ed. São Paulo: Panamericana; 2000.



## INTERVENÇÕES FISIOTERAPÊUTICAS EM IDOSOS ATENDIDOS NA CLÍNICA ESCOLA DA URI – SÃO LUIZ GONZAGA/RS: RELATO DE EXPERIÊNCIA.

Carina Nunes Jardim<sup>1</sup>  
Eduarda Chaves Crestani<sup>2</sup>  
Marzane Bolzan Morais de Oliveira<sup>3</sup>

**Resumo: Introdução:** O processo de envelhecimento é dinâmico, progressivo, caracterizado por inúmeras manifestações nos campos biológicos, psíquico e social, que acontecem ao longo da vida, de forma diferenciada para cada indivíduo. A fisioterapia no ramo da Gerontologia aborda algumas questões de uma forma global, ou seja, além da avaliação da funcionalidade, o profissional considera seus aspectos biológicos, psicológicos e sociais, aspectos necessários e importantes no tratamento de suas disfunções. **Objetivos:** relatar a experiência dos acadêmicos do curso de fisioterapia, durante os atendimentos práticos supervisionados na clínica escola, verificando a assistência fisioterapêutica a idosos residentes do município. **Metodologia:** Trata-se de um estudo de caráter descritivo, com abordagem qualitativa do tipo relato de experiência, desenvolvido através do tratamento fisioterapêutico realizado pelos acadêmicos do sétimo semestre do curso de fisioterapia, aos pacientes atendidos na clínica escola da URI – São Luiz Gonzaga/RS, no período de junho e julho do ano de 2021. **Resultados e discussão:** Assim que iniciamos a avaliação, observamos o estado geral do paciente, debilitado funcionalmente, com marcha dependente de muletas, relatando dor no membro superior esquerdo, membro inferior esquerdo e na coluna. Trabalhamos utilizando os recursos ofertados pela universidade, bem como no espaço destinado a fisioterapia, em todos os atendimentos buscamos executar exercícios de forma moderada e leve, respeitando as limitações do paciente. **Conclusão:** destacamos a importância dos atendimentos prestados gratuitamente na clínica escola, que além de ofertar ganhos significativos ao paciente, também se fez essencial para nossos conhecimentos, onde adquirimos experiências fundamentais em nossa formação acadêmica, acrescentando-nos aspectos éticos, terapêuticos, de interação paciente-fisioterapeuta, entre outras inúmeras formas de aprendizado.

**Palavras-chaves:** idosos, atendimento, fisioterapia, clínica escola.

## PHYSIOTHERAPEUTIC INTERVENTIONS IN THE ELDERLY ATTENDED AT THE SCHOOL CLINIC OF URI - SÃO LUIZ GONZAGA/RS: EXPERIENCE REPORT.

**Abstract: Introduction:** The aging process is dynamic, progressive, characterized by numerous manifestations in the biological, psychic and social fields, which happen throughout life, in a different way for each individual. Physiotherapy in the field of Gerontology addresses some issues in a global way, that is, in addition to the evaluation of functionality, the professional considers its biological, psychological and social aspects, necessary and important aspects in the treatment of its dysfunctions. **Objectives:** to report the experience of the students of the physiotherapy course, during the supervised practical care at the school clinic, verifying the physiotherapeutic assistance to elderly residents of the municipality. **Methodology:** This is a descriptive study, with a qualitative approach of the type of experience report, developed through

the physiotherapeutic treatment performed by the students of the seventh semester of the physiotherapy course, to the patients treated at the clinic school of URI - São Luiz Gonzaga/ RS, in the period of June and July of the year 2021. **Results and discussion:** As soon as we started the evaluation, we observed the general state of the patient, functionally debilitated, with crutch-dependent gait, reporting pain in the left upper limb, left lower limb and spine. We work using the resources offered by the university, as well as in the space for physiotherapy, in all visits we seek to perform exercises in a moderate and light way, respecting the limitations of the patient. **Conclusion:** we highlight the importance of the care provided free of charge in the school clinic, which in addition to offering significant gains to the patient, was also essential for our knowledge, where we acquired fundamental experiences in our academic training, adding ethical, therapeutic aspects, patient-physiotherapist interaction, among other many of learning.

**Keywords:** elderly, care, physiotherapy, school clinic.

## Introdução

Nos países em desenvolvimento, como o Brasil, as pessoas idosas são aquelas que têm de 60 anos de idade ou mais. Tendo em vista o crescimento do envelhecimento e da expectativa de vida no Brasil, de acordo com o IBGE a população brasileira é constituída por cerca de 29.374 milhões de idosos sendo que a expectativa de vida aumentou para 75/72 anos para ambos os sexos em 2016, dados como esses mostram um significativo avanço de várias circunstâncias essenciais para uma melhora das condições de vida. Até o ano 2025 a população idosa brasileira crescerá 16 vezes, contra cinco da população total. Isso classifica um país com a sexta população do mundo em idosos, correspondendo a mais de 34 milhões de pessoas com sessenta anos ou mais idade (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2016).

O processo de envelhecimento é dinâmico, progressivo, caracterizado por diversas manifestações nos campos biológicos, psíquico e social, que ocorre ao longo da vida, de forma diferenciada em cada indivíduo. Pode-se associar esse processo às doenças que podem comprometer o bom funcionamento do sistema nervoso central, como as enfermidades neuropsiquiátricas, principalmente a depressão (LIMA et al., 2010, p. 346-356).

Com o decorrer dos anos, a fragilidade se torna um dos atributos mais comum na fase idosa, levando em consideração o fato de estar diretamente ligada com alterações negativas realizadas de forma progressiva em diversos sistemas do corpo humano permeando em sua saúde, entre eles destaca-se de maneira eminente os sistemas neuroendócrino e imunológico, passando a aumentar a vulnerabilidade do

indivíduo. Incontáveis acometimentos fisiológicos como esses acabam interferindo de forma desfavorável na qualidade de vida de pessoas idosas (RICCI et al., 2014, p. 3-9).

A qualidade de vida é particularmente importante na terceira idade, e principalmente, em idosos em situação vulnerável, o estado de saúde tem influência significativa na sua qualidade de vida percebida, bem como sobre o seu funcionamento cognitivo e social. Os modelos de qualidade de vida vão desde a satisfação com a vida, ao bem-estar social, a modelos baseados em conceitos de independência, controle, competências sociais e cognitivas. Atualmente, podemos relacionar a qualidade de vida também com dimensões menos tangíveis, como é o caso do sentido de segurança, da dignidade pessoal, das oportunidades de atingir objetivos pessoais, da satisfação com a vida, da alegria e do sentido positivo de si (MARTINS, MESTRE, 2014, p. 153-162).

A fisioterapia no ramo da Gerontologia aborda algumas questões de uma forma global, ou seja, além da avaliação da funcionalidade, o profissional considera seus aspectos biológicos, psicológicos e sociais, aspectos necessários e importantes no tratamento de suas disfunções (NASCIMENTO, 2014). Dessa maneira, a fisioterapia possui um papel fundamental nas condições funcionais e psicossociais de idosos, prevenindo, promovendo e reabilitando manifestações ocasionadas pelo processo de envelhecimento. O profissional fisioterapeuta atuando junto a uma equipe interdisciplinar proporciona a estes indivíduos maior independência funcional, minimizando as diversas manifestações desenvolvidas pelo envelhecimento resultando em uma melhor qualidade de vida (GRAVE 2012, v.9,n.3).

Desse modo, tal como outros diversos profissionais da área da saúde, o acompanhamento do fisioterapeuta em atenção aos idosos é de fundamental importância, e preciso para a reabilitação dessa população, tendo em vista que trabalha com o objetivo principal de trazer a funcionalidade tanto na prevenção quanto na promoção e reabilitação a saúde (AVEIRO et al., 2011, p. 2-11). Este estudo é de grande importância, porque comprova a necessidade da atuação da fisioterapia aos cuidados à saúde dos idosos, os quais devem ser de maneira humanizada e global, observando os processos biopsicossociais. Nesse sentido, o presente artigo tem como objetivo: relatar a experiência dos acadêmicos do curso de fisioterapia da

Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, campus São Luiz Gonzaga/RS, durante os atendimentos práticos supervisionados, verificando a assistência fisioterapêutica a idosos residentes do município.

### **Metodologia**

Trata-se de um estudo de caráter descritivo, com abordagem qualitativa do tipo relato de experiência, desenvolvido através do tratamento fisioterapêutico realizado pelos acadêmicos do sétimo semestre do curso de fisioterapia, aos pacientes atendidos na clínica escola da URI – São Luiz Gonzaga/RS. Os atendimentos foram realizados nas salas de fisioterapia da clínica escola nos meses de junho e julho do ano de 2021, totalizando 6 atendimentos, dos quais 1 baseou-se na avaliação fisioterapêutica do idoso, as atividades previstas para o tratamento foram baseadas em ganhar funcionalidade. Dessa maneira os atendimentos foram realizados sob supervisão da fisioterapeuta e professora responsável pela disciplina na qual foram realizados os atendimentos, uma vez por semana, no período da tarde, com duração de 45 minutos o atendimento, ao decorrer das aulas práticas da disciplina de Fisioterapia em Gerontologia.

O paciente do sexo masculino que recebeu o tratamento fisioterapêutico, encontrava-se em um estado debilitado de funcionalidade, apresentando 71 anos de idade no período dos atendimentos. Os atendimentos, bem como o plano de tratamento elaborado foram baseados em exercícios e atividades visando melhorar a funcionalidade, equilíbrio, coordenação e amenizar a dor do paciente no membro superior esquerdo e inferior esquerdo, nos quais trabalhamos o equilíbrio dinâmico, treino de marcha, mobilizações e alongamentos, objetivando ganhar funcionalidade.

Ao realizar alguns questionamentos relacionados ao contexto geral do seu cotidiano, relatou que durante a sua infância teve paralisia infantil (poliomielite), mencionando também que contraiu covid-19 em dezembro de 2020, e também sofreu um acidente vascular encefálico (AVE), e que atualmente possui angina e diabetes, fazendo uso das devidas medicações para o controle dessas patologias.

Iniciamos as atividades em 15 de junho, onde foi realizado uma avaliação fisioterapêutica do paciente, em sequência foi elaborado um plano tratamento fisioterapêutico para o paciente. Na data do dia 22 de junho iniciamos os atendimentos

fisioterapêuticos, baseando-nos nos tratamentos elaborados e propostos, sendo que nas datas subsequentes (15 de junho a 06 de julho) realizamos atendimentos do mesmo modo.

Para a realização do presente trabalho foram efetuadas pesquisas em artigos, revistas e livros sobre a saúde do idoso e a importância da fisioterapia para a prevenção e reabilitação no processo de envelhecimento.

### **Resultados e discussão**

Logo após, realizamos todas as orientações propostas nesse momento de pandemia para manter a segurança de todos, a seguir fomos apresentados aos pacientes, foram realizadas avaliações, os quais foram submetidos a anamnese fisioterapêutica, a fim de coletar dados iniciais, verificar disfunções do idoso, apontar o diagnóstico fisioterapêutico, com a finalidade de traçar objetivos, bem como condutas para melhor tratar suas disfunções.

Assim que iniciamos a avaliação, observamos o estado geral do paciente, debilitado funcionalmente, com marcha dependente de muletas, relatando dor no membro superior esquerdo, membro inferior esquerdo e na coluna. Também foram realizados os testes “Time Up and Go”, utilizado para identificar o índice de quedas, onde o paciente apresentou um alto índice de risco de quedas e perda de função, possuindo um tempo de 38 segundos e 62 décimos no teste, sendo necessário o uso da muleta, foi realizado também o teste da Escala Katz, utilizado para avaliar o estado funcional e atividades básicas da vida diária, sendo a soma de todas as perguntas 5, sendo um indivíduo parcialmente independente, porque em algumas AVD’s necessita de auxílio.

No segundo encontro, iniciando os atendimentos e ao decorrer dos próximos encontros, foram realizados atendimentos com condutas adequadas e convenientes para o paciente, englobando cada necessidade individual do mesmo. Os atendimentos foram realizados com os recursos dispostos na clínica escola da URI – São Luiz Gonzaga, como faixas elásticas, bola suíça, feijão, halteres, barra paralela, tatame, entre outros recursos. Trabalhamos utilizando os recursos ofertados pela universidade, bem como no espaço destinado a fisioterapia.



Em todos os atendimentos buscamos executar exercícios de forma moderada e leve, respeitando as limitações do paciente, bem como a sua insegurança na marcha, sendo aumentada a carga, número de séries e repetições de forma gradativa, progredindo de acordo com suas particularidades, sendo realizadas sempre que possível em frente ao espelho para melhor percepção corporal do paciente, priorizando o tratamento de forma conservadora.

Os atendimentos foram efetivados tranquilamente, o paciente sempre se apresentou em bom estado geral, lúcido e colaborativo. Apesar de haver uma insegurança na marcha e dores nos membros superiores e inferiores, sempre realizamos com sucesso nossos atendimentos, visto que ao ser questionado o paciente sempre relatava alívio da dor durante e após o atendimento.

Ao decorrer das sessões de atendimento, percebemos avanços significativos do paciente, considerando seu estado inicial global e de funcionalidade. Tais observações de avanços foram notórias devido a possibilidade e ação de progresso ao número de séries e repetições dos exercícios propostos, aumentando gradativamente sua funcionalidade no membro superior esquerdo.

Dessa maneira, consideramos que conseguimos obter ganhos que por mais que minuciosos, de grande relevância. Apresentou ganho de funcionalidade e resistência global perceptíveis através do aumento de carga e repetições das atividades, melhorando sua qualidade de vida.

### **Considerações finais**

Concluimos que, a partir da experiência com os atendimentos fisioterapêuticos prestados ao paciente da clínica escola da URI – São Luiz Gonzaga, através das aulas práticas da disciplina de Fisioterapia em Gerontologia que obtivemos resultados positivos relacionados a funcionalidade do mesmo. Atingimos por mais que minuciosamente, ganhos de fundamental relevância na sua qualidade de vida e saúde global do paciente.

Sendo assim, destacamos a importância dos atendimentos prestados gratuitamente na clínica escola da URI – São Luiz Gonzaga, que primeiramente além de ofertar ganhos significativos ao paciente, também se fez essencial para nossos conhecimentos, onde adquirimos experiências fundamentais em nossa formação

acadêmica, acrescentando-nos aspectos éticos, terapêuticos, de interação paciente-fisioterapeuta, entre outras inúmeras formas de aprendizado não só acadêmico como também humano.

Destacando dessa forma a importância da fisioterapia geriátrica no processo de envelhecimento saudável, o tratamento fisioterapêutico pode ser necessário em qualquer fase da vida, porém no idoso tem uma importância não só de tratamento, como de prevenção, o que auxilia na melhora da qualidade de vida, pois, juntamente com o envelhecimento, surgem as alterações fisiológicas e patológicas que merecem ser tratadas antes mesmo que apareçam.

## REFERÊNCIAS

AVEIRO, M. C., et al. Perspectivas da participação do fisioterapeuta no Programa Saúde da Família na atenção à saúde do idoso. **Ciência & Saúde Coletiva**. 16(Supl. 1):1467-1478, 2011.

GRAVE, M. A formação do profissional fisioterapeuta na atenção à saúde do idoso: uma revisão integrativa. **Revista Brasileira de Ciências do Envelhecimento Humano**. RS, v.9,n.3,2012.

LIMA, L. D., et al. Envelhecimento e qualidade de vida de idosos institucionalizados. **RBCEH**, Passo Fundo, v. 7, n. 3, p. 346-356, set./dez. 2010.

RICCI, N. A., et al. Frailty and cardiovascular risk in community dwelling elderly: a population-based study. **Clin Interv Aging**. 9: 1677-1685, 2014.

MARTINS, Rosa; MESTRE, Marina. Esperança e Qualidade de Vida em Idosos. **Millenium**, 47 (jun/dez). Pp. 153-162.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Saúde da pessoa idosa: prevenção e promoção à saúde integral. Saúde de A a Z. Disponível em:< <https://antigo.saude.gov.br/saude-de-a-z/saude-da-pessoa-idosa>> . Acesso em: 30 de junho de 2021.

NASCIMENTO, T.C. Os idosos e sua institucionalização: impacto das vivências na formação profissional e pessoal de acadêmicos de fisioterapia. **11º Congresso Internacional da Rede Unida**, 2014.

## LESÕES EM ATLETAS PROFISSIONAIS DE FUTSAL: RELATO DE EXPERIÊNCIA- PROJETO DE DESPORTIVA

Lucas Damian<sup>65</sup>  
Milene Gomes<sup>66</sup>  
Taffarel Fontela<sup>67</sup>  
Tatiane Munareto<sup>4</sup>  
Marzane Oliveira<sup>5</sup>

**Resumo:** A maioria dos atletas de futsal possui alto rendimento e são submetidos à elevada carga de trabalho, causando grande desgaste físico. Esse desgaste pode deixar o atleta mais susceptível a lesões. Para tentar diminuir o número de ocorrências de lesões, sugere-se o acompanhamento profissional adequado, para que possam ser feitos trabalhos visando o desenvolvimento da força, da flexibilidade, da coordenação e da propriocepção. Objetivo: relatar a experiência dos acadêmicos da fisioterapia durante os atendimentos aos atletas de futsal da Associação Grande São Luiz – SLG. Metodologia: estudo descritivo, do tipo relato de experiência, realizado na Clínica escola da URI SLG iniciado em junho de 2021. Resultados e Discussão: Durante a execução do projeto podemos identificar as principais lesões apresentadas pelos atletas, decorrentes dos treinamentos intensos e após jogos competitivos. Após a avaliação das lesões é proposto um programa de reabilitação e também de prevenção a futuras lesões, priorizando o rápido retorno ao esporte. Conclusão: Esperamos obter informações que auxiliem o tratamento de lesões em atletas de futsal, resultando em um melhor preparo para enfrentar as adversidades que surgem ao decorrer dos campeonatos. Além de agregar conhecimento científico sobre as lesões em futsal.

**Palavras-chave:** Esporte. Futebol de salão. Fisioterapia. Reabilitação. Prevenção.

## INJURIES IN PROFESSIONAL FUTSAL ATHLETES: EXPERIENCE REPORT - SPORTS PROJECT

**Abstract:** Most futsal athletes have high performance and are subjected to a high workload, causing great physical strain. This wear can make the athlete more susceptible to injury. In an attempt to reduce the number of occurrences of injuries, adequate professional follow-up is suggested, so that work can be carried out aiming at the development of strength, flexibility, coordination and proprioception. Objective: to report the experience of physiotherapy students during meetings with futsal athletes at Associação Grande São Luiz – SLG. Methodology: descriptive study, of the experience report type, carried out at the School Clinic of URI SLG started in June 2021. Results and Discussion: During the execution of the project we can identify the

<sup>65</sup>Acadêmico de Fisioterapia na URI- São Luiz Gonzaga. E-mail: lucasoliveira0133@gmail.com

<sup>66</sup>Acadêmica de Fisioterapia na URI- São Luiz Gonzaga. E-mail: mileneecunhagomes@gmail.com

<sup>67</sup>Acadêmico de Fisioterapia na URI- São Luiz Gonzaga. E-mail: taffarefontela@gmail.com

<sup>4</sup>Acadêmica de Fisioterapia na URI- São Luiz Gonzaga. E-mail: tati10munareto@gmail.com

<sup>5</sup>Professora da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – São Luiz Gonzaga RS / E-mail: Marzane.oliveira@yahoo.com.br

main injuries presented by the athletes, resulting from intense training and after competitive games. After evaluating the injuries, a rehabilitation program is proposed, as well as the prevention of future injuries, prioritizing a quick return to sport. Conclusion: We hope to obtain information that will help in the treatment of injuries in futsal athletes, resulting in a better preparation to face the adversities that arise during the championships. In addition to adding scientific knowledge about injuries in futsal.

**Keywords:** Sport. Indoor soccer. Physiotherapy. Rehabilitation. Prevention.

## 1 Introdução

O futebol de salão teve sua origem na década de 30, na Associação Cristã de Moços (ACM), no Uruguai. Devido ao grande interesse no Uruguai pelo esporte, Juan Carlos Ceriane elaborou regras observando outras modalidades esportivas assim nasceu o futebol de salão (MELO., 2001). As primeiras regras foram publicadas em 1956, tendo Luiz Gonzaga de Oliveira Fernandes em São Paulo, o futsal é um esporte relativamente novo e a segunda modalidade mais praticada no Brasil, assim como o esporte de maior crescimento no mundo (CBFS., 2019).

Em 1969 foi fundada em uma reunião no Paraguai a Confederação Sul-Americana de Futebol de Salão (CSAFS), e em 1971 em uma reunião em São Paulo foi fundada a Federação Internacional de Futebol de Salão (FIFUSA), vindo em 1988 ser substituída pela FIFA. No Brasil depois de várias tentativas somente em 1979 foi criada a Confederação Brasileira de Futebol de Salão (CBFS) (FGFS., 2015).

Em 1980 foi realizado o 1º Pan Americano de Futebol de Salão no México, em 1982, no ginásio do Ibirapuera, em São Paulo foi organizado o 1º Campeonato Mundial de Futebol de Salão de seleções, em 1985 o segundo e 1988 o terceiro campeonato mundial (CBFS., 2019; FGFS., 2015).

No ano de 1989 foi realizada a primeira copa do mundo de futsal FIFA, e a partir de 1992 a copa do mundo FIFA de futebol de salão adotou os mesmos moldes da copa do mundo FIFA de futebol de campo, sendo disputada de quatro em quatro anos tendo o Brasil como o maior campeão (CBFS., 2019; FGFS., 2015). E por enquanto o futsal não faz parte dos jogos olímpicos por conta de um empasse de interesses da FIFA e do COI (Comitê Olímpico Internacional), o mesmo conflito de interesses afeta também o futebol que tem a idade limite de 23 anos para disputa das olimpíadas (ANDRADE JUNIOR *et al.*, 2016).

O estresse exercido pela cobrança do desempenho em quadra durante uma partida de futsal foi estudado, onde os autores concluíram que a ansiedade interfere emocionalmente na performance esportiva do atleta, que o ideal é ter um nível de ansiedade intermediário, ou seja, o atleta não poderá apresentar um nível baixo podendo ficar apático e com falta de reação ao jogo, por outro lado um alto nível de estresse alto pode acarretar em erros frequentes, irritabilidade. No nível intermediário onde o atleta participa ativamente no jogo com um bom desempenho em quadra (BERTÉ JÚNIOR., 2004; FAVRETTO *et al.*, 2019; NASER, MACADAM., 2017).

A maioria dos atletas de futsal possui alto rendimento e são submetidos à elevada carga de trabalho, causando grande desgaste físico (Hamid *et al.*, 2014; MARTINEZ-RIAZA *et al.*, 2017). Esse desgaste pode deixar o atleta mais susceptível a lesões como: lesões articulares (entorses e lesões ligamentares tanto de tornozelo como joelhos, rupturas de menisco), lesões musculares (distensão muscular, inflamação, etc.) (FLORIT *et al.*, 2019; SCHMIKLI *et al.*, 2009), lesões associadas, principalmente a membros inferiores nos jogadores de linha e membros superiores nos goleiros (AHMAD-SHUSHAMI, ABDUL-KARIM., 2018). A maior incidência de lesões no futsal é decorrente de disputas de bola com outros adversários, sendo que a entorse de tornozelo é a mais frequente (ANGOORANI *et al.*, 2014; KURATA., 2007; RUIZ-PÉREZ *et al.*, 2019).

Foi estudado seis grandes times de futsal da região sul onde constaram que os clubes são bastante prejudicados pelas lesões de seus atletas (ALANO *et al.*, 2009). As lesões fazem com que os atletas tenham que se ausentar tanto em treinamentos, quanto em jogos, prejudicando o trabalho da equipe, principalmente, e o próprio atleta, que não pode desenvolver seu trabalho e acaba perdendo condicionamento (ALVAREZ *et al.*, 2009; SANTOS *et al.*, 2020).

A Fisioterapia Esportiva é um componente da Medicina Esportiva, sua prática e métodos são aplicados no caso de lesões causadas por esportes, com o propósito de recuperar e prevenir lesões (FURTADO., 1957). O objetivo principal é devolver o atleta o mais rápido possível para a prática esportiva após uma lesão (NOGUEIRA *et al.*, 2017). Sendo que o fisioterapeuta deve atuar muito rapidamente e funcionalmente recuperando as funções do atleta como, músculos, ossos e articulações, no máximo



de potência e amplitude para execução perfeita de todos os movimentos (LAGO-FUENTES *et al.*, 2020; SANTOS *et al.*, 2020).

A prevenção no tratamento das lesões é muito importante, tendo a finalidade de redirecionar seu foco de atenção, usualmente centrado nas lesões já instaladas, para situações com possível risco para o aparelho musculoesquelético (SEKULIC *et al.*, 2019; SILVEIRA., 2006). O mesmo vale para ter uma atenção redobrada em lesões progressas, lesões mal tratadas podem interferir muito na carreira do atleta, o mapeamento desse fator pode proporcionar a equipe médica uma vantagem na hora de aplicar os treinamentos, prevenção e em tratamentos de problemas futuros (AHMAD-SHUSHAMI, ABDUL-KARIM., 2018; ANGOORANI *et al.*, 2014; FLORIT *et al.*, 2019).

O presente estudo tem como objetivo identificar e avaliar lesões desportivas e propor um programa fisioterapêutico de reabilitação.

## **2 Metodologia**

Este estudo tem caráter descritivo, com abordagem qualitativa, do tipo relato de experiência. Foi realizado com base nos atendimentos do projeto de desportiva da URI campus São Luiz Gonzaga com acadêmicos do sétimo e quinto semestre do curso de Fisioterapia da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, em atletas de futsal da Associação Grande São Luiz – SLG.

O principal objetivo relatar a experiência dos acadêmicos da fisioterapia durante os atendimentos aos atletas de futsal da Associação Grande São Luiz – SLG. A experiência foi vivenciada durante o período do mês de junho e julho de 2021, ocorrendo quatro vezes por semana durante 45 minutos.

Inicialmente os atletas foram avaliados e identificadas as principais lesões decorrentes da prática esportiva. Também realizamos a avaliação física de cada atleta a fim de identificar qualquer alteração que possa acarretar desconforto doloroso durante a atividade de futsal, bem como favorecer lesões durante a prática esportiva. A ficha de avaliação foi previamente elaborada pelos pesquisadores contendo anamnese e avaliação física.

Posteriormente propomos um programa de reabilitação fisioterapêutica e de prevenção de lesões provenientes do futsal priorizando o rápido retorno ao esporte.

### 3 Resultados esperados

Inicialmente realizamos uma avaliação física dos atletas, identificando flexibilidade, força muscular, intensidade e localização de dor, e também a identificação das lesões desportivas.

Nesse primeiro momento do projeto, podemos identificar pubalgia, entorse de tornozelo, contraturas musculares, estiramento muscular grau I, fascite plantar e distensão muscular grau II.

Atleta de futsal, posição ala, possui o membro direito como dominante, 26 anos. Chegou ao atendimento com o diagnóstico de pubalgia, que se caracteriza como uma condição dolorosa da sínfise pubiana, com patogênese controvertida (MCMURTRY; AVIOLI, 1986). O quadro clínico pode iniciar-se de forma aguda ou crônica, com dor na região inguinopúbica, normalmente unilateral, com possível irradiação para a parte medial da coxa até o joelho e também para os testículos. A intensidade da dor é aumentada pela contração resistida e estiramento dos músculos adutores e abdominais (PO *et al.*, 1989).

Atleta de futsal, posição ala/ pivô, possui o membro direito como dominante, 34 anos, chegou ao atendimento com o diagnóstico de entorse de tornozelo esquerdo. O futsal devido suas características de contato físico constante, proporciona aos atletas riscos de lesões. Entre estas, destacam-se as lesões musculoesqueléticas de origem traumática em membros inferiores. Aprofundando ainda mais o enfoque, o tornozelo é uma articulação constantemente lesionada, sendo a entorse descrita como lesão mais comum do meio esportivo (COHEN, 2003; CBFs, 2006; LADEIRA, 1999, GIZA, 2003). A entorse de tornozelo caracteriza-se por um movimento exagerado da articulação em inversão (grande maioria dos casos) ou eversão. A lesão está normalmente associada a forças externas, porém também é causada por déficits proprioceptivos (GIZA, 2003; HEBERT, 2003; PACHECO, 2005; HAMMIL, 1999; THAKER, 1999).

Atleta de futsal, 30 anos, ala esquerda, possui membro esquerdo dominante, chegou ao atendimento fisioterapêutico com contraturas no ventre lateral da musculatura gastrocnêmica bilateral, condição representada por uma contração involuntária e inconsciente, dolorosa e permanente, localizada em um músculo ou em

um feixe de fibras, persistindo com o repouso (FREITAS *et al.*, 2005). Na contratura ocorre uma microlesão das fibras sem vazamento de sangue, tipo de lesão que não interrompe a execução de uma atividade, porém, ao fim da mesma começa uma dor difusa na área afetada (OLIVEIRA *et al.*, 2010).

Também foi verificado um pequeno estiramento muscular de grau I na musculatura do bíceps femoral do membro esquerdo, caracterizada por lesão de intensidade leve, essa afeta poucas fibras (<5%), causada por alongamentos excessivos das fibras musculares, lesão estrutural de hemorragia mínima e de rápida recuperação (SAFRAN *et al.*, 2002; GARRET, 1996; DONOGHUE, 1894 ). Atleta também relata sintomas de fascite plantar bilateral, essa patologia refere-se a uma dor plantar, no ponto de origem da fascia plantar, na tuberosidade medial do calcâneo. Caracterizada por inflamação ocasionada por microtraumatismos. As forças de tração durante a fase de apoio favorecem o processo inflamatório, que resulta em fibrose e degeneração das fibras fasciais de origem no osso (SNIDER, 2000; HEBERT *et al.*, 2003; CYRIAX, 2001). Sua manifestação clínica caracteriza-se pela dor local ao redor da base do calcâneo e no arco plantar, geralmente ao levantar-se da cama, ou após um período de repouso (GRISOGONO, 2000; MEIJA; KALB, 2000). Outro fator é a pronação excessiva do pé, apresenta maior probabilidade no desenvolvimento desta doença, diante o aumento de força na aponeurose, em consequência do alongamento do arco e expansão dos dedos (PERSON; RENSTRÖM, 2002).

Atleta de futsal, posição fixo de 35 anos, com membro dominante direito, chegou ao atendimento com hematomas e dor na região proximal da coxa, foi verificado contraturas na origem do musculo sartório, e também no musculo adutor curto, condição em que ocorre a contração involuntária da musculatura, ocasionando microlesões das fibras musculares (OLIVEIRA *et al.*, 2010).

Atleta de futsal, posição goleiro, pé direito como dominante, 25 anos. Chegou ao atendimento fisioterapêutico com diagnóstico de distensão grau II do adutor curto. A distensão muscular consiste na semirruptura do tendão que liga o músculo ao osso, ou muito próxima do tendão. Causando dificuldades para caminhar e ausência da prática esportiva por pelo menos 4 semanas (FLORIT *et al.*, 2019). A mecânica da lesão está relacionada a hiperextensão do músculo ou a contração brusca além dos

limites, a lesão se caracteriza por dor aguda, edema e calor na região (OKAMOTO *et al.*, 2014).

Atleta de futsal, posição goleiro, pé direito como dominante, 26 anos. Chegou ao atendimento fisioterapêutico com diagnóstico de contraturas nos músculos subescapular e deltoide do membro superior esquerdo. A contratura muscular acontece no momento em que o músculo faz a contração de maneira incorreta e não retorna ao seu estado normal de relaxamento. Isso ocorre em resposta a uma sobrecarga de esforço exercido sobre um músculo ou tendão. Causa diminuição da amplitude de movimento e dores ao movimentar o membro (LAGO-FUENTES *et al.*, 2020; SANTOS *et al.*, 2020).

#### 4 Conclusão

Esperamos com esse projeto, proporcionar ao atleta uma percepção corporal, melhor preparo funcional para disputa de campeonatos, integridade emocional e melhora da qualidade de vida. Além de proporcionar conhecimento científico gerando publicações relevantes sobre a atuação do fisioterapeuta como integrante de uma equipe desportiva e a visão do atleta em relação a sua atuação. Ampliar e aprimorar o conhecimento dos recursos fisioterapêuticos na atuação da reabilitação e prevenção de lesões esportivas.

Além de auxiliar no tratamento de lesões em atletas de futsal, resultando em um melhor preparo para enfrentar as adversidades que surgem ao decorrer dos campeonatos. Podendo também, agregar conhecimento científico sobre as lesões em futsal, visando aprimorar o tratamento ou a prevenção para que os problemas físicos passados não voltem a afetar seu rendimento.

#### REFERÊNCIAS

AHMAD-SHUSHAMI, A. H., ABDUL-KARIM, S. Incidence of Football and Futsal Injuries Among Youth in Malaysian Games 2018. **Malaysian Orthopedic Journal**, v. 14, p. 28-33, 2020.

ALANO, T. F., et al. Lesões mais frequentes no futsal brasileiro: dados de cinco equipes participantes da Liga Nacional de 2009. **Revista Digital**, v. 15, 2010.

ALVAREZ, J. C., et al. Aerobic fitness in futsal players of different competitive level. **Journal Of Strength and Conditioning Research**, v. 23, p. 2163-6, 2009.

ANDRADE JUNIOR, J. R., et al. Futsal, um sonho olímpico: o jogo de poder fifa x coi. **Pensar a Prática**, v. 19, 2016.

ANGOORANI, H., et al. Injuries in iran futsal national teams: a comparative study of incidence and characteristics. **Asian Journal of Sports and Medicine**, v. 5, 2014.

BEATO, M., et al. Brief review of the state of art in futsal. **Journal of Sports Medicine and Physical Fitness**, v. 56, p. 428-32, 2016.

BERTÉ, J, D. **Um Estudo Sobre o nível de ansiedade estado pré competitivo em atletas de futsal**. Pato Branco. Monografia. 2004.

CICONELLI, A., et al. Quality of life in patients with osteoporosis fractures: Cultural adaptation, reliability and validity of the Osteoporosis Assessment Questionnaire. **Clinical and Experimental Rheumatology**, v. 1, p. 547-551, 1999.

COHEN, M., et al. **Lesões nos Esportes – Diagnóstico, Prevenção e Tratamento**. Rio de Janeiro: Revinter, 2003.

Confederação Brasileira de Futebol de Salão (CBFS). O esporte da bola pesada que virou uma paixão. Disponível em: <https://www.cbfs.com.br/futsal-origem>. Acesso em 07 de junho de 2021.

Confederação Brasileira de Futebol de Salão. Disponível em: <http://www.cbfs.com.br>. Acesso em: 26/07/2021.

CYRIAX, J. H., CYRIAX, P.J. **Manual Ilustrado de Medicina Ortopédica de Cyriax**. 2. ed. São Paulo: Manole, 2001.

DE-BORTOLI, R., DE-BORTOLI, A. L. Análise dos Métodos de Prevenção, Recuperação e Frequência de Lesões Articulares, Traumáticas e Musculares entre Atletas de Futsal que disputam o Campeonato Gaúcho, Série Ouro. In: V Congresso Internacional De Educação Física e Desporto, **Anais**, Chapecó - SC. 1998.

DVORAK, J., et al. Football is the most popular sport worldwide. **American Journal of Sports Medicine**, v. 32, 2004.

FAVRETTO, E., et al. Cardiorespiratory fitness and muscular strength of deaf futsal players. **Journal of Exercise Rehabilitation**, v. 15, p. 424-429, 2019.

Federação Gaúcha de Futebol de Salão (FGFS). História do Futsal. Disponível em: <https://www.fgfs.org.br/index.php/2015-08-01-22-12-57/historia-do-futsal>. Acesso em 05 de junho de 2021.



FLORIT D, et al. Incidence of Tendinopathy in Team Sports in a Multidisciplinary Sports Club Over 8 Seasons. **Journal of Sports Science and Medicine**, v. 18, p. 780-788, 2019.

FREITAS, Igor Brum. *et al.* Análise dos índices de lesões musculares em atletas de futebol do esporte clube internacional de santa maria / novo horizonte – RS. **Disciplinarum Scientia**, Santa Maria, v. 6, p 81-89. 2005.

FURTADO, D. Medicina desportiva. **Gazeta Medica Do Porto**, v. 10, p. 275-276, 1957.

GARRETT, W. E. Muscle strain injuries: clinical and basic aspects. **Medicine and Science in Sports and Exercise**, v. 22, n. 4, p. 436-442, 1990.

GARRETT, W. E. Muscle strain injuries. **The American Journal of Sports Medicine**, v.24, n.6, p.S2-S8, 1996.

GIZA, E., et al. Mechanisms of Foot and Ankle Injuries in Soccer. **The American Journal of Sports Medicine**, v. 31, 2003.

GRISOGNO, V. **Lesões no Esporte**. 2 ed. São Paulo. Martins Fontes, 2000

HAMMIL, J., et al. **Bases Biomecânicas do Movimento Humano**. São Paulo: Manole, 1999.

HEBERT, S., et al. **Ortopedia e Traumatologia – Princípios e Prática**. 3ª Edição. Porto Alegre: Artmed, 2003.

JEBAVY, R et al. The Effect of Traditional and Stabilization-Oriented Exercises on Deep Stabilization System Function in Elite Futsal Players. **Sports (Basel)**, v. 8, p. 153, 2020.

KURATA, M., et al. Incidência de lesões em atletas praticantes de futsal. **Iniciação Científica - CESUMAR**, v. 09, p. 45-51, 2007.

LADEIRA, E. Incidência de lesões no futebol: um estudo prospectivo com jogadores masculinos adultos amadores canadenses. **Revista Brasileira de Fisioterapia**, v. 4, 1999.

LAGO-FUENTES, C., et al. Perceptions of the technical staff of professional teams regarding injury prevention in Spanish national futsal leagues: a cross-sectional study. **Peer J**, v. 8, 2020.

MARTINEZ-RIAZA, L., et al. Epidemiology of injuries in the Spanish national futsal male team: a five-season retrospective study. **BMJ Open Sport & Exercise Medicine**, v. 2, 2017.

MCMURTRY, C., et al. Osteitis pubis in an athlete. **Calcified Tissue International**, v. 38, p. 76-77, 1986.

MEIJA, S., KALB, J.P. Fascitis Plantar, Inercial – Un modelo de tratamiento y sus resultados. **Revista Colombiana de Ortopedia e Traumatologia**, v. 14, n. 2, p 177-122, 2000.

MELO, R. S. Esportes de quadra. Rio de Janeiro: Sprint, 2001.

NASER, N., et al. Physical and physiological demands of futsal. **Journal of Exercise Science & Fitness**, v. 15, p. 76-80, 2017.

NOGUEIRA, M, et al. Injuries in Portuguese Amateur Youth Football Players: A Six Month Prospective Descriptive Study. **Acta Médica Portuguesa**, v. 30, p. 840-847, 2017.

O'DONOGHUE DO. Treatment of injuries to athletes. **Philadelphia**, p. 51-6, 1894.

OKAMOTO T, MASUHARA M, IKUTA K. Acute effects of self-myofascial release using a foam roller on arterial function. **J Strength Cond Res**, v. 28, p. 69-73, 2014.

OLIVEIRA, Michel Bruno Pinheiro. et al. **Prevalência de lesões no futebol amador**. 2010.

PACHECO, M.; et al. Avaliação do tempo de resposta eletromiográfica em atletas de voleibol e não atletas que sofreram entorse de tornozelo. **Revista Brasileira de Medicina do Esporte**, v. 11, 2005.

PERSON, L., RENSTRÖN, P. **Lesões do esporte**. 1. ed. São Paulo: Manole, 2002.

PO, F., et al. La pubalgia da sport. **Ital JSports Traumatology**, v.11, p.47-55, 1989.

RAMIREZ, F. **Uma Perspectiva Psicanalítica para o Treinamento em Equipes de Base de Basquetebol**. Campinas, Monografia. 1999.

RUIZ-PÉREZ, I., et al. Injury incidence, characteristics and burden among female sub-elite futsal players: a prospective study with three-year follow-up. **Peer J**, v. 7, p. 79-89, 2019.

SAFRAN, M. R. *et al.* **Manual de Medicina Esportiva**. 1. ed. Barueri: Manole, 2002, cap.49, p.521

SANTOS, I. A. D., et al. Acute Photobiomodulation Does Not Influence Specific High-Intensity and Intermittent Performance in Female Futsal Players. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, v. 17, 2020.

SCHMIKLI, S. L., et al. National survey on sports injuries in the Netherlands: target populations for sports injury prevention programs. **Clinical Journal of Sport Medicine**, v.19, p. 101-106, 2009.

SEKULIC, D., et al. Importance of Agility Performance in Professional Futsal Players; Reliability and Applicability of Newly Developed Testing Protocols. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, v. 16, 2019.

SNIDER, R.K. **Tratamento das Doenças do Sistema Musculoesquelético**. 1.ed. São Paulo: Manole, 2000.

THAKER, S., et al. The Prevention of Ankle Sprain in Sports. **The American Journal of Sports Medicine**, v. 27, p. 753-760, 1999.

## **ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL: PROJETOS DE VIDA** **Espaços de escuta da juventude**

**José Konzen**<sup>68</sup>

**Lizandra Andrade Nascimento**<sup>69</sup>

**Resumo:** O presente artigo aborda a questão da orientação profissional. O objetivo do trabalho é relatar as experiências operacionalizadas a partir do projeto de extensão universitária intitulado Orientação Profissional – Projetos de Vida. A metodologia utilizada contempla a revisão bibliográfica a respeito da orientação profissional e a análise descritiva dos resultados obtidos no decorrer das ações realizadas. Em sua vigência, o projeto contou com ampla participação dos estudantes de Ensino Médio da região de abrangência da 32<sup>a</sup>. CRE. Em 2020 e 2021, o Plano de Ação precisou ser reformulado em virtude da pandemia do novo coronavírus. As atividades foram realizadas em ambiente virtual, contemplando duas escolas e tratando de temáticas indicadas pelos estudantes. Diante disso, torna-se possível concluir que a escolha profissional se configura como um processo amplo e complexo, envolvendo questões ligadas não somente ao perfil dos indivíduos, mas, sobretudo, com as peculiaridades do mundo do trabalho no contexto contemporâneo.

**Palavras-chave:** Mundo do trabalho. Orientação Profissional. Projetos de Vida.

## **ORIENTACIÓN PROFESIONAL: PROYECTOS DE VIDA** **Espacios de escucha juvenil**

**Resumen:** Este artículo aborda el tema de la orientación profesional. El objetivo del trabajo es reportar las experiencias operacionales del proyecto de extensión universitaria titulado Orientación Profesional - Proyectos de Vida. La metodología utilizada incluye una revisión de la literatura sobre la orientación profesional y un análisis descriptivo de los resultados obtenidos durante las acciones realizadas. Durante su vigencia, el proyecto contó con la amplia participación de estudiantes de secundaria de la región cubierta por el 32<sup>o</sup>. CRE. En 2020 y 2021, el Plan de Acción debía reformularse debido a la nueva pandemia de coronavirus. Las actividades se llevaron a cabo en un entorno virtual, abarcando dos escuelas y abordando los temas indicados por los alumnos. Por tanto, es posible concluir que la elección profesional se configura como un proceso amplio y complejo, que involucra cuestiones relacionadas no solo con el perfil de las personas, sino, sobre todo, con las peculiaridades del mundo del trabajo en el contexto contemporáneo.

**Palabras-clave:** Mundo del trabajo. Orientación profesional. Proyectos de vida.

---

<sup>68</sup> Formado em Administração pela URI-SLG. Acadêmico de Ciências Contábeis. Mestrando em Educação pela URI-FW. Bolsista de extensão de 2017 a 2020. E-mail: jkonzen41@gmail.com.

<sup>69</sup> Professora orientadora. Doutora em Educação pela UFPel. E-mail: lizandra\_a\_nascimento@yahoo.com.

## 1 Introdução

Ao longo das sucessivas campanhas de Vestibular da URI – São Luiz Gonzaga, as comissões de divulgação e as coordenações dos cursos técnicos e de graduação entram em contato com as direções das escolas, com professores conselheiros e orientadores educacionais, os quais demonstram preocupação com a insegurança e a indecisão revelada pelos estudantes do Ensino Médio, solicitando respaldo da Universidade para subsidiar as escolhas dos jovens no que tange ao ingresso no Ensino Superior.

Ciente de seu compromisso, enquanto Universidade Comunitária – conforme Portaria Ministerial Nº 665, de 5 de novembro de 2014, a URI – São Luiz Gonzaga se propõe a colaborar com as escolas e as famílias dos jovens da microrregião de São Luiz Gonzaga, por meio do Projeto **Orientação Profissional – Projetos de Vida**, com vistas a promover ações diversificadas voltadas à escuta dos anseios dos estudantes, à ampliação dos conhecimentos dos mesmos a respeito dos diferentes cursos e profissões disponíveis na contemporaneidade e à orientação profissional.

No decorrer do projeto, utilizamos uma perspectiva ampla, voltada não apenas à reflexão sobre o trabalho, mas, sobretudo, sobre o sentido da vida e a necessidade de desenvolvimento das múltiplas lateralidades humanas. Assim, mais do que auxiliar os jovens na escolha de uma profissão, buscamos subsidiá-los em um processo de reflexão sobre sua pertença ao mundo e sua inserção na comunidade como cidadãos e como profissionais competentes e comprometidos com o desenvolvimento regional.

Nas edições anteriores do projeto, detectamos, entre os estudantes de Ensino Médio, um considerável decréscimo no desejo de cursar o Ensino Superior (cerca de 40%). Tínhamos a pretensão de desenvolver, em 2020/2021, encontros para diálogo com os estudantes do Ensino Médio da região de São Luiz Gonzaga (32ª. CRE), para conhecer o perfil dos jovens e quais são os seus anseios, com vistas a compreender esse fenômeno, indagando por que para alguns a Universidade deixou de fazer parte de seus projetos de vida.

Em decorrência da pandemia do novo coronavírus, tornou-se necessário reestruturar o Plano de Trabalho, posto que foi adotado nas escolas o sistema de aulas on-line, inviabilizando os encontros programados. As ações do projeto limitaram-



se a duas escolas, sendo uma da rede privada e outra da rede pública, desenvolvendo encontros em ambiente virtual com os estudantes, como descreve o presente artigo.

### **Orientação Profissional – Projetos de Vida**

A execução do Projeto de Extensão Universitária **Orientação Profissional – Projetos de Vida**, tem propiciado o avanço na compreensão do tema, bem como o contato com a realidade das Escolas de São Luiz Gonzaga e região, especialmente, para conhecer as expectativas dos alunos de terceiro ano do Ensino Médio quanto a sua inserção no mundo do trabalho. Nesse processo, averiguamos que a escolha profissional configura-se como um tema é complexo e multifatorial, envolvendo subtemas primordiais, como:

- o entendimento da adolescência e suas especificidades, posto que, além das vivências e transformações próprias desta etapa do desenvolvimento, ainda há a questão da opção por um ramo profissional, trazendo novos dilemas e desafios aos jovens;

- a análise da realidade do mercado de trabalho contemporâneo e suas mudanças, as quais requerem novas habilidades e competências dos indivíduos, demandando processos formativos dinâmicos e contextualizados;

- a influência familiar nas escolhas dos jovens, em geral, marcada pelas expectativas dos progenitores com relação ao futuro dos filhos;

- o papel da escola na abertura de espaço para que, além de desenvolverem suas potencialidades, possam conhecer melhor a si mesmos e as possibilidades que o mercado de trabalho oportuniza no cenário atual;

- os desafios do mundo do trabalho, uma vez que a inserção nesta esfera requer que os indivíduos compreendam o significado daquilo que fazem, de modo que possam realizar-se pessoal e profissionalmente.

Para Krawulski (1991), a Orientação Profissional diz respeito ao acesso a informações profissionais sobre cursos, mercado de trabalho, oportunidades, especializações, como também ao papel de auxiliar aos jovens a fazerem uma reflexão sobre a relevância do trabalho. Desse modo, a orientação profissional propicia mais do que a escolha de uma ocupação ou emprego. Mais do que isso, permite a reflexão sobre a adequação das próprias potencialidades às exigências do

mercado de trabalho, bem como aos significados do exercício profissional e o espaço que este ocupa na vida dos indivíduos.

Um dos aspectos contemplados na formação educacional e profissional dos estudantes é a análise da diversidade de opções do mercado de trabalho e a compreensão das habilidades requeridas pelas distintas profissões. Isso porque, o aprofundamento de conhecimentos, a fim de que os jovens percebam que não basta gostar de determinada área, é necessária analisar criticamente a disponibilidade das habilidades requeridas para o exercício desta profissão e estar ciente de quais as exigências deste ramo de atuação, uma vez que, muitos indivíduos frustram-se ao ingressar em determinada área, e, posteriormente, perceber que não possuem condições exigidas nesta função. Dentre tais condições destacam-se habilidades, conhecimentos, inclinações e até desejo.

Diante disso, um dos compromissos de um processo de orientação é propiciar o contato com o mercado de trabalho e com o maior número possível de profissionais, para que os jovens possam dialogar com pessoas que estão atuando nas diferentes áreas, podendo conhecer, amplamente, as dificuldades, as conquistas e os desafios enfrentados no cotidiano. Com base nestas informações, as escolhas poderão ser mais sensatas, baseando-se na reflexão sobre si mesmos (conhecendo suas potencialidades e limitações) e sobre as profissões (averiguando como são os cursos de formação e a realidade do mercado em cada ramo).

Mandelli, Soares e Lisboa (2011, p. 6) afirmam que:

O orientador profissional tem o compromisso social de sensibilizar os jovens para uma escolha profissional/ocupacional coerente com suas possibilidades. E, ainda, para a construção de uma identidade profissional pautada no autoconhecimento, na informação sobre o mercado de trabalho e no desenvolvimento de um posicionamento crítico e consciente a respeito de suas escolhas e de suas limitações. É necessário compreendermos a OP para além da escolha do curso universitário, posicionando-a como facilitadora de escolhas.

Orientar os estudantes envolve a responsabilidade pela escuta dos anseios dos mesmos, em primeira instância, para que se sintam acolhidos e compreendidos. A seguir, é preciso promover o autoconhecimento, de modo que os jovens reflitam sobre si mesmos e busquem a superação de possíveis limitações, percebendo-se capazes de avançar em termos de conhecimentos e de habilidades. O passo seguinte refere-

se à leitura de mundo, tal como a concebe Paulo Freire (1996), a partir da qual os indivíduos podem entender de forma crítica o contexto em que se inserem, verificando a profissão não apenas como forma de assegurar o sustento próprio e da família, mas como meio de desenvolver-se e de exercer a cidadania, contribuindo para a edificação de um mundo melhor para o coletivo.

Por esta razão, concordamos com a concepção de orientação profissional enquanto projeto de vida, como defendem Mandelli, Soares e Lisboa (2011, p. 8), o projeto de vida está associado a uma possibilidade de futuro, implicando um movimento através da temporalidade. Segundo as autoras, quando se trata de projeto refere-se a possibilidades de vir a ser, de "[...] identidades futuras possíveis. Todas poderiam estar expressando a inesgotável plasticidade do humano contida naquela tenra vida" (CIAMPA, 1987, p. 35).

De acordo com Ciampa (1987), cada um configura uma identidade pessoal a partir de suas relações sociais, de suas histórias de vida. Assim sendo, o projeto de vida não apenas reproduz a cultura, mas constitui-se como possibilidade de mudança. Portanto, como argumenta Soares (2002, p. 76):

[...] o projeto é, ao mesmo tempo, o momento que integra em seu interior a subjetividade e a objetividade e é, também, o momento que funde, num mesmo todo, o futuro previsto e o passado recordado. Pelo projeto, se constrói para si um futuro desejado, esperado.

Conceber a orientação profissional como constituição de projeto de vida vincula-se com a integração das múltiplas dimensões humanas e com a canalização das potencialidades individuais para a realização pessoal e profissional. Nessa perspectiva, a noção de planejamento torna-se fundamental, para que os estudantes possam elaborar seus planejamentos, organizando sua trajetória e estabelecendo as principais atividades e comportamentos necessários para o alcance de objetivos e metas.

O projeto é a antecipação no futuro dessa trajetória e biografia, na medida em que busca, através do estabelecimento de objetivos e fins, a organização dos meios através dos quais esses poderão ser atingidos. [...] O projeto e a memória associam-se e articulam-se ao dar significados à vida e às ações dos indivíduos, em outros termos, à própria identidade (VELHO, 1994, p. 101).

Dessa maneira, buscamos contribuir com os jovens, a partir do diálogo e da troca de informações, para que possam fazer escolhas com segurança e tranquilidade, elaborando projetos de vida. Ou seja, mais do que simplesmente escolher uma ocupação e uma forma de ingresso no mercado de trabalho, espera-se que os indivíduos possam refletir sobre o sentido da vida e sobre as inúmeras possibilidades de realização.

Bohoslavski (2007) considera que o indivíduo ao decidir sobre sua profissão tem um grande desafio, pois não é somente definir o que fazer, mas fundamentalmente, definir quem ser e, ao mesmo tempo, definir quem não ser. Optar por uma atividade profissional supõe assumi-la como parte de sua vida e de sua identidade. Conforme o autor, o *que fazer*, implica em um *quem ser*. Isso gera uma crise por implicar na fixação de um modo de ser e na renúncia de outras possibilidades. Ao escolher, deixa-se de lado outras opções. Portanto, a escolha ocupacional, como qualquer outro comportamento, supõe conflitos, e modos de enfrentá-lo e resolvê-los.

Diante disso, as ações desenvolvidas permitiram dialogar com o público jovem e conhecer seus anseios, inquietações e percepções. Estes elementos são fundamentais para o planejamento das oficinas, uma vez que é necessário adequar as propostas aos interesses dos participantes e contribuir, efetivamente, com a escolha da futura profissão, diminuindo a ansiedade que costuma perpassar esse momento. Nesse processo, além de conhecer o perfil dos estudantes de Ensino Médio, tivemos a oportunidade de analisar as transformações ocorridas na forma de organização familiar.

Uma das principais constatações relaciona-se com o papel da mãe, que foi indicada pelos participantes da pesquisa como principal referência para os indivíduos. Também verificamos que, juntamente com os pais, os professores influenciam na escolha profissional, sendo orientadores importantes nesse processo.

As ações operacionalizadas por meio do projeto buscam proporcionar aos estudantes momentos de reflexão sobre a vida acadêmica, e minimizar o sentimento de insegurança em relação à esta nova etapa da vida. Assim sendo, mais do que respostas sobre que profissão seguir, buscamos oferecer suporte aos indivíduos, amenizando as pressões e angústias relacionadas à escolha da atividade laboral. Por

esta razão, pensamos as oficinas como espaços de reflexão e de diálogo, em que além de conhecer as distintas áreas profissionais, os participantes possam conhecer suas potencialidades, suas fragilidades e seus anseios. Isso porque, o autoconhecimento é fundamental para escolhas coerentes e exitosas.

Com base nesses pressupostos, desenvolvemos, no segundo semestre de 2020 e no primeiro semestre de 2021, encontros em duas escolas de São Luiz Gonzaga, contando com a participação de 100 alunos de Ensino Médio:

**Tabela 1 – Alunos participantes no Projeto no Período Agosto/2020 a Julho/2021**

<b>Agosto a Dezembro de 2020</b>	
Escola de Educação Básica da URI-SLG	18 alunos
ETE Cruzeiro do Sul	32 alunos
<b>Março a Julho de 2021</b>	
Escola de Educação Básica da URI-SLG	15 alunos
ETE Cruzeiro do Sul	35 alunos

**Fonte:** Equipe do projeto.

Ao dialogarmos com os estudantes, constatamos que a maior ansiedade vivenciada no período não tem relação com a escolha profissional, mas envolve o medo diante da pandemia do coronavírus. Dessa forma, procuramos trabalhar com temas como: inteligência emocional, resiliência, empatia e relações interpessoais em tempos pandêmicos.

Durante os encontros, foi possível perceber que os debates contribuíram para amenizar a ansiedade dos jovens. Uma das educadoras que acompanhou o processo, responsável pela área de Linguagens relatou mudanças de comportamento nos educandos antes e após os encontros. Segundo a docente, muitos estudantes apresentavam desesperança e pessimismo com relação ao futuro, traços que foram amenizados depois da participação no projeto.

### **Considerações Finais**

A realização do Projeto Orientação Profissional Projetos de Vida permite compreender que a Universidade tem um papel significativo junto às escolas, em especial no que se refere ao Ensino Médio. A aproximação entre Ensino Superior e Educação Básica é imprescindível a fim de oportunizar a construção de uma ideia de



continuidade e o desenvolvimento do gosto pelos estudos, bem como, para permitir que os estudantes elaborem e vivenciem projetos de vida, em que ousem ampliar os horizontes de formação pessoal e profissional.

Os profissionais da educação e da Psicologia podem oferecer importante suporte aos jovens no processo de escolha dos caminhos a serem seguidos pelos indivíduos na profissão/carreira. Fica evidente que o profissional que realiza a orientação profissional não é responsável por indicar uma profissão para o aluno como promessa de realização pessoal e profissional. A decisão deve ser do orientando. O orientador terá como foco os processos de autoconhecimento, de conhecimento das profissões e de exploração de oportunidade e da realidade do mundo do trabalho.

Um dos principais pontos de ancoragem dessa tarefa deve ser o respeito às escolhas, às vontades e aos interesses dos estudantes. Além disso, nos processos de orientação profissional em grupo, o orientador precisa reforçar a necessidade de respeito entre os colegas, sem julgamento das escolhas dos demais.

Dessa maneira, é importante questionar estereótipos e ideias pré-concebidas que, por vezes, são reproduzidas e acabam por ampliar a ansiedade dos jovens no processo de decisão. Noções como a de que existem profissões mais bem remuneradas e com maior status social, atividades da moda no momento, influência das mídias na popularização de determinadas áreas, em detrimento de outras. Por isso, quanto mais crítico e reflexivo for o processo, melhor, posto que abrirá espaço para a reflexão, sem priorizar certas áreas e marginalizar outras.

Para estruturar um processo de orientação profissional dessa forma, o orientador precisa de amplo autoconhecimento, procurando refletir sobre sua própria trajetória, sobre o próprio direcionamento de carreira. É relevante que o profissional problematize suas próprias concepções, livrando-se de possíveis preconceitos e estereótipos, reflita sobre as influências que recebeu em sua caminhada, bem como sobre suas percepções sobre trabalho e carreira. Isso é importante para que o profissional não repasse, inconscientemente, tais posicionamentos e noções aos orientandos.

Outro aspecto significativo é a necessidade de compreender as particularidades dos alunos, evitando preconceitos e discriminações de qualquer tipo. Os alunos têm especificidades, mas todos podem construir projetos satisfatórios e

prósperos de futuro, independente de sua condição socioeconômica, cultural ou familiar. Não importa de onde vêm nossos alunos, mas onde querem chegar e a capacidade de mobilizar esforços para atingir objetivos e metas.

Sendo assim, fica claro que o papel do orientador não é o de julgar ou de apontar um caminho dado como certo. Seu papel é propiciar a reflexão, o autoconhecimento e a ampliação do entendimento do mundo do trabalho, para que os estudantes tenham mais elementos para fazer escolhas com menos ansiedade e mais segurança. Importa fazer uma intervenção positiva, oferecendo apoio e suporte para que os jovens ampliem seus conhecimentos sobre si mesmos (habilidades, conhecimentos, aptidões, interesses) e sobre o mundo do trabalho (carreiras, oportunidades, adequação das habilidades requeridas pelas profissões com as suas características pessoais, futuro).

Também é salutar estabelecer uma relação de confiança, combinando com o grupo sobre a confidencialidade das questões tratadas no decorrer dos encontros de orientação profissional, para que as tratativas fiquem entre os participantes. E, se alguém desejar compartilhar dados com alguém de fora o façam apenas sobre pontos pessoais e não sobre os demais.

No decorrer das distintas edições do projeto, evidenciou-se a necessidade de permanente atualização, buscando o aprimoramento com humildade e disponibilidade para aprender. Torna-se significativo ressignificar, constantemente informações sobre as profissões, sobre as transformações do mundo do trabalho, mudanças nas legislações e direitos trabalhistas, dentre outros fatores importantes.

Para que o orientador seja eficiente na condução do processo é relevante que ele próprio amplie suas competências e habilidades, demonstrando aos jovens que qualquer carreira que sigma demanda a busca constante de aperfeiçoamento e o que as nossas escolhas vão se transformando para acompanhar as mudanças da sociedade como um todo. A humildade também é indispensável no sentido de reconhecer quando sua competência não é suficiente e o mais adequado é encaminhar o orientando para outro profissional ou buscar supervisão para aprimorar suas técnicas.

Por fim, o planejamento é fundamental para que o processo ocorra da melhor maneira possível. Desse sentido, deve-se manter o foco nas questões ligadas a

orientação profissional, evitando abordar questões que não competem a esse foco. O orientador não precisa saber tudo, até porque isso é impossível, mas precisa buscar o máximo de formação e de competências para servir como suporte às escolhas profissionais dos jovens, buscando atribuir a esse processo mais segurança e tranquilidade, resultando em maior autoconhecimento e realização.

Por fim, vale salientar as peculiaridades vivenciadas em 2020 e 2021, devido à pandemia do novo coronavírus. Diante de tantas incertezas, do medo real provocado pelo vírus, do luto frente a tantas perdas, obviamente vieram à tona outras temáticas, demandando diálogos voltados a amenizar a ansiedade dos estudantes. É preciso sensibilidade para perceber o que é prioritário em cada momento. E, diante da ameaça à vida, à sobrevivência, a escolha profissional tornou-se, temporariamente, uma questão secundária. Passado esse momento triste e desafiador da história da humanidade, esperamos poder retomar o projeto e ter, novamente, encontros alegres e produtivos com os jovens, contribuindo para que suas escolhas sejam as mais adequadas aos seus perfis e aos seus projetos de vida e de construção da própria felicidade.

## REFERÊNCIAS

BOHOSLAVSKY, R. (2007). **Orientação Vocacional — Teoria e Ideologia**. São Paulo: Cortez.

\_\_\_\_\_. (2002). **Orientação vocacional: a estratégia clínica**. São Paulo: Martins Fontes.

CIAMPA, A. C. (1987). **A estória do Severino e a História da Severina: um ensaio de Psicologia Social**. São Paulo: Brasiliense.

D'ANGELO, H. O. (1994). **Modelo integrativo del proyecto de vida**. Habana: Provida.

FERRETTI, C. J. (1988). **Uma nova proposta de orientação profissional**. São Paulo: Cortez.

LISBOA, M. D. (1995). **Orientação Vocacional/Ocupacional: projeto profissional e compromisso com o eixo social**. Dissertação, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

LISBOA, M. D. & WELTER, G. M. R. (2009). Perspectivas da educação e do trabalho no Brasil. Política Democrática - **Revista de Política e Cultura**, (23), 131-138.

LISBOA, M. D. (2010). **O desemprego na juventude**: um estudo sobre o sentido do desemprego para jovens que residem em cidades de sub-regiões produtivas da indústria do calçado, na região Sudeste do país (Pesquisa de Pós-Doutorado). São Paulo: FAPESP.

MANDELLI, Maria Teresa. SOARES, Dulce Helena Penna, LISBOA, Marilu Diez. **Juventude e projeto de vida: novas perspectivas em orientação profissional**. Arq. bras. psicol. vol.63. Rio de Janeiro, 2011.

SOARES, D. H. P. **A escolha profissional: do jovem ao adulto**. São Paulo: Summus, 2002.

VELHO, G. **Projeto e metamorfose**: antropologia das sociedades complexas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

### **1.7 Meio ambiente e educação**

### **1.8 Ciências ambientais e estratégias de inovação para a educação**

**Avaliadores:**

**Cinara Dal Santo Pes**

**Daniela Bortoli Tomasi**

**Juliana do Nascimento Antes**



## PANDEMIA, COVID-19, ASCENÇÃO DO PLÁSTICO E DEGRADAÇÃO AMBIENTAL

Cisnara Pires Amaral<sup>70</sup>



**Resumo:** A pandemia atual traz à tona a fragilidade do meio ambiente em relação à ação antrópica, o descaso e a degradação, deixa claro a soberba e ignorância humana, o desrespeito em relação às diferentes formas de vida. Desse modo, esse artigo pretende realizar uma análise através de uma revisão integrativa, como método para investigar os desequilíbrios ambientais, as Leis e medidas adotadas em relação à utilização de produtos plásticos e à ascensão desse material durante a pandemia do vírus COVID-19. Ainda vivenciamos retrocessos em relação à implantação de Leis que discutam a utilização de sacolas plásticas ou canudinhos. É fundamental a discussão, a adoção de políticas públicas como formas de mitigar as consequências do acúmulo desse material no ecossistema.

**Palavras-chave:** Polietileno. Gestão Ambiental. Desequilíbrios.

### PANDEMIA, COVID-19, PLASTIC RISE AND ENVIRONMENTAL DEGRADATION

**Abstract:** The current pandemic brings up the fragility of the environment in relation to anthropic action, the neglect and the degradation, makes clear the presumption and the human ignorance, the disrespect in relation to the different forms of life. Thus, this article intends to perform an analysis through an integrative review, as a method to investigate environmental imbalances, the laws and measures adopted in relation to the use of plastic products and the rise of this material during the COVID-19 virus pandemic. We still experience setbacks in relation to the implementation of Laws that discuss the use of plastic bags or straws. It is fundamental the discuss, the adoption of public policies as ways to mitigate the consequences of the accumulation of this material in the ecosystem.

---

<sup>70</sup> Docente do Departamento de Ciências Biológicas da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, URI-Santiago. [cisnara.amaral@urisantiago.br](mailto:cisnara.amaral@urisantiago.br)

**Keywords:** Polyethylene. Environmental management. Imbalances.

## 1 Introdução

Compreendemos que a industrialização e a globalização evidenciam a fragilidade das relações que se estabelecem no meio ambiente, o desrespeito com a fauna e a flora aumentam cada vez mais. Vivenciamos épocas nas quais o tráfico de animais, a criação de animais exóticos e selvagens deixam clara a oportunidade de degradação e a possibilidade de mutações, colocando em risco a saúde daquele que está no topo da cadeia alimentar, o homem.

Obviamente a industrialização, o aumento da densidade populacional e o capitalismo, são fatores que afetaram diretamente os recursos naturais, influenciando nosso estilo de vida e nossas decisões. Resta a pergunta: será que ainda conseguiremos realizar a analogia entre desastres ambientais, saúde e meio ambiente? Ainda continuamos a considerar o homem, o centro do universo?

A ética antropocêntrica considera que o ser humano seja o eixo do universo e, portanto, possa usufruir de tudo que está ao seu alcance (FARO, 2017). A necessidade de intervir no mundo, de dominar a natureza por meio de avanços técnicos é reforçada pelas relações de mercado (LEÃO, 2017).

Em contraponto, com a visão dominadora, a natureza traz seus recados sob variadas formas, e uma delas é a reprodução de microrganismos que tornam a saúde humana fragilizada. Santos e colaboradores (2020) relatam que o meio ambiente tem dado respostas indesejadas para aqueles desavisados e destruidores da natureza; para os atentos, tais respostas são efeitos de causas bem conhecidas.

A revista Veja de 15 de julho de 2020, traz a reportagem sobre a redenção do plástico, observando que esses materiais estavam pouco a pouco sendo substituídos. As campanhas de conscientização mostravam a degradação ambiental através do acúmulo desses produtos que têm tempo de vida muito grande, além de demonstrarem aquela foto que viralizou nas redes sociais, de pesquisadores removendo um canudinho das narinas de uma tartaruga.

Essa mesma reportagem relata a ascensão desse material sob várias formas: barreiras físicas, protetores faciais, coberturas em máquinas de pagamento, luvas, jaleco, vedação em pratos e talheres.

Compreendemos que, nesse momento de fragilidade, necessitamos do plástico para proteção contra a infecção. Porém, não podemos deixar de elencar o outro problema que estará em evidência se não ocorrer o estabelecimento de políticas públicas, campanhas de conscientização para a reutilização e recolhimento desse material.

Dessa forma, pretendo realizar uma reflexão em relação às principais medidas adotadas para resgatar do meio ambiente o plástico, enfatizando a importância de políticas públicas e da conscientização de cada pessoa, para colaborar com a coleta desses materiais e possível reciclagem.

## **2 Metodologia**

A pesquisa de revisão integrativa tem caráter qualitativo. A revisão integrativa é um método que proporciona a síntese de conhecimento e a incorporação da aplicabilidade de resultados de estudos significativos na prática (SOUZA; ARAÚJO e CARVALHO, 2009). Trata-se de um estudo com coleta de dados realizada a partir de fontes secundárias, por meio de levantamento bibliográfico, baseada na experiência vivenciada pela autora.

Para o levantamento bibliográfico, utilizaram-se sites de buscas para artigos que fossem publicados nos últimos 10 anos, utilizando-se os descritores e suas combinações: plástico, resíduos sólidos, pandemia COVID-19, políticas públicas e degradação ambiental, nas bases de dados Scielo, Google acadêmico e Science Direct; além da utilização de panoramas dos resíduos sólidos e material pedagógico relacionado aos descritores.

A pergunta norteadora desse artigo está relacionada aos impactos que o excesso de plástico poderá ocasionar no meio ambiente e as principais medidas mitigatórias que já haviam sido adotadas como políticas públicas para combater o excesso desse produto no meio.

A partir da seleção de materiais, realizaram-se as discussões e o levantamento de bases científicas que discutissem o assunto. Desse modo, a partir da interpretação e síntese dos resultados, foram comparados os dados evidenciados ao referencial teórico. Além de identificar possíveis lacunas do conhecimento, foi possível delimitar

prioridades para estudos futuros, produzindo um esquema relacionado aos achados do estudo.

### 3 Resultados e discussão

Deve-se salientar a dificuldade em encontrar artigos que salientem o acúmulo do plástico, as Leis sancionadas ou ainda a ascensão desse material na atual pandemia e sua relação aos desequilíbrios ambientais. Foram utilizados os descritores para seleção de artigos, porém os resultados foram praticamente nulos, daí a necessidade de buscar outros materiais, Leis ou Projetos de Lei para abordar o assunto.

Iniciamos a discussão com a exemplificação das Leis e cidades que desenvolvem projetos para combater o excesso do uso de canudos de plástico, sendo o Rio de Janeiro a primeira cidade brasileira a proibir esses produtos, atendendo ao decreto municipal Rio 44.731 publicado dia 17 de julho de 2018, no Diário Oficial do Município, decretando em seu artigo I:

Este Decreto regulamenta a Lei nº 6.384, de 04 de julho de 2018, que obriga restaurantes, bares, lanchonetes, barracas de praia, ambulantes e similares autorizados pela prefeitura a usarem e fornecerem canudos de papel biodegradável e/ou reciclável individual e hermeticamente embalados com material semelhante.

Observa-se um chamamento inicial em uma das maiores cidades do Brasil, para a necessidade da responsabilidade compartilhada em relação as questões ambientais, pois o tempo de decomposição do plástico varia entre 100 e 400 anos (LOPES; ROSSO, 2018); além desses produtos serem responsáveis pela morte de animais marinhos, afetando a cadeia alimentar. Em 13 de janeiro de 2020, o prefeito de São Paulo, Bruno Covas sanciona Lei que proíbe o fornecimento de copos, pratos e talheres de plástico, Lei que só entraria em vigor em janeiro de 2021. A lei traz em seu artigo 1º:

Fica proibido o fornecimento de copos, pratos, talheres, agitadores para bebidas e varas para balões de plásticos descartáveis aos clientes de hotéis, restaurantes, bares e padarias, entre outros estabelecimentos comerciais.

Outro exemplo brasileiro foi a cidade de Fernando de Noronha, que publicou no Diário Oficial do Estado, o Decreto 002/2018, que proíbe a entrada de plásticos na ilha, projeto conhecido como “Plástico Zero”. Proíbe a entrada e comercialização de garrafas plásticas com capacidade inferior a 500 ml, canudos plásticos descartáveis, copos, pratos, talheres e sacolas plásticas; embalagens e recipientes descartáveis de poliestireno expandido (EPS) e o poliestireno extrusado (XPS), popularmente conhecidos como isopor, e destinados ao acondicionamento de alimentos e bebidas e demais produtos descartáveis compostos por polietilenos, polipropilenos e ou similares.

Esse mesmo decreto deixa claro em seu parágrafo único:

O presente Decreto se aplica a todos os estabelecimentos e atividades comerciais da Ilha, incluindo, mas não se limitando a: restaurantes, bares, quiosques, lanchonetes, ambulantes, hotéis, embarcações, pousadas, dentre outros, bem como a todos os moradores e visitantes, os quais deverão, no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias da publicação do presente Decreto, providenciar a retirada de circulação das embalagens e dos recipientes proibidos.

O site “Cidades Inteligentes” realizou busca atualizada em 2019, informando as cidades brasileiras que já realizaram ou estão com processos de tramitação em relação ao uso de canudinhos de plástico. Dentre os 27 Estados Brasileiros, 23 já iniciaram processos de discussão sobre a utilização de canudinhos plásticos e em 52 cidades brasileiras já foi sancionada a Lei de restrição em relação à utilização desse produto. Observa-se que essa demanda já é significativa, visto que, apesar de não existirem leis federais que incentivem esse processo, os Estados já compreenderam a importância da utilização de medidas mitigatórias em relação ao meio ambiente. Porém, não podemos deixar de notar que existem poucas cidades em cada estado que estão pensando nesse tipo de ação ambiental.

Em relação à Lei Federal, está em tramitação o Projeto de Lei (PL) 10.355/2018 que discute a fabricação, comercialização de canudos descartáveis em todo o território nacional; além de discutir a utilização desse produto em plástico. Nota-se o descaso em relação a essa PL, pois a demora em discutir tal Lei, a falta de vontade política ou a falta de discussões na mídia ou redes sociais sobre as consequências de



sua utilização deixam a população à mercê dos malefícios que o produto pode causar na cadeia alimentar. Além do que, em outros países, esse processo já iniciou no ano 2000. Nota-se um retrocesso em relação à legislação adotada em outros países.

Um estudo elaborado pela ONU em parceria com World Resources Institute (WRI) denominado “Limites Legais sobre plásticos e microplásticos de uso único: uma revisão global das leis e regulamentação nacional” argumenta que, a cada ano, 8 milhões de toneladas de plástico acabam nos oceanos, interferindo na vida marinha, pesca e turismo. Destaca a importância da criação de Legislações, pois essas leis podem incluir desde a produção até sua inserção no mercado, ocorrendo a proibição, regulamentação quanto ao fornecimento, distribuição, tributação e responsabilidade compartilhada.

Em novembro do corrente ano, foi lançado o “Atlas do Plástico: fatos e números sobre o mundo dos polímeros sintéticos”, pela Fundação Heinrich Böll. Esse material deixa claro que, só no Brasil, são mais de 11 milhões de toneladas de plástico, o que coloca o país como 4º maior produtor de lixo plástico no mundo e salienta que a reciclagem é apenas a segunda forma mais eficiente de resolver o problema. A opção melhor e mais simples é não produzir, nem consumir tanto plástico.

Entre 1950 e 2017, foram produzidas cerca de 9,2 bilhões de toneladas de plástico, representando uma média de 400 milhões de toneladas de plástico produzido ao ano, sendo que apenas 9% são recicladas. Os países que mais produzem lixo plástico são: em primeiro lugar, os Estados Unidos, com aproximadamente 70,782 milhões de toneladas ao ano; depois a China, com 54,740; em terceiro lugar a Índia, com 19,311 milhões. O quarto lugar, com 11,3 milhões de toneladas de plástico produzidas ao ano é do Brasil (ATLAS DO PLÁSTICO, 2020).

No Brasil, 78,3 milhões de toneladas de resíduos sólidos produzidos por ano, 13,5% são de plástico, o equivalente a 10,5 milhões de toneladas (SELURB, 2018). Isso faz com que o país seja um dos grandes campeões quando o assunto está relacionado aos polímeros, indicando que, a cada ano que passa, mais difícil fica reverter essa situação (MONTENEGRO; VIANNA e TELES, 2020).

Infelizmente, a pandemia do covid-19 trouxe à tona a utilização dessa matéria prima em larga escala, principalmente com o serviço de *delivery*, *self service*, uso hospitalar e com a compra de eletroeletrônicos, o que compromete a homeostase do

meio, antecedendo uma tragédia ambiental. Assim sendo, torna-se imprescindível a discussão de medidas mitigatórias.

Buckeridge e Philippi Junior (2020) compreendem a importância das políticas públicas como meio para mitigar esses impactos, porém deixam claro que o sucesso dessa ação depende de sua própria concepção. E relatam: “Se, por exemplo, uma política pública é concebida por atribuição unitária - ou seja, por acreditar que um problema complexo pode ser resolvido através de ações específicas sobre algumas de suas causas - ao invés de usar um ponto de vista sistêmico e cientificamente embasado - as soluções podem se apresentar como carentes do “choque” e, na maioria dos casos, são fadadas ao fracasso”.

Montenegro, Vianna e Teles (2020) relatam que o consumo de plásticos descartáveis e de materiais hospitalares disparou. São máscaras, luvas e embalagens plásticas que inundam nossas casas, ruas, praças e praias. Sem uma combinação de esforços coletivos para reduzir o impacto deste tsunami plástico, podemos entrar nesta terceira década do século XXI em um mar de problemas. Apesar de apresentados como uma solução simples e barata para lidar com a crise sanitária vivenciada, pouco se fala sobre o impacto que isso terá na vida da população e do ambiente.

Levando em conta a utilização de máscaras descartáveis utilizadas durante a pandemia, Montenegro, Vianna e Teles (2020) observam que cada máscara pesa por volta de 3 gramas, e ressaltam que esse fato levaria a uma dispersão de mais de 387 mil toneladas de plástico, o equivalente ao peso de 388 estátuas do Cristo Redentor por mês. Afirmam que no Brasil, seriam 10,5 mil toneladas de plástico, o equivalente ao peso de 9 estátuas do Cristo Redentor.

A Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (ABRELPE) observa que a média de lixo hospitalar por pessoa infectada e internada para tratamento de COVID-19 tem sido de 7,5 quilos por dia, setes vezes mais do que a média diária de produção de lixo por habitante (1,1 kg/dia).

Obviamente estamos vulneráveis a novas pandemias, ao lixo excessivo e ao acúmulo de animais vetores de doenças, que se acumulam nos lixos; além dos microplásticos que fazem parte da cadeia alimentar. Após 10 anos de implementação da Política Nacional dos Resíduos Sólidos (PNRS), Lei 12.305/10, ainda temos

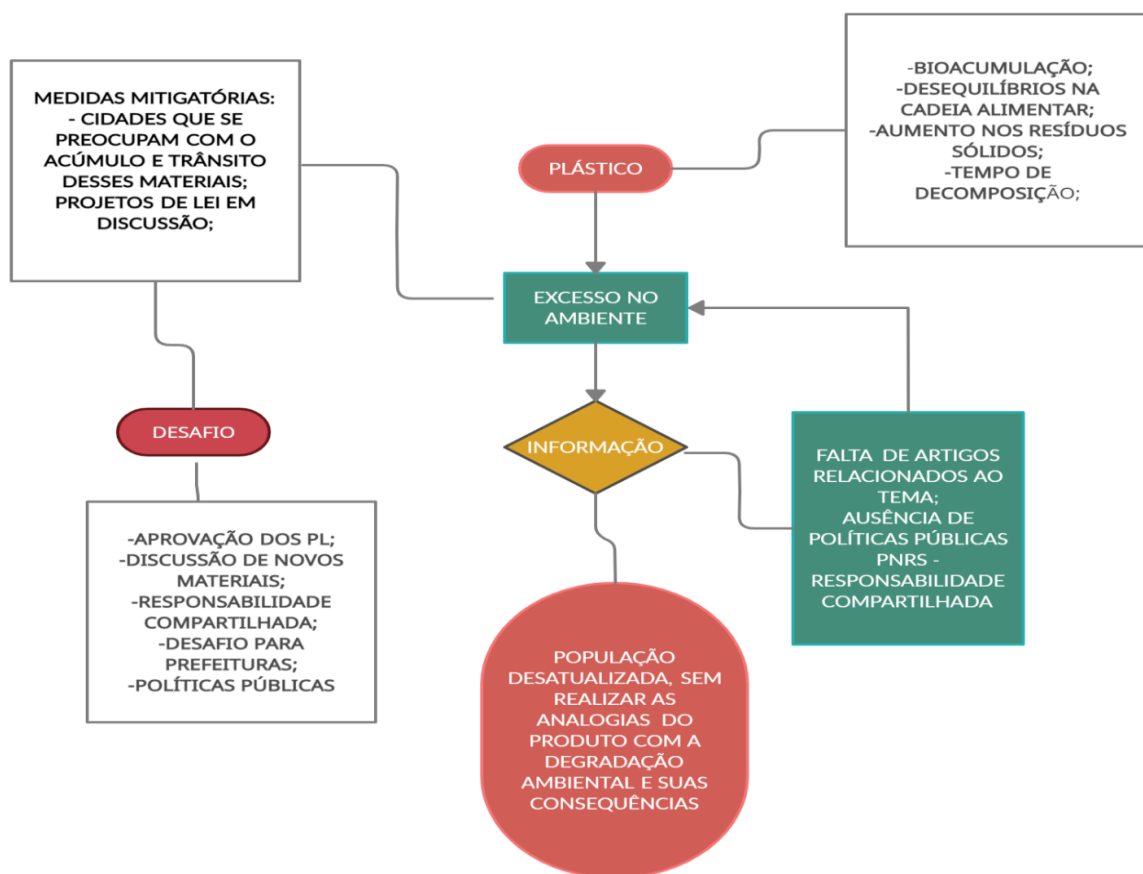
descartes de lixo em locais inadequados, lixões a céu aberto, insuficiência da logística reversa e pouco incentivo à reciclagem. Desse modo, temos que nos preocupar com os índices alarmantes em relação ao aumento no uso do plástico e suas consequências.

Layrargues (2020) salienta que o século XXI vivencia o recuo da conciliação entre o mercado e a natureza, entre a economia e a ecologia. Esse fato levou à demarcação de uma nova era nas relações do poder antagônico e desigual entre o desenvolvimento e a sustentabilidade, pondo um fim à era da bonança ambiental.

Infelizmente, os indicadores de sustentabilidade evidenciam que a tendência é desanimadora, pois a cada ano aumenta a dívida ecológica e a pegada ambiental se aprofunda, a crise ambiental já se instalou (LAYRARGUES, 2020).

Para finalizar as discussões, a revisão integrativa utilizada permite a elaboração da sistematização dos dados pesquisados:

Figura 1 – Sistematização de dados relacionados à pesquisa.



Fonte: Elaborado pela autora

A figura deixa claro que o excesso do plástico no ambiente será responsável pela bioacumulação, ou seja, acumulação de matéria não degradada no ciclo da cadeia alimentar, pois temos os microplásticos liberados no ambiente, encontrados no solo, ar e água. Desde o início da produção em massa do plástico, em meados do século XX, a contaminação ambiental por esse material antropogênico tem sido crescente e cada vez mais aparente, sendo até considerado um indicador geológico (OLIVATTO et al, 2018). Além dos resíduos plásticos maiores, existe uma preocupação ambiental em relação a partículas inferiores a 5 mm, denominadas microplásticos (ARTHUR; BAKER; BAMFORD, 2008).

Esses materiais são encontrados principalmente na cadeia alimentar marinha. Os artigos escritos por Iñiguez, Conesa e Fullana (2017) e Prata (2018) deixam claro que o tamanho reduzido dos microplásticos facilitam sua ingestão pelos organismos aquáticos, comprometendo os níveis tróficos inferiores, o que apresenta riscos físicos já comprovados para esses organismos como à obstrução do trato digestivo, o que limita a entrada de alimentos, levando o animal à desnutrição, estresse e alterações hormonais que comprometem a sua taxa de reprodução e crescimento.

Outros fatores são o tempo de decomposição do produto; a falta de Lei Federal para tratar o assunto; o descaso em relação aos Projetos de Lei (PL) em tramitação; o desafio das prefeituras em propor políticas públicas que enfatizem a responsabilidade compartilhada e a coleta seletiva; a fiscalização em relação ao PNRS, Lei 12.305/2010; a falta de informações científicas disponíveis à população; a falta de discussão na mídia.

Dependemos da ação política, da ação individual e principalmente da conscientização em relação ao descarte desse resíduo, que acaba fazendo parte das paisagens das ruas, parques, praças e praias. Necessitamos sim de apoio e leis federais, estaduais e municipais; porém, necessitamos conscientização em relação a degradação do ambiente e suas consequências.

Esse processo de conscientização é lento e gradual, e as discussões se fazem necessárias para que possamos identificar hábitos e atitudes, pois também somos responsáveis pela utilização do produto. A Pandemia traz à tona a utilização do produto sem precedentes, fica o convite à discussão, pois, certamente, esse será um dos problemas futuros a serem enfrentados pela população.

E nesse momento nosso único objetivo, deverá ser o de restabelecer a homeostasia entre ser humano, meio ambiente e progresso. Sair da zona de “conforto” não é tarefa fácil, temos que compreender a responsabilidade compartilhada, efetivar a Educação Ambiental nos diferentes segmentos da sociedade, reverter a cultura de destruição arraigada em nossa história. Mudar as concepções de “exploração” e “conquista”, reverter os valores da raça humana (AMARAL, 2020).

### **Considerações Finais**

A revisão integrativa permitiu compreender, através da pergunta norteadora, que ainda faltam artigos, teses ou materiais pedagógicos que abordem os desequilíbrios ambientais relacionados ao plástico no meio ambiente e as principais medidas mitigatórias para combater o problema ambiental. Ao mesmo tempo, salientou que ainda vivenciamos retrocessos em relação a implantação de Leis que discutam a utilização de sacolas plásticas ou canudinhos, materiais encontrados em diversos biomas, que afetam a vida de muitos animais.

Que além das sacolas plásticas ou canudinhos, temos o problema relacionado aos microplásticos, materiais pouco estudados, que estão compondo a biota de diferentes ecossistemas, causando problemas na cadeia alimentar; além da bioacumulação em diferentes tecidos. Observa-se que, a passos lentos, muitas cidades do Brasil discutem a utilização desses materiais, porém, a pandemia do COVID-19 estagnou essas discussões, pois ainda precisamos do plástico para evitar a contaminação em relação a esse agente etiológico.

Dessa forma, ficam claras que são necessárias discussões acerca desse impacto que ocorrerá após pandemia, da promulgação de Leis e Políticas Públicas para minimizar o impacto no ecossistema, pois já temos 10 anos da promulgação da Lei 12.305/20 que institui a PNRS, deixando a mercê a discussão primordial: a ascensão do plástico e suas consequências.

### **REFERÊNCIAS**

ABRELPE – Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Urbana e Resíduos Especiais. **Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil 2020**. Disponível em: <https://abrelpe.org.br/panorama-2020/>, acesso em janeiro de 2020.



AMARAL, C. P. **Análise social da situação dos catadores no Plano de Gestão dos Resíduos Sólidos Urbanos (RSU)**. 1<sup>o</sup> ed. Santiago RS: Casa do Poeta, 2020.

ARTHUR, C.; BAKER, J. E.; BAMFORD, H. A.; Proceedings of the International Research Workshop on the Occurrence, Effects, and Fate of Microplastic Marine Debris, **NOAA Technical Memorandum NOS-OR&R-30**, September 9-11, University of Washington Tacoma, Tacoma, WA, USA, 2008.

BRASIL, 2010. **Política Nacional de Resíduos Sólidos**. Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, altera a Lei 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 8 ago, 2010. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm), acesso em outubro de 2020.

\_\_\_\_\_, 2018. **Projeto de Lei 10355, de 06 de junho de 2018**. Em regime de tramitação, dispõe sobre a fabricação e comercialização de canudos plásticos descartáveis em todo o território nacional. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2177931>, acesso em janeiro de 2021.

BUCKERIDGE, M.S.; PHILIPPI JUNIOR, A. Ciência e políticas públicas nas cidades: revelações da pandemia da Covid-19. **Estudos Avançados**, v.34, n.99, p.141-156, 2020.

DE OLIVEIRA, M.C.B.R. **Gestão de resíduos plásticos pós-consumo: perspectivas para a reciclagem no Brasil**. 2012. 104 f. Dissertação de Mestrado. Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia, UFRJ, Rio de Janeiro, 2012.

FARO, I. **Educação para o meio ambiente**. Campinas, SP: Pontes Editora, 2017.

FERNANDO DE NORONHA, 2018. **Decreto nº 002 de 2 de janeiro de 2018**, dispõe sobre a proibição da entrada, comercialização e uso de recipientes e embalagens descartáveis de material plástico ou similares no Distrito Estadual de Fernando de Noronha. Disponível em: <http://www.noronha.pe.gov.br/instLegislacao.php?cat=3>, acesso em janeiro de 2021.

IÑIGUEZ, M. E.; CONESA, J. A.; FULLANA, A. Microplastics in spanish table salt. **Scientific Reports** 2017, v.7, n.8620, p. 1-7, 2017.

LAYRARGUES, P.P. Pandemias, colapso climático, antiecologismo: Educação Ambiental entre as emergências de um ecocídio apocalíptico. **RevBea**, v.15, n.4, p. 1-30, 2020.

LEÃO, C. A visão antropocêntrica em uma revista de divulgação científica para crianças. In: Leonardo Augusto Luvison Araújo. **Evolução Biológica: da pesquisa ao ensino**. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2017.

LOPES, S.; ROSSO, S. **Bio3**. São Paulo: Saraiva, 2018.

MONTENEGRO, M.; VIANNA, M.; TELES, D.B. **Atlas do plástico: fatos e números sobre o mundo dos polímeros sintéticos**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll Stiftung, 2020.

PRATA, J. C. Airborne microplastics: Consequences to human health? **Environmental Pollution**, v. 234, n., p. 115-126, 2018,

REVISTA VEJA. **A redenção do plástico**, n.29, ano 53, edição 2695, 15 de julho de 2020, p.76-77.

RIO DE JANEIRO, 2019. **Projeto de Lei 3794 de 7 de fevereiro de 2018**. Proíbe a utilização de canudos plásticos, exceto os biodegradáveis, em restaurantes, bares, quiosques, ambulantes, hotéis e similares no âmbito do estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro1519.nsf/1061f759d97a6b24832566ec0018d832/f992767fee4cf7a68325822d006158e6?OpenDocument>, acesso em janeiro de 2021.

SANTOS, A.M.; DIAS, D.P.J; SILVA, F.J et al. Indagações socioambientais e a COVID-19. **Revbea**, v.15, n.4, p.327-346, 2020.

SÃO PAULO, 2019. **Decreto Nº 64.527 de 15 de outubro de 2019**. Regulamenta a Lei nº 17.110 de 12 de julho de 2019, que proíbe o fornecimento de canudos confeccionados em material plástico no Estado e dá outras providências. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2019/decreto-64527-15.10.2019.html#:~:text=Regulamenta%20a%20Lei%20n%C2%BA.,Estado%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAsncias>, acesso em janeiro de 2021.

SELURB, **Sindicato Nacional das Empresas de Limpeza Urbana**. Agência Brasil. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2018-06/brasil-perde-r-57-bilhoes-por-ano-ao-nao-reciclar-residuos-plasticos>, acesso em

SOUZA, M.T.; ARAÚJO, M.D.; CARVALHO, R. Revisão Integrativa: o que é e como fazer. **Einstein**, v.8, n.1, p.102-6, 2009.

UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME. **Legal Limits on single-use plastics and microplastics: a global review of National Laws and Regulations, 2020**. Disponível em: <https://www.unenvironment.org/resources/publication/legal-limits-single-use-plastics-and-microplastics-global-review-national>, acesso em janeiro 2020.

## REDES SOCIAIS: MEIO DE DIVULGAÇÃO E INTEGRALIZAÇÃO DE TEMAS AMBIENTAIS NO CENÁRIO ACADÊMICO

Franco Morais Garay<sup>71</sup>  
Jean Lucas Poppe<sup>72</sup>

**Resumo:** A Internet ajuda na troca de informações científicas entre pesquisadores e sociedade em uma linguagem clara e objetiva, contribuindo para a formação e fortalecimento de uma rede colaborativa de trabalho, pesquisa e divulgação do conhecimento. Uma vez que as mídias digitais estão popularizadas em ambientes educacionais, como as universidades, o acesso à informação é facilitado, podendo ajudar os acadêmicos com relação a compreensão dos fundamentos teóricos dos conteúdos abordados na sala de aula. O presente artigo busca verificar qual é a participação das redes sociais nos processos de acesso à informação pela comunidade acadêmica, especialmente sobre assuntos relacionados à temática sustentabilidade e meio ambiente. Informações referentes ao conhecimento e ao comportamento da comunidade acadêmica sobre a temática sustentabilidade foram obtidas por meio de um questionário composto por oito perguntas objetivas com relação aos temas “Sustentabilidade” e “Conservação Ambiental”. Mais de 50% dos entrevistados utilizam a internet, incluindo as redes sociais, para o acesso às informações socioambientais. Portanto, as redes sociais podem ser consideradas boas fontes de informação para a realização de pesquisas e, de fato, são utilizadas por acadêmicos, porém, processos educacionais no ambiente universitário são fundamentais para instruir os usuários das redes sociais com relação a divulgação e seleção de informações úteis à Ciência.

**Palavras-chave:** Internet. Socioambiental. Sustentabilidade. Universidade.

### SOCIAL NETWORKS: MEANS OF DISSEMINATION AND INTEGRALIZATION OF ENVIRONMENTAL ISSUES IN THE ACADEMIC SCENARIO.

**Abstract:** The Internet helps to exchange scientific information between researchers and society in a clear and objective language, contributing to the formation and strengthening of a collaborative network of work, research and dissemination of knowledge. Since digital media are popularized in educational environments, such as universities, access to information is facilitated, which can help academics to understand the theoretical foundations of the contents covered in the classroom. This article seeks to verify the participation of social networks in the processes of access to information by the academic community, especially on issues related to sustainability and the environment. Information regarding the knowledge and behavior of the academic community on the theme of sustainability was obtained through a questionnaire consisting of eight objective questions regarding the themes “Sustainability” and “Environmental Conservation”. More than 50% of respondents use

<sup>71</sup> Acadêmico do Curso de Direito da URI – São Luiz Gonzaga. E-mail: [franco.garay77@gmail.com](mailto:franco.garay77@gmail.com)

<sup>72</sup> Doutor em Biologia Animal. Docente e Presidente do Comitê de Sustentabilidade Socioambiental da URI – São Luiz Gonzaga. E-mail: [jlucaspope@gmail.com](mailto:jlucaspope@gmail.com)

the internet, including social networks, to access social and environmental information. Therefore, social networks can be considered good sources of information for conducting research and, in fact, are used by academics, however, educational processes in the university environment are essential to instruct users of social networks regarding the dissemination and selection of useful information for Science.

**Keywords:** Internet. Socio-environmental. Sustainability. University.

## 1 Introdução

A Internet ajuda na troca de informações científicas entre pesquisadores e sociedade em uma linguagem clara e objetiva, contribuindo para a formação e fortalecimento de uma rede colaborativa de trabalho, pesquisa e divulgação do conhecimento (GONÇALVES, 2012). Uma vez que as mídias digitais estão popularizadas em ambientes educacionais, como as universidades, o acesso à informação é facilitado, podendo ajudar os acadêmicos com relação a compreensão dos fundamentos teóricos dos conteúdos abordados na sala de aula (GARCIA, 2019).

Nesse cenário, o uso das redes sociais como espaço de discussão reafirma a livre expressão e a democratização do conhecimento, uma vez que é possível o compartilhamento de informações e de diferentes opiniões sobre temáticas diversas, incluindo preservação ambiental e sustentabilidade (VERISSIMO, 2011), contribuindo para a sensibilização social com relação à temas polêmicos (ANDRADE, SANTOS, 2015).

Entre as temáticas polêmicas, tais como o desequilíbrio ambiental e o consumo excessivo dos recursos naturais, as Instituições de Ensino Superior enfrentam um desafio de se tornarem exemplos práticos de sustentabilidade, bem como de capacitar pessoas ambientalmente conscientes (CARNIATTO e STENGING, 2015; GONÇALVES-DIAS et al., 2013). Porém, o debate sobre sustentabilidade ainda é um grande desafio social, mesmo no ambiente universitário (TECHIO et al., 2016). Além disso, é necessário chamar a atenção dos cidadãos para o fato de que sustentabilidade não é apenas preservação ambiental, existindo diversos outros elementos nesta relação (JACOBI et al., 2011).

A partir da análise da relação entre Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), como o acesso às redes sociais por smartphones, e o reconhecimento da importância socioambiental do desenvolvimento mais sustentável, o presente artigo busca verificar qual é a participação das redes sociais nos processos



de acesso à informação pela comunidade acadêmica, especialmente sobre assuntos relacionados à temática sustentabilidade e meio ambiente.

## **2 Metodologia**

### **Local de Estudo**

O estudo foi desenvolvido na Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), campus de São Luiz Gonzaga. Esta IES, com 29 anos de existência, atua de forma destacada e positiva no avanço socioambiental da região em que está inserida, por meio de ações extensionistas e de pesquisa do Comitê Universitário de Sustentabilidade Socioambiental. Atualmente, a instituição oferta cursos de graduação em Fisioterapia, Educação Física, Administração, Ciências Contábeis, Direito e Engenharia Elétrica.

### **Crerios Éticos**

Os métodos de trabalho aplicados no presente estudo foram aprovados pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI, campus de Santiago/RS, em conformidade com a Resolução N°466/2012, sob o número do Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE): 82750518.6.0000.5353.

### **Coleta de dados**

Durante o período de março até setembro de 2020, informações referentes ao conhecimento e ao comportamento da comunidade acadêmica sobre a temática sustentabilidade foram obtidas por meio de um questionário composto por oito perguntas objetivas com relação aos temas “Sustentabilidade” e “Conservação Ambiental”. Os questionários foram aplicados de forma online, com auxílio da plataforma Google Formulários, por compartilhamento de *link* de acesso.

### **Análise dos dados**

As respostas foram analisadas por meio de estatística descritiva, buscando a percepção de padrões e índices voltados ao reconhecimento, ao interesse e à



aplicação da sustentabilidade pela comunidade acadêmica. As análises foram desenvolvidas no *Software Excel* (2010).

### 3 Resultados e discussão

Participaram da pesquisa cerca de 20% da comunidade acadêmica, através de 80 questionários respondidos. Destes, cerca de 80% conhecem a definição de sustentabilidade.

Com relação aos meios de acesso às informações socioambientais, 29,8% relataram buscar por informações em sites diversos, 27,4% em jornais e 26,6% nas redes sociais, enquanto que o restante dos entrevistados (16,20%) faz uso das mídias televisivas e de rádios.

Portanto, mais de 50% dos entrevistados utilizam a internet para o acesso às informações socioambientais. A internet tem se tornado mais interativa, ou seja, desde sua criação, tem gradualmente abandonado suas ferramentas originais de escrita e leitura, a fim de se transformar um ambiente mais social, participativo e com o foco na aprendizagem (PATRÍCIO E GONÇALVES, 2010; RECUERO, 2012). Destaca-se, também, que o uso das mídias sociais cresceu durante o cenário pandêmico causado pela COVID-19, devido a mudança repentina de rotina e ao intenso uso dos meios de comunicação em quase todas as atividades do cotidiano, como tarefas de trabalho, para o lazer e para o estudo (SILVA et al., 2020; SHIOZAWA e UCHIDA, 2020).

No contexto educacional, Silva (2010) afirma que o incorporar redes sociais como recurso pedagógico motiva o aluno, uma vez que tais tecnologias já se encontram profundamente inseridas na vida da grande parte das pessoas. Ainda, o uso das redes sociais no ambiente escolar se mostra uma alternativa de promoção do debate de assuntos pertinentes, críticos e científicos (BEDIN, BARWALDT, 2014; BEDIN, DEL PINO, 2017), além de que encoraja o desenvolvimento de novos percursos e práticas de aprendizagem para além do círculo da sala de aula (DIAS, 2013).

Redes sociais como *Facebook*, *Twitter* e *Instagram*, por serem voltadas a postagens de cunho pessoal, auxiliam a desvendar pistas e sinais das opiniões e posicionamentos da sociedade referente a temas de interesse público (FERREIRA, 2014), tal como potencializa a circulação de informações na internet, devido sua forma

ágil e dinâmica de publicação (ZAGO, 2011). Dessa forma, problemas ambientais ganham atenção mais facilmente dos usuários, gerando assim, uma sensibilização social e política na população conectada nas mídias sociais (JACOBI, 2000; OLIVEIRA et. al., 2020).

Por outro lado, junto a ascensão das redes e da internet, emergiram também as *Fake News*, as quais, segundo Neves e Borges (2020), estão relacionadas a desinformação. Uma vez que as tecnologias de comunicação se tornaram populares, foi verificada a incapacidade da população em geral de utilizar esse sistema de informações, devido a presença de informações de relevância e manchetes sensacionalistas (MASSARANI et al., 2021). Nisso, com o objetivo de promover descobertas informacionais, é necessário realizar a verificação do fato antes de disseminá-la, a fim de averiguar o grau de fidedignidade da informação em questão e não causar a desinformação na internet (ZATAR, 2017).

Dessa forma, a inclusão da internet e suas ferramentas no ambiente educacional possibilita o aumento da criticidade dos discentes, formando posicionamento crítico mediante questões sociais e ambientais numa visão geral, bem como facilita a comunicação da universidade com os problemas vivenciados pela comunidade (MENDONÇA, 2019; KENSKI, 1995).

Portanto, a utilização das redes sociais para o acesso à informação no meio acadêmico, se mostra como uma importante ferramenta de inserção dos alunos no debate de problemas sociais, como aqueles associados à temática ambiental e ao desenvolvimento sustentável (DANTAS, 2005; SOUZA et. al., 2017; CASTRO E CAVALCANTE, 2021).

#### **4 Considerações Finais**

As redes sociais podem ser consideradas boas fontes de informação para a realização de pesquisas e, de fato, são utilizadas por acadêmicos, porém, processos educacionais no ambiente universitário são fundamentais para instruir os usuários das redes sociais com relação a divulgação e seleção de informações úteis à Ciência.

#### **REFERÊNCIAS**

ANDRADE, B.O; SANTOS, M.S.T. Extensão rural e cibercultura: o Facebook como ferramenta de promoção da política nacional de assistência técnica e extensão rural. **Revista Extensão Rural, DEAER**. Santa Maria, 2015.

BEDIN, E; BARWALDT R. TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NO CONTEXTO ESCOLAR: interações à luz da sustentabilidade ambiental no viés das redes sociais. **RENOTE - Revista Novas Tecnologias na Educação**, v. 12, nº 1, 2014.

BEDIN, E; DEL PINO, J.C. Sustentabilidade Ambiental nas Redes Sociais: reflexos de uma atividade interdisciplinar. **TEXTURA - Revista de Educação e Letras**, v. 19, n. 41, 2017.

BERNARDES, J.C; VIEIRA, S.C; BONFIM, E.B; SANT'ANA, R.C.G. O uso das tecnologias de informação e comunicação na agricultura familiar: um caminho para a sustentabilidade. **XI Fórum ambiental da Alta Paulista**, p. 113-127, 2015.

CARNIATTO, I; STENDING, A. Ambientalização e sustentabilidade nas universidades em debate. **Revista eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, pg. 299-318, 2015.

CASTRO, T. O; CAVALCANTE, K. L. Importância do uso das tecnologias de comunicação e informação no ensino da Biologia. **Revista Semiárido De Visu**, v. 7, n. 1, p. 88-97, 2021.

DANTAS, A.S. A FORMAÇÃO INICIAL DO PROFESSOR PARA O USO DAS TECNOLOGIAS DE COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO. **HOLOS**, 2005.

DIAS, P. Inovação pedagógica para a sustentabilidade da educação aberta e em rede. **EFT: Educação, Formação & Tecnologias**, v. 6, n. 2, p. 4-14, 2013.

FERREIRA, E. M. A. N. Discursos sobre sustentabilidade nas redes sociais digitais: uma análise no *Twitter*. **Dissertação apresentada para obtenção do título de Mestra em Ciências. Área de concentração: Ecologia Aplicada**, Universidade de São Paulo, Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", Centro de Energia Nuclear na Agricultura, 2014.

[GARCIA, A.P.B. A percepção ambiental no contexto universitário: a relevância de ações estratégicas na gestão organizacional.](#) Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional) - **Universidade do Oeste Paulista – Unoeste**, 2019.

GONÇALVES, M. Contribuições das Mídias Sociais Digitais na Divulgação Científica. Múltiplas facetas da comunicação e divulgação científicas: transformações em cinco séculos. **Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e tecnologia**, p. 168-185, 2012.

GONÇALVES-DIAS, S.L.F; HERRERA, C.B; CRUZ, M.T.S. Desafios (e dilemas) para inserir "Sustentabilidade" nos currículos de administração: um estudo de caso. **Revista de Administração Mackenzie**, pg. 119-153, 2013.

JACOBI, P.R; RAUFFLET, E; ARRUDA, M.P. Educação para a sustentabilidade nos cursos de Administração: reflexão sobre paradigmas e práticas. **Revista de Administração Mackenzie**, p. 21-50, 2011.

JACOBI, P. Meio ambiente e redes sociais: dimensões intersetoriais e complexidade na articulação de práticas coletivas. **Revista de Administração**, Rio de Janeiro, 2000.

KENSKI, V.M. O IMPACTO DA MÍDIA E DAS NOVAS TECNOLOGIAS DE COMUNICAÇÃO NA EDUCAÇÃO FÍSICA. **Motriz. Journal of Physical Education**, UNESP, v.1, n.2, 1995.

MASSARANI, L. M; LEAL, L; WALTZ, I; MEDEIROS, A. Infodemia, desinformação e vacinas: a circulação de conteúdos em redes sociais antes e depois da COVID-19. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, 2021.

MENDONÇA, M.V.C; LIMA, E.F; SOUZA, A.D; DIAS, L.H.A; PEREIRA, E.L.P. A UTILIZAÇÃO DA INTERNET NO ENSINO DE BIOLOGIA: RESÍDUOS SÓLIDOS E SUSTENTABILIDADE, UMA CONEXÃO POSSÍVEL. **Realize Editora**, 2019.

NEVES, B.C; BORGES, J. Por que as Fake News têm espaço nas mídias sociais? Uma discussão a luz do comportamento infocomunicacional. **Informação & Sociedade**, vol. 30, ed. 2, 2020.

OLIVEIRA, R.S; PINTO, G.R; VIZZOTTO, Y.A. O MOVIMENTO AMBIENTALISTA EM REDE: O USO DAS REDES SOCIAIS VIRTUAIS PELO GREENPEACE COMO INSTRUMENTO DE PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE. **Revista Argumentum**, v. 21, n. 1, p. 229-250, 2020.

PATRÍCIO, R.M; GONÇALVES, V. Facebook: rede social educativa? **I Encontro Internacional TIC e Educação**, p. 593-598, 2010.

RECUERO, R. A REDE É A MENSAGEM: Efeitos da Difusão de Informações nos Sites de Rede Social. **Lo que McLuhan no previu**, p. 205-223, 2012.

SHIOZAWA, P; UCHIDA, R.R. Uso das mídias sociais na pandemia. **Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo**, 2020.

SILVA, S. REDES SOCIAIS DIGITAIS E EDUCAÇÃO. **Revista Iluminart**, n. 5, 2010.

SILVA, B.P.R; VELOSO, J.C.S; DE SÁ, V.A.G. Consumo de mídia durante a pandemia. **Universidade, EAD e Software Livre**, v. 2, 2020.

SOUZA, J.A; CIRILO, E.M; SILVA, N.D; RICCI, M.F.C.C.M; RODRIGUES, M.F. A importância das Tecnologias de Comunicação e Informação (TIC) como ferramenta pedagógica na Educação Infantil e nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental. **Revista Mosaico**, v. 8, n. 2, 2017.

TECHIO, E.M; GONÇALVES, J.P; COSTA, P.N. Representação Social da Sustentabilidade na Construção Civil: A Visão de Estudantes Universitários. **Ambiente & Sociedade**, p. 187-205, 2016.

VERISSIMO, F.S. O discurso da sustentabilidade na perspectiva das comunidades virtuais do Facebook. **XVI Seminário Interinstitucional de Ensino, Pesquisa e Extensão**. 2011.

ZATAR, M. Competência em informação e desinformação: critérios de avaliação do conteúdo das fontes de informação. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, p, 285-293, 2017.

ZAGO, G.S. Considerações sobre a circulação de informações em sites de redes sociais. **Fonte: Tecnologia da Informação na Gestão Pública**, n.º 11, p. 70-77, 2011.



## O EDUCAR PELA PESQUISA COMO MODO DE POTENCIALIZAR O ENSINO DE CIÊNCIAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA ANÁLISE DE UM CONTEXTO FORMATIVO

Rosanara Bourscheid<sup>73</sup>  
Judite Scherer Wenzel<sup>74</sup>



**Resumo:** O presente estudo buscou identificar compreensões do Educar pela Pesquisa com direcionamento para o Ensino de Ciências num contexto de formação continuada com professoras que atuam na Educação Infantil. Esta pesquisa foi realizada seguindo os preceitos éticos da pesquisa, aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa, conforme protocolo 31367020.3.0000.5564 e foi aprovada de acordo com o Parecer: 4.646.406. O objetivo da formação consistiu em criar estratégias de diálogo, reflexão teórica e prática sobre os aspectos do Educar pela Pesquisa, visando possibilidades para Ensinar Ciências na Educação Infantil. As professoras foram desafiadas a elaborar um planejamento de ensino que contemplasse Ciências e o Educar pela Pesquisa. A pesquisa é de cunho qualitativo e a análise consistiu num mapeamento de dois planejamentos que foram realizados num dos encontros de formação. Os resultados apontam para a importância da formação continuada dos professores que atuam na Educação Infantil, bem como a necessidade de aprender sobre as etapas do educar pela pesquisa para planejar práticas pedagógicas que contemplem a participação das crianças e as instiguem a perguntar, problematizar, levantar hipóteses e construir argumentos.

**Palavras-chaves:** Ensinar pela pesquisa. Investigar a prática. Socialização dos conhecimentos.

### EDUCATION THROUGH RESEARCH AS A WAY TO POTENTIALIZE SCIENCE TEACHING IN EARLY CHILDHOOD EDUCATION: AN ANALYSIS OF A FORMATIVE CONTEXT

**Abstract:** The present study sought to identify understandings of Educating through Research aimed at teaching Science in a context of continuing education with teachers who work in Early Childhood Education. The objective of the training was to create

<sup>73</sup> Mestranda em Ensino de Ciências. Universidade Federal da Fronteira Sul. rosanarab@hotmail.com

<sup>74</sup> Doutora em Educação nas Ciências. Professora da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) *Campus* Cerro Largo/RS. juditescherer@uffs.edu.br

dialogue strategies, theoretical and practical reflection on the aspects of Educating through Research, aiming at possibilities for Teaching Science in Early Childhood Education. Thus, the teachers were challenged to elaborate a teaching plan that contemplated Science and Educating through Research. The research is qualitative and the analysis consisted of mapping two plans that were carried out in one of the training meetings. The results point to the importance of the continuing education of teachers who work in Early Childhood Education, as well as the need to learn about the stages of educating through research to plan pedagogical practices that include the participation of children, and instigate them to ask, problematize, raise hypotheses and build arguments.

**Keywords:** Teach by research. Investigate the practice. Socialization of knowledge.

## 1 Introdução

O presente artigo contempla uma análise de propostas de aulas que foram planejadas por professoras<sup>75</sup> da Educação Infantil que participaram de uma formação continuada cujo objetivo consistiu em oportunizar às professoras um estudo, diálogo e reflexão teórica e prática sobre os aspectos do Educar pela Pesquisa como modo de potencializar o ensino de Ciências na Educação Infantil.

Compreendemos que a formação continuada é um espaço necessário para que as professoras reflitam, por meio do diálogo teórico e prático, acerca da importância de Ensinar Ciências desde a Educação Infantil. E, ao nos direcionarmos para o Ensino de Ciências, reportamo-nos, conforme Hai *et al* (2020, p.107), à “Ciência na perspectiva de três grandes áreas: ciências físicas, ciência da vida e ciência da terra e do espaço. [...] envolvem conhecimentos de astronomia, biologia, química, geologia, meteorologia, física e matemática.”

Nessa direção, apontamos a importância de as professoras terem oportunidade de construir conhecimentos de aspectos teóricos e metodológicos que possam potencializar o Ensino de Ciências na Educação Infantil, o qual está presente no brincar, na manipulação de objetos, no estímulo à observação e nas diferentes interações e brincadeiras. Importante indicar que as DCN (2010, p.12) indicam que na Educação Infantil é importante trabalhar com um: “[...] conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico”:

---

<sup>75</sup> O uso de professoras no feminino justifica-se por considerar que no grupo de formação teve apenas a participação de mulheres.

A Educação Infantil possibilita o uso da pesquisa como princípio educativo. Pois em seu cotidiano é possível valorizar o conhecimento que os estudantes trazem. Enaltecendo suas vivências fora da instituição de ensino, e trazendo-as para dentro da escola, da sala de aula, para a discussão, problematização, pesquisa e resolução em grupo (THIESEN; VEIGA, 2020, p. 209).

Consideramos importante a construção do conhecimento do professor como mediador do conhecimento, para possibilitar o ensino por meio do Educar pela Pesquisa, com envolvimento e participação das crianças, “isso significa que os alunos passam a ser considerados como sujeitos, capazes de tomar as iniciativas de sua aprendizagem” (MORAES; GALIAZZI; RAMOS, 2012, p.100).

Neste aspecto, a pesquisa em sala de aula pelo Educar pela Pesquisa tem o objetivo de trabalhar a formação no sentido da autonomia e do desenvolvimento da criticidade, oportunizando que as crianças se sintam participantes do processo de ensino e aprendizagem, conforme as necessidades do grupo e da sua realidade.

Para potencializar o Ensino de Ciências no contexto da Educação Infantil, é importante que o professor organize os ambientes e que proponha situações de aprendizagens ricas em exploração, observação e que instiguem a curiosidade das crianças por meio de perguntas, da elaboração de argumentos, oportunizando à criança outra compreensão sobre o mundo em que está inserida. Tais aspectos estão muito próximos do que está contemplado junto ao Educar pela Pesquisa em sala de aula, uma vez que “as respostas aos questionamentos não vêm dos teóricos e dos livros. Vêm dos participantes” (MORAES; GALIAZZI; RAMOS, 2012, p. 97)

Compreendemos, com base na perspectiva histórico-cultural (Vigotski, 1989), que ensinar Ciências na Educação Infantil é importante para qualificar o desenvolvimento da criança. Indicamos que faz parte do currículo e está presente nos objetivos de aprendizagem e nos campos de experiências da Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017). De modo especial, destacamos da BNCC o campo de experiência: espaços, tempos, quantidades, relações e transformações, que traz algumas aproximações com a Ciência, tais como “[...] tempos (dia e noite; hoje, ontem e amanhã etc.), [...] mundo físico (seu próprio corpo, os fenômenos atmosféricos, os animais, as plantas, as transformações da natureza, os diferentes tipos de materiais e as possibilidades de sua manipulação, etc)” (BRASIL, 2017, pp. 42-43).

Tais prerrogativas indiciam que o professor que atua na Educação Infantil necessita de “suporte científico suficiente que o permita ser capaz de dominar tanto os conteúdos científicos, como o meio que leva ao estabelecimento dos conceitos” (HAI *et al*, 2020, p.104). Além do conhecimento, é importante a compreensão de que a escola é fundamental para ensinar às crianças os conceitos científicos por meio de experiências, questionamentos, argumentações que instiguem as crianças a quererem saber mais sobre temas do cotidiano. Ainda, os mesmos autores (2020, p. 104) indicam que “os conhecimentos científicos, por serem uma construção humana, [...] necessitam ser ensinados desde a mais tenra idade, de forma que enriqueçam a experiência da criança”.

Destacamos que, ao dialogar sobre a importância do Ensino de Ciências na Educação Infantil, Arce *et al* (2011, p. 61) indicam que “[...] ao conhecer cada vez mais o mundo em que está inserida, a criança não só compreende melhor, mas ganha ao desenvolver habilidades de raciocínio [...] de imaginação e criação.” Tal visão aproxima-se dos pressupostos da aula com pesquisa que, segundo Galiazzi e Moraes (2002, p.238), “[...] o trabalho de aula gira permanentemente em torno do questionamento reconstrutivo de conhecimentos já existentes”.

A pesquisa em sala de aula precisa do envolvimento ativo e reflexivo permanente de seus participantes. A partir do questionamento é fundamental pôr em movimento todo um conjunto de ações, de construção de argumentos que possibilitem superar o estado atual e atingir novos patamares do ser, do fazer e do conhecer (MORAES; GALIAZZI; RAMOS 2012, p.15).

Para tanto, o professor necessita organizar os ambientes de ensino e propor situações ricas em questionamento, exploração, observação, elaboração de síntese e comunicação, a fim de qualificar a compreensão da Ciência desde a Educação Infantil e contemplar as etapas do Educar pela Pesquisa: “[...] o questionamento, a argumentação, a crítica e a validação dos argumentos” (GALIAZZI; MORAES, 2002, p.238).

Nessa direção, a organização e o planejamento do professor são importantes para desencadear um movimento reconstrutivo, com a intenção de qualificar os conhecimentos das crianças, a partir do que elas já conhecem, por meio do seu

envolvimento no processo de ensino, perpassando as experiências concretas das vivências das crianças:

A pesquisa em sala de aula pode ser compreendida como um movimento dialético, em espiral, que se inicia com o questionamento dos estados do ser, fazer e conhecer dos participantes, construindo-se, a partir disso, novos argumentos que possibilitam atingir novos patamares desse ser, fazer e conhecer, estágios esses então comunicados a todos os participantes do processo (GALIAZZI, MORAES, 2002, p. 12).

Compreendemos que a formação continuada deve contemplar uma base teórica com espaços que qualifiquem o processo de reflexão na, para e sobre a prática. Assim, no contexto formativo que acompanhamos, indicamos como modelo de formação a Investigação-Formação-Ação (IFA). Tal modelo formativo requer o professor como um protagonista do processo formativo e oportuniza, pelos diferentes instrumentos, como a escrita, a leitura e a socialização:

[...] o exame das suas práticas, o diálogo formativo com colegas de área, licenciandos em formação e professores da Universidade, o que faz com que o professor se torne gradativamente mais crítico e mais comprometido com a melhoria de suas práticas, pensar sobre e para o que faz, refletir sobre o caminho, o conteúdo, sua formação (GÜLLICH, 2013, p. 207).

A formação continuada por meio da IFA considera, em seus aspectos, o conhecimento e a prática pedagógica do professor para realizar reflexão do processo de forma colaborativa, na qual o professor constrói conhecimentos por meio da reflexão coletiva, investiga a sua prática, amplia as compreensões sobre a importância de ensinar Ciências desde a mais tenra idade. Apresentamos na sequência algumas especificidades do contexto de formação, da socialização das práticas e da metodologia de análise da presente pesquisa.

## **2 O contexto e o processo analítico de pesquisa**

O grupo de formação continuada foi constituído por sete professoras que atuam na Educação Infantil numa escola da Rede Municipal da Região Noroeste do Estado



do Rio Grande do Sul. Uma professora é formada em Matemática, uma em Artes Plásticas e cinco apresentam formação em Pedagogia. Todas foram convidadas a participar da formação e a adesão para a formação foi de livre escolha das professoras.

As professoras assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), seguindo os preceitos éticos da pesquisa<sup>76</sup>. Os encontros de formação foram realizados entre os meses de setembro e dezembro de dois mil e vinte. No total, foram realizados seis encontros e, para este trabalho, foram analisadas as transcrições do sexto encontro com atenção para dois planejamentos pedagógicos que foram socializados e que contemplaram as etapas do Educar pela Pesquisa e o Ensino de Ciências.

O estudo caracteriza-se como pesquisa qualitativa (LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p.11), a qual “[...] tem o ambiente natural como sua fonte de dados e o pesquisador como principal instrumento”. Para análise, selecionamos dois planejamentos das Professoras P<sub>3</sub> e P<sub>6</sub><sup>77</sup> e realizamos um mapeamento a partir de questões orientadoras para analisar as propostas de planejamento. Seguem as questões que foram orientadoras para análise que foi realizada.

#### **Quadro1:** Questões orientadoras

- a) Como se mostram as etapas da pesquisa nos planejamentos das professoras?
- b) Como se mostram as etapas do Educar pela Pesquisa?
- c) Nesse mostrar, o que mais aparece?
- d) Qual a preocupação das professoras?
- e) Quais instrumentos pedagógicos elas usam?

**Fonte:** autoria própria (2021)

<sup>76</sup> Número do Parecer emitido pelo Comitê de Ética em Pesquisa: 4.646.406

<sup>77</sup> A sigla P indica o Professor, o número que acompanha a letra P indica se é o Professor um, dois três e assim sucessivamente, até o número sete.

As questões auxiliaram no processo de análise dos planejamentos que foram socializados pelas professoras e se mostraram importantes para compreender o movimento de apropriação do Educar pela Pesquisa pelas professoras.

### **3 Como se mostra o Educar pela Pesquisa nas Propostas Pedagógicas das professoras?**

Consideramos que o ensino de Ciências em sala de aula, por meio dos pressupostos do Educar pela pesquisa, possibilita um processo em espiral de construção do conhecimento, que se apresenta em reconstrução permanente e se constitui na interação com os agentes desse processo: professor, criança e contexto.

Nesse sentido, é importante que o professor conheça e vivencie as etapas do Educar pela Pesquisa como ferramenta de ensino, visando potencializar uma prática mais questionadora com as crianças:

A pesquisa em sala de aula pode ser compreendida como um movimento dialético, em espiral, que se inicia com o questionar dos estados do ser, fazer e conhecer dos participantes, construindo-se a partir disso novos argumentos que possibilitam atingir novos patamares desse ser, fazer e conhecer, estágios esses então comunicados a todos os participantes do processo (MORAES; GALIAZZI; RAMOS 2012, p.12).

Ao analisarmos os planejamentos das professoras P<sub>3</sub> e P<sub>6</sub>, identificamos todas as etapas do Educar pela Pesquisa, no qual as professoras iniciaram a proposta de ensino com o uso de um questionamento inicial. P<sub>3</sub>, por exemplo, indicou a seguinte pergunta: De onde vem o mel? e P<sub>6</sub> realizou a escuta das curiosidades das crianças por meio do questionamento: Por que há tantas formigas no quintal da escola? Moraes, Galiuzzi e Ramos (2012, p.13) apresentam “[...] o perguntar como o movimento inicial da pesquisa, e, da mesma forma, da utilização da pesquisa em sala de aula”.

No processo do questionamento é importante que o professor instigue as crianças a participarem do diálogo sobre o que já conhece sobre o tema em estudo, o que não sabem e o que desejam aprender. De acordo com Hai *et al* (2020, p. 118), “o segundo passo é auxiliar os alunos a levantarem hipóteses sobre fenômeno que está sendo estudado, o objeto que está a explorar a falar sobre ele\registrar essas

hipóteses para se proceder a experimentação”. Essa observação e busca de mais informações também se mostraram presentes nos planejamentos das professoras:

Apresentar um pote de mel para degustação, questionar de onde vem, quem faz o mel. E convidar um apicultor P<sub>3</sub>.

As crianças pesquisam no livro, assistem desenho animado, entrevistam biólogos e podem fazer observação de campo P<sub>6</sub>.

A partir da pergunta, as professoras apontaram o uso de diferentes ferramentas para oportunizar a problematização, interação, compreensão, construção de novos argumentos e de novas perguntas. Nesse aspecto, atentamos para a importância do conhecimento do professor sobre o processo de pesquisa em sala de aula, bem como a necessidade de estar aberto a construir aprendizagens em conjunto e em colaboração com as crianças, comunidade e profissionais de diferentes áreas do conhecimento. Em todo esse processo, “[...] é necessário voltarmos a insistir que o professor instigue, proponha, questione, direcione o olhar das crianças” (HAI *et al*, 2020, p. 111.)

Compreendemos que, na construção dos argumentos, a linguagem é um dos instrumentos importantes para o ensino e aprendizagem da criança, pois com muitos conceitos científicos ela terá o primeiro contato na escola.

A pesquisa em sala de aula é uma maneira de envolver os sujeitos, alunos e professores, num processo de questionamento do discurso, das verdades implícitas e explícitas nas formações discursivas, propiciando a partir disso a construção de argumentos que levem a novas verdades. A pesquisa em sala de aula pode representar um dos modos de usufruir no fluxo do rio. Envolver-se nesse processo é acreditar que a realidade não é pronta, mas que se constitui a partir de uma construção humana (MORAES; GALIAZZI; RAMOS, 2012, p. 12).

A comunicação dos conhecimentos construídos decorre da interação entre os participantes do processo de pesquisa, da partilha dos conhecimentos construídos, no qual o diálogo coletivo é fundamental para a reconstrução e a realização de novas perguntas e a construção de novos argumentos num processo em espiral permanente, compreendida como um “ciclo dialético capaz de levar os modos de ser, compreender

e fazer cada vez mais avançados. Os elementos principais desse ciclo são o questionamento, a construção de argumentos e a comunicação” (MORAES; GALIAZZI; RAMOS, 2012, p. 12).

De acordo com os autores (2012, p. 19), no processo do Educar pela Pesquisa “[...] é muito mais importante [...] a construção das habilidades de questionar, de construir argumentos com qualidade e saber comunicar os resultados à medida que são produzidos”. Esse processo de aprender a observar e a acompanhar o processo também foi possível de ser evidenciado em ambos os planejamentos:

Observar uma caixa de abelha jataí [...] e conhecer equipamento de um apicultor. Apresentar e analisar uma receita com mel P<sub>3</sub>.

Construir um formigário e buscar observar uma formiga com suas partes P<sub>6</sub>.

A partir da análise do planejamento das professoras, observamos que nas etapas do Educar pela Pesquisa aparecem alguns destaques, como a interação e a participação da criança. Outro cuidado das professoras foi a preocupação em compreender, na prática pedagógica, as etapas do processo do Educar pela Pesquisa.

Na análise dos planejamentos, observamos que as professoras utilizaram diferentes instrumentos para ampliar a compreensão e a participação das crianças no processo da pesquisa e isso está de acordo com o que apontam Hai *et al* (2020):

Os pontos de partida podem ser muitos e devem, por isso mesmo ser preparados pelo professor. Pode-se por exemplo, começar com um livro de literatura infantil, ou observar algo que fomente o questionar delas. Falamos em fomentar porque as questões não surgirão, em um primeiro momento, espontaneamente, o professor precosará desenvolver essa atitude de questionar (p. 117).

Nos planejamentos analisados, um dos instrumentos utilizados pelas professoras foi o uso da linguagem, importante para a comunicação e a interação na construção dos conhecimentos. Assim, foi a expressão da oralidade o fio condutor do questionamento, da construção dos argumentos e da comunicação.

No processo de análise, observamos a utilização de diferentes instrumentos, como: filme, mapa conceitual, observação, cartaz, entrevista, livros e pesquisa de campo, os quais se mostraram importantes para instigar a curiosidade, na construção dos argumentos, e servem como orientação para “o desenvolvimento da atitude de observar, falar e refletir a respeito do que está acontecendo, ajudando a chegar à conclusão, exercitando o pensamento sustentado e compartilhado” (HAI, *et al*, 2020, p. 118).

Esse processo de socialização dos planejamentos indiciou a importância da formação continuada no contexto de trabalho, pela via da reflexão com o coletivo em formação como oportunidade de partilhar as vivências pedagógicas a partir do contexto das professoras, possibilitando a compreensão acerca do Educar pela Pesquisa para potencializar o Ensino de Ciências na Educação Infantil. E foi possível indicarmos as partes constituintes do Ciclo do Educar pela Pesquisa por meio de diferentes estratégias de ensino.

#### **4 Considerações Finais**

O trabalho possibilitou um estudo e reflexão teórica e prática das compreensões que as professoras construíram sobre os aspectos do Educar pela Pesquisa, bem como oportunizar a construção do conhecimento sobre as especificidades do processo de pesquisa em sala de aula, que se realiza em processo cíclico de forma permanente e em espiral, contemplando as três etapas - questionamento, construção dos argumentos e a comunicação - além da importância da interação entre os participantes.

Acreditamos que o conhecimento teórico/prático do professor é necessário para repensar o trabalho pedagógico de forma coletiva e colaborativa, bem como compreender o processo do Educar pela Pesquisa, e indicamos um modelo de formação por meio da IFA, oportunizando ensino crítico e reflexivo para “avançar e progredir em direção da transformação das práticas” (GÜLLICH, 2013, p. 227).

Compreendemos a importância de oportunizar às professoras espaços de formação continuada, para dialogar a partir da teoria e refletir sobre os aspectos do Educar pela Pesquisa como possibilidade para Ensinar Ciências na Educação Infantil, bem como a necessidade de o professor compreender a importância do seu



direcionamento ao realizar o estudo com as crianças. Para Hai *et al* (2020, p. 117), “a criança precisa experimentar para guardar, agir para compreender, a fim de, aos poucos, com direção e o estímulo do professor, ir enxergando e compreendendo o mundo com [...] mais sentido”.

Por fim, apontamos que o processo de construção de conhecimento que foi acompanhado, favoreceu às professoras um olhar cuidadoso no planejamento com direcionado para o ensino e aprendizagem dos conhecimentos científicos atentando para o ciclo do Educar pela Pesquisa.

## REFERÊNCIAS

ARCE, A.; SILVA, D.A.S.M. da; VAROTTO, M. Ensinando ciências na educação infantil. Campinas SP: Alínea, 2011.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil** / Secretaria de Educação Básica. – Brasília: MEC, SEB, 2010.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular: Educação Infantil e Ensino Fundamental**. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2017.

GALIAZZI, M. do C.; MORAES, R. Educação pela pesquisa como modo, tempo e espaço de qualificação da formação de professores de ciências. **Ciência & Educação**, v. 8, n. 2, p. 237-252, 2002.

GÜLLICH, Roque Ismael da Costa. **Investigação – Formação – Ação em Ciências: um caminho para reconstruir a Relação entre o Livro Didático, o Professor e o Ensino**. I ed. Curitiba: Prismas, 2013.

HAI, Alessandra Arce.; SILVA, Debora A.S. M; VAROTTO, Michele.; MIGUEL, Carolina Costa. **Ensinando Ciências na Educação Infantil**. 2 ed. Campinas, SP: Editora Alínea, 2020.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. **A. Pesquisa em educação: Abordagens Qualitativas**, São Paulo: EPU, 1986.

MORAES, R.; GALIAZZI, M. do C.; RAMOS, M. Pesquisa em Sala de Aula: fundamentos e pressupostos. In: MORAES, Roque. LIMA, Valderéz do Rosário (org). **Pesquisa em sala de aula: tendências para educação em novos tempos**. 3 ed. Porto Alegre: DIPUCRS, 2012.

THIESEN, Júlia Grasiela; VEIGA, Marta Elisa da. A pesquisa no processo pedagógico como caminho para a transdisciplinaridade na Educação Infantil.

**Revista Insignare Scientia.** Edição Especial: A Pesquisa como Princípio Pedagógico, Vol. 3, n. 3, 2020.

VYGOTSKY, Lev Semyonovich. **Pensamento e Linguagem.** São Paulo: Martins Fontes, 1989.

## NARRATIVAS DE PROFESSORAS DOS ANOS INICIAIS E ELEMENTOS DA ALFABETIZAÇÃO CIENTÍFICA

Adriane Kis Schultz<sup>78</sup>  
Danusa de Lara Bonotto<sup>79</sup>

**Resumo:** Este estudo apresenta resultado de pesquisa qualitativa, a qual tem como objetivo compreender elementos da Alfabetização Científica – AC presentes no planejamento de três professoras que compõem o ciclo de alfabetização de uma escola da rede municipal de ensino, localizada no interior do Rio Grande do Sul - RS. A constituição dos dados se deu por meio de narrativas na forma de entrevista semiestruturada, composta por três blocos os quais contemplam os focos temáticos: 1) perfil acadêmico e profissional das professoras entrevistadas; 2) planejamento, elementos da AC e o Ensino de Ciências e, 3) formação continuada. A análise dos dados empíricos segue os procedimentos da Análise de Conteúdo. Os resultados assinalam elementos da AC presentes nas narrativas das professoras vinculados aos fatores sociais, éticos e políticos e a formação cidadã do aluno e, também, a compreensão básica de termos, conhecimentos e conceitos científicos como elementos que auxiliam na compreensão e intervenção do mundo em que se vivemos. Além disso, assinalamos a necessidade de ações de formação continuada envolvendo essa temática, a fim de que os professores possam incluir, com intencionalidade, elementos que favorecem o desenvolvimento da AC na sua prática pedagógica. Esta pesquisa passou pelo Comitê de Ética conforme protocolo 34114620.0.0000.5564 e foi aprovada de acordo com o Parecer nº 4.144.530.

**Palavras-chave:** Planejamento. Práticas Pedagógicas. Ensino de Ciências. Formação Continuada.

## NARRATIVES OF TEACHERS OF THE EARLY YEARS AND ELEMENTS OF SCIENTIFIC LITERACY

**Abstract:** This study presents the result of qualitative research, which aims to understand elements of Scientific Literacy - CA present in the planning of three teachers who make up the literacy cycle of a municipal school, located in the interior of Rio Grande do Sul - LOL. The constitution of the data took place through narratives in the form of semi-structured interviews, consisting of three blocks which cover the thematic focuses: 1) academic and professional profile of the interviewed teachers; 2) planning, elements of CA and Science Teaching, and 3) continuing education. The analysis of empirical data follows the Content Analysis procedures. The results point to elements of CA present in the teachers' narratives linked to social, ethical and political factors and the citizen education of the student, and also the basic

<sup>78</sup>Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências. Universidade Federal da Fronteira Sul – Rio Grande do Sul – Brasil. [adrianeschultz@gmail.com.br](mailto:adrianeschultz@gmail.com.br).

<sup>79</sup>Doutora em Educação em Ciências e Matemática. Universidade Federal da Fronteira Sul – Rio Grande do Sul – Brasil. [danusalb@uffs.edu.br](mailto:danusalb@uffs.edu.br)

understanding of terms, knowledge and scientific concepts as elements that help in the understanding and intervention of the world in that if we live. In addition, we highlight the need for continuing education actions involving this theme, so that teachers can intentionally include elements that favor the development of CA in their pedagogical practice. This research passed by the Ethics Committee according to protocol 34114620.0.0000.5564 and was approved in accordance with Opinion nº 4.144.530.

**Keywords:** Planning. Pedagogical practices. Science teaching. Continuing Education.

## 1 Introdução

Este texto trata da compreensão acerca dos elementos da Alfabetização Científica - AC, a partir do planejamento de professoras dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental da Educação Básica, da rede pública do interior do RS. Reconhecemos que a abordagem desta temática nos Anos Iniciais é importante pois de acordo com Lorenzetti e Delizoicov (2001, p. 57) “a alfabetização científica pode e deve ser desenvolvida desde o início do processo de escolarização, mesmo antes que a criança saiba ler e escrever”. Desse modo os conhecimentos científicos constituem-se aliados para que o aluno possa compreender e intervir no mundo em que vive.

[...]a alfabetização científica que está sendo proposta preocupa-se com os conhecimentos científicos, e sua respectiva abordagem, que sendo veiculados nas primeiras séries do Ensino Fundamental, se constituam aliado para que o aluno possa ler e compreender o seu universo. [...]Portanto, a alfabetização científica no ensino de Ciências Naturais nas Séries Iniciais é aqui compreendida como processo que adquire significados, constituindo-se um meio para o indivíduo ampliar o seu universo de conhecimento, a sua cultura, como cidadão inserido na sociedade (LORENZETTI; DELIZOICOV,2001, p.08-09).

Nesse sentido, Sasseron e Carvalho (2011) apontam que a AC na escola básica é favorecida por meio do desenvolvimento de práticas pedagógicas que priorizam o ensino por investigação, que possibilitem aulas e atividades nas quais os alunos se envolvam ativamente discutindo problemas e buscando por respostas.

Para que as práticas pedagógicas, implementadas em sala de aula, possam contemplar a AC, o professor necessita organizar sua ação educativa a partir do planejamento, o qual é tão importante quanto a sua implementação na sala de aula. O planejamento proporciona a interrelação com o currículo, dando voz aos professores, que fazem o currículo acontecer no contexto de cada escola.

Para Libâneo (1994), o planejamento é uma ação intencional do professor que inclui a previsão das atividades, a organização e coordenação dos objetivos que se pretende atingir, os conteúdos, métodos, recursos, espaço, tempo e avaliação. Segundo Zabala (2010),

A intervenção pedagógica tem um antes e um depois que constituem as peças substanciais em toda prática educacional. O *planejamento e a avaliação* dos processos educacionais são uma parte inseparável da atuação docente, já que o que acontece nas aulas, a própria intervenção pedagógica, nunca pode ser entendida sem uma análise que leve em conta as intenções, as previsões, as expectativas e a avaliação dos resultados. (ZABALA, 2010, p. 17).

No contexto cotidiano do agir pedagógico, os desafios e problemas escolares, como o ato de planejar, de propor um ensino por investigação, por exemplo, fazem parte dos dilemas que o professor enfrenta, da busca para construir e reconstruir constantemente relações entre a teoria e a prática, visto que, de acordo com Nóvoa (2019),

[...] há uma certeza que nos orienta: a metamorfose da escola acontece sempre que os professores se juntam em coletivo para pensarem o trabalho, para construírem práticas pedagógicas diferentes, para responderem aos desafios colocados pelo fim do modelo escolar (NÓVOA, 2019 p. 11).

Partindo dessa problemática, o objetivo deste estudo consiste em compreender elementos da AC presentes no planejamento de professores do Anos Iniciais – Ciclo de Alfabetização (1º ao 3º ano), a partir da narrativa desses professores. Na sequência apresentamos os procedimentos metodológicos, os resultados e discussões e, por fim, as considerações sobre o estudo realizado.

## **2 Abordagem Metodológica**

Ao considerarmos o objetivo proposto, classificamos esta pesquisa como qualitativa. Segundo Lüdke e André (2013), “o estudo qualitativo, é o que se desenvolve numa situação natural, é rico em dados descritivos, tem um plano aberto e flexível e focaliza a realidade de forma complexa e contextualizada” (LÜDKE; ANDRÉ, 2013, p 38).



Os participantes da pesquisa são três professoras do ciclo de alfabetização do Ensino Fundamental, as quais fazem parte do corpo docente de uma escola municipal, localizada no interior do RS. Os dados empíricos foram constituídos a partir de entrevista semiestruturada, composta por três blocos com questões abertas. O primeiro bloco referiu-se a compreensão do perfil acadêmico e profissional das professoras entrevistadas; o segundo teve enfoque no planejamento, nos elementos da AC e o ensino de Ciências e o terceiro bloco apresentou como foco aspectos da formação continuada de professores. As entrevistas realizadas foram gravadas e transcritas. Optamos pela gravação pois ela “tem a vantagem de registrar todas as expressões orais, imediatamente, deixando o entrevistador livre para prestar toda a sua atenção ao entrevistado”. (LÜDKE; ANDRÉ, 2013, p. 43).

Para análise, seguimos os procedimentos da Análise de Conteúdo de Bardin (2016), a qual é considerada como um “conjunto de técnicas para a análise das comunicações a partir de procedimentos sistemáticos que visam à descrição do conteúdo das mensagens” (BARDIN, 2016, p. 51). Assim, os critérios para a organização da análise apresentam: i) a pré-análise, no qual as entrevistas foram transcritas e organizadas compondo o *corpus* da pesquisa, com a codificação das entrevistadas como professora (A, B ou G); ii) a exploração do material, na qual codificamos<sup>80</sup>, organizamos e sistematizamos os dados em unidades de registro, de acordo com as narrativas da professoras que referem-se ao planejamento, ao desenvolvimento da AC e à formação continuada e que constituem os focos temáticos da entrevista e iii) o agrupamento de unidades de registro originando as categorias, bem como o tratamento dos resultados, etapa na qual comunicamos a interpretação dos enunciados com base nos dados. O Quadro 1, a seguir, apresenta a síntese do processo analítico a fim de compreender os elementos da AC, presentes na narrativa dos professores dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, a partir da narrativa desses professores.

**Quadro 01:** Síntese da análise de pesquisa.

Focos temáticos	Categorias emergentes
	1.1. A presença da BNCC, do livro didático e as dificuldades que surgem no processo de planejamento.

<sup>80</sup> Utilizamos a codificação: P n°. A/B/G. n°, (Pergunta codificada com número; código da professora; número da unidade de registro). Exemplo, P1. A. 1 representa a resposta da Pergunta 1 da professora Alpha referente unidade de registro 1.

Planejamento das professoras: recursos e estratégias utilizadas	1.2. Estratégias de ensino e aprendizagem no planejamento das professoras.
Elementos da Alfabetização Científica	2.1. Os fatores sociais, éticos e políticos para a formação cidadã do aluno.
	2.2. A compreensão básica de termos, conhecimentos e conceitos científicos.
Formação Continuada	1.2. Necessidade pessoal e profissional.
	3.2. Favorece a reflexão sobre a prática docente.

Fonte: organizado pelas autoras (2021).

Neste texto, apresentamos a discussão das categorias emergentes do processo de análise considerando os focos temáticos estabelecidos. Os dados advindos das entrevistas são dialogados com os referenciais teóricos que sustentam este estudo.

### 3 Discussão e resultados

Inicialmente apresentamos o perfil acadêmico e profissional das professoras entrevistadas, conforme o Quadro 02 a seguir.

**Quadro 02:** Perfil acadêmico e profissional das professoras entrevistadas.

Codificação	Sigla de codificação	Idade	Carga horária de trabalho	Formação
Professora Alpha	PA	26 anos	20h semanais	Magistério, graduação em Pedagogia concluída em 2017 e pós-graduação em educação.
Professora Beta	PB	45 anos	42h semanais	Magistério, graduação em Artes Plásticas em 1997 e pós-graduação em Educação Especial –Educação Inclusiva.
Professora Gamma	PG	36 anos	42h semanais	Graduada em Ciências Biológicas em 2006 e Pedagogia em 2016.

Fonte: organizado pelas autoras (2021)

Em relação a formação acadêmica, todas possuem formação de acordo com as exigências específicas para atuarem nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, ou seja, formação em magistério e/ou Pedagogia, conforme a Lei nº 9394/96, artigo 61 para lecionar na Educação Básica em efetivo exercício docente. A seguir, apresentamos a discussão dos focos temáticos a partir da síntese da análise apresentada no Quadro 1.

### 3.1 Planejamento das professoras: recursos e estratégias utilizadas

Em relação ao foco temático *Planejamento das professoras: recursos e estratégias utilizadas*, reconhecemos a emergência de duas categorias as quais assinalam para i) os *instrumentos utilizados no planejamento* e ii) as *estratégias utilizadas pelos professores*.

Conforme Libâneo (2013), a prática docente deve ser orientada e o professor deve se questionar com base nas perguntas: Para que ensinar? O que ensinar? A quem ensinar? Como ensinar? Assim, o planejamento do professor, etapa crucial dos processos de ensino e de aprendizagem, exige conhecimento, preparação e recursos. Reconhecemos fortemente, a partir na narrativa das três professoras entrevistadas, a presença dos documentos que orientam e também prescrevem o trabalho docente como BNCC.

*P1.G.1: [...]com o negócio da BNCC, a gente faz o planejamento todo em cima da BNCC.*

*P1. B. 1: Esse ano na BNCC né, é o nosso apoio, não tem, nós temos que seguir a BNCC e através da BNCC a gente vai a pesquisar na internet, a livros...*

*P1. A.1: Que nem agora eu pego a Base né, eu olho lá as habilidades que precisam ser trabalhadas e eu gosto muito de esquematizar.*

Em relação as *estratégias utilizadas pelos professores*, estas vinculam-se a priorizar o diálogo na sala de aula para instigar, despertar a curiosidade e o desejo de aprender e, reconhecer os conhecimentos iniciais dos alunos, mobilizar e valorizar o que eles sabem. Desse modo, também se favorece o desenvolvimento da autoconfiança dos alunos e a valorização das relações interpessoais. As passagens apresentadas, a seguir, dialogam como o exposto.

*P2. G. 2: [...]e daí eu vou perguntando pra dar uma investigada, o que eles já sabem, o que não sabem pra depois começar.*

*P3. B. 4: Mas assim, eu sempre ouvi muito eles, sempre deixei bastante espaço pra eles falarem né, pra eles dialogarem sobre o assunto, sobre outra coisa que eles têm necessidade de falar.*

Essas passagens denotam também o estabelecimento de uma rotina que favorece a interação entre as crianças e um maior protagonismo delas na sala de aula, pois ao dar voz aos alunos, o professor pode além de reconhecer o que eles sabem

sobre determinado assunto, despertar o interesse deles e torná-los corresponsáveis nos processos de aprendizagem. Ainda, Conforme Zabala (2010), uma rotina em sala de aula, o professor permite que a criança se sinta segura e se organize com independência e autonomia. As passagens apresentadas marcam o estabelecimento da rotina escolar nos anos iniciais.

*P 2. B. 3: [...] se tem o momento de leitura, o momento da brincadeira de acordo com a rotina semanal que nós temos na escola.  
P2. G. 1: Assim, pra iniciar a aula, geralmente eu faço uma pergunta pra eles [...] dou um apanhado meio geral sobre o assunto, falo pra eles sobre o que a gente vai trabalhar naquela aula.*

Reconhecemos na fala das professoras preocupações que não são postas explicitamente no planejamento de uma aula, mas que muitas vezes ancoram a sua organização como a preocupação em ‘vencer o conteúdo’ e trazer temas que sejam do interesse dos alunos.

*P5. A. 1: E o que eu percebo também assim, tenho medo de deixar conteúdos de fora, que às vezes a gente acaba esquecendo aquilo.  
P5.B. 1: Encontrar por exemplo, um tema e, que seja do interesse de todos, que chame atenção de todos ao mesmo tempo, que todos fiquem envolvidos.  
P5.G.1: Esse ano assim, então pra mim a maior dificuldade até eu me organizar com a BNCC. E também, mesmo com a BNCC, foram os conteúdos em si, sabe de que forma aplicar aquele conteúdo que eu ia fazer...  
P15. G. 1[...] pensando as maiores dificuldades seria em termos de alguns conteúdos mesmos né, que tem conteúdos que são mais objetivos, que é mais definições.*

A partir das passagens apresentadas, Delizoicov e Slongo (2011) assinalam é consensual o reconhecimento da fragilidade de conhecimento dos docentes dos anos iniciais sobre os conteúdos relativos às Ciências Naturais, o que gera certa insegurança e leva os professores a abordarem de modo superficial em sala de aula os conteúdos de Ciências. Nesse sentido, apontamos para a necessidade de ações de formação continuada de modo a favorecer reflexões sobre a prática docente e com isso possibilitar um contexto formativo de transformação e ampliação de saberes.

### **3.2. Elementos da Alfabetização Científica**

Para a discussão deste foco temático, partimos do pressuposto que a prática pedagógica deve propiciar a sistematização de conhecimentos, de modo a contribuir para que o aluno possa entender como funcionam as coisas e o mundo, no mundo. Conforme Lorenzetti (2000),

A prática pedagógica deverá oportunizar aos educandos, para além do exercício da verbalização de idéias, discutir as causas dos fenômenos, estabelecendo relações causais, entendendo os mecanismos dos processos que estão estudando e analisando, onde e como aquele conhecimento apresentado em sala de aula está presente em sua vida e, sempre que possível, relacioná-lo com as implicações deste conhecimento com a sociedade como um todo (LORENZETTI, 2000, p. 25).

Nesse contexto, a partir das narrativas das professoras entrevistadas reconhecemos a partir da pergunta: “*Você já ouviu/leu a expressão Alfabetização Científica? Onde?*”, a compreensão delas em relação a AC, conforme as passagens apresentadas, a seguir.

*P16. A. 1 Não é aquelas feiras de Ciências que fazem?*

*P16. A. 2 Eu já ouvi, mas nunca me aprofundi. [...] ela (referindo-se a irmã) fez um negócio imitando um pulmão e era com balão. É mais ou menos isso, você representa os órgãos, as funcionalidades do corpo.*

*P16. B. 1 Acho que não. Alfabetizar com Ciências, alguma coisa no concreto deve ser.*

*P16. G. 1 Eu acredito que na Alfabetização Científica também seja tu aprender a investigar, pesquisar né a partir do conhecimento que se tem.*

A partir dessas passagens, reconhecemos que, mesmo as professoras denotando que a noção de AC não é clara para elas e, reconhecemos isso por meio das palavras e expressões textualizadas (“é mais ou menos isso”, “acho”, “eu acredito”), identificamos elementos que se aproximam da noção de AC: utilização de modelos para compreender um fenômeno; ampliação dos conhecimentos, a relação com o concreto para favorecer aprendizagens com maior compreensão.

O processo analítico à luz do foco temático *Elemento da Alfabetização Científica* permitiu o reconhecimento dos *fatores sociais, éticos e políticos para a formação cidadã do aluno além da compreensão básica de termos, conhecimentos e conceitos científicos* os quais, segundo Sasseron e Carvalho (2011) são elementos dos eixos estruturantes da AC.



No que tange aos *fatores sociais, éticos e políticos para a formação cidadã do aluno*, reconhecemos na fala das professoras a preocupação com a constituição da cidadania do aluno que vive em sociedade; a valorização do cotidiano do aluno atentando para suas responsabilidades e para o cuidado com o outro. Nesse sentido, destacamos elementos da AC relacionados ao agir coletivo, ao desenvolvimento da autoconfiança e da responsabilidade, e da flexibilidade para tomar decisões em questões do seu dia a dia com base nos princípios sociais, éticos, democráticos e solidários, conforme as passagens apresentadas, a seguir.

*P4. A. 2 [...] o que podem ajudar na escola, deixar organizado a classe deles [referindo-se aos alunos], a cadeira deles, pra eles ter o espaço deles organizado, isso tanto fora da escola como dentro da escola...*

*P4. B. 1. A questão do convívio de uns com os outros, de amar o próximo.*

*P6. A. 1. Na convivência, nas responsabilidades principalmente, eles têm que saber desde o início que eles têm responsabilidades.*

*P6. A. 2. E também isso serve pra tudo, não estragar o que é público, por que é meu também, não quebrar, o cuidado com as coisas, com as pessoas, é isso que considero essencial.*

*P7.G.2. Eles têm que saber, que por mais que eles não saibam, eles são capazes de procurar.*

Nas passagens apresentadas, as professoras destacam a necessidade de os alunos compreenderem-se na diversidade humana, auxiliando-os na construção de um sentido de responsabilidade que fortalece os valores sociais e respeita o ambiente e a própria coletividade.

Em relação ao exposto, a BNCC assinala que

Ao longo do Ensino Fundamental [...] ampliam-se a autonomia intelectual, a compreensão de normas e os interesses pela vida social, o que lhes possibilita lidar com sistemas mais amplos, que dizem respeito às relações dos sujeitos entre si, com a natureza, com a história, com a cultura, com as tecnologias e com o ambiente (BRASIL, 2018, p. 55).

Em relação à *compreensão básica de termos, conhecimentos e conceitos científicos*, destacamos que as características da faixa etária dos alunos dos Anos Iniciais demandam práticas pedagógicas organizadas em torno das vivências dos alunos, de modo que eles possam ampliar a compreensão dessas vivências e incorporar gradualmente o conhecimento científico, de modo a utilizá-lo na construção de argumentos. Nesse processo há o desenvolvimento cognitivo dos alunos e das

capacidades de compreender e interpretar o mundo (natural, social e tecnológico) e também de transformá-lo (BNCC, 2018). O exposto está assinalado nas passagens, a seguir:

*P11. B. 6. Vão sair, vão visualizar, vão ir ao redor da escola, ah, o tempo está assim, como está hoje, será que estação que estamos, observar que o sol no verão está num certo ponto a mesma hora e lá no final do ano, eles observam no mesmo lugar e está um movimento diferente.*

*P4. A.3 Dia a dia, assim trabalhando higiene, como lavar as mãos, escovar os dentes após as refeições, desde cuidado com o corpo também, limpeza do corpo, se tomam banho todos os dias né...essas questões assim.*

*P8. B. 2 Por exemplo você vai trabalhar o meio ambiente, a importância do oxigênio, da respiração, por que cuidar do meio ambiente por que nós precisamos preservar, por que não podemos jogar lixo. Ele precisa saber o porquê? Fazer essa ligação, por que ele tem que cuidar, o que isso vai trazer de benefícios para ele e para as pessoas que estão ao redor dele. Não adianta você só mandar juntar o lixo sem saber o porquê ele está ali juntando, por que ele não pode jogar aquela sacolinha no chão né, o plástico sem saber que aquilo é pra vida útil dele, pro bem estar dele e das pessoas que estão ao seu redor. Pra sobrevivência enfim, pro mundo melhor.*

Reconhecemos nas passagens, questões relacionadas ao cuidado com o meio ambiente, o qual é um tema de relevância social e também da importância de o aluno ter consciência de suas ações para consigo e com o próximo, tomando decisões que tornam o mundo em que vivem um lugar melhor para viver. Na última passagem apresentada anteriormente, reconhecemos que a professora sinaliza para o papel relevante do conhecimento científico e tecnológico para ajudar compreender situações do cotidiano e sobre elas intervir.

### **3.3. Formação Continuada**

Em relação ao terceiro foco temático as professoras reconhecem *formação continuada* como uma *necessidade pessoal e profissional* e também que a mesma favorece *reflexões sobre a prática docente*.

Para pensar na formação de professores, precisamos pensar no caminho de construção da identidade profissional, pois conforme Nóvoa (2009, p 38), “o professor é a pessoa, e a pessoa é o professor. Que é impossível separar as dimensões pessoais e profissionais”. Para Imbernón (2011), a partir da formação podemos enfatizar a aprendizagem das pessoas e as maneiras de tornar possível a aprendizagem entre elas, pois

[...] a formação assume um papel que transcende o ensino que pretende uma mera atualização científica, pedagógica e didática e se transforma na possibilidade de criar espaços de participação, reflexão e formação para que as pessoas aprendem e se adaptem para poder conviver com a mudança e a incerteza (IMBERNÓN, 2011, p. 15).

As professoras destacam que a formação continuada é uma *necessidade pessoal e profissional* visto que,

P22. G.1 [...] eu acredito, eu penso que tenho muito a aprender, em termos pedagógicos.

P24. B.3 Então a gente vai estudando, se aperfeiçoando, trocando, descobrindo outras maneiras.

P25. A.1 [...] a formação te ajuda a desacomodar.

P24. A.1: [...] buscar conhecimento enquanto está trabalhando [...]. Para melhorar nossa prática.

P24. G.1: [...] professor nunca pode parar de estudar, eu acredito né. Ele sempre tem que estar buscando, se especializando...

A partir das passagens apresentadas, dialogamos com Libâneo (2004, p. 227), o qual assinala que “a formação continuada é o prolongamento da formação inicial, visando o aperfeiçoamento profissional teórico e prático no próprio contexto de trabalho e o desenvolvimento de uma cultura geral mais ampla, para além do exercício profissional”. Nesse sentido, Imbernón (2011) corrobora assinalando que a formação deve assumir um papel que “transcende o ensino que pretende uma mera atualização científica, pedagógica e didática e se transforma na possibilidade de criar espaços de participação, reflexão e formação para que as pessoas aprendem e se adaptem para poder conviver com a mudança e a incerteza (IMBERNÓN, 2011, p. 15). A partir disso, reconhecemos nas narrativas a *formação continuada* como um meio de favorecer *reflexões sobre a prática docente*.

P23. A.1: Sim, reflexiva no sentido de refletir sobre a aula tanto na aula que eu vou fazer como na aula que já passou.

P23. B.1: Eu acho que isso faz você ser reflexiva, ficar pensando em relação aos alunos, se estão aprendendo ou não.

P23. G.1: [...] acho que eu reflito demais [...] eu sempre penso será que aquilo que eu passei hoje foi significativo, será que eu passei da maneira correta, será que eles aprenderam...

Destarte, assinalamos para modelos de formação continuada fundamentados na Investigação-Formação-Ação, na qual de acordo com Güllich (2013), a reflexão buscada no processo é para melhorar a ação.

#### 4 Considerações Finais

O objetivo deste estudo consistiu compreender elementos da Alfabetização Científica – AC presentes no planejamento de três professoras, a partir de suas narrativas na forma de entrevistas. As professoras compõem o ciclo de alfabetização de uma escola da rede municipal de ensino, localizada no interior do Rio Grande do Sul - RS. A análise de conteúdo, a partir dos três focos temáticos apresentados neste texto, assinala que a BNCC é um elemento presente no planejamento das professoras e que elas possuem algumas estratégias para a sua: valorização do contexto dos alunos e das suas compreensões iniciais sobre assunto a ser desenvolvido e o estabelecimento de uma rotina escolar a qual promove o desenvolvimento da autoconfiança e da autonomia dos alunos do ciclo de alfabetização.

Ainda, em relação ao segundo foco temático há o diálogo com a formação cidadã do aluno, a partir de práticas pedagógicas que contribuam para o entendimento do mundo cotidiano, da valorização e do cuidado consigo e com o próximo oportunizando o desenvolvimento de princípios sociais, éticos e políticos. Além disso, a consideração de suas vivências e a observação de fatos cotidianos são elementos condutores para favorecer a apreensão do conhecimento científico de modo que os alunos possam mobilizá-lo para a tomada de decisões; a análise de informações; a busca de alternativas para os problemas que se apresentam no seu contexto e visionando para além dele.

O terceiro foco temático propiciou o olhar das professoras com vistas a necessidade da formação continuada para possibilitar um fazer pedagógico capaz de formar um sujeito cientificamente alfabetizado, além de oportunizar a reflexão sobre sua prática.

No diálogo que estabelecemos com as narrativas das professoras, destacamos que todo o processo que envolve a docência, do planejamento ao fazer pedagógico, perpassa pela ação reflexiva do professor e, a inclusão de elementos que favorecem o desenvolvimento da AC no planejamento e na prática docente, necessita da sua ação consciente e intencional. Assim a continuidade deste estudo está atrelada ao desenvolvimento de ações formativas com essas professoras, de modo a possibilitar compreensões acerca da AC e de estratégias que ajudem o professor planejar sua aula, já nos Anos Iniciais da Educação Básica, à luz do seu desenvolvimento.

## REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.

DELIZOICOV, N. C.; SLONGO, I. I. P. O ensino de Ciências nos anos iniciais do Ensino Fundamental: elementos para uma reflexão sobre a prática pedagógica. **Série-Estudos - Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB**. Campo Grande, MS, n. 32, p. 205-221, jul./dez. 2011.

GÜLLICH, R. I. da C. **Investigação-Formação-Ação em Ciências: um Caminho para reconstruir a Relação entre Livro Didático, o Professor e o Ensino**. Curitiba: Prismas, 2013.

IMBERNÓN, F. **Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a incerteza** – 9ª edição – São Paulo, 2011.

LIBÂNEO, J. C. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994 (Coleção magistério 2º grau. Série formação do professor).

LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão da escola** - teoria e prática. Goiânia: Alternativa, 2004

LIBÂNEO, J. C. **Didática**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2013.

LORENZETTI, L. Alfabetização Científica no Contexto das Séries Iniciais. Dissertação de Mestrado em Educação – UFSC, Florianópolis – SC, 2000.

LORENZETTI, L. e DELIZOICOV, D. (2001). Alfabetização científica no contexto das séries iniciais, **Ensaio – Pesquisa em Educação em Ciências**, v.3, n.1, 37-50.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 2ª ed. 2013.

NÓVOA, A. **Professores: Imagens do futuro presente**. Educa – Lisboa, 2009.

NÓVOA, A. Os Professores e a sua Formação num Tempo de Metamorfose da Escola. **Educ. Real.**, Porto Alegre, v. 44, n. 3, e 84910, 2019. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2175-62362019000300402&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-62362019000300402&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 04 de junho de 2021.

SASSERON, L. H.; CARVALHO, A. M. P. de. Alfabetização Científica: uma revisão bibliográfica. **Investigações em Ensino de Ciências**, v. 16, n. 1, p. 59-77, 2011. Disponível em: [http://www.if.ufrgs.br/ienci/artigos/Artigo ID254/v16\\_n1\\_a2011.pdf](http://www.if.ufrgs.br/ienci/artigos/Artigo ID254/v16_n1_a2011.pdf). Acesso em: 17 de maio de 2021.

ZABALA, A. **A prática educativa: como ensinar/ tradução Ernani F da F. Rosa** – Porto Alegre, 2ª ed. 2010.



XV

Colóquio  
internacional

Inovação, Conhecimento e Tecnologias



URI | SÃO LUIZ  
GONZAGA

## 2. RESUMOS

## **2.1 Administração**

## **2.2 Gestão administrativa, empreendedorismo e inovação**

## O CRESCIMENTO ECONÔMICO DA AGROPECUÁRIA EM TEMPOS DE PANDEMIA

Roberto Carlos Dalongaro<sup>81</sup>  
Bruno Flores Primmaz<sup>82</sup>



**Resumo:** A agropecuária apresentou crescimento de 0,6% no primeiro trimestre de 2020 em comparação ao quarto trimestre de 2019, conforme dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020) sobre o Produto Interno Bruto (PIB) do país. O presente trabalho acadêmico tem uma metodologia de pesquisa com base em um procedimento técnico de caráter bibliográfico, já o seu objetivo visa contextualizar o cenário do agronegócio em tempos de pandemia. O setor foi o único da atividade econômica nacional a crescer no período analisado. Em relação a igual período do ano anterior, no caso primeiro trimestre, a agropecuária teve crescimento de 1,9%. “Este resultado pode ser explicado, principalmente, pelo desempenho de alguns produtos da lavoura com safra relevante no primeiro trimestre, como a soja, e pela produtividade, visível na estimativa de variação da quantidade produzida e a área plantada”. Segundo o IBGE (2020), o PIB do país teve contração de 1,5% nos primeiros três meses do ano de 2020 no comparativo com o quarto trimestre do ano anterior. O MAPA (2020) (Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento) tem destacado as ações adotadas pelo Mapa e demais órgãos do governo federal para garantir o abastecimento interno de alimentos, as exportações dos produtos agropecuários e o funcionamento sem interrupção da cadeia produtiva do agro durante a pandemia. “Havendo sucesso com isso, porque, além da grande safra que foi colhida, o Brasil detém uma logística de distribuição da produção normalizada”. Portanto, além do abastecimento dos 212 milhões de brasileiros, o país também tem conseguido cumprir a missão de provedor de alimentos ao mundo. Com esse crescimento do setor primário, houve um impacto positivo em setores importantes da economia brasileira, colaborando inclusive para um aumento histórico na arrecadação de tributos federais no primeiro semestre de 2021. Todas as consequências positivas

<sup>81</sup> Doutor em Administração. IFFAR - Frederico Westphalen. Administração. E-mail. robertocarlosad@hotmail.com

<sup>82</sup> Graduando em Administração. URI – São Luiz Gonzaga. Administração. E-mail. brunoprimmaz5@hotmail.com

do agro, o crescimento das suas exportações favorecidos pelo dólar em alta, vem fazendo com que o Brasil ocupe mais espaço no mercado internacional neste setor, e com esses ganhos possa recuperar a sua economia em um prazo mais curto, minimizando assim alguns impactos negativos provocados pela pandemia do coronavírus. Com isso, fica destaque a importância do setor agropecuário para o Brasil, que segue investindo em novas tecnologia e melhoramento no setor.

**Palavras-chave:** Agropecuária; Exportação; Crescimento econômico.

## **2.3 Direito**

### **2.4 O Direito e a Cidadania como Instrumentos de Construção e de Transformação da Sociedade**



## A “SÍNDROME DA MULHER DE POTIFAR” E A PALAVRA DA VÍTIMA ENQUANTO PROVA NOS CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL

Débora Moraes Garay<sup>83</sup>  
Larissa Nunes Cavalheiro<sup>84</sup>

**Resumo:** A criminologia tem como finalidade o estudo do crime enquanto fenômeno social, complexo e dinâmico, uma vez que é composto por vários fatores. Por isto, tem como objetos de análise o crime, o criminoso, a vítima e o comportamento social. Em suma, compreende o delito para além de uma perspectiva analítica. Dentro da criminologia há um ramo específico para o estudo da vítima, o qual se chama vitimologia. Essa esfera busca verificar os aspectos do sujeito passivo do crime, analisando sua personalidade, aspectos sociais e biológicos, além de sua relação com o agente do crime, logo, suas implicações no âmbito criminal. Assim, considerando que a vitimologia trata de diversas questões, destacam-se síndromes que podem ser desenvolvidas pelas vítimas. Uma delas é conhecida como “Síndrome da mulher de Potifar”, denominação inspirada num contexto bíblico do livro de Gênesis. A história relata que Potifar, um homem muito influente no Egito, possuía um servo, de nome José, o qual era jovem e muito bonito. A mulher de Potifar, interessada em José, tentou seduzi-lo, por diversas ocasiões, sendo sempre rejeitada. Em determinado dia, sendo mais incisiva, tentou contato físico com José que fugiu deixando sua túnica com ela. Em virtude da rejeição, a mulher de Potifar disse para seu marido e todos na casa que José havia tentado violentá-la, sendo ele preso injustamente. Pode-se trabalhar sobre vários pontos dessa história. Assim, objetiva-se expor compreensões acerca do crime na perspectiva da criminologia ao encontro de reflexões relacionadas a “Síndrome da mulher de Potifar” nos crimes contra a dignidade sexual, quando o meio de prova se restringe a palavra da vítima. Para o desenvolvimento deste trabalho, optou-se pelos seguintes métodos: dedutivo e monográfico. O primeiro, enquanto abordagem, parte da noção criminológica de crime para a verificação das implicações da citada síndrome nos crimes contra a dignidade sexual. Como procedimento, o segundo método volta-se para a verificação dos fatores que implicam na medida de consideração da palavra da vítima como meio de prova. Quanto às técnicas de pesquisa, o desenvolvimento do resumo utiliza-se da análise bibliográfica, envolvendo livros e artigos pertinentes para desenvolver o presente tema. Como se sabe, os referidos crimes ocorrem, em sua maioria, em locais ermos ou “entre quatro paredes”. Além disto, a demora da vítima em denunciar o ocorrido faz com que os vestígios em seu corpo aos poucos desapareçam, dificultando a perícia. Desta forma, restringe-se

<sup>83</sup> Acadêmica do 10º semestre do Curso de Direito da URI – Câmpus de São Luiz Gonzaga. E-mail: deboramoraigaray@gmail.com

<sup>84</sup> Doutoranda em Direito pelo Programa de Pós Graduação da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI/Santo Ângelo (PPGD/URI). Bolsista Capes -Taxa. Mestra em Direito e Especialista em Educação Ambiental pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Especialista em Direito Público pela Escola Superior da Magistratura Federal (ESMAFE/RS). Professora do Curso de Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI/SLG. Integrante do Grupo de Pesquisa Núcleo de Estudos do Comum (NEC) vinculado ao Departamento de Direito da UFSM. Email larissa-nunes-cavalheiro@ufsm.br

a prova aos relatos das vítimas, tornando-os importantes para a apuração dos fatos. No entanto, a supracitada síndrome pode ser usada como questionamento da veracidade do depoimento, uma vez que existem pessoas capazes de inventar tal situação com o intuito de vingança. Ainda, é importante ressaltar que, ao acusar alguém falsamente de estupro, tal conduta configura o crime de calúnia, previsto no artigo 138 do Código Penal (CP), mas se comunicado a autoridade policial a situação torna-se um caso de denúncia caluniosa, prevista no artigo 339 do CP.

**Palavras-chave:** Criminologia. Dignidade Sexual. Direito Penal. Síndromes. Vitimologia.

## **A CRIMINOLOGIA NUMA PERSPECTIVA FEMINISTA: A BUSCA PELO RECONHECIMENTO E GARANTIA DE DIREITOS AS MULHERES**

**Caroline Silva Nunes<sup>85</sup>**  
**Larissa Nunes Cavalheiro<sup>86</sup>**

**Resumo:** Este estudo objetiva analisar a evolução da sociedade e da criminologia, na medida em que a mulher ganha visibilidade em ambos. Historicamente, a sua condição é composta por avanços nos diferentes contextos sociais, dentre eles, o criminal. Mas nem sempre foi assim. Apesar de cometerem crimes, o que atualmente pressupõe imputabilidade, no passado eram percebidas como intelectualmente incapazes, ou seja, para a sistemática patriarcal eram consideradas “delinquentes mentais”. Tal concepção justificava a imposição de determinados tratamentos, desde cuidados familiares em um ambiente acolhedor até o recolhimento perpétuo em conventos. O fator gênero influencia o sistema, e era necessário um olhar específico para as demandas femininas. A criminologia feminista tem a finalidade de analisar os fatores que envolvem os crimes cometidos por mulheres e abrir espaços para novas concepções criminológicas, da mesma forma, que busca ressaltar a garantia dos seus direitos que o gênero exige no âmbito da punição. Para o desenvolvimento deste trabalho optou-se pelos seguintes métodos: dedutivo, histórico e comparativo. O primeiro como abordagem, foi utilizado iniciar com reflexões gerais acerca da mulher e sua (in)visibilidade na sociedade guiada por valores patriarcais, então passando para a análise da mudança de concepção da sua condição social e capacidade de desempenhar diferentes funções para além da manutenção do lar. Quanto ao segundo e terceiro método, como procedimentos, foram utilizados para a análise histórica dos avanços das mulheres ao encontro do reconhecimento e garantia dos seus direitos, inclusive no âmbito da execução da pena privativa de liberdade, comparando as condições do passado com o que há no presente. Quanto às técnicas de pesquisa, realizou-se análises bibliográficas e seus respectivos fichamentos, envolvendo livros e artigos relacionados ao tema. Para a criminologia na perspectiva feminista, o estudo evidencia as mulheres enquanto agentes do crime, devendo o poder punitivo do Estado estar atento a garantia de condições adequadas para o cumprimento da pena, ou seja, condizentes com a condição feminina. Assim, desconstrói a noção patriarcal que inferiorizava o gênero feminino. Na criminologia as mulheres não detinham um campo de estudo específico, os conhecimentos baseavam-se em concepções masculinas, seja ela, vítima ou sujeito ativo do crime. A cultura patriarcal impõe que mulheres deveriam ser boas donas de casa, mãe e esposa, enquanto os homens são aqueles que gerem a família e a economia. Mulheres e homens cometem crimes, porém, enquanto homens eram denominados “criminosos” as mulheres são qualificadas como “doentes mentais”. Em razão disso,

<sup>85</sup> Graduanda do 10º semestre do curso de Direito. Universidade do Alto Uruguai e das Missões – URI Campus São Luiz Gonzaga. E-mail: caroline14.sn@gmail.com

<sup>86</sup> Doutoranda em Direito pelo Programa de Pós Graduação da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI/Santo Ângelo (PPGD/URI). Bolsista Capes -Taxa. Mestra em Direito e Especialista em Educação Ambiental pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Especialista em Direito Público pela Escola Superior da Magistratura Federal (ESMAFE/RS). Professora do Curso de Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI/SLG. Integrante do Grupo de Pesquisa Núcleo de Estudos do Comum (NEC) vinculado ao Departamento de Direito da UFSM. Email larissa-nunes-cavalheiro@ufsm.br

é indispensável uma “criminologia feminista” que se volte para as mulheres e suas necessidades. Estas avançam historicamente ao encontro do reconhecimento da sua capacidade enquanto ser humano, logo, sujeito de direitos, ocupando muitos espaços na sociedade e na ciência criminal. Portanto, ao longo das gerações, algumas mudanças ocorreram no ambiente social, incluindo a autonomia das mulheres, leis que buscam defender e garantir igualdade de gênero em termos de direitos. É importante enfatizar essas conquistas, que libertam as mulheres dos pensamentos que as inferiorizavam, moldados pela concepção masculina. Dentre essas mudanças, a criminologia feminista vem buscando a paridade de tratamento.

**Palavras-chave:** Criminologia; Feminista; Gênero; Mulheres.

## **A INADIMISSIBILIDADE DA DESAPOSENTAÇÃO: UMA ANÁLISE DOS RESULTADOS JURÍDICOS E SOCIAIS DECORRENTES DA DECISÃO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 661.256 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL**

**Maria Alice Peixoto de Oliveira<sup>87</sup>**

**Miriane Maria Willers<sup>88</sup>**

**Resumo:** O presente trabalho apresenta como temática a inadmissibilidade da desaposentação, a partir da decisão proferida no Recurso Extraordinário 661.256 pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e os impactos jurídicos e sociais dela decorrente, pois teve repercussão geral reconhecida. Para o desenvolvimento da pesquisa bibliográfica utilizou-se doutrinas, legislação, artigos científicos e jurisprudência. Desaposentação é o ato de renúncia à aposentadoria, objetivando melhorar as condições financeiras do aposentado, que utilizaria o seu novo tempo de contribuição para a aquisição de um benefício mais vantajoso, no Regime Geral ou no Regime Próprio de Previdência Social. O aposentado permaneceu exercendo atividade laborativa e contribuindo para a Previdência Social. Entretanto, o STF ao julgar o RE 661.256 e também o RE 381.367 e o RE 827.883, manifestou-se pela inviabilidade do recálculo do valor da aposentadoria, por meio da desaposentação. Esta, conforme o Supremo, somente poderia ser efetuada mediante lei, que fixasse critérios para o recálculo do novo benefício. Diante deste cenário, questiona-se: quais os fundamentos constitucionais utilizados pelo STF e quais os impactos jurídicos e sociais deste julgamento desfavorável à tese da desaposentação? Embora o julgado paradigma seja de 2016, pode-se afirmar que ainda repercute diretamente na vida de milhares de brasileiros, que após a primeira aposentadoria, seguiram exercendo atividade remunerada e contribuindo para a Previdência, na esperança de obterem, através da renúncia à primeira aposentadoria, uma nova e mais vantajosa, que implicaria em melhor qualidade de vida. Os Ministros Dias Toffoli, Teori Zavascki, Luiz Edson Fachin, Luiz Fux, Gilmar Mendes, Celso de Mello, Cármen Lúcia, foram contra a desaposentação. Já os Ministros Marco Aurélio Mello, Luís Roberto Barroso, Rosa Weber, Ricardo Lewandowski, favoráveis (STF, 2016). A pesquisa demonstrou que os argumentos dos Ministros favoráveis fundamentaram seu posicionamento no sentido de que, na inexistência de lei explícita, deveriam ser aplicados os princípios previdenciários, para que se alcance um ideal de Justiça Social. Ainda, que os segurados permanecendo em atividade e contribuindo para a Previdência teriam direito a uma contraprestação. A aposentadoria pretérita tem caráter alimentar e o contribuinte faz jus ao cálculo da nova renda mensal, devendo ser aplicado o princípio da vedação ao enriquecimento sem causa do próprio Estado. Considerando que a maioria dos Ministros do STF consideraram inadmissível a desaposentação, por carência de lei acerca da matéria, o instituto representa um desafio para o Direito Previdenciário. Mesmo que atualmente não tenha uma previsão legal específica para regular a matéria, a dignidade humana, os valores sociais do trabalho e acesso a direitos sociais básicos, inscritos no art. 1º, incisos III e IV e art. 6º, ambos da Constituição Federal, são valores e direitos fundamentais que devem ser observados.

<sup>87</sup>Acadêmica do 10º Semestre do Curso de Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI/SLG E-mail.068061@saoluiz.uri.edu.br.

<sup>88</sup>Professora do Curso de Direito da URI São Luiz Gonzaga/RS. Mestre em Direito pela URI Santo Ângelo. Advogada pública do Município de Santo Ângelo. E-mail: profmiriane@saoluiz.uri.edu.br.



Logo, o aposentado estando em atividade e com a continuidade de suas contribuições sociais, permitir-se-ia uma aposentadoria mais digna, tratando-se de um direito fundamental social.

**Palavras-chave:** Desaposentação. Julgado do STF. Aposentadoria digna.

## A MULHER COMO VÍTIMA DOS CRIMES VIRTUAIS: REFLEXOS QUE ULTRAPASSAM OS LIMITES DAS TELAS

Bruna Cardoso Goulart<sup>89</sup>  
Larissa Nunes Cavalheiro<sup>90</sup>

**Resumo:** Na atualidade, a *internet* tornou-se aliada da população, possibilitando, além da fácil comunicação, o exercício de atividades inimagináveis no formato virtual. Não obstante as vantagens, o progresso tecnológico favoreceu a execução de determinados crimes, assim como o surgimento de novas figuras delitivas, que são capazes de atingir qualquer usuário e podem ser praticadas em diversas modalidades, incluindo os crimes virtuais contra a mulher. Os *cibercriminosos* possuem a falsa sensação de impunidade e utilizam-se do cenário virtual para ferir direitos de companheiras, ex-companheiras ou, até mesmo, de mulheres desconhecidas. Diante desse cenário, questiona-se: Qual a importância da tipificação dos crimes cibernéticos para a proteção da mulher no ambiente virtual? O mundo tecnológico nada mais é do que um reflexo do espaço físico em que a mulher é a principal vítima de violência de gênero. Destarte, exprime-se a importância de um olhar atento do Estado sobre necessárias renovações na legislação penal. Nesse sentido, fora incluído no Código Penal dois importantes artigos: 147-A, o qual tipifica a conduta de perseguição ou *stalking*, apresentando em seu texto a expressão “por qualquer meio”, incluindo-se, nesse cenário o *ciberstalking*, que caracteriza-se quando o *cibercriminoso* importuna a vida da vítima com condutas reiteradas, como ligações, comentários, dentre outras; e, 218, alínea C, o qual reprova a chamada prática da pornografia da vingança, que ocorre, na maioria dos casos, quando o ex-companheiro busca depredar a imagem da mulher compartilhando materiais de ordem sexual. Embora sejam os mais recorrentes crimes virtuais, não são os únicos em que a mulher figura como vítima, podendo-se citar outros, como ameaça, extorsão e crimes contra a honra. Para a elaboração deste trabalho utilizou-se os seguintes métodos: hipotético-dedutivo e comparativo. O primeiro enquanto abordagem volta-se a análise das possíveis soluções para a repressão dos crescentes crimes no âmbito virtual, de forma crítica-reflexiva, apontando os avanços e falhas neste contexto. O segundo como procedimento, possibilita a verificação da nova dinâmica de execução de determinados crimes, assim como novas modalidades que surgem com o uso do âmbito virtual. Para tanto, as técnicas de pesquisa se desdobraram em leituras de obras relacionadas ao tema, assim como a análise de julgados e casos paradigmáticos. Percebe-se que a forma virtual tem vislumbrado atenção especial por parte dos criminosos, pois embora seja significativo o avanço legislativo, a resposta estatal até o momento não é suficiente. Isso porque, na grande maioria dos casos, a vítima, por vergonha ou desinformação, não denuncia o crime ou, quando assim o faz, a identidade do *cibercriminoso* não é reconhecida, permanecendo impune. Apesar disso, os reflexos causados pela

<sup>89</sup> Graduanda do 8º Semestre do Curso de Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI São Luiz Gonzaga. E-mail: bccgoulart@gmail.com

<sup>90</sup> Doutoranda em Direito pelo Programa de Pós Graduação da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI/Santo Ângelo (PPGD/URI). Bolsista Capes -Taxa. Mestra em Direito e Especialista em Educação Ambiental pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Especialista em Direito Público pela Escola Superior da Magistratura Federal (ESMAFE/RS). Professora do Curso de Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI/SLG. Email larissanunes-cavalheiro@ufsm.br

conduta persistirão e terão de ser suportados exclusivamente pela mulher. Diante dos fatos destacados, a presente pesquisa evidencia a necessidade dos legisladores estarem atentos às novas situações envolvendo mulheres no âmbito virtual, buscando formas de efetivamente punir os *cibercriminosos*. Ademais, é importante que as vítimas reúnam provas e busquem ajuda das autoridades, pois os crimes praticados no ambiente virtual devem ser vistos, por todos, com a mesma atenção que os cometidos na realidade física.

**Palavras-chave:** Cyberstalking. Crimes virtuais. Impunidade. Mulher. Pornografia da Vingança.

## A RELEVÂNCIA DO ROTARY CLUB INTERNATIONAL PARA A SOCIEDADE<sup>91</sup>

Ana Paula Brum<sup>92</sup>

Maria Gabriela Almeida Valduga<sup>93</sup>

Neusa Schnorrenberger<sup>94</sup>

**Resumo:** O breve resumo “a relevância do *Rotary Club Internacional* para a sociedade”, tem o cunho de apresentar o *Rotary* e do seu papel que desempenha para com a sociedade. O estudo decorre de uma pesquisa bibliográfica a doutrina e sítios eletrônicos disponíveis na rede mundial de computadores, amparado pelo método hipotético dedutivo. Assim, se tem que o *Rotary* iniciou suas atividades em 23 de fevereiro de 1905, em Chicago nos Estados Unidos da América, fundada pelo advogado Paul Harris. Inicialmente composto por membros da classe alta, que com o passar dos anos passou a aceitar qualquer pessoa sobre a premissa de ajudar as pessoas de sua cidade e comunidade, sem esperar qualquer espécie de privilégios, ajuda ou contribuição financeira. O objetivo inicial da Organização era reunir profissionais de diferentes setores para trocar ideias e fazer amizades duradouras, porém, com o decorrer do tempo a Organização ampliou o seu alcance e sua visão para serviços humanitários ao redor do mundo. Atualmente o *Rotary Club Internacional* conta com 1,2 milhão de associados e mais de 35.000 clubes no mundo. Para manter-se financeiramente a Organização conta com mensalidades pagas pelos associados, projetos financeiros, como, feijoada solidaria, que busca arrecadar fundos para patrocinar projetos já existente, patrocínio de empresas da comunidade em que está um ramo da Organização e moradores da cidade que sentem que devem ajudar de forma livre e espontânea. Dentro do Rotary existem diferentes linhas de atuação, dentre as quais o *Interact* e *Rotaract club’s*, no qual cada clube de Rotary seleciona jovens para o *Interact* com idade de 15 anos a 18 anos e do *Rotaract* com idade de 18 anos a 30 anos, visando o aperfeiçoamento de cada jovem afim de torna-se líder dentro da sua comunidade e por fim tornar-se membro ativo do *Rotary Club*. É extremamente proibido dentro da organização denegrir a imagem de qualquer membro do clube ou pessoas, utilizar-se da instituição para ganho pessoal, cometer qualquer crime contra a vida ou honra de qualquer pessoa, deixar de realizar o pagamento das mensalidades, deixar de ajudar uma pessoa por motivos fúteis e pessoais, resolver um conflito dentro e fora da organização de forma violenta exceto em caso de legítima defesa comprovada, tais regras são de cunho gerias, porém, a

<sup>91</sup> Resumo advindo das reflexões na Disciplina de Direito Internacional Público 2021/I, ministrada pela professora mestra Neusa Schnorrenberger no Curso de Graduação em Direito na Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI, campus São Luiz Gonzaga/RS.

<sup>92</sup> Graduanda do 5º semestre no Curso de Graduação em Direito. Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI, campus São Luiz Gonzaga/RS. E-mail: [067670@saoluiz.uri.edu.br](mailto:067670@saoluiz.uri.edu.br)

<sup>93</sup> Acadêmica do Curso de Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), Campus São Luiz Gonzaga/RS. E-mail: [066017@saoluiz.uri.edu.br](mailto:066017@saoluiz.uri.edu.br)

<sup>94</sup> Professora no Curso de Graduação em Direito Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), Campus São Luiz Gonzaga/RS. Doutoranda em Direito pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), Campus Santo Ângelo/RS, linha de pesquisa: Direito e Multiculturalismo. Integrante do Grupo de Pesquisa "Direito de Minorias, Movimentos Sociais e Políticas Públicas", vinculado ao Programa de Pós-Graduação stricto sensu - Mestrado e Doutorado em Direito da URI, Campus Santo Ângelo/RS. Advogada OAB/RS 115.960. E-mail: [profneusa@saoluiz.uri.edu.br](mailto:profneusa@saoluiz.uri.edu.br)

organização deixa livre para que cada clube tenha seu regimento interno desde que respeite as regras gerais. Desta forma se mostra claro o quanto o *Rotary* é importante dentro de cada comunidade em que atua.

**Palavras-chave:** Rotary Club Internacional. Áreas de Atuação. Relevância. Proibições.



## **A SUPREMACIA DO PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE NA APLICAÇÃO DO BANCO DE DADOS GENÉTICOS DENTRO DO SISTEMA PENAL BRASILEIRO.**

**Victória Karoline da Luz Silveira<sup>95</sup>**

**Resumo:** Com o advento da Lei nº 12.654/12, consideráveis inovações foram instituídas no Direito Processual Penal brasileiro. A previsão da coleta de material genético e a criação de um banco de dados de perfis genéticos para fins de identificação criminal divergiu opiniões entre juristas e aplicadores do direito no que se refere a sua (in)constitucionalidade perante os princípios constitucionais, principalmente aqueles que se referem aos direitos da personalidade, bem como ao princípio da vedação da autoincriminação. Dessa forma, o presente trabalho tem por objetivo verificar de que forma vem sendo direcionada a aplicação do banco de dados genéticos para solucionar os casos concretos existentes. Para o desenvolvimento do estudo optou-se pelo método de abordagem hipotético-dedutivo, haja vista que depende de uma hipótese para responder a problemática suscitada. Já quanto ao tipo de pesquisa, optou-se pela bibliográfica, com consulta em livros e artigos acerca do tema. Considera-se de suma importância constatar que, os bancos de perfis genéticos são compostos por dados alfanuméricos, letras e números que identificam a pessoa. Assim, compara-se o material genético encontrado no local do crime com as informações cadastradas no banco de dados, a fim de identificar o indivíduo. A possibilidade de coleta compulsória de material genético é empregada em duas situações diferentes, no curso das investigações, quando for essencial às investigações policiais e existir decisão judicial nesse sentido, independentemente do delito e na execução da pena, quando for o indivíduo condenado por crimes dolosos com grave violência contra a pessoa ou por crimes hediondos. Nesse sentido, o Decreto nº 7.950/2013 instituiu e regulamentou o banco nacional de perfis genéticos e a rede integrada de bancos de perfis genéticos. A finalidade do armazenamento do perfil genético do investigado é para servir de prova para um caso concreto e determinado. Diante do exposto, a questão problema suscitada é: Qual princípio constitucional vem sendo utilizado com supremacia para aplicação efetiva do banco de dados de perfis genéticos nos casos concretos? Como resultado, tem-se que um dos princípios que vem sendo utilizado pelos tribunais para que sejam evitados quaisquer possíveis abusos do poder punitivo estatal além do que está disposto na Constituição Federal Brasileira é o princípio da proporcionalidade. Nessa tendência, observa-se que a aplicação do método de extração do material genético constitui medida adequada, necessária e justificável e que outro meio não se mostra tão adequado quanto este na busca do eficientismo estatal. Em conclusão, a supremacia do princípio da proporcionalidade na aplicação do Banco de Dados Genéticos dentro do sistema penal brasileiro busca garantir a segurança pública, a celeridade processual e a condenação do criminoso, de forma a dar-se maior eficiência à justiça, o que ocorre em benefício da sociedade como um todo.

---

<sup>95</sup>Mestranda do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Direito - Mestrado e Doutorado da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - URI Campus Santo Ângelo/RS. Bolsista CAPES, na modalidade PROSUC/TAXA. Graduada em Direito pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - URI São Luiz Gonzaga. E-mail para contato: viictoriadaluzs@hotmail.com.

**Palavras-chave:** Banco de Dados Genéticos. Princípios Constitucionais. Proporcionalidade.

## A TEORIA DOS JOGOS PENAIS NO ORDENAMENTO JURÍDICO PENAL PÁTRIO

**Juliana Saueressig<sup>96</sup>**  
**Felipe Gianluppi Rambo<sup>97</sup>**  
**Taís Garcia Padilha<sup>98</sup>**

**Resumo:** Este resumo tem por objetivo analisar os fundamentos da teoria dos jogos aplicada ao direito penal brasileiro, suas noções, conceitos e aplicações a partir do ordenamento jurídico brasileiro. A metodologia utilizada é o método de abordagem dedutivo, além do método de procedimento monográfico e das técnicas de pesquisa bibliográfica e documental, por meio de pesquisa na legislação, doutrinas e artigos acadêmicos. O problema fundamental é abordar inicialmente a conceituação da teoria dos jogos seus fundamentos e pressupostos, as táticas e abordagens da técnica dos jogos aplicadas ao processo penal, bem como a forma como a teoria dos jogos se materializa no processo ordinário ou sumaríssimo, concluindo qual o impacto dessas medidas, bem como, a adoção pelo ordenamento jurídico pátrio. A teoria dos jogos, portanto, introduziu os conceitos de estratégia dominante e processo de tomada de decisões, onde é imprescindível os jogadores terem conhecimento das normas que regem o jogo processual. O jogo processual é comparado a um tabuleiro de xadrez, onde cada jogador deve ser estratégico, não apenas técnico, e sagaz para realizar sua jogada. A Teoria dos Jogos é oriunda das ciências exatas para auxiliar a compreensão do processo penal, no jogo aplicado ao processo penal. No entanto, não deve ser confundida com as dos jogos de azar, pois ela deve ser mesclada com a elaboração de estratégias e táticas durante o jogo, ou seja, decorar as regras do processo penal não é o suficiente para ser um bom jogador, surgindo dentro contexto jurídico se propõe a conciliar os interesses das partes, isto é, dos jogadores, de modo a beneficiá-los de maneira significativa. Ademais, esse trabalho apresenta a lógica e a mecânica dos jogos aplicados à teoria do direito penal brasileiro. Em conclusão, a adoção, pelo sistema jurídico brasileiro, da teoria dos jogos possui grande repercussão nos institutos despenalizadores a exemplo da lei dos juizados especiais ou, ainda nesse sentido, os instrumentos disponibilizados no processo penal, como o inquérito policial, o habeas corpus, entre outros, sendo certo que seus efeitos são benéficos para os jogadores, para as partes que constituem a contenda e para o sistema judiciário como um todo. Isso ocorre haja vista que possibilita, de maneira mais adequada, conciliar os interesses das partes, refletindo de maneira que as partes consigam defender suas pretensões em juízo de forma mais adequada. Sendo certo que os rumos do processo judicial tendem a seguir o caminho do consenso e da desburocratização, o que por óbvio passa por uma série de transformações, incluindo-se aqui a adoção da teoria dos jogos penais. A lei processual penal não é estática e a Teoria dos Jogos não foi criada para a lei, mas para outros ramos da ciência, surgindo, nesse contexto, na matemática, diante da sistemática dinâmica das fórmulas e processos numéricos. Assim, conclui-se que a teoria dos jogos penais é adotada pela

<sup>96</sup> Acadêmica de Direito, URI São Luiz Gonzaga, e-mail: 067936@saoluiz.uri.edu.br

<sup>97</sup> Acadêmico de Direito, URI São Luiz Gonzaga, e-mail: 067867@saoluiz.uri.edu.br

<sup>98</sup> Acadêmica de Direito, URI São Luiz Gonzaga, e-mail: 068069@saoluiz.uri.edu.br

legislação de maneira implícita, bem como a jurisprudência, ainda que de maneira discreta, também adota esse sistema.

**Palavras-chave:** Teoria. Jogos penais. Ordenamento. Jogadores.

## A UNIÃO EUROPEIA: O MERCADO COMUM EUROPEU (UE)<sup>99</sup>

Gerson Mallet Balbé<sup>100</sup>  
Neusa Schnorrenberger<sup>101</sup>

**Resumo:** O breve estudo, tem o objetivo de apresentar a União europeia, ou seja, o Mercado Comum Europeu, por meio de uma pesquisa bibliográfica a doutrina e a informações disponíveis na rede mundial de computadores, por meio do método hipotético dedutivo. Assim, a União Europeia tem por objetivos a promoção da livre circulação de mercadorias, pessoas, capitais, o espírito da paz e o bem-estar de seus cidadãos, seus valores, garantir a justiça e a segurança sem fronteiras internas. É importante destacar que o momento findo da Segunda Guerra Mundial culminou com o fim de frequentes guerras sangrentas, dando ênfase para a criação a reconstrução material e reestruturação econômica da Europa em 1957 com a Comunidade Econômica Europeia (CEE). Cabe também ressaltar os seis países fundadores que foram a Alemanha, a Itália, a França, a Bélgica, o Luxemburgo e os Países Baixos. O papel da UE, é favorecer a interação, o intercâmbio, cultural e tecnológico entre nações, sendo um bloco econômico de grande importância para a globalização mundial e a nível europeu. A sua fundação com a estrutura atual é de 1992 e visa estabelecer uma cooperação econômica e política entre os países europeus. A proposta foi de incentivar a cooperação econômica e política tornando os seus membros dependentes, mantendo uma relação comum entre os países. A União Europeia é o principal bloco econômico da atualidade. Possui atualmente 28 países membros, apresentando uma dinâmica comercial acentuada, um elevado nível de organização, que inclui até mesmo a livre circulação de pessoas (sem grandes exigências ou burocracias), entre as nações que fazem parte do bloco. Dos 28 países membros, 19 utilizam o Euro como moeda e formam assim a zona do euro. A União Europeia é o único bloco político-econômico-social-territorial que apresenta características de uma verdadeira comunidade, mais próxima de uma homogeneização e de interesses em comum dos países partes. Em 2012, a EU foi laureada com o Nobel da Paz, entregue pelo comitê Nobel, contribuindo assim por mais de seis décadas para o avanço da paz e da reconciliação, democracia e direitos humanos na Europa. Assim, a EU prova que inimigos históricos como França e Alemanha podem transformar-se em aliados.

**Palavras-chave:** União Europeia. Mercado Comum Europeu. UE. Comunidade.

<sup>99</sup> Resumo advindo das reflexões na Disciplina de Direito Internacional Público 2021/I, ministrada pela professora mestra Neusa Schnorrenberger no Curso de Graduação em Direito na Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI, campus São Luiz Gonzaga/RS.

<sup>100</sup> Graduando do 5º semestre no Curso de Graduação em Direito. Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI, campus São Luiz Gonzaga/RS. E-mail: 095551@saoluiz.uri.edu.br

<sup>101</sup> Professora no Curso de Graduação em Direito Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), Campus São Luiz Gonzaga/RS. Doutoranda em Direito pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), Campus Santo Ângelo/RS, linha de pesquisa: Direito e Multiculturalismo. Integrante do Grupo de Pesquisa "Direito de Minorias, Movimentos Sociais e Políticas Públicas", vinculado ao Programa de Pós-Graduação stricto sensu - Mestrado e Doutorado em Direito da URI, Campus Santo Ângelo/RS. Advogada OAB/RS 115.960. E-mail: profneusa@saoluiz.uri.edu.br



## A VIDA E HISTÓRIA DE HANNAH ARENDT

Miriã de Moura Carvalho Marques<sup>102</sup>  
Cristiane Menna Barreto Azambuja<sup>103</sup>



**Resumo:** A presente pesquisa propõe-se a conhecer e, por consequência, apresentar à comunidade acadêmica Hannah Arendt, teórica política de grande destaque no cenário internacional, que trouxe contribuições relevantes para os Direitos Humanos, a Política e a Filosofia. Quem foi Hannah Arendt? Por que é preciso conhecê-la para compreender seus escritos? Quais os temas de seus estudos são possíveis de relacionar com os Direitos Humanos? São algumas das questões que se intenta responder. Para tanto, o presente resumo utiliza-se de pesquisa bibliográfica em livros e artigos científicos, além de informações extraídas de entrevistas concedidas por ela ao longo de sua vida. Hannah Arendt (1906-1975) foi uma teórica política judia-alemã, que vivenciou os momentos conturbados do século XX e sentiu profundamente o que é ter sua liberdade cerceada, sua existência questionada e seus direitos violados. Nasceu em 14 de outubro de 1906, em uma pequena cidade da Alemanha chamada Linden. Seus pais, Paul e Martha Arendt, eram judeus não praticantes, mas que procuraram familiarizar Arendt à sinagoga. Aos 7 anos, perdeu seu pai em decorrência da sífilis. Mesmo não tendo plena consciência do significado de ser judia em um país como a Alemanha, já na infância, Arendt notava pelas observações e atitudes de outras crianças o antissemitismo. Ademais, sua perspicácia e também a sua intelectualidade a acompanharam durante a juventude. Livros de Filosofia, de poesia e de Política faziam parte de sua estante e do seu cotidiano. Antes mesmo de completar 25 anos, em 1929, sua tese de doutorado, “O conceito de amor em Santo Agostinho”, estava feita, demonstrando sua aptidão para a Filosofia. Em 1933, seis meses antes do início da Segunda Guerra Mundial, viu-se obrigada a sair da Alemanha. Nesse momento, sua nacionalidade foi perdida e a condição de apátrida, ainda hoje presente na vida de muitos indivíduos, fez parte de sua história até o ano de 1951, quando recebeu a cidadania norte-americana. Enquanto apátrida, seus direitos

<sup>102</sup> Acadêmica do 2º semestre do Curso de Direito da URI - São Luiz Gonzaga. E-mail: 099150@saoluiz.uri.edu.br.

<sup>103</sup> Mestra em Direito pela UFRGS. Especialista em Direito Público pela PUCRS. Graduada em Direito pela UFN. Coordenadora e Professora do Curso de Direito da URI – São Luiz Gonzaga. Membro efetivo da Rede Brasileira Direito e Literatura. Integrante do grupo de pesquisa “Direitos, transformação social e universo plural da cidadania”, na linha “A literatura e o cinema como reflexão ao ensino jurídico”. E-mail: cristianeazambuja@saoluiz.uri.edu.br.

políticos foram perdidos. Esta situação veio acompanhada pela dificuldade, a título de exemplificação, de se alcançar determinados trabalhos, de requerer garantias estatais, de possuir imóveis ou de efetuar viagens. Possível afirmar, então, que Arendt, há 70 anos, experienciou a conjuntura de ser apátrida, o que afeta, ainda hoje, milhões de pessoas. Tal fato, por certo, influenciou seus escritos. Tanto é assim que grande parte de sua obra está relacionada com temas de Direitos Humanos e de Política. No que tange aos Direitos Humanos, em específico, encontra-se em seus textos a análise de temas como nacionalidade, cidadania, racismo e sionismo. Diante do exposto, conclui-se pela atualidade e importância das temáticas abordadas por Arendt, o que justifica esta pesquisa e, de igual forma, a sua continuidade, de modo a aprofundar o estudo de sua vida, história, bem como de sua obra.

**Palavras-chave:** Hannah Arendt. Vida. História. Direitos Humanos.

## AS POSSÍVEIS CONSEQUÊNCIAS JURÍDICAS DA VIOLAÇÃO DA PRIVACIDADE PARA OBTENÇÃO DE DADOS A PARTIR DA APLICAÇÃO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS – LEI Nº 13.709/18

Victória Karoline da Luz Silveira<sup>104</sup>

**Resumo:** Diante do cenário amplamente informatizado vivenciado nos dias atuais, surge a inerente necessidade da tutela dos dados pessoais. Dessa forma, o presente resumo tem por objetivo estudar a aplicabilidade e a relevância da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD (Lei n. 13.709/18). Para tanto, o trabalho utiliza da metodologia hipotético-dedutiva, haja vista que depende de uma hipótese para responder a problemática suscitada. Utiliza-se também, da escrita monográfica com pesquisa bibliográfica realizada em livros sítios de internet e artigos científicos a fim de responder a seguinte questão: Quais as consequências jurídicas da violação da privacidade para a obtenção de dados? Como resultados tem-se que, com a promulgação da lei de dados pessoais, o direito à privacidade ganhou espaço no ordenamento jurídico, uma vez que refere-se ao direito pessoal de manter o controle sobre as próprias informações. Sendo assim, a Lei Geral de Proteção aos Dados, possui a finalidade de proteger os dados pessoais, impondo regras e limites a serem observados pelas empresas no momento da coleta, armazenamento, tratamento e compartilhamento de tais dados, aplicando-se também para os meios eletrônicos. Assim, diante do avanço do uso das tecnologias, foram estabelecidos meios para que o cidadão saiba exatamente o que será feito com seus dados, tendo ele autonomia e capacidade de consentir, ou não, com o uso que a empresa deseja fazer de suas informações pessoais. Para que a fiscalização destas atividades pudesse ocorrer, criou-se com a MP 896/18 a Agência Nacional de Proteção de Dados (ANPD), incumbindo-se ao órgão a fiscalização do cumprimento da lei pelas empresas, a elaboração das diretrizes do Plano Nacional de Proteção de Dados e a aplicação as sanções administrativas. Entretanto, conforme previsto no texto legal, as punições serão aplicadas a partir do mês de agosto do corrente ano. No tocante as consequência jurídicas frente à não observância da lei, a LGPD prevê somente condutas sancionatórias em âmbito administrativo. Contudo, a natureza jurídica da utilização dos dados pessoais poderá gerar a incidência de condutas criminosas. Deste modo, as sanções penais poderão ser aplicadas diante de atos não autorizado pela pessoa titular dos dados, da mesma forma, ocorre com condutas que causem danos a integridade do titular. Portanto, a presente pesquisa conclui que, as empresas devem se adequar às exigências impostas, uma vez que a lei prevê sanções que não se limitam a reparação indenizatória no âmbito civil, cabendo também, apuração da conduta no âmbito administrativo e penal quando não observada a autonomia do proprietário dos dados para consentir e autorizar a utilização das suas informações.

**Palavras-chave:** Dados Pessoais. Proteção. Privacidade. Violação.

<sup>104</sup>Mestranda do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Direito - Mestrado e Doutorado da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - URI Campus Santo Ângelo/RS. Bolsista CAPES, na modalidade PROSUC/TAXA. Graduada em Direito pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - URI São Luiz Gonzaga. E-mail para contato: viictoriadaluzs@hotmail.com.

## CRIMINOLOGIA E A IMPORTÂNCIA DO ESTUDO DA VITIMOLOGIA

Regina Tayrini Bassani<sup>105</sup>  
Larissa Nunes Cavalheiro<sup>106</sup>

**Resumo:** O presente resumo, desenvolvido no bojo dos estudos da disciplina de Criminologia, tem por **objetivo** abordar o estudo da vitimologia, a qual compõe o terceiro componente da tríade criminológica: criminoso, vítima e ato/conduta, a fim de discorrer acerca da personalidade da vítima e sua influência ou não na conduta criminosa. Para o desenvolvimento deste trabalho optou-se pela seguinte **metodologia**: quanto ao método de abordagem, utilizou-se o dedutivo, pois parte-se de uma concepção geral da Criminologia para compreender o estudo da vitimologia e sua importância na seara penal. Quanto a técnica de pesquisa, optou-se pela bibliográfica, valendo-se de livros, artigos e demais fontes para embasar cientificamente o respectivo tema. Antes de adentrar ao conceito e aspectos referente ao foco desta pesquisa, importante esclarecer no que consiste a criminologia, convindo apresentar a concepção clássica de SUTHERLAND, expondo que trata-se do “conjunto de conhecimentos sobre o delito como fenômeno social. Inclui em seu âmbito, os processos de elaboração das leis, de infração das leis e de reação à infração das leis”, e a extensão do fenômeno delitivo. Assim, a Criminologia estuda as causas do delito, procurando explicar o porquê de certas pessoas cometem delitos e por que na sociedade existe um determinado índice de delinquência, bem como busca estabelecer as variáveis que se relacionam com a infração penal; as possíveis formas de responder ao fenômeno delitivo no sentido de preveni-lo e controlá-lo; a extensão do delito, isto é, quantos delitos são cometidos em certo período de tempo em dada unidade espacial, sendo neste momento incluído os estudos de vitimização; e, por fim, como e por que se elaboram as leis. Discorrida a explicação acerca da criminologia, passa-se ao conceito de vitimologia, que pode ser definida como o estudo da vítima, de sua personalidade, de suas características, de suas relações com o delinquente e do papel que assumiu na gênese do delito. Em síntese, é a ciência que se ocupa da vítima e da vitimização, realizando a análise do comportamento desta na origem do crime e do criminoso. Destarte, é importante analisar a relação entre criminoso e vítima (par penal) para aferir o dolo e a culpa daquele, bem como a responsabilidade da vítima ou sua contribuição involuntária para o fato crime, visto que repercute na adequação típica e na aplicação da pena (art. 59 do CP). Como **resultado** do estudo, pode-se dizer que o desenvolvimento da ciência da vitimologia terá como reflexo a existência de menos vítimas na sociedade, pois a partir da verificação da influência da vítima em relação ao crime, será possível auxiliá-la a fim de prevenir a ocorrência de novo crime, desenvolvendo-se, desta forma, a prevenção vitimal. **Conclui-se** que é através do estudo da vitimologia que se analisa o comportamento da vítima na determinação da prática delituosa, os efeitos por ela suportados e a criação de

<sup>105</sup> Acadêmica do 10º Semestre do Curso de Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI/SLG. E-mail: regina\_bassani@hotmail.com

<sup>106</sup> Doutoranda em Direito pelo Programa de Pós Graduação da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI/Santo Ângelo (PPGD/URI). Bolsista Capes -Taxa. Mestra em Direito e Especialista em Educação Ambiental pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Especialista em Direito Público pela Escola Superior da Magistratura Federal (ESMAFE/RS). Professora do Curso de Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI/SLG. Email: [larissa-nunes-cavalheiro@ufsm.br](mailto:larissa-nunes-cavalheiro@ufsm.br)

mecanismos de proteção e prevenção à vitimização, realizando um exame multidisciplinar dos fatores biológicos, psicológicos e sociais que dão origem à dupla penal delinquente-vítima.

**Palavras-chave:** Crime. Criminologia. Vítima. Vitimologia.

## REFERÊNCIAS

GONZAGA, Christiano. **Manual de criminologia**. 2. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020.

MAÍLLO, Alfonso Serrano; PRADO. Luiz Regis. **Criminologia**. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

OLIVEIRA, Ariane de; PALODETTO, Anna Karyne Turbay. **Vitimologia e a sua relação com a criminologia**. Disponível em: <<https://periodicos.uniarp.edu.br/index.php/juridico/article/view/214/202>>. Acesso em: 17 jun 2021.

PENTEADO FILHO, Nestor Sampaio. **Manual esquemático de criminologia**. 10. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020.



## GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA: QUAIS NORMATIVAS QUE AMPARAM ESSA ADOLESCENTE-GESTANTE?

Dariane Almeida<sup>107</sup>

Cristiane Menna Barreto Azambuja<sup>108</sup>

**Resumo:** A gravidez na adolescência é vista como um grande desafio a ser resolvido. Ela, muitas vezes, ocorre por falta de informação tanto da adolescente quanto de sua família. Isso porque, em alguns lares, este assunto é um grande tabu a ser superado. Como consequência da gestação não planejada, essas adolescentes, frequentemente, acabam sendo desamparadas pelas suas famílias e pela sociedade. Diante disso, pergunta-se: Existem normativas protetivas da adolescente-gestante? O objetivo do estudo é demonstrar de que forma o direito ampara essas jovens mães, que precisam, muitas vezes, abdicar de seus estudos, para cuidar de uma criança por tempo integral, afetando seu futuro, que acaba por ser de dificuldade. Para o desenvolvimento do estudo optou-se pelo método de abordagem dedutivo, com análise da legislação e de artigos científicos sobre a temática. No campo de pesquisa revelam-se as dificuldades dessas adolescentes quanto às obrigações que agora fazem parte de sua realidade. Como resultados obtidos, tem-se que a Constituição Federal garante, no seu artigo 6º, os direitos sociais, dentre eles o de proteção à infância e à maternidade. No mesmo sentido, tem-se o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA). Sabe-se que tanto a Constituição quanto o ECA são unânimes ao dizerem que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar direitos aos adolescentes, como vida, saúde, educação, profissionalização, lazer, dignidade, cultura e outros mais. São direitos que fazem parte da proteção integral às crianças e aos adolescentes. O significado disso é saber que a adolescente-gestante não se está sozinha e desamparada nesta caminhada de grandes desafios. Ela, por exemplo, não precisa abandonar a escola, pois pode continuar os estudos em regime domiciliar. Trata-se de direito previsto na Lei nº 6.202/75, que prevê que esta jovem pode continuar estudando em casa - a partir do oitavo mês de gestação e durante três meses -, podendo conciliar a escola e os cuidados com o recém-nascido. Portanto, conclui-se que se tem em nosso ordenamento jurídico um amparo para que essas mães adolescentes possam, de algum modo, seguir sua vida, seus estudos, para que consigam conciliar seus dois momentos, o nascimento de uma criança e a formação escolar, para que, futuramente, consigam ingressar em uma carreira profissional, oferecendo uma condição de vida estável a esta criança e a esta nova família.

**Palavras-chave:** Direitos. Gravidez. Adolescência. Informação.

<sup>107</sup> Acadêmica do 1º semestre do Curso de Direito da URI - São Luiz Gonzaga. E-mail: 099603@saoluiz.uri.edu.br

<sup>108</sup> Mestra em Direito pela UFRGS. Especialista em Direito Público pela PUCRS. Graduada em Direito pela UFN. Coordenadora e Professora do Curso de Direito da URI – São Luiz Gonzaga. Membro efetivo da Rede Brasileira Direito e Literatura. Integrante do grupo de pesquisa “Direitos, transformação social e universo plural da cidadania”, na linha “A literatura e o cinema como reflexão ao ensino jurídico”. E-mail: cristianeazambuja@saoluiz.uri.edu.br.

## JUSTIÇA SOB O VIÉS DE PLATÃO, TOMÁS DE AQUINO E JOHN RAWLS

Miriã de Moura Carvalho Marques<sup>109</sup>  
Juliana Bedin Grando<sup>110</sup>

**Resumo:** O conceito de “justiça” constituiu-se como objeto de estudo de diversos filósofos, considerando sua dinamicidade e poder de aplicação social. Nesse sentido, divergências de perspectivas marcaram cada período. De Platão a John Rawls, definir um termo que permeia a vida de cada ser humano inserido em uma sociedade e sujeito a sanções (tanto penais quanto sociais), caso infrinja a ordem estabelecida não é uma tarefa fácil. Assim, o objetivo deste trabalho é analisar as definições de “justiça” estabelecidas por três filósofos, a saber, Platão, Tomás de Aquino e John Rawls, em períodos históricos diferentes (Antiguidade, Idade Média e Contemporaneidade). Para discorrer sobre tais conceituações, o presente trabalho utiliza-se de pesquisa bibliográfica em livros e artigos virtuais, por meio de pesquisa básica e descritiva e método comparativo. Em um primeiro momento, destaca-se que a Antiguidade Grega foi marcada pela transição do pensamento mitológico para o racional, fazendo com que questões de ordem moral surgissem. Platão vivencia tal momento e não deixa de expor sua visão de mundo. Para ele, “justiça” representava a perfeição, voltada para uma perspectiva idealista e divina. Os homens poderiam ser falhos, mas não a Justiça, pois esta era absoluta, infalível e imutável. Já na Idade Média, pode-se destacar o pensamento de Tomás de Aquino, frade católico e teólogo. Em sua visão, a “justiça” seria a virtude que move outras virtudes, estabelece a retidão (*jus*) e encaminha o homem ao bem da comunidade, referindo-se sempre a todas as coisas que pertencem a outrem. Às vezes, ela poderia ser confundida com o próprio direito. Ou seja, sobre o tema “justiça”, diversas são as considerações de Aquino, uma vez que ela está inserida em vários âmbitos tanto da vida individual quanto da vida do homem em sociedade. Por fim, ressalta-se a pertinência do conceito de justiça distributiva de John Rawls, filósofo contemporâneo estadunidense. O pensador presenciou momentos de divergência entre o Estado de Bem-Estar Social (pós-guerra) e o Estado Neoliberal (década de 90). Então, para refletir sobre “justiça”, considerou inevitável conjecturar sobre as próprias instituições sociais e a forma como a liberdade e a igualdade eram aplicadas. A “justiça” como equidade é abordada em suas obras. Em síntese, sua análise é mais prática do que abstrata, cabendo às instituições proporcionar justiça por meio da distribuição adequada de recursos, utilizando-se do véu da ignorância (ponto original, que são desconsideradas posição social, renda, etnia e outros para julgar e distribuir). Se houvesse acesso de todos à justiça, assim haveria justiça. Ademais, importa reconhecer que, abrangendo a justiça noções abstratas, suas definições não são cabais e muito menos qualificadas como melhores ou deficitárias em relação a outras. Contudo, revelam-se expressivas para compreender as sociedades, as ações de cada indivíduo e os fundamentos do Direito.

**Palavras-chave:** Justiça. Filosofia. Conceituações divergentes.

<sup>109</sup> Acadêmica do 1º semestre do Curso de Direito da URI - São Luiz Gonzaga. E-mail: miriamouramarques@gmail.com

<sup>110</sup> Doutora em Ciências Sociais pela UNISINOS. Professora do Curso de Direito da URI – São Luiz Gonzaga. E-mail: profjuliana@saoluiz.uri.edu.br

## O CYBERBULLYING E SUAS REPERCUSSÕES JURÍDICAS NO BRASIL

Ingrid de Miranda Furtado<sup>111</sup>

Luciano De Almeida Lima<sup>112</sup>

**Resumo:** Com advento da internet e sua popularização, um novo cenário social foi se estabelecendo no mundo, a chamada sociedade da informação onde uma plataforma das ações humanas já é realidade. Este novo cenário social apresenta muitos pontos positivos, como novas possibilidades de comunicação e troca de informações, porém, apresenta também consequências negativas como a violação de direitos nesse cenário virtual. O ambiente virtual pode ser nocivo, na atualidade as pessoas se comportam de forma violenta, acreditando que a internet e as plataformas de redes sociais são ambientes sem o alcance da Lei. Nesse contexto é que se percebe o cometimento do *cyberbullying*, ou seja, o *bullying* no mundo virtual, prática que tem consequências tão graves por meio on-line quanto no mundo físico. Frente a tais premissas, o trabalho apresenta como questão problema: quais são as repercussões jurídicas quando do cometimento do *cyberbullying* no Brasil? Para responder a problemática apresentada, se tem como objetivo da pesquisa, verificar as repercussões jurídicas quando do cometimento do *cyberbullying* no Brasil. Para tanto, a presente pesquisa é conduzida por meio do método de abordagem dedutivo, sendo uma pesquisa exploratória qualitativa, e bibliográfica com subsídios legais e doutrinários. Como recursos para o seu desenvolvimento se está utilizando de materiais já elaborados, como artigos científicos, doutrinas, legislação, decisões dos tribunais e sites da internet, visando adquirir maior conhecimento sobre o tema e a problemática a ser respondida. Como resultados atingidos pela pesquisa se verificou que desde 2015, existe no país por meio da lei nº 13.185, conhecida como “Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying)”, que busca a prevenção e o combate a prática da intimidação sistemática em toda a sociedade, assim como, evitar, tanto quanto possível, a punição dos agressores, privilegiando mecanismos e instrumentos alternativos que promovam a efetiva responsabilização e a mudança do comportamento hostil. Além disso, há projetos de lei que buscam tornar a prática do *cyberbullying* um crime. Importante, por fim, também contextualizar que no ano de 2012, foi sancionada a Lei Federal nº 12.737 (tipificação dos crimes cometidos na internet), nominada na época de “Lei Carolina Dieckmann”. A Lei Federal foi criada para ser acrescido os artigos 154-A e 154-B do Código Penal Brasileiro e que pode ser aplicada também no âmbito do *cyberbullying*. Em que pese certa evolução no contexto legislativo, infelizmente uma lei no Brasil não é capaz de frear o cometimento do *bullying/cyberbullying*, havendo cada vez mais o aumento de ataques virtuais, muitas pessoas acham ainda que a *internet* é uma terra sem lei, mas como apresentado nesse resumo existem leis para tentar criminaliza-lo, mas infelizmente as pessoas utilizam a *internet* como um meio de disseminar o seu ódio pessoal em cima de alguém que eles acreditam ser “fracos” ou que mereçam aquele ódio.

**Palavras-chave:** Bullying. Cyberbullying. Cyberstalking. Código Penal. Intimidação.

<sup>111</sup> Acadêmica do Curso de Direito da URI São Luiz Gonzaga. E-mail: ingridm.furtado@hotmail.com

<sup>112</sup> Professor Doutor. URI São Luiz Gonzaga. E-mail: profLuciano@saoluiz.uri.edu.br

## O FUTEBOL FEMININO: PRECONCEITO QUE PERSISTE NO “PAÍS DO FUTEBOL”

Rafaela Schievelbein Kivel<sup>113</sup>

Profa. Orientadora: Neusa Schnorrenberger<sup>114</sup>

**RESUMO:** O breve resumo tem por objetivo refletir e evidenciar através de fatos históricos, legislações e aspectos sociais e culturais a trajetória de retrocessos, lutas e avanços ao longo dos anos à margem da participação das mulheres na prática esportiva do futebol e evidenciando que apesar dos percalços encontrados, as mulheres sempre se fizeram presentes no futebol no local considerado o “país do futebol”. A metodologia utilizada para o desenvolvimento deste trabalho envolve levantamentos bibliográficos que tratam da história do esporte analisando o contexto histórico e social do futebol feminino no Brasil, na legislação pátria relacionada à prática desportiva, com ênfase ao Decreto-Lei n.º 3.199, de 14 de abril de 1941, que estabeleceu as bases de organização dos desportos em todo o país e proibia de modo expresso as mulheres de praticarem esportes que não condissessem com a natureza feminina. A Constituição Federal Brasileira de 1988, norma máxima do ordenamento jurídico brasileiro, atualmente assegura formalmente a igualdade entre homens e mulheres. Os resultados advindos por meio do método hipotético dedutivo, apontam para o fato de que é muito comum em nosso cotidiano referirmos ao Brasil como “país do futebol”, visto que a modalidade é considerada uma das principais práticas esportivas na atualidade. Todavia, apesar de representar toda uma nação, o futebol ainda abarca um público específico: os homens. Isso se demonstra pelo fato de que por quase quatro décadas (1941-1979), as mulheres foram proibidas de praticar esportes, inclusive de jogar futebol. Enquanto o futebol masculino disputava Copas do Mundo, as mulheres enfrentaram a proibição do futebol por meio do Decreto-Lei nº 3.199/1941 editado por Getúlio Vargas, dando início aos quarenta anos de proibição/exclusão feminina ao esporte, como uma medida de “preservação do corpo feminino”, vigorando até 1979. Nesse período, que poderia ter sido utilizado para impulsionar o crescimento e o desenvolvimento da prática esportiva por mulheres no país, o futebol feminino ficou estático no tempo, sendo a presença da mulher no cenário futebolístico brasileiro criminalizado e proibido por lei. Desse modo, é imperioso destacar que o século XXI é marcado por inúmeras conquistas significativas às mulheres, contudo, o futebol feminino ainda enfrenta inúmeros preconceitos por conta do machismo e das desigualdades que persistem, seja em investimentos, visibilidades, profissionalização ou salários. De tal maneira, não é difícil de projetar uma realidade diferente para o esporte feminino se tais iniciativas inibidoras e proibitivas nunca tivessem existido, uma vez que para a mulher conquistar o seu espaço nos estádios seja para jogar, torcer, narrar ou apitar enfrentou diversos

<sup>113</sup> Acadêmica do 8º semestre do Curso de Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - URI São Luiz Gonzaga/RS. E-mail: rafaelakivel@gmail.com.

<sup>114</sup> Professora no Curso de Graduação em Direito Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), Campus São Luiz Gonzaga/RS. Doutoranda em Direito pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), Campus Santo Ângelo/RS, linha de pesquisa: Direito e Multiculturalismo. Integrante do Grupo de Pesquisa "Direito de Minorias, Movimentos Sociais e Políticas Públicas", vinculado ao Programa de Pós-Graduação stricto sensu - Mestrado e Doutorado em Direito da URI, Campus Santo Ângelo/RS. Advogada OAB/RS 115.960. E-mail: profneusa@saoluiz.uri.edu.br



obstáculos e preconceitos. Toda restrição não significou ausência de sua participação no futebol. Pelo contrário, toda à proibição, luta e esforços demonstram que as mulheres estão construindo a própria trajetória de conquistas dentro e fora de campo, marcando gols e escrevendo o seu legado na história do futebol feminino, com uma certeza em mente: lugar de mulher é onde ela quiser!

**Palavras-chave:** Futebol Feminino. Preconceito. País do Futebol.



## OS EFEITOS JURÍDICOS DO RECONHECIMENTO DA MULTIPARENTALIDADE NO DIREITO SUCESSÓRIO BRASILEIRO

Ana Paula Correa Greff<sup>115</sup>  
Luciano De Almeida Lima<sup>116</sup>

**Resumo:** O direito das famílias é dinâmico, para além da tradicional família nuclear, uma vez que, contemporaneamente se percebe e se reconhece diversos arranjos familiares, baseados na vontade e no afeto. Nesse contexto, destaca-se que com a evolução da sociedade, emergiram novas constituições familiares reconhecidas pela jurisprudência brasileira, que ainda não foram positivas pelo legislador. Nesse toar, despontou a multiparentalidade, a qual ocorre quando há a coexistência de filiações, biológicas e socioafetivas, sustentada na evolução do princípio da afetividade. Assim, considerando a lacuna normativa acerca da temática, imperiosa se faz a análise dos efeitos do reconhecimento da perfilhação múltipla no direito brasileiro, especificadamente, no tocante aos reflexos sucessórios, tendo como questão problema da pesquisa: quais são os efeitos jurídicos sucessórios gerados a partir da coexistência das filiações socioafetiva e biológica (multiparentalidade)? Para responder a problemática proposta, o presente estudo se utilizou do método de abordagem dedutivo, método de procedimento monográfico, por meio por meio de uma pesquisa descritiva, qualitativa e bibliográfica. Como objetivo a pesquisa busca verificar: quais são os efeitos jurídicos sucessórios gerados a partir da coexistência das filiações socioafetiva e biológica (multiparentalidade). Como resultado da pesquisa se observa o reconhecimento da multiparentalidade e, com isso, todos os efeitos decorrentes da filiação natural. Constata-se que a filiação múltipla implica na decretação dos descendentes e ascendentes como herdeiros necessários. Dessa forma, há possibilidade jurídica de que um filho receba herança de dois pais ou de duas mães, bem como que dois pais adquiram a herança deixada por um filho. Contudo, o poder legislativo ainda não disciplinou a temática, acarretando, em certa medida, em incertezas no ordenamento jurídico. Por outro lado, constata-se também, que pela própria natureza dinâmica das famílias seria utópico impor ao poder legislativo a elaboração de leis que disciplinassem todas as possibilidades de núcleos familiares contemporâneos e suas implicações jurídicas, razão pela qual, incumbe ao poder judiciário analisar tais conjunturas na apreciação dos casos concretos fundamentando-se na teleologia da lei, como de fato tem ocorrido atualmente.

**Palavras-chave:** Direito das Famílias. Multiparentalidade. Direito Sucessório.

<sup>115</sup> Acadêmica do Curso de Direito da URI São Luiz Gonzaga. E-mail: 067672@saoluiz.uri.edu.br

<sup>116</sup> Professor Doutor. URI São Luiz Gonzaga. E-mail: profluciano@saoluiz.uri.edu.br

## OS EFEITOS JURÍDICOS NA EXECUÇÃO DA PENA FRENTE A PANDEMIA DE COVID-19 NO BRASIL

Rafaela Furquim Mendonça<sup>117</sup>  
Luciano De Almeida Lima<sup>118</sup>

**Resumo:** O mundo vem sofrendo alterações diversas desde o final do ano de 2019 com o que se nominou de novo Coronavírus (Covid-19). Desde então a doença se espalhou por inúmeros países, contaminou milhares de pessoas e vitimou outros tantos cidadãos das mais variadas partes do mundo. É uma doença que não tem classe social, cor, credo ou qualquer outra etiqueta social que se possa imaginar. No Brasil, o primeiro caso foi confirmado em 26 de fevereiro de 2020 pelo Ministério da Saúde. Desde então, o número de confirmações aumenta a cada dia e o de mortes segue o mesmo caminho. Seus efeitos são percebidos na economia, na educação, na maneira das pessoas se relacionarem e se locomoverem. O isolamento social, a quarentena e o uso de máscara de proteção individual revelam um novo padrão de vida, que com o passar do tempo se fara parecer normal. Os efeitos da COVID-19 são exponenciais na medida que a doença avança no país. Nesse cenário questiona-se: quais são os efeitos jurídicos na execução da pena frente a pandemia de COVID-19 no Brasil? Como objetivo da pesquisa busca-se verificar quais são os efeitos jurídicos na execução da pena frente a pandemia de COVID-19 no país. Para responder o problema de pesquisa se utiliza como metodologia o método de abordagem dedutivo, por meio de uma pesquisa exploratória qualitativa e bibliográfica, com subsídios legais e doutrinários. Como recursos materiais, a pesquisa utiliza materiais já elaborados, como doutrinas, artigos científicos, legislação, jurisprudência e sites da internet, visando adquirir maior conhecimento sobre o tema. Por fim, quanto ao método de procedimento, é utilizado o método monográfico. Por meio da pesquisa, como resultados até o momento verificados, constata-se que atualmente vive-se um cenário, que exige muita cautela, decorrente de um vírus, que causou uma pandemia global, e por consequência trouxe várias mudanças, a qual atinge a todos causando reflexos em todos os ramos, nos impondo de forma obrigatória uma mudança brusca nos nossos hábitos e interferindo diretamente no nosso cotidiano. Com o intuito de evitar o demasiado contágio, medidas foram adotadas em todos os âmbitos, por todos os gêneros e em todos os lugares, inclusive nos presídios, onde há uma superlotação de indivíduos de todas as idades, portadores de várias comorbidades. Afim, de garantir a segurança dos carcerários, bem como dos carcereiros e familiares foram criadas portarias, recomendações contendo em seu texto restrições para garantir a saúde e bem-estar de todos. Medidas de prevenção, a fim de evitar a propagação da infecção pelo novo Coronavirus-Covid-19 no domínio dos sistemas de justiça penal e socioeducativo foram implementadas. Destaca-se também que até mesmo no âmbito de pensão alimentícia o cumprimento da pena passou de regime fechado para o regime domiciliar, em razão da propagação do vírus. Sendo assim, fica evidenciado os efeitos modificadores, que a Covid-19 apresenta em todos os âmbitos, inclusive no jurídico, mais pontualmente na execução da pena.

**Palavras-chave:** Covid-19. Sistema prisional brasileiro. Cumprimento da pena.

<sup>117</sup> Acadêmica do Curso de Direito da URI São Luiz Gonzaga. E-mail: rafaelafmendonca@hotmail.com

<sup>118</sup> Professor Doutor. URI São Luiz Gonzaga. E-mail: profluciano@saoluiz.uri.edu.br

## PRINCÍPIO DO DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO NOS PROCESSOS DISCIPLINARES DO EXÉRCITO

Eduardo Ajala<sup>119</sup>

Luciano De Almeida Lima<sup>120</sup>

**Resumo:** Desde a redemocratização, com a nova Constituição Federal de 1988, o respeito ao devido processo legal é algo a ser observado em todos os processos que estejam sob a legislação brasileira, seja ele de natureza civil, penal, trabalhista, eleitoral, militar, como exemplo. Certo de que os processos disciplinares se aplicam em todas as esferas públicas, com o intuito de se verificar as condutas dos agentes públicos, na esfera militar não é diferente, ainda que as regras dispostas no Regulamento Disciplinar do Exército (RDE) sejam diferentes das demais áreas públicas. Ainda que haja essa diferença, devido à estabilidade dos pilares que regem ao Exército brasileiro, quais sejam hierarquia e disciplina, a observação do devido processo legal deve ser observada na plenitude de suas etapas, para que sejam válidos ante a Constituição Federal de 1988, todos os atos e decisões procedimentais desse processo, até porque, dependendo da gravidade dos atos analisados no processo, o indivíduo poderá ter sua liberdade cerceada, conforme previsão regulamentar. Frente a isso questiona-se: existe obrigatoriedade na aplicação do duplo grau de jurisdição no processo disciplinar do exército? De forma a ampliar o estudo sobre o tema, tem-se como objetivo verificar a aplicabilidade ao duplo grau de jurisdição no processo disciplinar do exército. O presente estudo será conduzido a partir do método de abordagem dedutivo, por meio de uma pesquisa exploratória qualitativa, e bibliográfica com subsídios legais e doutrinários, análise da legislação vigente, de decisões dos tribunais militares e superiores, além de doutrinas, visando formar uma crítica construtiva. Desde a Declaração Universal dos Direitos do Homem (DUDH), no ano de 1948, há previsão legal de um procedimento para que qualquer indivíduo possa ser declarado culpado, o que mais tarde, na Constituição Federal de 1988, no seu Art. 5º, LIV, foi recebido como devido processo legal. Ao se olhar a Carta Magna, no referido artigo legal, poderão ser observados 02 (dois) critérios básicos em todos os processos sobre égide da legislação brasileira: “LV – Aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes.” Este inciso da Constituição Federal deixa claro que todos os processos, inclusive os de caráter administrativos (aqui enquadram-se os processos administrativos disciplinares do Exército) estão sujeitos os dispositivos constitucionais, levando a nulidade caso tais dispositivos não sejam observados. O próprio termo de transgressão disciplinar utilizado para enquadrar atos praticados por militares encontra amparo na legislação, dispondo o art. 14 do RDE. Esta definição básica demonstra os princípios que se erguem o direito militar brasileiro, do qual se extrai o processo para apuração de possíveis transgressões a essas normas, de forma a preservar a hierarquia e disciplina dentro das instituições militares.

**Palavras-chave:** Direito. Militar. Constituição de 1988. Princípio do Duplo Grau de Jurisdição.

<sup>119</sup> Acadêmico do Curso de Direito da URI São Luiz Gonzaga. E-mail: eduardoajala94@gmail.com

<sup>120</sup> Professor Doutor. URI São Luiz Gonzaga. E-mail: profLuciano@saoluiz.uri.edu.br

## REFLEXÕES JURÍDICAS ACERCA DE TRANSTORNOS COMPORTAMENTAIS E SUAS IMPLICAÇÕES NA CRIMINOLOGIA FORENSE

Ana Paula Corrêa Greff<sup>121</sup>  
Larissa Nunes Cavalheiro<sup>122</sup>

**Resumo:** Conceitua-se psicopatia como um transtorno de personalidade que acarreta em um comportamento apático, fundado no egoísmo, na falta de remorso ou culpa. Assim, em razão do imediatismo da conduta do indivíduo, acrescido da inexistência de sensibilidade para com os demais membros da sociedade, o seu estudo é de grande relevância para o mundo jurídico, especialmente, no tocante as condutas criminais, pois tais características podem acarretar em comportamentos criminosos. Nesse toar, imprescindível se faz a análise do “*serial killer*”, o qual é caracterizado pela predisposição a prática de delitos, em razão da dificuldade de convivência com os demais membros da sociedade, bem como incapacidade de cumprir regras. Ademais, cabe frisar que o sujeito afetado por esse distúrbio comumente vive apartado da sociedade, sendo que seu comportamento decorre essencialmente de traumas vivenciados na infância. Outrossim, é pertinente enfatizar que o denominado assassino em série difere-se do assassino em massa, uma vez que o primeiro escolhe suas vítimas precisamente, assim como possui uma conduta específica para a praticados delitos, utilizando-se usualmente de arma branca. Sua conduta é caracterizada pela necessidade de demonstrar superioridade para com suas vítimas. Ainda, em razão de possuir um intelecto distinto, as manipula. Isto posto demonstra-se a importância do estudo dos transtornos comportamentais para a assimilação da criminologia forense. Em virtude disso, objetiva-se com a pesquisa analisar os aspectos conceituais da temática, assim como verificar a sua aplicação prática em casos concretos, especialmente no que se refere aos assassinos em série brasileiros. Para o desenvolvimento da pesquisa optou-se pelo método de abordagem dedutivo, em virtude de, inicialmente abordados conceitos gerais, para a posteriori adentrar nas especificidades da temática, ou seja, que se relaciona a perspectiva criminal. Enquanto método de procedimento foi utilizado o comparativo para a análise dos crimes enquanto o agente é detentor de alguma psicopatia frente aqueles em que não há autor com determinada qualidade de fato. Como procedimento de pesquisa, foram realizadas leituras de obras vinculadas ao tema, de forma a aprofundar o estudo, assim como a verificação de casos paradigmáticos. A pesquisa encontra-se em andamento. Logo, no momento, é possível concluir que compreender a psicopatia enquanto fator criminógeno é relevante para o desenvolvimento da investigação do crime e sua respectiva motivação.

**Palavras-chave:** Criminologia. Psicopatia. Serial Killer.

<sup>121</sup>Acadêmica de Direito. URI São Luiz Gonzaga. E-mail: 067672@saoluiz.uri.edu.br.

<sup>122</sup>Doutoranda em Direito pelo Programa de Pós Graduação da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI/Santo Ângelo (PPGD/URI). Bolsista Capes -Taxa. Mestre em Direito e Especialista em Educação Ambiental pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Especialista em Direito Público pela Escola Superior da Magistratura Federal (ESMAFE/RS). Professora do Curso de Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI/SLG. Integrante do Grupo de Pesquisa Núcleo de Estudos do Comum (NEC) vinculado ao Departamento de Direito da UFSM. Email: larissa-nunes-cavalheiro@ufsm.br



## SOMOS DONOS DE NÓS MESMOS?

**Angela Bieger<sup>123</sup>**  
**Juliana Bedin Grando<sup>124</sup>**

**Resumo:** O presente trabalho tem como objetivo analisar as objeções que são feitas à teoria libertária sobre a justiça. Essa teoria defende que se pode fazer tudo o que se quer desde que não cause prejuízo a outras pessoas. Certas objeções são oferecidas a essa premissa, que podem ser resumidas no questionamento: somos donos de nós mesmos? O que se busca determinar nesse trabalho é entender um pouco mais sobre o que é certo ou errado, no mundo em que se vive. A pesquisa foi realizada por meio da metodologia dedutiva, com escrita monográfica e utilização de bibliografia para revisão de literatura. Sabe-se que o desejo da maioria das pessoas é viver numa sociedade livre, igual e fraterna, mas poucos conseguem alcançar tal anseio. Liberdade é algo valioso e, muitas vezes, só se dá conta do real valor quando se perde algo. A conclusão que se chega é que para se conseguir viver em sociedade, depende-se de outras pessoas, e, nesse momento, perde-se a liberdade plena. Se não se está sozinho, não se pode para fazer o que bem entende. É necessário um equilíbrio cirúrgico entre liberdade e igualdade, para que a justiça seja preservada e para que se possa ser garantida uma existência digna e verdadeiramente livre. Liberdade como sinônimo de arbítrio, mostra-se incompatível como conceito de sociedade. Ao se estar em comunidade, o direito de um termina onde começa do outro.

**Palavras-chave:** Liberdade. Arbítrio. Sociedade. Igualdade. Limites.

---

<sup>123</sup> Acadêmica do 1º semestre do Curso de Direito da URI - São Luiz Gonzaga. E-mail: 099354@saoluiz.uri.edu.br

<sup>124</sup> Doutora em ciências Sociais pela UNISINOS. Professora do Curso de Direito da URI São Luiz Gonzaga. E-mail: profjuliana@saoluiz.uri.edu.br.



## **2.5 Saúde**

### **2.6 Saúde e movimento humano**

## CONTRIBUIÇÕES DE PROFISSIONAIS FISIOTERAPEUTAS NA INCLUSÃO

Tatiane Munareto<sup>125</sup>

Sarah Sides<sup>126</sup>

Lizandra Andrade Nascimento<sup>127</sup>



**Introdução:** A inclusão é um movimento educacional, social e político que defende o direito de todos os indivíduos a participarem na sociedade, e de serem aceitos e respeitados naquilo que os diferencia dos outros (FREIRE, 2008). Em 1988, a Constituição Federal garantiu a educação para todos, e pela Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional (LDB), Lei n. 9.394, de 20/12/1996, a inclusão de crianças com necessidades educativas especiais é um direito garantido (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2003). A fisioterapia é uma das áreas da saúde que atua desde a prevenção até a reabilitação, sendo um campo de atuação profissional que expandiu significativamente nos últimos anos. O código de ética profissional assegura a presença de fisioterapeutas em escolas e creches, para o processo de inclusão, principalmente com enfoque nas necessidades educativas especiais (CHESANI, 2007; BRASIL, 1969). **Objetivos:** Identificar a contribuição de fisioterapeutas diante da inclusão, analisando de que forma esses profissionais se inserem no tema. **Metodologia:** Foi utilizada a revisão de literatura, buscando artigos em plataformas como PubMed, LILACS e SCIELO que tratam da temática para embasar nossas reflexões. A partir da busca de dados, almeja-se compreender as variadas formas de contribuições que o profissional fisioterapeuta pode fazer na inclusão. **Resultados:** Os relatos de fisioterapeutas a respeito do tema denunciam um grande problema que se é enfrentado nas universidades: a falta de questionamento sobre a inclusão de pessoas com deficiência no meio social. A falta de acesso a essas informações, matérias como: aprendizagem em libras, acabam muitas vezes dificultando a inclusão dessas pessoas e trazendo um certo despreparo a esses profissionais diante de atendimentos especializados, muitas vezes fazendo-os recorrer a especializações após a graduação para entender melhor sobre o assunto e abordagem. (MELO *et al*, 2017). **Conclusão:** Diante disso, entende-se que quando falamos sobre inclusão

<sup>125</sup> Acadêmica de Fisioterapia na URI- São Luiz Gonzaga. PIIC-URI. E-mail: tati10munareto@gmail.com

<sup>126</sup> Acadêmica de Fisioterapia na URI- São Luiz Gonzaga. PIIC-URI. E-mail: sarahsides2000@gmail.com

<sup>127</sup> Professora orientadora. Doutora em Educação. Docente na URI- São Luiz Gonzaga. E-mail: lizandra-a-nascimento@yahoo.com.br

esse assunto se torna responsabilidade da sociedade como um todo, o preparo destes profissionais deve se dar ainda na graduação, para que se forme um profissional sabendo prestar um atendimento humanizado a uma pessoa com deficiência, uma vez que sua função é ajudar e reabilitar quem precisa. O debate sobre a temática nos faz refletir a respeito de como estamos construindo uma graduação e como podemos humanizar cada vez mais a profissão de fisioterapeuta para que seja para todos.

**Palavras-chave:** Fisioterapia. Educação inclusiva. Área da saúde. Profissional. Contribuição.

### REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto-Lei n. 938, de 13 de outubro de 1969.** *Diário Oficial da União*, Brasília- DF, 1969.

CHESANI, F. **Processo de inclusão escolar: contribuições da fisioterapia aos educadores.** Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Saúde e Gestão do Trabalho) - Universidade do Vale do Itajaí, 2007.

FREIRE, Sofia. UM OLHAR SOBRE A INCLUSÃO. **Revista da Educação**, Loulé, Portugal, v. 16, n. 1, p. 5-20, jul./2008.

MELO, F. R. L. V. DE; LUCENA, N. M. G. DE; SARAIVA, L. L. O. Atuação de fisioterapeutas na inclusão de alunos com deficiência física no ensino regular. **Revista Educação em Questão**, v. 55, n. 45, p. 176-199, 13 set. 2017.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Departamento de educação básica. **Observatório dos Apoios Educativos.** Relatório 2003/2003. Núcleo de orientação educativa e Educação Especial. Dezembro de 2003.

## O PAPEL DO FISIOTERAPEUTA DIANTE DAS DEFICIÊNCIAS

Hugo da Veiga Kletke<sup>128</sup>

Micheli Silva Nunes<sup>129</sup>

Raiany Larissa de Freitas<sup>130</sup>

Lizandra Andrade Nascimento<sup>131</sup>

**Resumo:** Discorrendo sobre as pessoas com deficiência física, considera-se que os comprometimentos motores que acompanham esses cidadãos são capazes de estar afetando a participação deles no contexto social e sobretudo educacional. É nesta conjuntura que o fisioterapeuta é capaz de colaborar com a família, os professores e demais profissionais da equipe escolar e multidisciplinar para a elaboração de um âmbito que seja condescendente e responda à multiplicidade seja propiciando subsídios para melhor lidar com os déficits motores do indivíduo com deficiência física, seja amparando no combate das barreiras atitudinais, entre outras, que influenciam na participação e plena inclusão social. As intervenções fisioterapêuticas, têm verificado mudanças filosóficas que ultrapassam a proposta de “correção” da deficiência física implicitamente as dificuldades funcionais, mas galgam a ter uma perspectiva complementar no ambiente dessas pessoas, potencializando a sua autonomia em atividades diárias e sua participação na comunidade, inclusivamente na escola. **Objetivos:** Elucidar o papel da fisioterapia diante das deficiências. **Metodologia:** Foi utilizada a revisão de literatura, buscando artigos que visam o assunto abordado. A partir da busca de artigos, pretende-se compreender o papel do fisioterapeuta e a inclusão de pessoas com deficiências. **Resultados:** Perscrutar-se nos trabalhos selecionados que a ação da fisioterapia de que pode atuar nas diretrizes quanto à acessibilidade física da escola e demais espaços, tendo em consideração esta ser um dos primeiros quesitos que oportuniza esses indivíduos o acesso. **Conclusão:** Pela observação dos aspectos analisados, faz-se necessário de constituir durante a formação do fisioterapeuta, conhecimento sobre as legislações referentes à acessibilidade e à inclusão, compreendendo de forma aprofundada as abordagens das diferentes formas de deficiências, para a melhor forma de abordagem, bem para combater a discriminações, medos e estigmas formados sobre pessoas com deficiência física, atentando que as barreiras atitudinais as isolam e/ou dificultam sua inclusão social.

**Palavras-chave:** Fisioterapia, Avanços da Inclusão, Interação Social.

<sup>128</sup> Acadêmico do Curso de Fisioterapia da URI-São Luiz Gonzaga. E-mail. hgkletke2011@gmail.com

<sup>129</sup> Acadêmica do Curso de Fisioterapia da URI-São Luiz Gonzaga. E-mail. michelli\_tec.enf@hotmail.com

<sup>130</sup> Acadêmica do Curso de Fisioterapia da URI-São Luiz Gonzaga. E-mail. raianydelrei@outlook.com

<sup>131</sup> Professora Orientadora. Doutora em Educação. E-mail: proflizandra@saoluiz.uri.edu.br.

## O PAPEL DO FISIOTERAPEUTA NA INCLUSÃO ESCOLAR DA CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA

Maria Izabel de Paula<sup>132</sup>

Milene Gomes<sup>133</sup>

Lizandra Andrade Nascimento<sup>134</sup>

**Resumo:** A educação na fase infantil é de extrema importância para o desenvolvimento sensorial, motor e cognitivo (VOOS, 2016). Ela envolve a passagem da convivência familiar para a ampliação da interação social (VOLTOLINI, 2005). Nos cinco primeiros anos de vida acontece uma grande parte da aprendizagem sensorial, motora e cognitiva, exigindo que profissionais da área da saúde tenham um olhar de inclusão sobre a criança com necessidades educativas especiais (KNOBLOCK; PASSAMANICK, 1987). Diante disso, a ação do fisioterapeuta e as possíveis contribuições com os professores que realizam a inclusão escolar de alunos com deficiência são relevantes para o desenvolvimento das potencialidades no meio escolar (BERNARDI, 2007), pois várias podem ser as dificuldades dos alunos em concretizar momentos de brincadeiras, interações e habilidades motoras, fazendo assim com que o fisioterapeuta efetive a inclusão, participação, aproveitamento e prazer da criança (NETO; BLASCOVI-ASSIS, 2009). **Objetivos:** Elucidar o papel da fisioterapia na inclusão da criança com deficiência na escola. **Metodologia:** Foi utilizada a revisão de literatura, buscando artigos que visam o assunto abordado. A partir da busca de artigos, pretende-se compreender o papel do fisioterapeuta e a inclusão de pessoas com deficiências. **Resultados:** Constatou-se nos artigos selecionados que o fisioterapeuta tem contato com crianças com deficiência física na sua atuação, podendo obter ótimos resultados nos tratamentos. Nos casos de deficiência mental, visual e auditiva, os profissionais encontram dificuldades no que tange à interação e à promoção do processo de inclusão para que as crianças possam participar socialmente e desenvolver potencialidades. **Conclusão:** Diante aos dados analisados, percebe-se a necessidade de qualificar a formação de fisioterapeutas, em especial no que concerne ao conhecimento sobre as legislações referentes à acessibilidade e à inclusão, compreendendo de forma aprofundada as abordagens das deficiências físicas, mentais, visuais e auditivas para a inclusão. Consequentemente, os profissionais da fisioterapia poderão contribuir de modo decisivo para o processo inclusivo e para uma melhor qualidade de vida para as crianças.

**Palavras-chave:** Fisioterapeutas, Educação Infantil, Inclusão, Interação Social, Aprendizagem.

### Referências

BERNARDI, D. A criança com variação intelectual: o fisioterapeuta na equipe multidisciplinar com enfoque escolar. **Revista de Ciências Biológicas e Saúde**, v. 2, p. 7-13, 2007.

<sup>132</sup> Acadêmica do Curso de Fisioterapia da URI-SLG. E-mail: mariaizabeldepaula15@gmail.com

<sup>133</sup> Acadêmica do Curso de Fisioterapia da URI-SLG. E-mail: mileneecunhagomes@gmail.com

<sup>134</sup> Professora orientadora. Doutora em Educação. E-mail: proflizandra@saluiz.uri.edu.br.



KNOBLOCK H, PASSAMANICK B. Diagnóstico do desenvolvimento: avaliação e tratamento do desenvolvimento neuropsicológico do lactente e na criança pequena - o normal e o patológico. 3. ed. Rio de Janeiro: Atheneu; 1987.

NETO, Adriana C. Jorqueira; BLASCOVI-ASSIS, Silvana Maria. Contribuições do fisioterapeuta na inclusão escolar de aluno com deficiência sob a perspectiva do brincar. **Cadernos de pós-graduação em distúrbios do desenvolvimento**, v. 9, n. 1, 2009.

VOLTOLINI R. A inclusão é não toda. In: Colli FAG, Kupfer MCM (org.). Travessias inclusão escolar: a experiência do Grupo Ponte Pré-escola Terapêutica Lugar de Vida - USP. São Paulo: Casa do Psicólogo; 2005. p. 149-56.

VOOS, Mariana Callil. O papel do fisioterapeuta na inclusão escolar na educação infantil, 2016.

## O IMPACTO DA TENSÃO PRÉ-MENSTRUAL NA VIDA FEMININA

**Andressa Marques Magalhães**<sup>135</sup>  
**Maria Izabel Hettwer**<sup>136</sup>  
**Marzane Bolzan Morais de Oliveira**<sup>137</sup>

**Resumo:** Este trabalho trata-se de uma revisão bibliográfica, com o objetivo de analisar qual o impacto da Tensão Pré-Menstrual (TPM) na vida feminina. A TPM é considerada uma disfunção muito comum entre as mulheres que se encontram em idade fértil, acarretando para as mulheres um conjunto de sinais e sintomas físicos, psicológicos e sociais, que iniciam uma semana antes do período menstrual e vão diminuindo com o início do fluxo menstrual. Os sinais e sintomas são variados e podem alterar de uma mulher para outra, em relação a quantidade, intensidade e frequência. Podem ser classificados como leves, que não vão interferir no convívio social e na rotina diária da mulher, moderados da qual surge uma indisposição, mas que também não vai interferir no dia-a-dia e há os graves que são aqueles que prejudicam de forma negativa as atividades de vida diária e relacionamentos pessoais. Na TPM não existe um único fator causador, pode ser causado devido à idade (mulheres com idade inferior a 30 anos), por hereditariedade, por ter um fluxo menstrual intenso e abundante e também pode ocorrer devido à um desequilíbrio hormonal (entre estrogênio e progesterona). O tratamento para a TPM visa diminuir os sintomas que surgem durante esse período, e está relacionado principalmente a alimentação e alguns casos a medicação pode ser indicada. A TPM pode ser caracterizada por sintomas psicológicos, em que a irritabilidade, alterações de humor, mal humor, estresse, vontade de chorar e os sintomas físicos como dores de cabeça, cólicas, corpo inchado, mamas doloridas e inchadas ganham destaque durante esse período. Esses sintomas geram alguns conflitos entre familiares, amigos e pessoas próximas, podendo causar um clima de maior tensão alterando principalmente na qualidade de vida da mulher. É importante e se faz necessário realizar um acompanhamento com médico especialista antes mesmo da menarca acontecer, para que dessa forma se tenha conhecimento e um controle, para que quando a mulher iniciar o seu ciclo menstrual e tiver algum sintoma, saiba identifica-los e também seus possíveis fatores causadores. Porém, são necessários mais estudos na área para conhecer melhor sobre a TPM e sua sintomatologia e as consequências na vida feminina..

**Palavras-chave:** TPM. Consequências. Sintomas.

<sup>135</sup> Acadêmica do Curso de Fisioterapia. Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – Campus São Luiz Gonzaga. andressa\_mmagalhaes@hotmail.com

<sup>136</sup> Acadêmica do Curso de Fisioterapia. Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – Campus São Luiz Gonzaga. mariaizabelhettwer@hotmail.com

<sup>137</sup> Mestra em Atenção Integral em saúde. Docente na Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – Campus São Luiz Gonzaga. marzane.oliveira@yahoo.com.br

## OS BENEFÍCIOS DA DRENAGEM LINFÁTICA MANUAL NO EDEMA CAUSADO PELA SÍNDROME PRÉ-MENSTRUAL: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Tânia Regina Warpechowski<sup>138</sup>  
Ana Helena Braga Pires<sup>139</sup>  
Leonardo Silveira Farias da Silva<sup>140</sup>  
Andiana da Rosa Ledur<sup>141</sup>

**Resumo:** O edema causado pela Síndrome Pré-menstrual é variável nas mulheres. O edema é um acúmulo de líquido no compartimento extracelular intersticial ou nas cavidades corporais devido a inúmeros fatores, dentre eles, a diminuição da drenagem linfática. A drenagem linfática manual promete diminuir o edema causado pela síndrome pré-menstrual através de manobras simples que propiciam melhorar desse edemaciamento. Essa pesquisa tem como objetivo ressaltar os benefícios gerados com a drenagem linfática manual nas mulheres e se estes podem diminuir significativamente o edema na síndrome pré-menstrual. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, para tanto, foram consultadas as bases de dados google acadêmico, portal Capes, Web of Science e scielo além de publicações em periódicos e em anais de congressos. Foram incluídas publicações nacionais e internacionais no período de 2010 a 2020, que se mostraram em consonância com o objetivo do presente trabalho. Foram encontrados no início de maio de 2020, 51 estudos. A partir disso, foi realizada uma análise rápida onde foram retirados vários artigos que não iriam contribuir para a realização desta pesquisa e por fim, apenas 7 artigos foram incluídos nessa revisão. Mediante os estudos analisados neste artigo, percebe-se a escassez de trabalhos recentes sobre esta temática tão relevante à saúde da mulher. O aumento de estudos sobre essa temática poderia contribuir com a saúde da mulher e dessa maneira a drenagem linfática corporal, independentemente do método utilizado, poderia ser implantada com maior efetividade como uma das possibilidades de tratamento em instituições públicas e privadas para as mulheres com Síndrome Pré-Menstrual, comprovando a sua eficácia com maior respaldo científico.

**Palavras-chave:** Drenagem Linfática Manual. Edema. Síndrome Pré-menstrual.

<sup>138</sup> Docente do curso de Fisioterapia e Estética e Cosmetologia. URI – Campus São Luiz Gonzaga. [twrfisio@yahoo.com.br](mailto:twrfisio@yahoo.com.br) .

<sup>139</sup> Coordenadora e docente do curso de Fisioterapia. URI – Campus São Luiz Gonzaga. [anahelenafisioterapia@hotmail.com](mailto:anahelenafisioterapia@hotmail.com) .

<sup>140</sup> Assessor da Direção-Geral da URI – campus São Luiz Gonzaga, Assistente Social e Coordenador do curso de Serviço Social EAD. URI – campus São Luiz Gonzaga. [Leonardo.farias@sãoluiz.uri.edu.br](mailto:Leonardo.farias@sãoluiz.uri.edu.br) .

<sup>141</sup> Discente do curso de Fisioterapia. URI – campus São Luiz Gonzaga. [Aledur34@gmail.com](mailto:Aledur34@gmail.com) .

## PERFIL DOS EGRESSOS DO CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA URI-SÃO LUIZ GONZAGA

Lucas K Dorneles<sup>142</sup>  
Diosefer Vargas de Santis<sup>143</sup>  
Manoela Maciel Oliz Balbinot<sup>144</sup>



**Resumo:** Historicamente, as características da formação acadêmica parecem exercer papel decisivo na inserção do indivíduo no mercado de trabalho em qualquer área profissional. Partindo do pressuposto de que os diferentes modelos curriculares influenciam nas competências apresentadas pelo egresso e em suas condições sócio-profissionais após a conclusão do curso, torna-se uma necessidade do campo educacional aprofundar o nível de compreensão a respeito da formação acadêmico-profissional. Para avaliar esta relação entre o ensino de graduação e as exigências do mercado, a análise do perfil dos egressos de cursos superiores torna-se primordial. O objetivo, portanto, foi traçar um perfil dos egressos do curso de Educação Física da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões campus São Luiz Gonzaga desde sua inserção até os dias de hoje. Trata-se de um estudo com dados secundários. Para análise foi utilizado o programa excel com: média, percentil e desvio padrão. Os dados foram coletados através das redes sociais de domínio público: idade, sexo, situação conjugal, trabalho na área da Educação Física e prosseguimento dos estudos. Até os dias atuais foram concluintes do curso 75 alunos em 4 turmas, destes 52% são do sexo masculino, a média de idade foi de  $27,9 \pm 6,3$  anos. Destes conseguimos dados de 50% do número total de formandos e constatamos que 78,4% trabalham na área e apenas 24,3% continuaram a estudar. Além disso, constatamos que a maioria (64%) são solteiros. Embora apenas uma parcela continuou os estudos, vimos que um número bem expressivo conseguiu se engajar na profissão, ademais constatamos que o possível motivo do não engajamento na área é que os alunos permaneceram com a mesma ocupação enquanto estudantes da graduação. Isso qualifica o curso de Educação Física e prioriza mais análises para futuras pesquisas.

<sup>142</sup> Graduado, Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - São Luiz Gonzaga. lucaskdornelles86@gmail.com

<sup>143</sup> Acadêmico, Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - São Luiz Gonzaga. diosevargas39@gmail.com

<sup>144</sup> Mestra, Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - São Luiz Gonzaga. Saúde. profmanoela@saoluiz.uri.edu.br

**Palavras-chave:** Ensino superior. Capacitação Profissional. Educação Física e Treinamento



## USO DO PROTETOR SOLAR NOS MORADORES DE SÃO LUIZ GONZAGA

**Raiany Larissa de Freitas**<sup>145</sup>

**Irinéia Enk de Mattos**<sup>146</sup>

**Hugo Veiga Kletke**<sup>147</sup>

**Ana Helena Braga Pires**<sup>148</sup>

**Resumo:** A pele tem como principal função proteger as estruturas internas do organismo do meio externo, compreendendo cerca de 16% do peso corporal, sendo considerada o maior órgão do corpo humano. Desde a fase embrionária e ao suceder de toda a vida a pele passa por inúmeras transformações em decorrência a fatores genéticos e a idade do indivíduo, podendo ainda estarem ligados e até mesmo agravados por fatores externos como poluição, exposição solar, cuidados diários e todas as condições que surgem para o desgaste natural da pele. Dentre as alterações que podem agredir a pele o câncer é uma das mais graves, sendo caracterizado pelo crescimento desordenado das células que compõem a pele, originando diversos tipos de tumores. A principal causadora do câncer de pele é a radiação ultravioleta, pois esta causa danos no DNA genético e gera radicais livres, comprometendo a integridade celular. Os filtros solares reduzem a penetração de radiação ultravioleta na pele, bem como também protegem dos efeitos causados por esses raios, tornando indispensável seu uso diário. Assim sendo o presente estudou objetivou investigar a utilização de protetores solares pelos moradores do município de São Luiz Gonzaga – Rio Grande do Sul, bem como orientar a respeito da importância da aplicação correta e diária. Para isso foi realizada uma pesquisa de campo denotada no centro de São Luiz Gonzaga (RS), em outubro de 2017, por meio de um formulário composto por duas perguntas a serem preenchidas que indagavam a respeito da idade e da utilização do protetor solar. Participaram um total de 60 indivíduos de ambos gêneros, 30 homens e 30 mulheres com idades entre 14 e 65 anos. Os dados foram tabelados e analisados descritivamente a fim de verificar as medidas preventivas, ou seja, o uso do protetor em relação à exposição solar. Das 30 mulheres que foram entrevistadas, 14 responderam sim ao uso do protetor solar diariamente. Quanto aos homens, apenas 5 indivíduos afirmaram usar protetor solar. A partir disso, foi elaborado uma tabela no programa Excel referente aos valores obtidos na entrevista. Após, foi verificado a normalidade e constatou-se distribuição não normal ( $p < 0,05$ ). Posteriormente realizamos o teste de Mann-Whitney para amostras independentes, o que mostrou diferença não significativa ( $> 0,05$ ). Seguidamente avaliar o comportamento de indivíduos residentes no município de São Luiz Gonzaga referente à exposição solar, conclui-se que a maioria se expõe ao sol, sem efetiva proteção solar. Daqueles que não fazem uso de filtro solar, grande parte são homens, ficando

<sup>145</sup> Acadêmica do 8 semestre curso de Fisioterapia. Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. E-mail: raianydelrei@outlook.com

<sup>146</sup> Bacharel em Fisioterapia. Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. E-mail: irineiaamattos@yahoo.com.br

<sup>147</sup> Acadêmico do 8 semestre curso de Fisioterapia. Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. E-mail: hgkletke2011@gmail.com

<sup>148</sup> Mestre. Docente do curso de Fisioterapia. Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. E-mail: anahelena@saoluiz.uriedu.br

claro que as mulheres tendem a se proteger mais, comprovando-se a necessária a implementação de ações voltadas para a orientação em saúde, com o intuito de impactá-los sobre os danos de se que exporem a à radiação solar sem devidas proteção.

**Palavras-chave:** Câncer de pele. Protetor solar. Radiação ultravioleta.

## BIOTECNOLOGIA E SAÚDE: APLICAÇÃO DE FERRAMENTA DIDÁTICO- PEDAGÓGICA PARA ALUNOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA – RELATO DE EXPERIÊNCIA

Fabielly Dorneles Bachio<sup>149</sup>  
Paloma Maria Oliveira Freire Wutzki<sup>150</sup>  
Fernanda Fontella Cocentino<sup>151</sup>  
Cisnara Pires Amaral<sup>4</sup>

**Resumo:** Discutir conceitos de saúde atrelados a Biotecnologia constituem pré-requisitos para a inserção de vocábulos que não fazem sentido na vida estudantil, apesar de estarem sempre lembrados na mídia. Deste modo, foi produzido na disciplina de Genética Molecular, no VII semestre do curso de Farmácia da URI/Santiago, um livro intitulado “A Vida em Um Vidro”, com o intuito de discutir assuntos relacionados a Biotecnologia, Genética Molecular e Fertilização, de forma contextualizada e criativa, fornecendo suporte aos alunos do Ensino Médio para estudar conceitos e significados cobrados no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). A produção do livro ocorreu durante 3 meses, em documento do *Google*, foi compartilhado com a orientadora. Foi produzido ao longo do semestre, sendo desenvolvido nas aulas diurnas, aborda conceitos relacionados a Fertilização In Vitro (FIV), a coleta de gametas, hormônios, síndrome gênica, DNA, análise do embrião, endonucleases, armazenamento de óvulos e fecundação. Para a avaliação do material, a professora orientadora enviou via *WhatsApp Web* o livro para 10 docentes de Escolas públicas, que ministram a disciplina de Biologia, para que avaliassem a obra, através de um questionário produzido no *Google forms*. A análise envolvia a capacidade da obra estabelecer a conexão entre os conceitos abordados no ENEM e os vocábulos a serem compreendidos; a capacidade de auxiliar o aprendizado e se os docentes utilizariam essa ferramenta durante suas aulas. Os resultados apontaram que 100% dos docentes utilizariam a ferramenta, que serviria para auxiliar o aprendizado, colaborando para a ressignificação de conceitos. Entre os relatos, que recebemos, seguem alguns: *“achei excelente a capacidade de criação, a contextualização dos conteúdos, a abordagem dos assuntos através de uma história, acredito que o discente compreenderá muitos conteúdos de difícil assimilação”*; *“Na minha concepção, trabalhar Biotecnologia no Ensino Médio é um dos conteúdos mais complicados, pois os alunos não compreendem os vocábulos; esse material proporciona a integração dos conteúdos de maneira satisfatória e muito criativa”*; *“Torna-se extremamente difícil atrelar vivências cotidianas que envolvam a saúde com a terapia gênica, o material proporcionou a compreensão de uma situação hipotética aos conceitos de Biotecnologia, achei maravilhoso, parabéns a prof. orientadora e acadêmicos”*. Nota-se a importância das atividades que proporcionem diferentes vivências, tanto para acadêmicos, quanto para estudantes de Ensino Médio, pois essa

---

<sup>149,2,3</sup> Acadêmicas do VII semestre do Curso de Farmácia. Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI-Santiago. E-mail: [fabybachio@gmail.com](mailto:fabybachio@gmail.com); [fernandafcocentino@gmail.com](mailto:fernandafcocentino@gmail.com); [palomafreires7@gmail.com](mailto:palomafreires7@gmail.com).

<sup>4</sup> Docente do Departamento de Ciências Biológicas da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI – Santiago. E-mail: [cisnara.amaral@urisantiago.br](mailto:cisnara.amaral@urisantiago.br)

produção auxiliou a aprendizagem, tornou mais dinâmico o currículo, oportunizou conhecimento científico e poderá servir para explorar conceitos relacionados a Biotecnologia e saúde, evidenciando conceitos discutidos na mídia, mas de difícil compreensão.

**Palavras-chave:** Biotecnologia. Aprendizado. Comunidade escolar.

**2.7 Engenharia Elétrica**  
**2.8 Soluções energéticas e inovação  
tecnológica**



## SISTEMA AUTOMATIZADO COM CONTROLE POR PCD PARA VEGETAÇÃO COM LUZ UV PARA O DESENVOLVIMENTO DE PLANTAS EM ESTUFAS

Ary Henrique da Luz Sanchez<sup>152</sup>

João Matheus Lopes<sup>153</sup>

Alisson de Lima<sup>154</sup>

Luiza Brill<sup>155</sup>

Marcelo Kramer<sup>156</sup>

Cinara Dal Santo Pes<sup>157</sup>



**Resumo:** Alimentar-se de forma saudável e equilibrada é essencial para garantir qualidade de vida. Isso porque, além de fornecer energia e bem-estar geral, através de uma boa alimentação é possível prevenir e combater doenças, manter o peso corporal saudável e ter um bom desenvolvimento físico. Com esse intuito, criamos um projeto de estufa automatizado por controle Arduino Uno, na qual, é possível realizar o plantio e cultivo de alimentos orgânicos, sem precisar ceder um lote de terra ou um espaçamento muito grande dentro de um território, proporcionando o bem-estar da saúde das populações, tanto urbanas quanto rurais. O sistema irá criar um ambiente protegido, onde as condições para desenvolvimento das plantas sejam ideais, por exemplo, as *plantas* precisam de determinadas *temperaturas* para se desenvolverem bem pois o frio pode ser prejudicial, assim como o calor excessivo. A umidade relativa do ar também pode atrapalhar no desenvolvimento das plantas. Deste modo, foi criado, um ambiente protegido para impedir todos esses tipos de problema, permitindo que as plantas fiquem preservadas das intempéries climáticas. Sendo assim, para contribuir com o benefício de cultivar em casa os próprios vegetais, nosso projeto objetiva automatizar uma estufa residencial, tornando-a autossuficiente, desde a captação de energia ao sistema de luz e irrigação, contribuindo para facilitar e melhorar a qualidade de vida da população urbana.

<sup>152</sup> Graduando em Engenharia Elétrica. URI - São Luiz Gonzaga. E-mail: aryengenharia@outlook.com

<sup>153</sup> Graduando em Engenharia Elétrica. URI - São Luiz Gonzaga.

<sup>154</sup> Graduando em Engenharia Elétrica. URI - São Luiz Gonzaga.

<sup>155</sup> Graduanda em Engenharia Elétrica. URI - São Luiz Gonzaga.

<sup>156</sup> Graduando em Engenharia Elétrica. URI - São Luiz Gonzaga.

<sup>157</sup> Doutora em Ensino de Ciências e Matemática (UFN), docente da URI Campus de São Luiz Gonzaga. E-mail: profcinara@saoluiz.uri.edu.br

**Palavras-chave:** Automação. Lazer. Alimentação. Qualidade.

## SISTEMA AUTOMATIZADO DE IRRIGAÇÃO POR ASPERSÃO

**Guilherme Ourique Balbé<sup>158</sup>**  
**Rodrigo da Silva de Oliveira<sup>159</sup>**  
**Thiago Augusto Moraes Migliavacca<sup>160</sup>**  
**José Evaldo Britz Stein<sup>161</sup>**  
**Cinara Dal Santo Pes<sup>162</sup>**

**Resumo:** A água é um recurso essencial para a vida, além de fazer parte de inúmeras atividades diárias dos seres humanos, conseqüentemente, praticar o consumo consciente de água não significa deixar de usar o recurso, mas sim, repensar as suas formas de uso. Portanto, ações urgentes devem ser implementadas no sentido de melhorar a eficiência de sua utilização, assim, a tecnologia é uma grande aliada e corrobora para as técnicas de sustentabilidade nas mais diversas tarefas do cotidiano, entre elas, a irrigação de jardins, gramados, hortas, canteiros de frutíferas, entre outros. A irrigação é uma técnica de fornecimento de água que, ao ser utilizada em conjunto com boas práticas agronômicas, permite melhorar a produtividade principalmente em áreas ou regiões onde há escassez de água. Ao longo dos anos, a técnica da irrigação vem sendo aprimorada, chegando aos dias de hoje em quatro métodos, como de superfície, aspersão, localizada e subirrigação, todos com o mesmo propósito, o desenvolvimento das plantas. O objetivo do projeto é simular um sistema automatizado de irrigação por aspersão, que é o método que “imita” a chuva e visa reduzir o consumo e proporcionar a economia de água em jardins, gramados e hortas, tanto em área urbana quanto rural. A ideia de um sistema automatizado de irrigação, é torná-lo totalmente independente, através de um sistema inteligente de programação por Arduíno Uno, no qual sensores de umidade e temperatura irão projetar a demanda hídrica. Dessa maneira, o sistema de irrigação poderá ser ativado/operado via aplicativo de celular, contribuindo com as pessoas que por estarem longe das suas casas ou propriedades tem dificuldade em fazer a irrigação e manutenção de jardins, gramados, e plantações em pequena ou grande escala.

**Palavras-chave:** Irrigação, Sustentabilidade e Automatização.

<sup>158</sup> Graduando em Engenharia Elétrica. URI - São Luiz Gonzaga. 097062@saoluiz.uri.edu.br.

<sup>159</sup> Graduando em Engenharia Elétrica. URI - São Luiz Gonzaga. 095644@saoluiz.uri.edu.br.

<sup>160</sup> Graduando em Engenharia Elétrica. URI - São Luiz Gonzaga. 094722@saoluiz.uri.edu.br.

<sup>161</sup> Graduando em Engenharia Elétrica. URI - São Luiz Gonzaga. 098257@saoluiz.uri.edu.br.

<sup>162</sup> Doutora em ensino de Ciências e Matemática (UFN), docente da URI São Luiz Gonzaga. E-mail. profcinara@saoluiz.uri.edu.br

## TECNOLOGIA DE CONTROLE DE VIAS DE PROPRIEDADE RURAL

Denilson Alves Gonçalves<sup>163</sup>

Marcel Ramos Maciel<sup>2</sup>

Emmanuel Antônio Fabrício Horstmann<sup>164</sup>

Rodrigo Brum Fabricio Júnior<sup>165</sup>

Cinara Dal Santo Pes<sup>166</sup>

### Resumo:

Em uma propriedade rural voltada ao sistema extensivo de criação de gado se tem uma necessidade muito grande em manejo alimentar do gado e do pasto seja nativo ou cultivado, para tal, produtores usam um sistema de pastejo rotacionado ou rotação de piquetes. O pastejo rotacionado consiste na divisão da área de pastagem em piquetes, que são submetidos a períodos alternados de pastejo e descanso. A utilização desta técnica traz muitos benefícios ao sistema produtivo de uma propriedade, os piquetes são áreas isoladas entre si e geralmente conectados através de portões ou porteiras para manejo e tráfego dos animais e maquinários agrícolas e, por isso, o gerenciamento manual dos portões tomam o tempo de trabalho e eficiência no tráfego durante um manejo ou rotação dos piquetes. O portão tem papel direto como via de tráfego, assim, buscar a automação remota e o gerenciamento a distância contribui com fatores de controle da propriedade e aumenta a eficiência no manejo de animais e deslocamento de maquinários agrícolas. Atualmente nos encontramos cada vez mais dependentes de novas tecnologias e ferramentas que proporcionam um maior conforto e comodidade, sem a necessidade de promover esforços demasiados para conseguir o que se deseja, e desta forma somos motivados a utilização de diferentes tecnologias e ferramentas específicas para desenvolver mecanismos automatizados, com capacidade de executar tarefas simples ou complexas, do nosso dia a dia. Sendo assim, o objetivo do nosso trabalho é adaptar um mecanismo para gerenciar a abertura e fechamento de portões/porteiras em uma propriedade rural, de forma remota, consequentemente trazendo a agilidade da tecnologia para o meio rural, transformando as tradicionais porteiras em portões elétricos acionáveis por chave presencial, que atuam como controles normais, porém sem a necessidade de acionamento manual, com a identificação da chave, via *wireless*, o portão abrirá automaticamente. Além disso, com a chave presencial podemos controlar o fluxo de entrada e saída de pessoas via aplicativo de celular, permitindo o monitoramento e a segurança na propriedade rural.

**Palavras-chave:** Tecnologia. Propriedades rurais. Portões elétricos. Segurança. Controle wireless.

<sup>163</sup> Graduando em Engenharia Elétrica. URI - São Luiz Gonzaga. 098019@saoluiz.uri.edu.br

<sup>2</sup> Graduando em Engenharia Elétrica. URI - São Luiz Gonzaga. 068327@saoluiz.uri.edu.br

<sup>164</sup> Graduando em Engenharia Elétrica. URI - São Luiz Gonzaga. emmanuelantonio956@gmail.com

<sup>165</sup> Graduando em Engenharia Elétrica. URI - São Luiz Gonzaga. 097310@saoluiz.uri.edu.br

<sup>166</sup> Doutora em Ensino de Ciências e Matemática (UFN), docente da URI Campus de São Luiz Gonzaga. E-mail: profcinara@saoluiz.uri.edu.br